# Índice


## 1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

## 2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5

2.3 - Outras Informações Relevantes 6

## 3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7

3.2 - Medições Não Contábeis 8

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 13

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 14

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 17

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 18

3.7 - Nível de Endividamento 19

3.8 - Obrigações 20

3.9 - Outras Informações Relevantes 21

## 4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 22

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 52

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 53

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 64

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 65

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 66

4.7 - Outras Contingências Relevantes 68

# Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 71

## 5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 72

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 78

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 82

5.4 - Programa de Integridade 85

5.5 - Alterações significativas 89

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 90

## 6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 91

6.3 - Breve Histórico 92

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 97

6.6 - Outras Informações Relevantes 98

## 7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 99

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 113

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 114

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 117

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 130

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 131

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 143

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 144

7.8 - Políticas Socioambientais 145

7.9 - Outras Informações Relevantes 147

## 8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 154

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 155

# Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 156

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 157

**9. Ativos Relevantes**

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 158

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 159

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 160

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 167

9.2 - Outras Informações Relevantes 169

**10. Comentários Dos Diretores**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 170

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 202

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 208

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 209

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 215

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 216

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 217

10.8 - Plano de Negócios 218

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 219

**11. Projeções**

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 221

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 222

**12. Assembléia E Administração**

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 223

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 232

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 237

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 239

# Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 240

12.7/8 - Composição Dos Comitês 249

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 256

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 258

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 264

12.12 - Outras informações relevantes 265

**13. Remuneração Dos Administradores**

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 270

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 274

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 278

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 281

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 291

13.6 - Opções em Aberto 294

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 295

13.8 - Precificação Das Ações/opções 296

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 298

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 299

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 300

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 302

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 303

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 306

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 307

13.16 - Outras Informações Relevantes 308

**14. Recursos Humanos**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 309

# Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 316

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 317

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 318

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 319

**15. Controle E Grupo Econômico**

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 320

15.3 - Distribuição de Capital 332

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 333

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 334

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 336

15.7 - Principais Operações Societárias 337

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 338

**16. Transações Partes Relacionadas**

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 339

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 341

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 342

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 344

**17. Capital Social**

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 356

17.2 - Aumentos do Capital Social 357

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 358

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 359

17.5 - Outras Informações Relevantes 360

**18. Valores Mobiliários**

18.1 - Direitos Das Ações 361

# Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 362

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 364

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 365

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 366

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 370

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 371

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 372

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 373

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 374

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 375

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 376

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 377

**19. Planos de Recompra/tesouraria**

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 378

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 379

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 381

**20. Política de Negociação**

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 382

20.2 - Outras Informações Relevantes 383

**21. Política de Divulgação**

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 385

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 387

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 389

21.4 - Outras Informações Relevantes 390

# 1.0 - Identificação dos responsáveis

| | |
|---|---|
| **Nome do responsável pelo conteúdo do formulário** | **Frederico Trajano Inácio Rodrigues** |
| **Cargo do responsável** | Diretor Presidente |

| | |
|---|---|
| **Nome do responsável pelo conteúdo do formulário** | **Roberto Bellissimo Rodrigues** |
| **Cargo do responsável** | Diretor de Relações com Investidores |

# 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

## 1.1 - Declaração do Diretor Presidente

| | |
|---|---|
| **Nome do responsável pelo conteúdo do formulário** | **Frederico Trajano Inácio Rodrigues** |
| **Cargo do responsável** | Diretor Presidente |

**O Diretor Presidente acima qualificado declara que:**

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

DocuSigned by:
Frederico Trajano Inácio Rodrigues
Signed By: FREDERICO TRAJANO INACIO RODRIGUES:25392960847
CPF: 25392960847
Signing Time: 29/07/2020 | 17:25:23 BRT
ICP Brasil
5DE9CBB7EE394347AE9ABC7D0CBD4C1C

**Frederico Trajano Inácio Rodrigues**

# 1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

## 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

| | |
|---|---|
| **Nome do responsável pelo conteúdo do formulário** | **Roberto Bellissimo Rodrigues** |
| **Cargo do responsável** | Diretor Financeiro e de Relações com Investidores |

**O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:**

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

DocuSigned by:
Roberto Bellissimo Rodrigues
Assinado por: ROBERTO BELLISSIMO RODRIGUES:25167402808
CPF: 25167402808
Data/Hora da Assinatura: 28/07/2020 | 21:37:00 BRT
ICP Brasil
495393FB0C244DA3966955229BCD1FC2

**Roberto Bellissimo Rodrigues**

## 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

## 2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

| | |
|---|---|
| **Possui auditor?** | SIM |
| **Código CVM** | 418-9 |
| **Tipo auditor** | Nacional |
| **Nome/Razão social** | KPMG Auditores Independentes |
| **CPF/CNPJ** | 57.755.217/0001-29 |
| **Data Início** | 01/01/2017 |
| **Descrição do serviço contratado** | Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros – International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020; (ii) revisão das informações trimestrais (ITR) da Companhia referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018, 2019 e 2020; e (iii) procedimentos pré-acordados no âmbito da oferta pública subsequente de ações, com esforços restritos, de emissão da Companhia realizadas em (a) outubro de 2019; e (b) março de 2021. |
| **Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço** | No último exercício social, os auditores independentes da Companhia auferiram honorários no valor de R$ 2.031.151,00 referente aos serviços de auditoria e revisões trimestrais de 2020. |
| **Justificativa da substituição** | Não aplicável, pois não houve substituição dos auditores. |
| **Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor** | N/A |

| Nome responsável técnico | DATA_INICIO_ATUACAO | CPF | Endereço |
|---|---|---|---|
| Fernando Rogério Liani | 01/10/2017 | 264.351.628-16 | Av. Presidente Vargas, 2121, 14º andar, salas 1401 a 1405, 1409 e 1410, Jardim América, Ribeirão Preto, SP, Brasil, CEP 14020-260, e-mail: fliani@kpmg.com.br |
| Marcelle Mayume Komukai | 01/07/2018 | 019.654.449-11 | Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A, Chácara Sto. Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04707-970, e-mail: mmkomukai@kpmg.com.br |

## 2.3 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 2.

## 3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

| (Reais) | Exercício social (31/12/2020) | Exercício social (31/12/2019) | Exercício social (31/12/2018) |
|---|---|---|---|
| Patrimônio Líquido | 7.280.827.000,00 | 7.564.937.000,00 | 2.302.872.000,00 |
| Ativo Total | 24.647.203.000,00 | 19.791.073.000,00 | 8.796.741.000,00 |
| Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos | 29.177.113.000,00 | 19.886.310.000,00 | 15.590.444.000,00 |
| Resultado Bruto | 7.519.962.000,00 | 5.553.961.000,00 | 4.537.422.000,00 |
| Resultado Líquido | 391.709.000,00 | 921.828.000,00 | 597.429.000,00 |
| Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades) | 6.463.387.160 | 1.620.602.556 | 1.511.713.528 |
| Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade) | 1,133351 | 1,166994 | 0,380838 |
| Resultado Básico por Ação | 0,061000 | 0,142250 | 0,098813 |
| Resultado Diluído por Ação | 0,06 | 0,14 | 0,09 |

## 3.2 - Medições Não Contábeis

**(a) valor das medições não contábeis; (b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; e (c) Motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de nossa condição financeira e do resultado de nossas operações.**

**EBITDA e Margem EBITDA**

O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM n° 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada ("**Instrução CVM 527**"). O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas contábeis segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e não devem ser considerados como substituto para o lucro líquido e não poderá ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. Ademais, uma vez que o EBITDA e a Margem EBITDA não consideram certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, depreciação e amortização, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores da nossa rentabilidade.

O EBITDA é um indicador de desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros, dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

**Reconciliação do EBITDA com o Lucro líquido:**

| **(em R$ mil, *exceto* %)** | **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de** | | |
|---|---|---|---|
| | **2020** | **2019** | **2018** |
| Lucro líquido do exercício | 391.709 | 921.828 | 597.429 |
| (+/-) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos | 22.372 | 296.322 | 189.434 |
| (+) Resultado financeiro líquido | 410.495 | 70.413 | 294.688 |
| (+) Depreciação e amortização | 702.523 | 486.975 | 163.690 |
| **EBITDA** | 1.527.099 | **1.775.538** | **1.245.241** |
| **Margem Ebitda** | 5,2% | **8,9%** | **8,0%** |

**Dívida Bruta, Caixa Líquido e do Caixa Líquido Ajustado**

A Dívida Bruta corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante). Quando o saldo do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes) é subtraído pela dívida bruta, obtém-se o Caixa Líquido. O Caixa Líquido Ajustado refere-se ao Caixa Líquido subtraído do contas a receber de cartões de crédito não descontado (terceiros e de partes relacionadas).

## 3.2 - Medições Não Contábeis

O Caixa Líquido e Caixa Líquido Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Caixa Líquido e o Caixa Líquido Ajustado de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Caixa líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

| (em R$ mil, exceto %) | Em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante) [1] | (1.667.181) | (9.967) | (130.743) |
| Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (não circulante) [1] | (19.581) | (838.862) | (325.224) |
| **Dívida Bruta** | **(1.686.762)** | **(848.829)** | **(455.967)** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.681.376 | 305.746 | 599.087 |
| Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante) [1] | 1.221.779 | 4.448.158 | 409.111 |
| Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (não circulante) [1] | - | 214 | 214 |
| **Caixa Líquido** | **1.216.393** | **3.905.289** | **552.445** |
| Cartões de crédito terceiros[2] | 3.847.324 | 2.121.008 | 1.492.316 |
| Cartão de crédito de partes relacionadas[2] | 2.249.014 | 269.485 | 106.687 |
| **Caixa Líquido Ajustado** | **7.312.731** | **6.295.782** | **2.151.448** |
| Dívida bruta de curto prazo (circulante) /Dívida Bruta | 98,8% | 1,2% | 28,7% |
| Dívida bruta de longo prazo (não circulante)/Dívida Bruta | 1,2% | 98,8% | 71,3% |

(1) Outros passivos financeiros e outros ativos financeiros referem-se a objeto e instrumentos de hedge liquidados no exercício de 2018.
(2) Atualmente é prática da Companhia a antecipação de recebíveis de cartões de créditos de terceiros e de partes relacionadas. Assim, são ajustados ao caixa líquido, propiciando melhor leitura do desempenho financeiro e liquidez da Companhia.

| (em R$ mil, exceto índice) | Em 31 dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| EBITDA | 1.527.099 | 1.775.538 | 1.245.241 |
| Caixa Líquido / EBITDA | 0,8x | 2,2x | 0,4 x |
| Caixa Líquido Ajustado / EBITDA | 4,8x | 3,5x | 1,7 x |

### Capital de Giro e Capital de Giro Ajustado

Calculamos o Capital de Giro como sendo o ativo circulante menos o saldo de: (i) caixa e equivalentes de caixa; e (ii) títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante), subtraído dos saldos do passivo circulante menos o saldo de: (a) empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante), e (b) dividendos a pagar. O Capital de Giro Ajustado refere- se ao Capital de Giro subtraído do saldo de contas a receber de cartões de crédito (terceiros e de partes relacionadas). Atualmente é prática da Companhia a antecipação de recebíveis de cartões de créditos de terceiros e de partes relacionadas. Assim, são ajustados à dívida líquida, propiciando melhor leitura do desempenho financeiro e liquidez da Companhia.

## 3.2 - Medições Não Contábeis

Outras companhias podem calcular o Capital de Giro de maneira diferente da Companhia.

O Capital de Giro e o Capital de Giro Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o Capital de Giro e o Capital de Giro Ajustado de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Capital de Giro e do Capital de Giro Ajustado é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de curto prazo (circulante).

| (em R$ mil, exceto %) | Em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| Ativo circulante | 16.798.810 | 12.841.161 | 6.412.390 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (1.681.376) | (305.746) | (599.087) |
| Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante) | (1.221.779) | (4.448.158) | (409.111) |
| **Ativo Circulante Operacional** | **13.895.655** | **8.087.257** | **5.404.192** |
| Passivo circulante | 13.416.145 | 8.002.587 | 5.388.598 |
| Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante) | (1.667.181) | (9.967) | (130.743) |
| Dividendos a pagar | (39.953) | (123.566) | (182.000) |
| **Passivo Circulante Operacional** | **11.709.011** | **7.869.054** | **5.075.855** |
| **Capital de Giro** | **2.186.644** | **218.203** | **328.337** |
| Cartões de crédito terceiros | (3.847.324) | (2.121.008) | (1.492.316) |
| Cartão de crédito de partes relacionadas | (2.249.014) | (269.485) | (106.687) |
| **Capital de Giro Ajustado** | **(3.909.694)** | **(2.172.290)** | **(1.270.666)** |

### Capital Fixo

Calculamos o Capital Fixo como sendo o total do ativo não circulante desconsiderando o saldo de títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (não circulante), subtraído do total do passivo não circulante desconsiderando o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (não circulante).

O Capital Fixo não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Capital Fixo de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Capital Fixo é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de longo prazo.

| (em R$ mil, exceto %) | Em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| Total do ativo não circulante | 7.848.393 | 6.949.912 | 2.384.351 |
| Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (não circulante) | - | (214) | (214) |
| **Total do ativo não circulante ajustado** | **7.848.393** | **6.949.698** | **2.384.137** |
| Total do passivo não circulante | 3.905.771 | 4.223.549 | 1.105.271 |
| Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (não circulante) | (19.581) | (838.862) | (325.224) |
| **Total do passivo não circulante ajustado** | **3.886.190** | **3.384.687** | **780.047** |
| **Capital Fixo** | **3.962.203** | **3.565.011** | **1.604.090** |

# 3.2 - Medições Não Contábeis

**Lucro líquido operacional - NOPLAT**

O lucro líquido operacional – NOPLAT (*Net Operating Profits Less Adjusted Taxes*) é o lucro líquido antes do resultado financeiro, exceto os encargos sobre antecipação de cartão de crédito, líquidos do efeito calculado de imposto de renda e contribuição social. Acreditamos que o lucro líquido operacional é uma importante ferramenta comparativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

O lucro líquido operacional não é uma medida contábil segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido e não poderá ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O lucro líquido operacional não possui significado padrão e a nossa definição de lucro líquido operacional pode não ser comparável com a definição de lucro líquido operacional de outras companhias.

**Cálculo do lucro líquido operacional**

| (em R$ mil, exceto %) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2020 |
| Lucro líquido | 391.709 | 921.828 | 597.429 |
| (+) Resultado financeiro líquido | 410.495 | 70.413 | 294.688 |
| (-) Despesas financeiras: Encargos sobre antecipação de cartão de crédito[1] | (239.838) | (402.308) | (305.422) |
| **Impostos** | | | |
| **(+/-)** Efeito IR/CS sobre resultado financeiro[2] | (139.568) | (23.940) | (100.194) |
| (+/-) Efeito IR/CS sobre despesas financeiras: Encargos sobre antecipação de cartão de crédito[3] | 81.545 | 136.785 | 103.843 |
| **Lucro líquido operacional - NOPLAT** | **504.343** | **702.778** | **590.344** |

(1) As despesas com encargos sobre antecipação de cartão de crédito são ajustados ao lucro líquido operacional por se tratarem de despesas financeiras diretamente atribuíveis às receitas de vendas, onde se utiliza o meio de pagamento cartão de crédito.
(2) Efeito calculado pela alíquota vigente de imposto de renda e contribuição social (34%) sobre o resultado financeiro.
(3) Efeito calculado pela alíquota vigente de imposto de renda e contribuição social (34%) sobre os encargos sobre antecipação de cartão de crédito.

**Capital Investido Total, ROIC e ROE**

O ROIC (*Return on Invested Capital*) é o lucro líquido operacional (NOPLAT) dividido pelo capital investido total da Companhia, sendo o capital investido total calculado pela soma do capital de giro e o capital fixo. O ROE (*Return on Equity*) é o lucro líquido dividido pelo Patrimônio Líquido da Companhia.

O ROIC e ROE não são medidas contábeis reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROIC e ROE de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do ROIC e ROE são úteis para a medição do resultado e do retorno da Companhia em relação aos seus investimentos, sendo uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

**Cálculo do Capital Investido Total, ROIC e ROE**

## 3.2 - Medições Não Contábeis

| (em R$ mil, exceto %) | Em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| Capital de Giro[1] | 2.186.644 | 218.203 | 328.337 |
| Capital Fixo[1] | 3.962.203 | 3.565.011 | 1.604.090 |
| **Capital Investido Total** | **6.148.847** | **3.783.214** | **1.932.427** |
| Lucro Líquido Operacional – NOPLAT[1] | 504.343 | 702.228 | 590.344 |
| **ROIC** | **8,2%** | **18,6%** | **30,5%** |
| Patrimônio Líquido | 7.325.287 | 7.564.937 | 2.302.872 |
| Lucro líquido | 391.709 | 921.828 | 597.429 |
| **ROE** | **5,3%** | **12,2%** | **25,9%** |

(1) O cálculo para a reconciliação do capital de giro, capital fixo e lucro líquido operacional - NOPLAT estão descritos neste item 3.2.

## 3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Em 02 de março de 2021, a Companhia comunicou ao mercado a aquisição, através de sua controlada Softbox, da VipCommerce Sistemas Ltda, uma startup de tecnologia no modelo Software as a Service (SaaS). A VipCommerce é uma plataforma de e-commerce white-label criada exclusivamente para atender o varejo alimentar, permitindo que supermercados e atacarejos vendam online, reforçando sua marca e o relacionamento com seus clientes. Com uma solução completa de e-commerce, a VipCommerce oferece não apenas uma loja online (incluindo desktop, celular e aplicativo), como também a gestão total do ciclo do pedido, desde a compra até a entrega final. A aquisição da VipCommerce permitirá que milhares de supermercados juntem forças com a Companhia em sua categoria de mercado.

## 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **a. regras sobre retenção de lucros** | O Estatuto Social da Companhia prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houvesse, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação:<br>Reserva Legal: 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. | O Estatuto Social da Companhia prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houvesse, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação:<br>Reserva Legal: 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito.<br>Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de julho de 2020, que aprovou as demonstrações financeiras de 2019, tendo em vista o resultado da Companhia verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo do lucro remanescente foi destinado para a reserva de retenção de lucros, após a destinação para a reserva legal e pagamento de dividendos. | O Estatuto Social da Companhia prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houvesse, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação:<br>Reserva Legal: 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito.<br>Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de abril de 2019, que aprovou as demonstrações financeiras de 2018, tendo em vista o resultado da Companhia verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o saldo do lucro remanescente foi destinado para a reserva de retenção de lucros, após a destinação para a reserva legal e pagamento de dividendos. |
| **a.i. Valores das retenções de lucros** | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R$ 391.709 mil, o qual será aprovado em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até abril de 2021, sendo que a proposta para retenção do lucro será divulgada pelo Conselho de Administração em observância ao prazo legal. | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R$921.827.839,06, o qual foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, sendo que (i) R$43.356.523,36 foram destinados à reserva legal; (ii) R$322.639.743,67 foram destinados ao pagamento de dividendos aos acionistas; (iii) R$54.697.371,82 foram destinados à reserva de incentivos fiscais; e (iv) R$501.134.200,21 foram destinados à reserva de reforço de capital de giro. | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R$597.429.013,55, o qual foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, sendo que (i) R$25.721.878,16 foram destinados à reserva legal; (ii) R$182.000.000,00 foram destinados ao pagamento de dividendos aos acionistas; (iii) R$82.991.450,37 foram destinados à reserva de incentivos fiscais; e (iv) R$306.715.685,02 foram destinados à reserva de reforço de capital de giro. |
| **a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados** | A proposta para retenção do lucro e, consequentemente, seu percentual em relação aos lucros totais declarados, será divulgada pelo Conselho de Administração em observância ao prazo legal. | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal; (ii) 35,00% foram destinados ao pagamento de dividendos aos acionistas; (iii) 5,93% foram destinados à reserva de incentivos fiscais; e (iv) 54,36% foram destinados à reserva de reforço de capital de giro. | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal; (ii) 31,83% foram destinados ao pagamento de dividendos aos acionistas; (iii) 13,89% foram destinados à reserva de incentivos fiscais; e (iv) 51,34% foram destinados à reserva de reforço de capital de giro. |

## 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **b. regras sobre distribuição de dividendos** | O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 15% do lucro líquido ajustado fosse, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, podendo ser antecipado no curso do exercício até a ata de Assembleia Geral Ordinária que determina o respectivo montante, previamente autorizado pelo Conselho de Administração, observadas as demais regras do Estatuto Social e a legislação aplicável. | O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 15% do lucro líquido ajustado fosse, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, podendo ser antecipado no curso do exercício até a ata de Assembleia Geral Ordinária que determina o respectivo montante, previamente autorizado pelo Conselho de Administração, observadas as demais regras do Estatuto Social e a legislação aplicável. | O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 15% do lucro líquido ajustado fosse, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, podendo ser antecipado no curso do exercício até a ata de Assembleia Geral Ordinária que determina o respectivo montante, previamente autorizado pelo Conselho de Administração, observadas as demais regras do Estatuto Social e a legislação aplicável. |
| **c. periodicidade das distribuições de dividendos** | Em 31 de dezembro de 2020, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos.<br>Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no nosso Estatuto Social. | Em 31 de dezembro de 2019, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos.<br>Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no nosso Estatuto Social. | Em 31 de dezembro de 2018, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos.<br>Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no nosso Estatuto Social. |
| **d. restrições à distribuição de dividendos** | Em 31 de dezembro de 2020, o Estatuto Social da Companhia previa restrição à distribuição de dividendos de 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. | Em 31 de dezembro de 2019, o Estatuto Social da Companhia previa restrição à distribuição de dividendos de 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. | Em 31 de dezembro de 2018, o Estatuto Social da Companhia previa restrição à distribuição de dividendos de 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. |
| **e. política de destinação de resultados** | Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2018, estabelecendo as diretrizes para a destinação dos resultados auferidos pela Companhia, e buscando dar transparência aos acionistas, investidores e demais interessados, acerca do processos adotados, disponibilizando, tempestivamente, o conjunto de | Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2018, estabelecendo as diretrizes para a destinação dos resultados auferidos pela Companhia, e buscando dar transparência aos acionistas, investidores e demais interessados, acerca do processos adotados, disponibilizando, tempestivamente, o conjunto de | Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2018, estabelecendo as diretrizes para a destinação dos resultados auferidos pela Companhia, e buscando dar transparência aos acionistas, investidores e demais interessados, acerca do processos adotados, disponibilizando, tempestivamente, o conjunto de |

## 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| | informações necessárias para subsidiar a avaliação e tomada de decisão de investimento e realização de outras transações com a Companhia. A política deliberava sobre atribuições e responsabilidades da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento da Diretoria Executiva e do Departamento de Relações com Investidores. Deliberava também sobre diretrizes, ressaltando que as decisões sobre a alocação dos recursos devem respeitar as situações econômico-financeiras da Companhia, bem como suas estratégias de negócios, compreendendo: (i) capacidade de geração de caixa; (ii) necessidade de realização de investimentos e reservas; (iii) cenários e perspectivas dos mercados potenciais de atuação; e iv) realização das receitas previstas no orçamento. Além disso, a política previa, nos termos do Estatuto social, reserva legal, reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio e reserva de lucros. | informações necessárias para subsidiar a avaliação e tomada de decisão de investimento e realização de outras transações com a Companhia. A política deliberava sobre atribuições e responsabilidades da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento da Diretoria Executiva e do Departamento de Relações com Investidores. Deliberava também sobre diretrizes, ressaltando que as decisões sobre a alocação dos recursos devem respeitar as situações econômico-financeiras da Companhia, bem como suas estratégias de negócios, compreendendo: (i) capacidade de geração de caixa; (ii) necessidade de realização de investimentos e reservas; (iii) cenários e perspectivas dos mercados potenciais de atuação; e iv) realização das receitas previstas no orçamento. Além disso, a política previa, nos termos do Estatuto social, reserva legal, reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio e reserva de lucros. | informações necessárias para subsidiar a avaliação e tomada de decisão de investimento e realização de outras transações com a Companhia. A política deliberava sobre atribuições e responsabilidades da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento da Diretoria Executiva e do Departamento de Relações com Investidores. Deliberava também sobre diretrizes, ressaltando que as decisões sobre a alocação dos recursos devem respeitar as situações econômico-financeiras da Companhia, bem como suas estratégias de negócios, compreendendo: (i) capacidade de geração de caixa; (ii) necessidade de realização de investimentos e reservas; (iii) cenários e perspectivas dos mercados potenciais de atuação; e iv) realização das receitas previstas no orçamento. Além disso, a política previa, nos termos do Estatuto social, reserva legal, reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio e reserva de lucros. |

## 3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

| (Reais) | Exercício social 31/12/2020 | Exercício social 31/12/2019 | Exercício social 31/12/2018 |
|---|---|---|---|
| Lucro líquido ajustado | 377.742.000,00 | 878.471.000,00 | 571.707.000,00 |
| Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%) | 45,004262 | 36,727421 | 31,834489 |
| Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%) | 5,347354 | 12,185534 | 25,942779 |
| Dividendo distribuído total | 170.000.000,00 | 322.639.743,67 | 182.000.000,00 |
| Lucro líquido retido | 221.709.000,00 | 599.188.095,40 | 415.429.000,00 |
| Data da aprovação da retenção | | 27/07/2020 | 12/04/2019 |

| Lucro líquido retido | Montante | Pagamento dividendo | Montante | Pagamento dividendo | Montante | Pagamento dividendo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Juros Sobre Capital Próprio** | | | | | | |
| Ordinária | 170.000.000,00 | | 170.000.000,00 | 19/08/2020 | 50.000.000,00 | 25/04/2018 |
| **Dividendo Obrigatório** | | | | | | |
| Ordinária | | | 152.639.743,67 | 19/08/2020 | 75.000.000,00 | 25/04/2018 |

## 3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Nos últimos três exercícios sociais, não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas.

## 3.7 - Nível de Endividamento

| Exercício Social | Soma do Passivo Circulante e Não Circulante | Tipo de índice | Índice de endividamento | Descrição e motivo da utilização de outro índice |
|---|---|---|---|---|
| **31/12/2020** | 17.321.916.000,00 | Índice de Endividamento | 2,36467404 | |

## 3.8 - Obrigações

| Exercício social (31/12/2020) | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Tipo de Obrigação | Tipo de Garantia | Outras garantias ou privilégios | Inferior a um ano | Um a três anos | Três a cinco anos | Superior a cinco anos | Total |
| Empréstimo | Quirografárias | | 1.667.179.926,17 | 17.725.278,45 | 1.855.414,80 | 0,00 | 1.686.760.619,42 |
| Total | | | 1.667.179.926,17 | 17.725.278,45 | 1.855.414,80 | 0,00 | 1.686.760.619,42 |

**Observação**

As informações acima referem-se às demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. O total demonstrado na tabela acima considera o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante).

## 3.9 - Outras Informações Relevantes

Para mais informações sobre empréstimos, financiamentos e outras obrigações da Companhia, incluindo a existência de disposições sobre *cross-default* nos contratos e valores mobiliários representativos de dívida da Companhia, ver item 10.1.f deste Formulário de Referência.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações contábeis da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios atuais e futuros, situação patrimonial e financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos neste Formulário de Referência. Os riscos descritos são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os atuais e/ou potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na nossa participação no mercado, na nossa reputação, nos negócios atuais e futuros, situação patrimonial e financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia e das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

**(a) à Companhia**

**A pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19), impactou e pode continuar impactando nossas operações, canais de venda, resultados operacionais e fluxos de caixa. A extensão e gravidade de tais efeitos nos nossos negócios dependem de eventos futuros altamente imprevisíveis.**

A declaração da pandemia do COVID-19 em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) provocou a adoção de uma série de medidas restritivas pelas autoridades governamentais no Brasil e no mundo, visando limitar a circulação de pessoas para contenção do surto. Dentre tais medidas, foram adotadas quarentenas e *lockdowns* com fechamento de atividades de setores da economia não considerados essenciais, e rigorosas medidas de restrição a circulação e isolamento social. Neste cenário de bastante incerteza, devido à alta exposição dos nossos clientes e colaboradores à contaminação pela doença, a administração decidiu pelo fechamento temporário de todas as nossas lojas físicas durante o período de março a abril de 2020.

Após esse período, nossas operações de lojas físicas passaram por um processo de reabertura gradual exclusivamente para transações de recebimento de pagamentos e retirada de mercadorias vendidas pelos demais canais de venda, mediante autorização de decretos

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

municipais e, principalmente, mediante avaliação interna de segurança de reabertura baseada em trabalhos de data analytics voltados para o monitoramento de casos da doença em nível municipal e adoção de rigorosos protocolos de segurança sanitária, até o reestabelecimento total das operações das lojas físicas. No entanto, em decorrência do aumento da disseminação do vírus observada no início do exercício de 2021 e das incertezas decorrentes deste cenário, verificamos uma retomada do processo de fechamento temporário das lojas físicas de acordo com medidas restritivas adotadas em determinados municípios através de medidas de isolamento e *lockdowns*.

Frente a este cenário, não temos previsibilidade quanto ao surgimento de uma nova onda de disseminação do vírus, sua extensão ou duração de seus impactos, e poderemos verificar efeitos adversos de redução de vendas de lojas físicas, e consequente redução da diluição de despesas fixas, dificuldades no abastecimento de mercadorias para revenda assim como aumento dos preços de aquisição, aumento das despesas com frete das vendas do e-commerce, e redução das margens de retorno nos meses subsequentes, enquanto durarem as restrições de circulação e medidas de isolamento por quarentenas e *lockdowns*. Adicionalmente, verifica-se no país um cenário de recessão/desaceleração econômica com alta probabilidade de impactar significativamente os níveis de emprego e renda da população e a atividade econômica, refletido na redução dos níveis de demanda por consumo de produtos oferecidos nos nossos canais de vendas, e consequentemente impactando nossas margens de retorno.

Outros surtos de doenças transmissíveis, tais como as provocadas pelo novo coronavírus, podem ocorrer futuramente e afetar significativamente a economia e nossas operações. E caso aconteçam, não conseguimos garantir que seremos capazes de tomar as providências necessárias para mitigar riscos de tais impactos adversos nos nossos negócios. O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desse evento mundial pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

***Se não implementarmos totalmente nossa estratégia de crescimento e transformação digital, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.***

A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e ações relativas à nossa estratégia de crescimento e transformação digital dependem de fatores críticos de sucesso, dentre os quais nossa competência e capacidade de:

- Proteger o poder da nossa marca;
- Abrir novas lojas físicas, novas operações de e-commerce e expandir nossa cobertura geográfica;
- Expandir e reter nossa base de sellers na plataforma digital, bem como fortalecer e expandir a oferta e variedade de serviços que lhes são oferecidas, em condições competitivas;

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Alavancar as vendas e aumentar a rentabilidade de nossas operações para clientes atuais e atrair novos clientes;
- Fortalecer e expandir a oferta e variedade de produtos e distintos serviços em condições competitivas para nossa base de clientes;
- Aperfeiçoar a experiência de vendas por meio da multicanalidade alinhada com a competente gestão das operações comerciais, logísticas e de gestão de estoques;
- Gerenciar a captação e aplicação dos recursos financeiros; e
- Dar continuidade à nossa estratégia de transformação digital, por meio da inclusão digital de nossos clientes, o aprimoramento contínuo de nossas operações multicanais, desenvolvimento de nossa plataforma digital e os produtos e serviços a ela associados, reformulação e digitalização de nossas lojas físicas e fortalecimento de nossa cultura digital.

Não podemos assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito, simultaneamente e por completo. O insucesso em implementar nossas estratégias pode afetar adversamente nossos negócios.

***Se não conseguirmos manter nossa cultura e nossa marca no processo de expansão, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.***

Acreditamos que nosso potencial de crescimento e o alcance de nossas metas corporativas orientadas por resultados positivos financeiros e não financeiros estão diretamente relacionados à nossa capacidade de atrair e manter os melhores colaboradores compromissados com nossa cultura e nossa marca.

Na medida em que expandimos nossos negócios para diferentes naturezas e localidades, podemos ser incapazes de identificar, contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de colaboradores alinhados à nossa cultura corporativa. Tal falha poderia resultar em uma piora em nosso atendimento ao cliente e/ou no desempenho dos nossos colaboradores, e consequentemente em um enfraquecimento da nossa marca. Entendemos que nossa cultura organizacional e a nossa marca são cruciais para nossos planos de negócio. O insucesso em manter tal cultura e marca pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

***A perda de membros da nossa alta administração e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores qualificados podem causar um efeito adverso sobre as nossas atividades, situação patrimonial e financeira e resultados operacionais.***

Nosso crescimento e desempenho dependem em grande parte de esforços e da capacidade da nossa alta administração formada por experientes executivos e funcionários-chave que detêm amplo conhecimento do nosso negócio. A perda dos membros da nossa alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios e nossos resultados operacional e financeiro. Além disso, caso venhamos a perder algum desses profissionais-chave, podemos não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. Nosso sucesso também depende de nossa habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais funcionários altamente qualificados é intensa, e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se não formos capazes de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, poderemos não ter

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, consequentemente, nossos resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

***Podemos ser responsabilizados pelo inadimplemento e comercialização de produtos inadequados por parte de vendedores parceiros cadastrados em nossa plataforma de marketplace, podendo causar danos à nossa imagem, marcas e aos nossos resultados operacionais e financeiros.***

Por meio de nossa plataforma de marketplace, possibilitamos que vendedores parceiros se cadastrem e ofereçam seus produtos dentro de nossos canais de e-commerce. Por meio deste modelo, nós somos intermediários das transações de venda, não estando sob nosso controle o cumprimento das obrigações e responsabilidades dos vendedores parceiros perante os respectivos clientes. Caso algum desses vendedores parceiros não cumpra com suas obrigações perante os clientes, nós podemos ter nossos indicadores de atendimento aos clientes impactados negativamente, sofrer sanções de órgãos reguladores e verificar aumento do número de ações judiciais na esfera cível e tributária, dentre outros, bem como ser obrigados a arcar com custos perante os clientes que adquiriram seus produtos por meio da plataforma de marketplace. Podemos ainda ser responsabilizados por vendedores parceiros comercializarem, ou mesmo cadastrarem e oferecerem em nossa plataforma, produtos falsificados, ilícitos e/ou ilegais, bem como que infrinjam direitos de propriedade intelectual ou de distribuição. Estes aspectos podem afetar adversamente nossos resultados operacionais e financeiros, nossa imagem e reputação, bem como queda no valor de nossas ações.

***Problemas em nossos sistemas de tecnologia da informação, ou a incapacidade (inclusive Luizalabs) de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, poderão impactar adversamente nossas operações.***

Nossas operações e de nossas controladas dependem em grande parte do nosso sistema de informação, que é importante ferramenta de administração de nossos recursos e controle dos nossos ativos tangíveis e intangíveis relevantes. Problemas de operação ou de segurança em nossos sistemas podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento. Caso não sejamos capazes de efetuar os reparos a tempo e, se essa eventual interrupção se prolongar e causar a indisponibilidade de acesso ao sistema e/ou às informações, nossas operações e nossos controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente nossos resultados. Caso não sejamos (inclusive Luizalabs) capazes de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Nosso sucesso e habilidade de vender produtos online e oferecer serviços de alta qualidade a nossos clientes dependem da operação eficiente e ininterrupta de nossos sistemas de tecnologia da informação e computação. Qualquer falha de nossos sistemas de computação e tecnologia da informação em operar efetivamente ou de se integrar a outros sistemas, inadequações de performance ou violações em segurança podem causar interrupções ou falhas nos sistemas, que como consequência podem causar a indisponibilidade de nosso e-commerce, afetar a efetivação de pedidos de vendas e a entrega de produtos, resultando em perdas à nossa performance de vendas do e-commerce. Além do mais, falhas nos controles de segurança da rede também podem afetar nossa performance, uma vez que os servidores são vulneráveis a ataques de vírus e quebras na segurança, podendo causar interrupções, atrasos, perdas de dado ou incapacidade de aceitar e completar ordens. Nossos sistemas de back-up para determinados aspectos de nossas operações não são totalmente redundantes e nosso plano de recuperação de desastres pode não cobrir todos estes eventos.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Quaisquer falhas ou problemas podem, no futuro, afetar adversamente o número de clientes interessados em comprar os produtos que nós oferecemos. Fatores que poderiam ocorrer e prejudicar significativamente nossas operações incluem: falhas no sistema e interrupções por perda de energia, falhas em telecomunicações, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas e situações similares, erros de softwares, vírus de computadores, disfunções físicas ou eletrônicas em nossos sistemas de computadores e data centers. Além disso, quaisquer interrupções que afetem nossos sites também poderiam causar danos à nossa reputação, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e nos expor a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades. Nós não temos seguros de interrupção de negócios para compensação por perdas que possam ocorrer como resultado de quaisquer desses eventos. Assim, nossos resultados de operações podem ser negativamente afetados caso qualquer das interrupções descritas acima ocorra.

***Interrupções ou falhas dos sistemas informatizados podem afetar nossas vendas.***

Nosso desempenho de vendas, e de nossas controladas, podem ser impactados em caso de interrupções ou falhas de sistema que venham a tornar os canais do e-commerce e sistemas de lojas indisponíveis ou que impeçam o atendimento dos pedidos e a expedição das vendas de forma eficiente. Adicionalmente, falhas nos controles de segurança de rede podem também afetar o desempenho, uma vez que os servidores estão vulneráveis a vírus, quebras ou panes, que podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de aceitar e atender aos pedidos dos clientes, podendo impactar adversamente nossos resultados operacionais.

***Uma falha no nosso sistema de segurança, ou de nossas controladas, com relação à proteção de informações confidenciais de nossos clientes e de nossa rede poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca e afetar substancialmente nosso negócio e os resultados das operações.***

Uma das maiores dificuldades relacionadas ao comércio eletrônico, comunicação online e tecnologia da informação é a transmissão segura de informações confidenciais em redes públicas e o armazenamento seguro de dados em nossos sistemas conectados a redes públicas. Uma falha em impedir essas quebras de segurança poderá prejudicar nossa reputação e nossa marca e, ainda, afetar substancialmente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Atualmente, a maior parte de nossas vendas é debitada diretamente das contas de cartão de crédito e débito de nossos clientes. Dependemos de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos poderão resultar na exposição de falhas nas tecnologias que utilizamos para proteger dados pessoais fornecidos pelos clientes durante as operações de compra. Ainda, nós estamos suscetíveis a usos impróprios ou ilegais, incluindo vendas fraudulentas e ilícitas nos meios de pagamento aceito por nós, bem como fraudes bancárias, que podem resultar em perdas financeiras.

Além disso, armazenamos nosso banco de dados, que contém detalhadas informações demográficas e de vendas de cada um de nossos clientes, em nossa intranet, que está sujeita a ataques externos de usuários de redes públicas. Qualquer comprometimento de nossa segurança poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca e nos expor a situações de litígio, nas quais poderemos ser obrigados a indenizar a parte prejudicada, afetando, assim, negativamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Ademais, qualquer

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pessoa capaz de burlar as nossas medidas de segurança poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em nossas operações.

A Netshoes celebrou o TAC nº01/2018 com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios após o incidente de segurança ocorrido em 2017 envolvendo a sua base de dados dos clientes. Novos incidentes dessa natureza podem sujeitar a Companhia ou suas subsidiárias a Termos de Compromisso (semelhantes ou não) ou outras penalidades nos termos da legislação aplicável.

Adicionalmente, estamos sujeitos a legislações que podem exigir notificação a órgãos reguladores, clientes ou funcionários, assim como podemos ter que reembolsar clientes ou operadores de cartões de crédito por quaisquer recursos furtados em decorrência de quaisquer violações ao nosso sistema de segurança, situações que poderiam aumentar significativamente os nossos custos e reduzir nossa atratividade.

Em consequência da grande dependência da tecnologia para as atividades da Companhia, também podemos incorrer em perdas financeiras devido a impactos nas nossas operações. Adicionalmente, nossos sistemas de informação estão expostos a vírus, maliciosos (malware) e outros problemas, como por exemplo crimes e ataques cibernéticos, que podem interferir inesperadamente nas operações. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados de operações e perdas financeiras.

***Nossa incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual, bem como qualquer violação de propriedade intelectual contra nós, podem ter um impacto negativo em nossos resultados operacionais***

Nossas marcas e patentes, direitos autorais, domínios e outras propriedades intelectuais (incluindo aquelas relacionadas à tecnologia, produtos e marcas próprias) são ativos valiosos essenciais para o nosso sucesso. Qualquer falha em proteger nossa propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais. O monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual é difícil, e assim podemos não proteger adequadamente nossos direitos ou impedir que terceiros se apropriem destes. Ocasionalmente terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para produtos ou soluções que atendam ao nosso mercado. Há também o risco de a Companhia não conseguir renovar o registro de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os concorrentes contestem ou invalidem quaisquer propriedades intelectuais existentes ou futuras enviadas para a Companhia ou licenciadas pela Companhia. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de nossos direitos de propriedade, e se não obtivermos êxito em defesa, nossos negócios podem ser negativamente impactados.

***A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.***

A Lei nº 13.709/2018, conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (“**LGPD**”) regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação, vazamentos de dados pessoais e a transferência de dados pessoais, bem como estabelece sanções para o descumprimento de suas disposições.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, a LGPD autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("**ANPD**"), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD, que na data de elaboração deste documento ainda não foi efetivamente estruturada pelo Poder Público.

Ademais, necessário esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto às suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), cuja aplicabilidade somente será possível a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Todavia, neste cenário (anterior à vigência das sanções administrativas previstas na LGPD), o descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Além disso, com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, a Companhia poderá estar sujeita às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, poderão acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão das atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, consequentemente, o valor das suas ações.

***Dificuldades na gestão do risco de liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o nosso crescimento.***

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de nossos ativos e passivos, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras por nós assumidas, nos prazos estabelecidos. Descontamos nossos recebíveis e contamos com linhas de crédito junto a instituições financeiras, bem como possuímos acesso ao mercado de capitais, com o objetivo de obter capital de giro para nossas atividades operacionais. Dificuldades em realizar esses descontos, acessar instituições financeiras e o mercado de capitais podem causar descasamento de vencimento de nossos ativos e passivos ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para honrar nossos compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, nosso crescimento. Tais dificuldades podem ser ocasionadas por mudanças materiais no cenário econômico e no mercado financeiro em decorrência de diversos fatores, incluindo pandemias ou outros surtos regionais ou internacionais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Os titulares de nossas ações podem não receber dividendos.***

De acordo com o disposto em nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, a título de dividendo obrigatório, no mínimo 15% de nosso lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. O resultado de determinado exercício pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados ou no pagamento de eventuais participações estatutárias de colaboradores, o que reduz o valor possível de distribuição aos acionistas. Por exemplo, não pagaremos quaisquer dividendos a nossos acionistas no exercício social em que nosso Conselho de Administração informar à Assembleia Geral que tal pagamento é incompatível com nossa situação financeira. Adicionalmente, nosso Conselho de Administração pode tomar a decisão de cancelar propostas de dividendos recorrentes ou adicionais à Assembleia Geral.

***Podemos não obter resultados satisfatórios nas operações de negócios recém adquiridos ou constituídos.***

Dentro do nosso plano de crescimento dos negócios, consideramos além da expansão orgânica, a possibilidade de expansão pela aquisição de participação em outras companhias ou constituição de novos negócios, como mercados digitais e inovação. A necessidade de expandirmos nossos negócios aumenta a sua complexidade e causa mais incertezas e distintos riscos a serem gerenciados, como os relacionados a captação e adequado uso de recursos financeiros, a gestão de nossos colaboradores, e aos demais recursos operacionais. Nesse contexto, podemos não ter a eficaz e eficiente gestão das mudanças em concretizar no prazo esperado o processo de maturação quando na gestão de novos negócios, inclusive com relação à duração de tal processo e sua consequente rentabilidade. E, por consequência, podemos não conseguir atingir os resultados satisfatórios nos novos negócios e que podem afetar as margens líquidas consolidadas. Sendo assim, nosso resultado e o valor de nossas ações podem ser negativamente impactados, com efeitos em nossa reputação. Adicionalmente, podemos ser impactados por passivos contingentes dos negócios adquiridos, que possam vir a se materializar.

***A Companhia pode não ser capaz de realizar associações e/ou aquisições no momento e em termos ou preços desejados. Adicionalmente, podemos não conseguir integrar e captar sinergias de aquisições.***

A Companhia pode se deparar com riscos relacionados aos efeitos advindos das operações de incorporações e aquisições. A Companhia pode não ser capaz de realizar associações e/ou aquisições no momento e em termos ou preços desejados.

O plano estratégico da Companhia conta com diversas aquisições de outras companhias ao longo do ano. Tais aquisições envolvem riscos e desafios relacionados à integração das operações, sistemas, funcionários, equipamentos e clientes entre as companhias adquiridas e à geração de retorno esperado sobre os investimentos e a exposição aos passivos dessas companhias. Assim, a integração dos nossos negócios com os negócios das companhias adquiridas e a captação de suas sinergias podem, também, exigir mais recursos e tempo do que inicialmente esperado.

A Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, alterada pela Portaria Interministerial nº 994, de 30 de maio de 2012 (“**Lei Concorrencial**”) estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. Nesse contexto, a Lei Concorrencial estabelece a obrigação de submissão prévia ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (“**SBDC**”), formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“**CADE**”) e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, de

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

operações de concentração econômica em que, cumulativamente, pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado faturamento bruto anual ou volume de negócios no país, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) e, pelo menos, o outro grupo envolvido na operação tenha registrado faturamento bruto anual ou volume de negócios no país, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais).

O SBDC tem o dever, então, de analisar eventuais operações de concentração econômica de notificação obrigatória e determinar se uma operação específica geraria efeitos negativos nas condições competitivas do mercado no qual operamos, ou mesmo aos consumidores de tal mercado.

Nesse sentido, futuras aquisições podem não ser aprovadas ou podem ser condicionadas a certas restrições como condição para aprovação pelo CADE, incluindo restrições que reflitam na estrutura da operação, em remédios estruturais ou que demandem desembolsos financeiros diretos ou indiretos, o que pode impactar negativamente os nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, a Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas antes da aquisição de Companhias. Desse modo, a Companhia pode sofrer impactos adversos relevantes em suas atividades e em seus resultados caso contingências e/ou riscos adicionais sejam descobertos e/ou se materializem.

***Os resultados de nossas operações, e de nossas controladas, podem ser afetados adversamente pelo efeito da sazonalidade das vendas de nossos produtos e serviços.***

Em determinadas épocas, os resultados de nossas operações variaram de trimestre para trimestre e entendemos que tais variações continuarão a acontecer no futuro. Historicamente, nossa receita e lucratividade atingem seus maiores níveis durante o último trimestre do ano.

Além disso, com o objetivo de atender ao aumento de demanda durante o último trimestre do ano, incorremos em investimentos e despesas adicionais significativas, tais como o aumento do volume de produtos estocados, das nossas obrigações com fornecedores e da contratação temporária de equipes para as lojas físicas. Se nós previrmos erroneamente a demanda pela quantidade de produtos que nós venderemos durante o quarto trimestre de cada ano, nossas vendas líquidas podem não ser altas o suficiente para nos permitir recuperar integralmente nossos investimentos em produtos e serviços e nossas despesas com pessoal e publicidade. Consequentemente, poderemos experimentar um impacto negativo desproporcional e significativo em nossos resultados operacionais e financeiros no período em questão.

***Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos podem criar obrigações relevantes.***

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos podem criar obrigações relevantes. Somos, ou poderemos ser, juntamente com nossas controladas, administradores, e/ou acionistas controladores, réus em diversos processos judiciais, arbitrais e administrativos nas esferas cível, tributária, regulatória, criminal, ambiental e trabalhista. Ademais, poderemos ser, juntamente com nossas controladas, administradores e/ou acionistas controladores, no futuro, rés em novos processos judiciais e administrativos (perante autoridades tributárias, cíveis, regulatórias, ambientais, concorrenciais, policiais, dentre outras). Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis a nós, ou, ainda, que será mantido provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Alguns dos processos judiciais e administrativos, principalmente de natureza

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

tributária, dos quais somos parte, envolvem matérias relevantes (como as ações relacionadas ao conceito de bonificações/reembolsos de fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS; à violação de diversos princípios jurídicos da Lei nº 13.241/2015, a qual extinguiu a isenção de PIS/COFINS sobre as vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção; bem como outras ações relacionadas ao ICMS -- para maiores informações vide item 4.3 deste Formulário de Referência) que, caso decididas de maneira contrária aos nossos interesses poderão afetar negativa e materialmente os nossos negócios e situação patrimonial e financeira.

Além disso, continuaremos sujeitos a processos trabalhistas no futuro. Não podemos garantir que o resultado desses processos será favorável para nós, ou que nossas provisões serão suficientes para cobrir todas as responsabilidades decorrentes de tais processos. Podemos também estar sujeitos a fiscalizações periódicas e regulares por órgãos governamentais, incluindo o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, em relação à conformidade de nossas práticas com as obrigações legais trabalhistas, incluindo situações envolvendo a saúde e segurança no trabalho. Essas fiscalizações podem resultar em multas e ações judiciais que podem nos afetar de forma relevante e adversa.

Ainda, decisões que afetem nossa reputação ou contrárias aos nossos interesses que impeçam a realização de nossos negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado podem causar um efeito adverso nos nossos negócios.

***Podemos enfrentar limitações em manter o ritmo de crescimento de vendas.***

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas “mesmas lojas” são: (i) nossa capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (ii) nossa capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) a confiança do consumidor; (iv) situação econômica nas áreas onde nossas lojas estão localizadas; (v) o impacto que a abertura de novas lojas pode gerar sobre as lojas pré-existentes nestes mesmos mercados, (vi) mudanças em nossas políticas de crédito, propaganda e marketing; (vii) os demais riscos estratégicos e operacionais apresentados nesse Formulário de Referência que podem impactar vendas; e (viii) concorrência. Em decorrência dos eventos descritos acima, nossa performance de vendas “mesmas lojas” pode não apresentar um crescimento contínuo ou pode diminuir em exercícios futuros, o que pode impactar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, nosso crescimento futuro de vendas está fortemente baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como e-commerce e o marketplace, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependência de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo de nossos clientes, podendo impactar nosso ritmo de crescimento de vendas.

***Caso a eficácia das campanhas de propaganda e marketing não seja alcançada podemos ter impactos negativos em nossas vendas e rentabilidade.***

O empenho de recursos significativos para campanhas de propaganda e marketing é parte inerente do nosso negócio, com o intuito de promover a atratividade e movimento em nossos canais de vendas. Caso tais campanhas não alcancem as metas e objetivos esperados, podemos ter impactos negativos em nossas vendas e rentabilidade e não gerar a desejada valorização de nossa marca.

Consequentemente, nosso resultado operacional e nossa situação patrimonial e financeira podem ser afetados negativamente. Adicionalmente, considerando-se que grande parte das

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

nossas campanhas são veiculadas com propagandas em televisão, podemos ter nossa rentabilidade impactada caso seja verificada elevação de custos dada a dificuldade de encontrar veículo de comunicação que apresente a mesma efetividade.

Além disso, as vendas da Companhia poderão ser adversamente afetadas diante do desafio por ela enfrentado na identificação das mudanças de comportamento e preferência de seus consumidores.

***Podemos não conseguir ajustar o alinhamento de nossos canais de venda dentro de nossas expectativas.***

Nossas operações são realizadas por meio de lojas físicas e canais digitais de e-commerce. Caso não consigamos ajustar o constante alinhamento das operações das lojas físicas e dos canais digitais de e-commerce sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing e de atendimento às expectativas dos nossos clientes, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo impactar adversamente nossos resultados operacionais.

***Podemos enfrentar dificuldades em ampliar a quantidade de lojas físicas e expansão dos nossos negócios.***

Parte de nosso crescimento está ligado à nossa capacidade de avaliar, modernizar e de ampliar a quantidade e qualidade das lojas físicas e realizar fusões e aquisições com sucesso. Nossa capacidade de inaugurar e operar novas lojas com êxito depende de inúmeros fatores, muitos dos quais estão além de nosso controle. Entre esses fatores incluem-se nossa capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas, o que envolve reunir e analisar dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para nossos produtos nos locais escolhidos, assim como a negociação de contratos de aluguel em termos aceitáveis. Precisamos também concluir as obras sem atrasos, interrupções ou aumento de custos. A abertura de novas lojas também requer a manutenção de um nível crescente de estoques a um custo aceitável para atender à sua demanda, bem como a contratação, o treinamento e a retenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente em nível gerencial. Tal estratégia gera demandas crescentes sobre nossos recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros, as quais podem resultar em queda de eficiência na gestão dos nossos negócios, que por sua vez pode levar a uma deterioração no desempenho de nossas lojas individualmente e de nosso negócio como um todo. Ainda, quando as inaugurações de novas lojas ocorrerem em mercados onde já possuímos lojas, poderemos sofrer uma redução nas vendas líquidas das lojas pré-existentes nesses mercados em função do deslocamento de vendas. Caso não sejamos capazes de administrar fatores e incertezas relacionados ao sucesso na abertura de novas lojas, nossos negócios e o resultado de nossas operações poderão ser negativamente afetados.

Adicionalmente, analisamos regularmente oportunidades de fusões e aquisições que julgamos interessantes para as nossas atividades, relacionadas a nosso mercado de atuação ou a novos mercados relacionados a nossos produtos. Realizar aquisições com sucesso envolve uma série de riscos e desafios que podem causar efeitos adversos sobre nossos objetivos de crescimento, como riscos relacionados à integração das estratégias de negócios, aproveitamento de sinergias, às operações, aos sistemas de informação, ao pessoal, aos produtos; à base de clientes; às autorizações governamentais; à geração dos retornos esperados; e à exposição de obrigações e contingências referentes às empresas adquiridas. O processo de diligência e auditoria financeira, operacional e legal que conduzimos para avaliar a situação jurídico-patrimonial da empresa a ser adquirida e quaisquer garantias contratuais ou indenizações que recebemos de

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

vendedores das empresas ou negócios prospectados poderão ser insuficientes para nos proteger ou indenizar em função de eventuais contingências. A concretização de qualquer um desses riscos poderá afetar de maneira adversa a aquisição em questão, bem como os nossos negócios e o resultado de nossas operações.

***A Companhia e suas controladas podem não responder de forma eficiente às mudanças nas tendências e preferências de consumo seus clientes.***

A Companhia e suas controladas competem com outras empresas do setor de varejo em relação a preço, qualidade, experiência de compra, promoções, localização, plataformas digitais e disposição das lojas. A Companhia e suas controladas acreditam que a disponibilização de grande variedade de produtos e serviços a preços competitivos e a satisfação dos clientes são um dos pontos mais desafiadores do negócio. As preferências dos consumidores e as tendências de consumo são voláteis e tendem a mudar rapidamente, com o surgimento de novos produtos, serviços, tendências e demandas que influenciam fortemente o gosto dos consumidores. O sucesso das vendas depende da habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências de consumo, bem como às potenciais mudanças nas preferências dos clientes. Se os serviços e produtos disponíveis nas lojas, físicas e digital, da Companhia e suas controladas não forem capazes de atender aos gostos e preferências dos clientes, isso pode acarretar uma diminuição significativa nas vendas. Qualquer falha em antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência de consumo pode afetar a decisão dos clientes, o que pode causar o excesso ou falta de estoque de determinados produtos, impactando adversamente o negócio, a imagem, a rentabilidade, o resultado operacional e a situação patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, não conseguimos garantir que seremos capazes de antecipar, identificar e responder às mudanças relevantes de hábitos de consumo que podem advir dos impactos de pandemias e outros surtos.

***Enfrentamos riscos relacionados aos nossos centros de distribuição e infraestrutura de logística.***

Atualmente, temos centros de distribuição localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil. A distribuição das mercadorias que vendemos é realizada por meio desses centros de distribuição. Se a operação normal de um desses centros de distribuição for interrompida por fatores que estão além de nosso controle, como incêndios, pandemias, epidemias ou surtos, greves de caminhoneiros, desastres naturais, falta de energia, falha nos sistemas, intrusões, entre outros, somente poderíamos realizar a distribuição parcial de nossas mercadorias em tempo hábil e a distribuição de produtos às nossas lojas atendidas pelo respectivo centro de distribuição será afetada, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação patrimonial e financeira e resultado operacional. Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento pode demandar uma expansão na capacidade de nossos centros de distribuição, uma reorganização de nossos centros de distribuição atuais ou o estabelecimento de novos centros de distribuição. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição nos novos mercados, ou não consigamos integrar novos ou expandir centros de distribuição ou serviços de operadores logísticos ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil, o que pode ter um efeito negativo em nossas vendas e na nossa estratégia de crescimento. Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística que nós ou os nossos fornecedores usem para entregar produtos em nossas lojas ou centros de distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que vendemos em nossas lojas e afetar negativamente nossas

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

operações. Por exemplo, a nossa rede de distribuição é sensível à flutuação dos preços do petróleo, a disponibilidade de combustível e, por isso, qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, caso normas rigorosas para combater o trânsito de rua forem promulgadas e impuserem mais restrições na entrega de produtos para as nossas lojas, em determinadas horas do dia, em determinados municípios em que atuamos, a nossa capacidade de distribuir produtos em tempo hábil para as nossas lojas poderá ser afetada.

***Uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho poderá afetar nossos negócios.***

Nossos colaboradores são sindicalizados e com direitos trabalhistas como dissídios coletivos ou outros acordos que podem ser renegociados dentro dos prazos estabelecidos em lei. Greves e outras paralisações ou interrupções trabalhistas em quaisquer de nossas instalações ou interrupções trabalhistas envolvendo terceiros que nos fornecem bens ou serviços podem afetar de forma relevante nossas atividades.

***Podemos vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.***

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro e poderemos optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o nosso capital social poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social.

***Uma falha na avaliação dos riscos associados a fraudes de cartões de crédito poderá vir a prejudicar a nossa reputação e a nossa marca, afetando adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.***

Assumimos o risco por operações fraudulentas via cartão de crédito, visto que aceitamos o pagamento por meio de cartão de crédito sem a aposição da assinatura do titular, e também realizamos operações na modalidade “cartão não-presente” em nossas lojas virtuais. Atualmente não mantemos um seguro contra este tipo de risco. À medida que as nossas vendas cresçam e/ou ocorra falha no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações, o risco de perdas significativas em decorrência dessas operações fraudulentas também aumenta. Uma falha no controle adequado de operações fraudulentas de cartão de crédito poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Por consequência, podemos ter questionamentos de órgãos regulatórios, aplicações de multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentarmos eventuais ações judiciais.

***Qualquer investigação de má conduta por parte da Companhia e/ou o descumprimento das leis anticorrupção no Brasil pode causar danos à sua reputação e submetê-la a multas, bem como outras penalidades aplicáveis.***

Qualquer investigação de má conduta por parte da Companhia e/ou o descumprimento das leis anticorrupção no Brasil pode causar danos à sua reputação e submetê-la a multas, bem como outras penalidades aplicáveis. Nesse sentido, a Companhia também está exposta ao risco de

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

membros de sua administração, funcionários ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil. Em qualquer dos casos acima, a Companhia pode sofrer um impacto adverso relevante sobre sua imagem, seus negócios, resultados operacionais e situação patrimonial e financeira.

***Uma redução nas vendas a prazo em função de políticas de restrição ao crédito pode afetar adversamente nossos resultados.***

Vendas a prazo são um componente importante no resultado das empresas do nosso setor. No passado, o Governo Federal implantou medidas para restringir a demanda doméstica, impondo restrições de crédito a bancos, administradoras de cartão de crédito e setor de varejo, e aumentando a taxa de juros. Nossos resultados podem ser adversamente afetados se o Governo Federal implantar políticas restritivas à obtenção e à extensão de crédito causando a redução de demanda pelo consumidor.

***A Companhia está sujeita a perdas não cobertas pelos seguros contratados e a dificuldades para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.***

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades), ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado.

Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não garantidos ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o investimento por ela integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

***Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de controles poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente seus negócios.***

Os sistemas, políticas e procedimentos da Companhia de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. A falha ou a ineficácia nos controles internos, tais

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios. Para mais informações a respeito do tema, vide Seção 5.3.(d) deste Formulário de Referência.

***Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente nossos negócios.***

As nossas políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, priorizar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que utilizamos.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Se não formos capazes de manter nossos controles internos operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes elaborar nossas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar nossos resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Adicionalmente, nossos procedimentos de compliance e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos funcionários e membros de nossa administração, em conluio ou não com agentes e fraudadores externos. Caso nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

***Limitação substancial na capacidade de os acionistas venderem as ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem, devido à volatilidade e à liquidez reduzida do mercado brasileiro de valores mobiliários.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises e medidas de recuperação econômica nos Estados Unidos, na União Europeia, na Ásia ou em países emergentes podem impactar o interesse de investidores

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes, bem como conflitos referentes a relacionamentos comerciais entre países, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem nossas ações pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação de nossas ações. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de nossas ações poderão prejudicar o valor da sua negociação.

***Podemos não ser capazes de concorrer eficientemente em novos mercados, compreendendo o segmento de serviços financeiros digitais, o que poderá impactar nossos resultados de forma adversa.***

Parte importante da nossa estratégia consiste em expandir nossa atuação para novos mercados, visando ofertar novos produtos e serviços aos clientes, dentro da nossa plataforma digital. Nosso sucesso dependerá de nossa capacidade de adaptação e gestão dos diferentes ramos de negócio, oferecendo produtos adequados para a demanda dos consumidores específicos de cada setor, bem como capturando os benefícios almejados para o nosso ecossistema. Poderemos ter dificuldades para executar tal estratégia de operação de forma sustentável nesses novos mercados.

Adicionalmente, considerando que ingressamos ou possuímos como estratégia ingressar, em segmentos nos quais não possuímos expertise e/ou experiência de mercado consolidados, como o segmento de produtos e serviços financeiros digitais ("*fintech*"), por exemplo, nossas operações poderão ser negativamente impactadas pelo maior risco de falhas de execução, se comparado aos demais players de mercado.

Ainda, especificamente quanto ao segmento de produtos e serviços financeiros digitais, o ambiente regulado e altamente competitivo, marcado por concorrentes já estabelecidos no mercado, pode aumentar o nosso custo de implantação. Dessa forma, não podemos garantir que seremos capazes de atuar de maneira eficiente nesses segmentos.

**(b) aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia**

***Nossa gestão é fortemente influenciada por nossos acionistas controladores.***

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nossa gestão é consideravelmente influenciada por nossos acionistas controladores que orientam vários aspectos da condução de nossos negócios. Assim, o falecimento ou afastamento de membros que compõem direta ou indiretamente nosso bloco de acionistas controladores e que estão entre os nossos principais executivos poderá afetar adversamente nossos negócios, uma vez que nossa estrutura é associada ao bom relacionamento mantido por nossos acionistas controladores com nossos colaboradores, nossos principais fornecedores e demais stakeholders relevantes. Podemos também nos defrontar com questões sucessórias no futuro o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

***Os interesses de nossos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.***

Nossos acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a nossa administração, determinar nossas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle por eles detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação dos nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou a retirada das nossas ações do Novo Mercado, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias de nossos resultados operacionais, o que pode afetar adversamente a cotação de nossa ação.

**(c) aos acionistas da Companhia**

Entendemos que não estamos sujeitos a riscos relevantes cuja fonte seja nossos acionistas.

**(d) às controladas e coligadas da Companhia**

***Resultados negativos de sociedades controladas e "joint ventures" podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia.***

Detemos participação direta e indireta em diversas sociedades conforme detalhado nos itens 9.1.c e 15.7 deste Formulário de Referência. Dessa forma, parte de nosso resultado decorre do resultado de referidas sociedades e, sendo assim, o resultado não satisfatório delas poderá afetar negativamente o nosso resultado.

***Eventuais fraudes ou falhas nos controles internos relacionados ao gerenciamento dos recursos das carteiras digitais de usuários do Magalu Pagamentos, bem como relativos a segurança da informação, podem afetar negativamente os negócios da Companhia.***

A controlada Magalu Pagamentos gerencia recebíveis e os recursos provenientes das carteiras digitais de nossos parceiros varejistas e clientes, e dessa forma dependemos do constante fortalecimento de seus controles internos. Uma falha nos controles de gerenciamento e contabilização dos saldos e transações, nos controles de monitoramento de operações fraudulentas, bem como falhas nos controles de segurança da informação (que poderiam levar a vazamento de dados sigilosos), poderão prejudicar nossa reputação e nossa marca, e consequentemente impactar a confiança quanto ao uso da plataforma pelos usuários, e assim resultar em perdas financeiras bem como danos à estratégia e aos resultados da Companhia. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Magalu Pagamentos podem ser questionadas

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

por órgãos reguladores que podem aplicar multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentar eventuais ações judiciais.

**(e) aos fornecedores da Companhia**

***Não há garantia de que nossos fornecedores e parceiros no marketplace não venham a se utilizar de práticas irregulares.***

Devido à grande pulverização e terceirização da cadeia produtiva de nossos fornecedores, e variedade de parceiros varejistas que podem vir a se tornar usuários de nosso ambiente de marketplace, não temos controle sobre suas operações e eventuais irregularidades que possam apresentar. Não podemos garantir que alguns de nossos fornecedores e varejistas que façam uso de nosso ambiente de marketplace não venham apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionados à sustentabilidade, terceirização e quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias, atividades criminosas contra o sistema financeiro nacional, sonegação fiscal, ou mesmo que venham a se utilizar de irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos e, caso uma quantidade significativa de nossos fornecedores e varejistas que façam uso de nosso ambiente de marketplace o façam, nossa imagem e reputação podem ser prejudicadas e, em consequência, a perda de atratividade junto aos nossos clientes, com impacto direto na redução de nossa receita líquida e resultado operacional, bem como queda no valor de nossas ações.

***Adquirimos substancialmente certas categorias de produtos de poucos fornecedores para serem comercializados e caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento nossas atividades e negócios podem ser afetados adversamente.***

Adquirimos substancialmente algumas categorias de produtos de poucos fornecedores para serem comercializados. Em 2020, nosso maior fornecedor representou 28,03% das nossas compras e nossos dez maiores fornecedores representaram 7,12% do valor das nossas compras. Caso algum fornecedor não seja capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência usualmente adquirida e não tivermos estoques suficientes destes produtos, poderemos não ser capazes de manter o nível de vendas na categoria afetada, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre nossas atividades e resultado operacional.

Nossa controlada Netshoes depende parcialmente de um número seleto de marcas “premium” que dominam o mercado de produtos esportivos. Atualmente, não há contratos de longo prazo firmados com tais fornecedores, e sendo assim, suas vendas e resultados podem ser adversamente impactados caso estes optem por não fornecer ou limitar o acesso aos produtos (por exemplo, estabelecendo acordos de distribuição exclusivos com outros varejistas).

***A utilização de colaboradores terceirizados pode implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.***

A utilização de mão-de-obra terceirizada pela Companhia pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída à Companhia, na condição de tomadora de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, independentemente de ser assegurado à Companhia e às Controladas, o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

quantificação, e se vierem a se consumar poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

**(f) aos clientes da Companhia**

***Estamos expostos a riscos relacionados ao financiamento e empréstimos para nossos clientes***

Com a parceria financeira que mantemos, criamos a Luizacred, por meio da qual oferecemos cartões de crédito da bandeira Mastercard, que funcionam também na modalidade privatelabel e empréstimos pessoais. Além disso, realizamos vendas financiadas pela Companhia e por outras instituições financeiras. Como grande parte das nossas vendas são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, possuímos o risco de inadimplência no pagamento do valor principal e juros, bem como qualquer inconsistência entre custos e vencimentos de nossas captações de recursos financeiros em relação aos custos e vencimentos do financiamento aos nossos clientes. Em virtude da natureza dos negócios do nosso grupo, não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber. Qualquer um destes riscos pode afetar negativamente o nosso fluxo de caixa e consequentemente os nossos negócios.

A Luizacred vem sendo responsável pelo financiamento de parte relevante de nossas vendas e a utilização do Cartão Luiza proporciona um plano de pagamento parcelado aos nossos clientes. No decorrer de processos de expansão de nossa carteira de clientes, nossos níveis de inadimplência podem aumentar. Além disto, oferecemos empréstimos pessoais e consignados em folha de pagamento aos nossos clientes nos termos de nosso acordo de joint venture. O descumprimento por nossos clientes das obrigações de pagamento de principal ou juros poderia afetar negativamente os nossos negócios. Dependemos significativamente do nosso parceiro para estabelecer políticas de financiamento para os nossos clientes. Se nosso relacionamento terminar, ou se não mais tivermos acesso ao seu conhecimento da indústria de financiamento ao consumo, os resultados da Luizacred poderiam ser afetados negativamente, o que poderia, por conseguinte, afetar negativamente os nossos resultados.

Adicionalmente, mudanças adversas nas condições econômicas brasileiras podem levar a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes, concentrados na Classe C, mais sensível a estes fatores, pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios. Além disso, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso a demanda por crédito ao consumidor diminua, a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido seja prejudicada.

Dessa forma, quaisquer eventos que possam afetar negativamente a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido a eles por meio do Cartão Luiza ou empréstimos poderão afetar negativamente nosso resultado operacional.

***Podemos deixar de cumprir as leis de privacidade ou tratar adequadamente das questões de privacidade, divulgando informações confidenciais ou sensíveis que possam prejudicar nossos negócios e reputação***.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Constituição Federal, a Lei nº 10.406/02 (Código Civil), a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e a Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e o Decreto nº 8.771/16 são as principais leis que regem o uso de dados pessoais no Brasil. Entre outros requisitos, para que os dados pessoais sejam coletados e usados, quando através de provedores, precisamos obter o consentimento prévio, expresso e informado do titular dos dados. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, para regular o tratamento de dados pessoais. Como coletamos, armazenamos, processamos e usamos informações pessoais e de funcionários e clientes e outros dados de usuários em nossos negócios, devemos cumprir com todas as leis de privacidade e proteção de dados pessoais. Um risco significativo associado ao nosso negócio, particularmente nosso negócio de e-commerce e comunicações em geral, é a transmissão segura de dados pessoais através de redes públicas para nossos servidores e o armazenamento seguro de dados pessoais em sistemas conectados a nossos servidores.

A percepção de negligência com o tema de proteção de dados, válida ou não, pode nos afetar adversamente. Devemos garantir que qualquer tratamento, coleta, uso, armazenamento, compartilhamento, transferência e descarte de dados pessoais pelos quais somos responsáveis estejam em conformidade com as leis aplicáveis de proteção de dados. A proteção de dados pessoais de nossos clientes e funcionários é fundamental para nós. Contamos com sistemas, softwares, ferramentas e monitoramento disponíveis comercialmente para fornecer processamento, transmissão e armazenamento seguros de dados pessoais e de transação de clientes, como cartão de crédito e outras informações pessoais capazes de individualizá-los. Nossas instalações e sistemas, tanto da nossa plataforma de comércio eletrônico quanto de nossas lojas físicas, bem como de nossos provedores de serviços terceirizados, podem estar vulneráveis a violações de segurança, fraudes, atos de vandalismo, vírus de computador, extravio ou perda de dados, programação ou erros humanos ou outros eventos semelhantes.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados, seja por nós ou fornecedores, podem prejudicar nossa reputação, nos expor a riscos e responsabilidades legais, sujeitar-nos a publicidade negativa, interromper nossas operações e prejudicar nossos negócios. Não podemos garantir que nossas medidas de segurança evitarão vazamento de dados pessoais, incidentes de segurança, ou que a falha em os evitar não terá um efeito adverso relevante sobre nós.

***Precisamos identificar e responder rapidamente e com sucesso a mudanças nas preferências dos consumidores***.

O sucesso de nossas vendas e resultados de operações depende da nossa capacidade de gerenciar nosso inventário, bem como identificar, prever e responder prontamente a mudanças e possíveis mudanças nas tendências do mercado (incluindo design, estilo, qualidade, produção, merchandising e preços dos produtos) e preferências dos nossos clientes. Se não gerenciarmos nosso inventário com precisão, nos mantermos atualizados com as tendências mais recentes ou ajustarmos nossos produtos com êxito às preferências dos clientes, isso poderá resultar em uma redução nas vendas devido a excesso de estoque, de má qualidade ou desatualizado e oportunidades perdidas da indisponibilidade de outros produtos e, portanto, pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e a imagem de nossas marcas.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua**

***As companhias do setor de varejo, incluindo a Companhia, têm apresentado frequente volatilidade, em decorrência do cenário altamente competitivo e inovador.***

O setor de varejo é tradicionalmente sensível aos eventos macroecômicos (evolução do PIB, nível de emprego e renda, dentre outros), a eventos políticos e também, com significativa relevância ao fator tecnológico. A tecnologia com foco em expectativas, tendências e demandas de clientes evolui de forma rápida e requer mudanças em aplicativos, produtos, serviços, marketing, mídias, formas de relacionamentos que, em certa extensão, foge ao controle da Companhia. Inovações tecnológicas devem ser introduzidas com agilidade, eficiência, eficácia e segurança de forma muitas vezes pioneira, pois o mercado nacional, e internacional principalmente, evoluem em velocidade muito rápida. A concorrência apresenta uma busca constante em se diferenciar e apresentar o melhor desempenho com foco nas expectativas de clientes, em terem a melhor relação de custo e benefício diante das distintas opções de compras em plataformas digitais e lojas físicas. A Companhia não pode garantir posição confortável diante de um mercado com frequentes mudanças, evoluções e níveis de investimentos, bem como que apresente a entrada de varejistas concorrentes multinacionais que possam apresentar tais diferenciais. Esse ambiente traz, necessariamente à Companhia, a possibilidade de impactos de queda do marketshare, de receita líquida, dos resultados operacionais e financeiros, bem como de alta volatilidade em suas ações.

***O setor de varejo no Brasil é altamente competitivo, o que pode afetar adversamente nossa participação e de nossas controladas no mercado e nossa receita líquida.***

Enfrentamos intensa competição de pequenos varejistas que frequentemente podem se beneficiar das ineficiências do sistema de arrecadação de tributos no Brasil. Além disso, nós competimos com um grande número de redes multinacionais de varejo de mercadorias em geral, assim como com hipermercados que oferecem aos seus clientes bens duráveis. Alguns desses competidores internacionais têm acesso a fontes maiores de financiamento a custos menores do que nós.

Além disso, as decisões de compra por parte dos consumidores são afetadas por fatores tais como reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, disponibilidade de crédito, preço e hábitos e preferências subjetivas de cada consumidor. Alguns de nossos concorrentes podem realizar investimentos em marketing substancialmente maiores do que os nossos. Se nossas estratégias publicitárias, promocionais ou mercadológicas não tiverem êxito, ou se formos incapazes de oferecer novos produtos que atendam às demandas do mercado ou às mudanças de hábito dos consumidores que representem tecnologias inovadoras que possam ser comercializadas, ou se não conseguirmos administrar com sucesso as épocas oportunas para introdução de novos produtos ou a rentabilidade destes esforços ou, se por outras razões, nossos consumidores finais acreditarem que os produtos de nossos competidores são mais atraentes, então nossas vendas, nossa rentabilidade e nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

A concorrência no comércio eletrônico também pode se intensificar. Outras empresas do ramo varejista e de comércio eletrônico podem vir a celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva. À medida que a carteira de clientes for crescendo e aumentando a sua fidelização nos diversos segmentos do mercado de Internet, os participantes destes segmentos poderão buscar expandir os seus negócios para os segmentos de mercado no qual atuamos. Além disso, novas tecnologias podem intensificar ainda mais a natureza

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

competitiva do varejo online. Acreditamos que a natureza da Internet como um local de mercado eletrônico facilita a entrada de competidores e permite a realização de compras por meio de comparação de preços. Esse aumento na concorrência pode vir a reduzir as nossas vendas, lucros operacionais, ou ambos. Ainda, os concorrentes, tanto no mercado de varejo físico quanto no mercado de varejo eletrônico, poderão vir a disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de tecnologia e marketing do que nós. Ademais, na medida em que o uso da Internet e de outros serviços online aumentar, os varejistas atuantes neste mercado poderão vir a ser adquiridos, receber investimentos, ou celebrar outros relacionamentos comerciais com empresas maiores, mais estabelecidas e dotadas de recursos financeiros.

***Podemos não ser capazes de nos adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos clientes e pelo setor.***

A tecnologia empregada no e-commerce e na cultura digital está em constante evolução. Podemos não ser capazes de nos adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes e preferências e padrões do setor. Podemos nos deparar com alguns obstáculos em busca de uma transformação digital rápida relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, a falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Esses desafios podem ser uma limitação no crescimento do nosso e-commerce pela complexidade comercial, organizacional ou tecnológica. Essas mudanças, somadas à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, poderão tornar o nosso e-commerce e a nossa tecnologia própria ultrapassados e afetar adversamente nossos resultados.

***O setor de varejo é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis.***

Historicamente, o setor varejista tem sido suscetível a períodos de desaquecimento econômico geral que levaram à queda nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira, ou na economia mundial com reflexo na economia brasileira, podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, em especial o consumidor da Classe C, que tem menos acesso a crédito que as classes A e B, mais dificuldade para refinanciar dívidas e potencialmente mais afetado pelo aumento do desemprego. Tais situações poderão afetar adversamente nossas vendas, resultado operacional e nossa situação patrimonial e financeira.

***Dependemos do sistema de transportes e infraestrutura das cidades em que estão localizados nossos centros de distribuição para a entrega das mercadorias.***

A distribuição de mercadorias parte dos nossos centros de distribuição localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. O sistema de transporte e infraestrutura no país está em desenvolvimento e necessita de investimentos por parte do governo brasileiro para que possa funcionar de maneira eficiente e atender os nossos negócios. Além disso, qualquer interrupção significativa ou diminuição de utilização na infraestrutura de transportes das cidades em que estão localizados nossos centros de distribuição ou em nossas operações devido a desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de distribuir mercadorias e ocasionar queda em

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

nossas vendas, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

**(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua**

***As instituições financeiras no Brasil, inclusive nossa controlada em conjunto Luizacred, estão sujeitas a mudanças regulatórias por parte do Banco Central.***

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. A estrutura regulatória que rege as instituições financeiras brasileiras está em contínua evolução, inclusive em decorrência de tratados e acordos internacionais. Leis e regulamentações existentes podem ser alteradas, e a maneira com que as leis e regulamentações são aplicadas ou interpretadas também pode mudar, assim como novas leis e regulamentações podem ser adotadas. Não possuímos controle sobre as regulamentações governamentais aplicadas às nossas atividades, incluindo as relativas a requerimentos de capital mínimo; investimento em capital fixo; limites e outras restrições de crédito; gestão de riscos; requerimentos contábeis e estatísticos; dentre outros. Tais mudanças podem afetar de forma adversa nossas operações e rendimentos.

***A regulamentação da Internet e do comércio eletrônico pelo Governo Federal está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar o nosso negócio e de nossas controladas.***

Estamos sujeitos a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a Internet e o comércio eletrônico. De acordo com as leis brasileiras, não há atualmente distinção entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar nosso negócio, ocasionando uma diminuição na demanda por nossos produtos e serviços e um aumento nas nossas despesas operacionais.

***Podemos sofrer impactos relevantes devido a alterações na legislação tributária brasileira ou a conflitos em sua interpretação.***

O governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como o cancelamento de benefícios em vigor.

Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da nossa carga tributária, o que poderia afetar adversamente nossa lucratividade e os preços de nossos produtos e serviços, bem como restringir nossa capacidade de fazer negócios nos mercados existentes. Dentre as mudanças que podem afetar materialmente os nossos negócios, estão a reforma tributária, a revogação de isenções fiscais e alterações significativas na legislação do ICMS e do

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

PIS/COFINS, incluindo aumento de alíquotas, alterações de base de cálculo, entre outros; além de alterações e/ou revogações dos nossos incentivos fiscais e um desfecho negativo na discussão em que buscamos a manutenção dos benefícios da Lei do Bem, que fora revogado pela Lei nº 13.241/2015.

Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Consequentemente, podemos ser adversamente afetados no caso de uma interpretação diferente daquela em que nos baseamos para realizar nossas transações.

Não podemos garantir que seremos capazes de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às nossas operações, bem como não podemos garantir que teremos sucesso na recuperação de todos os créditos tributários oriundos da Ação Judicial transitada em Julgado que garantiu o nosso direito de excluir o ICMS da Base de Cálculo do Pis e da Cofins, o que poderá afetar adversamente nossos resultados.

Atualmente, existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria alguns tributos federais, estaduais e/ou municipais, dentre eles, por exemplo, IPI, PIS, Cofins, ICMS, e o ISS, para a criação de um ou mais tributos que incidiria sobre o consumo. A Companhia não pode assegurar que não haverá mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que eventualmente poderão alterar sua carga tributária e seus incentivos fiscais, ou que os incentivos fiscais serão efetivamente mantidos nas atuais condições até o final de seus prazos de vigência, ou que será capaz de renovar os incentivos fiscais em condições favoráveis depois de expirados seus prazos atuais.

***Parte dos imóveis que ocupamos encontra-se em processo de obtenção ou de renovação de licenças municipais e do corpo de bombeiros, bem como de licenças sanitárias. Podemos não conseguir obter ou renovar todas as licenças de operação necessárias à condução dos nossos negócios.***

Nós dependemos de diversos cadastros perante órgãos e autarquias da administração pública federal, estadual e municipal e também de licenças e alvarás para funcionamento. Parte das licenças municipais de funcionamento e do corpo de bombeiros, bem como de licenças sanitárias, ainda estão em processo de obtenção ou de renovação ou, ainda, estão para iniciar o processo para obtenção de tais licenças. Os alvarás de funcionamento, os alvarás do corpo de bombeiros e as licenças sanitárias em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos governamentais, podemos não ser capazes de obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva. A não obtenção ou a não renovação de tais exigências pode resultar na impossibilidade de abertura e operação de lojas e centros de distribuição da Companhia e até, conforme o caso, na interdição e fechamento das atuais lojas e centros de distribuição, bem como na aplicação de multas. Como os imóveis são ocupados por contratos de locação firmado entre a Companhia e terceiros, a não obtenção das licenças municipais e do corpo de bombeiros também poderá ser configurada como inadimplemento contratual, o que poderá acarretar a impossibilidade de a Companhia renovar compulsoriamente estes contratos ou, conforme o caso, na necessidade de desocupação destes imóveis. Nossa estratégia comercial pode ser afetada negativamente caso ocorra a impossibilidade de abertura e operação de novas lojas e centros de distribuição e/ou a interdição ou o fechamento de suas lojas e centros de distribuição atuais em decorrência da não obtenção ou não renovação de cadastros, alvarás e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente nossos resultados operacionais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Parte de nossa receita vem da comercialização de produtos da "linha de mercado" que compreende alimentos, bebidas, saneantes, itens de higiene pessoal, dentre outros; bem como de produtos cosméticos, dermocosméticos e de perfumaria. Portanto, estamos sujeitos a alterações no mercado de consumíveis, à flutuação de preços e a riscos de saúde relacionados às tais indústrias, que podem afetar adversamente nossos negócios.***

Vendemos produtos do ramo de alimentos, bebidas, higiene pessoal, saneantes, cosméticos, dermocosméticos, perfumaria, dentre outros, e parte de nossa receita está condicionada ao sucesso da publicidade e das vendas desses produtos. Isso implica uma suscetibilidade às variações econômicas dos mercados, além, especificamente, do bom rendimento de marcas conexas que a Companhia veicula em sua plataforma de e-commerce e suas lojas físicas.

Nessa linha, estamos sujeitos a riscos que afetam as indústrias de alimentos, bebidas, saneantes, itens de higiene pessoal, cosméticos, dermocosméticos e de perfumaria geral, incluindo os riscos apresentados pela contaminação ou deterioração dos produtos no âmbito de sua armazenagem e transporte pela Companhia, o não cumprimento de todas as normas determinadas pela vigilância sanitária, a evolução das preocupações nutricionais e de saúde, adulteração de produtos e a percepção pública da segurança dos produtos como um todo, abrindo portas para surtos de doenças ou o receio de que tais surtos ocorram.

Adicionalmente, nossa presença em tais mercados também nos torna suscetíveis a eventuais processos judiciais e administrativos ligados à nossa presença em tais segmentos, em decorrência de eventuais problemas verificados no consumo de tais produtos com consequente responsabilização da Companhia, o que pode afetar nossos negócios e prejudicar nossa reputação.

***Impossibilidade ou dificuldade de manutenção ou renovação dos atuais e/ou não celebração de novos contratos de locação ou celebração de novos contratos de locação em condições favoráveis.***

Todos os imóveis onde exercemos nossas atividades operacionais de centro de distribuição são objeto de contratos de locação. Os contratos de locação em que figuramos como locatária são por prazo determinado e têm, em sua maioria, prazos locatícios superiores a 5 (cinco) anos, podendo ser renovados, nos termos da Lei de Locações. Ademais, não possuímos os contratos de locação registrados e averbados nas matrículas dos imóveis, o que poderá acarretar a necessidade de desocupação, caso o locador venda o imóvel locado sem oferecer à Companhia o direito de adquiri-lo. Adicionalmente, alguns dos imóveis ocupados pela Companhia estão onerados com alienação fiduciária e/ou hipoteca. A existência de ônus sobre os imóveis ocupados pela Companhia poderá implicar em perda da propriedade, caso as obrigações garantidas não sejam cumpridas pela proprietária, podendo comprometer a continuidade da ocupação do imóvel pela Companhia. Alguns contratos de locação não apresentam garantia, de modo que, em caso de inadimplemento pela locatária, o locador poderá propor ação de despejo pleiteando a concessão de liminar para desocupação em 15 (quinze) dias, independentemente da parte contrária e desde que prestada caução no valor equivalente a 3 (três) meses de aluguel, o que poderá afetar a operação e os resultados da Companhia. Dado que a localização estratégica das lojas e dos centros de distribuição da Companhia é fator relevante para o desenvolvimento de sua estratégia comercial, a Companhia pode ser afetada negativamente se alguns contratos de estabelecimentos considerados relevantes não vierem a ser renovados por razões alheias à vontade da Companhia.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Regulamentações monetárias impostas pelo Governo Federal podem nos afetar adversamente.***

Para oferecer suporte à política monetária, o Governo Federal, por intermédio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central, introduz periodicamente regulamentações com o objetivo de controlar a taxa de inflação, por meio da alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre os empréstimos e depósitos, de regulação do prazo máximo dos financiamentos e imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado, dentre outras medidas técnicas. Tais controles são utilizados pelo Governo Federal com o objetivo básico de regular a disponibilidade de crédito e para reduzir ou aumentar o consumo. Por vezes, essas regulamentações afetam a capacidade dos clientes em obter crédito e podem restringir o crescimento da carteira de crédito de nossa subsidiária Luizacred. Alguns desses controles possuem caráter permanente e afetam os negócios por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que possam afetar nossa liquidez, estratégia de financiamento, o crescimento dos empréstimos ou mesmo a lucratividade, bem como a solvência de nossos clientes.

***Podemos ser obrigados a arcar com prejuízos ou restrições em nossas atividades decorrentes de eventual insolvência de nossa controlada em conjunto Luizaseg Seguros S.A.***

De acordo com a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, as sociedades seguradoras são equiparadas às instituições financeiras, se subordinando às disposições e disciplinada mencionada lei, no que for aplicável. Adicionalmente, o artigo 3º da Lei nº 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, dispõe que as sociedades seguradoras estão sujeitas à ingerência estatal por intermédio de intervenção, liquidação extrajudicial e/ou regime de administração especial temporária aplicável às instituições financeiras.

Em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, nos casos de regime de administração especial temporária, intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras, os acionistas controladores são considerados objetivamente responsáveis pelos ônus financeiro decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela sociedade seguradora, ou seja, tais acionistas poderão ser responsabilizados independentemente de comprovação de dolo ou culpa. Dessa forma, poderemos ser diretamente responsabilizados por prejuízos e obrigações de nossa controlada em conjunto Luizaseg, o que pode causar impacto adverso relevante em nossa condição financeira.

Por fim, de acordo com o artigo 2º da Lei nº. 9.447, de 14 de março de 1997, o acionista controlador, direto ou indireto, de uma instituição financeira sujeita a intervenção, liquidação extrajudicial ou regime de administração especial temporária, está proibido de alienar ou onerar seus bens. Assim, em caso de liquidação extrajudicial ou intervenção sobre nossa controlada em conjunto Luizaseg, poderemos ter impacto adverso relevante na condução de nossas operações.

***Podemos ser responsabilizados por perdas causadas por nossos serviços ou produtos aos consumidores, o que pode afetar adversamente nossos resultados***.

As leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Esta última pode ser proposta em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

alegar, por exemplo, que nossos serviços não foram adequadamente prestados por nossos funcionários, serviços financeiros de terceiros foram incorretamente vendidos ou indevidamente cobrados, nossos produtos não são adequados para uso, são falsificados, ou não contêm informações adequadas e outros motivos. No caso de sermos responsabilizados em um processo judicial, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação e resultados.

***Mudanças na regulamentação aplicável ao financiamento do saldo da fatura do cartão de crédito podem vir a afetar nossos resultados.***

O Governo Federal implantou recentes mudanças na regulamentação das operações com cartões de crédito, com o intuito de reduzir as taxas de juros aplicáveis ao financiamento do saldo da fatura. Nesse sentido, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 4.549, determinando que o saldo da fatura de cartão de crédito, quando não liquidado integralmente no vencimento, somente pode ser objeto de financiamento na modalidade "crédito rotativo" até o vencimento da fatura subsequente. Decorrido esse prazo, o saldo poderá ser financiado apenas na modalidade "crédito parcelado" e desde que em condições mais vantajosas para o cliente. Essa medida, assim como outras mudanças regulatórias relacionadas às operações com cartões de crédito, podem implicar na redução de nossas receitas financeiras decorrentes dos juros praticados em tais operações e afetar nossos resultados.

**(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua**

Não aplicável, pois a Companhia atua somente em território brasileiro.

**(j) questões socioambientais**

***O não cumprimento da legislação e regulamentação ambiental pode afetar adversamente o nosso negócio e reputação.***

Estamos sujeitos a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de licenças ambientais e padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão nos expor a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros e impactar nossa reputação.

Além disso, não podemos garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, exigindo que aumentemos de forma significativa nossos investimentos a fim de cumprirmos com a legislação e regulamentação ambiental. Investimentos ambientais imprevistos poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e afetar adversamente nossos resultados de forma significativa.

**(k) *riscos macroeconômicos***

**Pandemias ou surtos de doenças transmissíveis, como o coronavírus (COVID-19), podem impactar a economia mundial e atribuir maior volatilidade e perdas ao mercado de negociação de ações**

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Pandemias ou surtos de doenças transmissíveis podem impactar de forma adversa, diversos setores da economia mundial, causando volatilidade e perdas nos mercados de ações globais, e de forma amplificada nos mercados emergentes, que compreendem o mercado de capitais brasileiro em que nossas ações são negociadas. Dessa forma, não conseguimos garantir que a cotação das ações de nossa emissão não sofrerá quedas decorrentes inclusive da possibilidade de mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira que cause a diminuição do interesse de investidores em ativos brasileiros. A declaração da pandemia do COVID-19 em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) provocou a adoção de uma série de medidas restritivas pelas autoridades governamentais no Brasil e no mundo, visando limitar a circulação de pessoas para contenção do surto. Dentre tais medidas, foram adotadas quarentenas e lockdowns com fechamento de atividades de setores da economia não considerado essenciais, e rigorosas medidas de restrição a circulação e isolamento social. Adicionalmente, o cenário atribui incertezas quanto a possibilidade de manutenção de hábitos de consumo da população, bem como mudanças permanentes (“novo normal”). Dessa forma, nossos negócios podem ser impactados por aspectos macroeconômicos que compreendem o aumento significativo do nível de desemprego e consequente redução da renda e poder de consumo da população, a contração significativa da atividade econômica e redução do PIB, o agravamento da situação do déficit das contas públicas em relação ao PIB com a expansão da política fiscal promovida pelo governo; o rebaixamento de ratings de crédito do Brasil por agências de avaliação de risco; a volatilidade na flutuação das taxas de câmbio; bem como instabilidades sociais e políticas e outras consequências de ordem econômico-financeiras. Adicionalmente, não temos previsibilidade quanto a extensão dos impactos mencionados, bem como quanto a duração dos efeitos adversos mencionados.

***O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades e de nossas controladas.***

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam intervenções nas taxas de juros e no mercado de câmbio, mudança das políticas fiscais, controle de preços, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevê-las. Os nossos negócios, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- política de controle de preço de combustíveis;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- Inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente nossas atividades e nossa análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de nossa emissão, gerando consequências negativas aos nossos negócios, situação patrimonial e financeira e resultados operacionais.

***Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e suas controladas.***

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.). Consequentemente a incerteza sobre se o governo brasileiro vai conseguir promulgar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia tem levado a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo.

A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da deflagração de um esquema de corrupção envolvendo vários políticos, incluindo membros do alto escalão, o que culminou com o impeachment da última presidente da república e com ações contra seu sucessor e sua equipe.

As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.***

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA - Standard&Poor's, Moody's e Fitch – nos últimos anos. Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações ordinárias.

***Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa nossos resultados operacionais.***

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar. As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e aumento de nossos custos. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens por meio de lojas físicas e por comércio eletrônico, a prestação de serviços de marketplace, de venda de financiamento ao consumidor para as aquisições de referidos bens, de seguros e de atividades de grupos de consórcios.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que atualmente podem afetá-la adversamente. Sem prejuízo destes riscos, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considera irrelevantes, também podem afetar adversamente a Companhia.

Para informações adicionais, ver as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que apresentam em sua nota explicativa n° 30 (Instrumentos Financeiros), informações sobre: gestão de risco de capital; gestão do risco de liquidez; e riscos de mercado (risco de crédito, risco de mercado, risco de taxas de juros, risco de taxa de câmbio).

**Risco de taxas de juros**

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)", relativas a aplicações financeiras e empréstimo e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito a seguir.

*Análise de Sensibilidade*

Em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela B3 e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI em 1,90%a.a.

Os efeitos esperados das receitas com aplicações financeiras líquidas de despesas financeiras de empréstimos e financiamentos para os próximos três meses são como segue:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| | 2020 | 2020 |
| (em R$ mil, exceto %) | | |
| Certificados de depósitos bancários | 1.126.674 | 1.286.791 |
| Fundos de investimentos não exclusivos | - | 32.419 |
| Equivalentes de caixa | 1.126.674 | 1.319.210 |
| Títulos e valores mobiliários | 1.220.095 | 1.221.779 |
| **Total equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários** | **2.346.769** | **2.540.989** |
| Empréstimos e financiamentos | (1.683.968) | (1.701.398) |
| **Exposição líquida** | **662.801** | **839.591** |
| Receita financeira de juros - exposição a CDI | 1,90% | 1,90% |
| Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos: | | |
| **Cenário I Provável** | **2.293** | **2.905** |
| **Cenário II Redução 25%** | **1.720** | **2.179** |
| **Cenário III Redução 50%** | **1.147** | **1.452** |

**Risco de taxas de câmbio**

A Companhia comercializa produtos (especialmente itens de tecnologia) que são fabricados localmente, mas que possuem diversos componentes importados, de forma que seus custos podem variar conforme oscilações das taxas de câmbio.

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Para os fins deste item 4.3, consideramos como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R$ 50,0 milhões; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a nossa imagem.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

**Processos de natureza trabalhista**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figurava como parte em 69 procedimentos preparatórios e inquéritos civis públicos instaurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/SRTE) e/ou pelo Ministério Público do Trabalho dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo, cujos objetos, em linhas gerais, versam sobre: (i) cumprimento de cota de aprendizes; (ii) intermitente; (iii) notificação para prestar informações; (iv) duração de jornada de trabalho/horas extras; (v) apresentação de documentos; (vi) temas relacionados a saúde e segurança do trabalho; (vii) cumprimento da legislação; (viii) abuso do poder diretivo do empregador e (ix) investigação de assédio, entre outros.

Em relação às demandas judiciais trabalhistas, a Companhia figurava como parte em 3.380 ações judiciais, cujo valor provisionado era de R$ 42,3 milhões.

Dentre os principais objetos envolvidos nas Reclamações Trabalhistas movidas em face da Companhia, destacam-se: (i) pagamento de horas extras, em especial, decorrentes do não enquadramento no artigo 62, inciso II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com respectivos reflexos; (ii) intervalo intrajornada; (iii) diferenças de prêmios e comissões; (iv) acumulo de função; e (v) indenização por danos morais.

**Processos de natureza tributária e previdenciária**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figurava como ré em, aproximadamente, 727 rocessos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária.

Para as questões tributárias possuímos em provisão, em 31 de dezembro de 2020, o montante total de R$ 1.314,5 milhões, em cumprimento à nossa política interna e às normas contábeis, referentes a: i) processos tributários passivos, que de acordo com a análise de seus assessores jurídicos possuem chances prováveis de perda, no montante de R$ 363,0 milhões; ii) valor justo identificado em processo de alocação de preço de compra durante a combinação de negócio de suas adquiridas, no montante de R$ 290,6milhões; e iii) depósitos judiciais de contingências tributárias ativas, no montante de R$ 660,9 milhões.

Dentre os processos de natureza tributária e previdenciária individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2020, destacam-se em razão do valor, os seguintes:

| **Processo nº 0002988-52.2016.4.01.3400 (Processo Administrativo vinculado nº 13855.721.993/2019-66)** | |
|---|---|
| **a. juízo** | 4ª Vara Federal do Distrito Federal |
| **b. instância** | Segunda Instância Judicial |
| **c. data de instauração** | 15/01/2016 |
| **d. partes no processo** | Autor: Magazine Luiza S.A.<br>Réu: União Federal |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 1.319.345.688,00 (em 31 de dezembro de 2020) |

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|---|
| **f. principais fatos** | Ação proposta para reconhecimento do direito da Companhia em manter o benefício da aplicação de alíquota zero das Contribuições ao PIS e à COFINS sobre a receita bruta advinda da venda de produtos eletrônicos (smartphones, tablets etc.), conforme estabelecido na Lei nº 11.196/2005 ("Lei do Bem"), enquanto perdurarem os efeitos da Lei nº 13.241/2015. Para suportar os termos desta discussão temos 02 (dois) pareceres de escritório de advocacia de primeira linha, e 01 (um) parecer de um jurista renomado, os quais corroboram a linha adotada pela Companhia. Além disso, a Companhia tem tutela de urgência vigente que afasta a aplicação de multa. Não obstante a isso, contrariando decisão judicial e legislação vigente a Receita Federal do Brasil - RFB constituiu o crédito tributário acima referenciado e aplicou indevidamente a multa (Valor da Multa aplicada pela RFB: R$ 808.471.982,00). A Companhia discutirá a multa aplicada indevidamente, a qual na avaliação de seus assessores legais possui probabilidade de perda remota. |
| **g. chance de perda** | Possível, com viés de remota para o mérito. Remota para a multa. |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda, reavaliaremos o impacto da carga tributária na formação do preço dos produtos, e se existir à época imposto a pagar, avaliaremos possibilidades de parcelamentos ou mesmo utilização de outros créditos que eventualmente possamos ter contra a União, de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante. |

| **Processo nº 93300008.09.00002436/2020-22** | |
|---|---|
| **a. juízo** | Processo Administrativo Fiscal – Estado da Paraíba |
| **b. instância** | Primeira Instância Administrativa |
| **c. data de instauração** | 04/01/2021 |
| **d. partes no processo** | Autor: Estado da Paraíba<br>Réu: Magazine Luiza S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 490.907.810,25 |
| **f. principais fatos** | Cobrança de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, os quais foram confirmados e reforçados por laudo técnico elaborado por auditores independentes. Atualmente, aguarda-se julgamento da Impugnação apresentada pela Companhia. |
| **g. chance de perda** | Remota |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. |

| **Processo nº 1020392-31.2018.4.01.3400 (Processo Vinculado nº 5001602-12.2020.4.03.6113)** | |
|---|---|
| **a. juízo** | 21ª Vara Federal do Distrito Federal |
| **b. instância** | Primeira Instância Judicial |
| **c. data de instauração** | 28/09/2018 |
| **d. partes no processo** | Autor: Magazine Luiza S.A.<br>Réu: União Federal |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 280.148.704,32 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Trata-se de Ação Anulatória movida contra cobrança oriunda do Processo nº 13855.721.049/2011-51 e vinculada à Execução Fiscal nº 5001602-12.2020.4.03.6113. PIS/COFINS – supostos créditos indevidos a título de |

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|---|
| | bonificações concedidas pelos fornecedores da Companhia nas aquisições de mercadorias para revenda, reembolsos de verbas de propaganda, créditos decorrentes da não cumulatividade e outros. Possuímos Seguro Garantia garantindo o crédito tributário. Atualmente, aguarda-se julgamento pelo juízo da 1ª Instância, enquanto a Execução Fiscal vinculada encontra-se sobrestada. |
| **g. chance de perda** | Possível para 70% do valor. Provável para 30% do valor (provisionado). |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda da discussão no Poder Judiciário, que poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. |

| **Processo nº 3.133.424-6** | |
|---|---|
| **a. juízo** | Processo Administrativo Fiscal – Estado de São Paulo |
| **b. instância** | Segunda Instância Administrativa |
| **c. data de instauração** | 13/07/2010 |
| **d. partes no processo** | Autor: Estado de São Paulo<br>Réu:Magazine Luiza S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 110.763.015,09 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Fomos autuados em razão (i) da não comprovação da origem de créditos relativos ao ICMS de janeiro a outubro de 2007 e (ii) da não apresentação de documentos fiscais no curso de processo de fiscalização. A decisão de primeira instância administrativa reconheceu como válida parte do crédito e manteve integralmente a autuação com relação ao descumprimento das obrigações acessórias. Foi apresentado recurso à Câmara Ordinária do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo ("TIT"), a qual julgou parcialmente favorável à empresa. Na sequência, apresentou-se Recurso Especial à Câmara Especial do TIT, a qual anulou a decisão da Câmara Ordinária, e determinou que fosse feito novo julgamento com base nas provas acostadas aos autos. Ato seguinte, a Câmara Ordinária do TIT ordenou a baixa do processo em diligência e, em seguida, proferiu nova decisão para cancelar grande parte da autuação. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial apresentado pela Fazenda. |
| **g. chance de perda** | Remota |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. |

| **Processo nº 6.622.479-1** | |
|---|---|
| **a. juízo** | Processo Administrativo Fiscal – Estado do Paraná |
| **b. instância** | Segunda Instância Administrativa |
| **c. data de instauração** | 24/07/2017 |
| **d. partes no processo** | Autor: Estado do Paraná<br>Réu: Magazine Luiza S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 88.662.228,14 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes à divergência de cálculos de ICMS decorrente da não aplicação de diferimento parcial em determinadas operações e reduções de base de cálculo. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa. Após julgamento contrário na Primeira Instância Administrativa, a empresa |

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|---|
| | apresentou Recurso Ordinário, que foi julgado parcialmente procedente. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso de Revisão apresentado pela Companhia. |
| **g. chance de perda** | Possível |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. |

| **Processo nº 45956618** | |
|---|---|
| **a. juízo** | Processo Administrativo Fiscal – Estado do Rio Grande do Sul |
| **b. instância** | Segunda Instância Administrativa |
| **c. data de instauração** | 27/10/2020 |
| **d. partes no processo** | Autor: Estado do Rio Grande do Sul<br>Réu: Magazine Luiza S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 87.508.728,45 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes à recuperação do imposto recolhido a maior no passado referente a mercadorias beneficiadas com redução de base de cálculo. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, porém, o julgamento foi desfavorável em 1ª Instância Administrativa. Atualmente, aguarda-se julgamento pela 2ª Instância Administrativa do Recurso Ordinário apresentado pela empresa. |
| **g. chance de perda** | Possível |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. |

| **Processo nº 19311.720262/2017-65** | |
|---|---|
| **a. juízo** | Processo Administrativo Fiscal – Federal |
| **b. instância** | Segunda Instância Administrativa |
| **c. data de instauração** | 22/09/2017 |
| **d. partes no processo** | Autor: União Federal<br>Réu:NS2.COM Internet S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 85.867.053,02 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Cobrança de supostos débitos de PIS/COFINS dos anos-calendário de 2014 e 2015 referentes a aproveitamento de crédito sobre insumos diversos, essenciais e relevantes para suas operações. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, mas não logrou êxito em 1ª Instância. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário apresentado pela empresa. |
| **g. chance de perda** | Possível |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. |

# 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| **Processo nº 13855.722.268/2019-13** | |
|---|---|
| **a. juízo** | Processo Administrativo Fiscal – Federal |
| **b. instância** | Segunda Instância Administrativa |
| **c. data de instauração** | 04/10/2019 |
| **d. partes no processo** | Autor: União Federal<br>Réu: Magazine Luiza S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 82.069.609,00 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Cobrança de supostos débitos de PIS/COFINS referentes a aproveitamento de crédito sobre despesas com frete em transferência entre seus estabelecimentos para viabilização de vendas e insumos diversos, essenciais e relevantes para suas operações. A Companhia apresentou consistentes argumentos em sua Impugnação Administrativa. Após julgamento contrário em Primeira Instância administrativa, a Companhia apresentou Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento. |
| **g. chance de perda** | Possível |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. |

| **Processo nº 93300008.09.00002435/2020-88** | |
|---|---|
| **a. juízo** | Processo Administrativo Fiscal – Estado da Paraíba |
| **b. instância** | Primeira Instância Administrativa |
| **c. data de instauração** | 04/01/2021 |
| **d. partes no processo** | Autor: Estado da Paraíba<br>Réu: Magazine Luiza S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 80.820.645,75 |
| **f. principais fatos** | Cobrança de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, os quais foram confirmados e reforçados por laudo técnico elaborado por auditores independentes. Atualmente, aguarda-se julgamento da Impugnação apresentada pela Companhia. |
| **g. chance de perda** | Remota |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. |

| **Processo nº 6.633.914-9** | |
|---|---|
| **a. juízo** | Processo Administrativo Fiscal – Estado do Paraná |
| **b. instância** | Segunda Instância Administrativa |
| **c. data de instauração** | 05/03/2020 |
| **d. partes no processo** | Autor: Estado do Paraná<br>Réu: Magazine Luiza S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 80.765.776,36 |

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|---|
| **f. principais fatos** | Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes a aproveitamento de crédito do imposto na aquisição de mercadorias sujeitas à substituição tributária e ressarcimento de ICMS/ST decorrente de saídas de mercadorias para outras unidades da federação; entre outros. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, porém, o julgamento foi desfavorável em 1ª Instância Administrativa. Atualmente, aguarda-se julgamento pela 2ª Instância Administrativa do Recurso Ordinário apresentado pela empresa. |
| **g. chance de perda** | Possível |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. |

| **Processo nº 6.620.730-7** | |
|---|---|
| **a. juízo** | Processo Administrativo Fiscal – Estado do Paraná |
| **b. instância** | Segunda Instância Administrativa |
| **c. data de instauração** | 08/05/2017 |
| **d. partes no processo** | Autor: Estado do Paraná<br>Réu: Magazine Luiza S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 64.570.608,20 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes a aproveitamento de crédito do imposto na aquisição de mercadorias sujeitas à substituição tributária e ressarcimento de ICMS/ST decorrente de saídas de mercadorias para outras unidades da federação; entre outros. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, porém, o julgamento foi desfavorável em 1ª Instância Administrativa. Atualmente, aguarda-se julgamento pela 2ª Instância Administrativa do Recurso Ordinário apresentado pela empresa. |
| **g. chance de perda** | Possível |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. |

| **Processo nº 6.628.673-8** | |
|---|---|
| **a. juízo** | Processo Administrativo Fiscal – Estado do Paraná |
| **b. instância** | Segunda Instância Administrativa |
| **c. data de instauração** | 11/12/2018 |
| **d. partes no processo** | Autor: Estado do Paraná<br>Réu: Magazine Luiza S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 47.548.278,44 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes à divergência de cálculos de ICMS decorrente da não aplicação de diferimento parcial em determinadas operações e reduções de base de cálculo. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, porém, o julgamento foi desfavorável em 1ª Instância Administrativa. Atualmente, aguarda-se julgamento pela 2ª Instância Administrativa do Recurso Ordinário apresentado pela empresa. |
| **g. chance de perda** | Possível |

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|---|
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. |

| **Processo nº 4.119.428-7** | |
|---|---|
| **a. juízo** | Processo Administrativo Fiscal – Estado de São Paulo |
| **b. instância** | Segunda Instância Administrativa |
| **c. data de instauração** | 12/12/2018 |
| **d. partes no processo** | Autor: Estado de São Paulo<br>Réu: NS2.COM Internet S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 51.853.471,96 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes a aproveitamento de crédito do imposto em operações de devolução de mercadorias. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, sendo que a 1ª Instância Administrativa anulou quase a totalidade da cobrança. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos Recursos apresentados pela empresa e pela Fazenda do Estado de São Paulo pelo Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo. |
| **g. chance de perda** | Possível |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. |

| **Processo nº 0004744-17.2017.4.03.6113** | |
|---|---|
| **a. juízo** | 2ª Vara Federal de Franca |
| **b. instância** | Segunda Instância Judicial |
| **c. data de instauração** | 24/11/2017 |
| **d. partes no processo** | Autor: União Federal x<br>Réu: Magazine Luiza S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 51.544.781,14 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Trata-se de Execução Fiscal, sob a alegação de que teríamos recolhidos a menor as Contribuições ao RAT/FAP. Contratamos Seguro Garantia para garantir o débito executado e embargamos a execução. Houve sentença desfavorável à empresa na 1ª Instância. Foi apresentado Recurso de Apelação pela Companhia, o qual aguarda julgamento. |
| **g. chance de perda** | Provável. |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda, parcelaremos o débito de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante. Ressaltamos que o valor total está provisionado. |

| **Processo nº 6.622.314-0** | |
|---|---|
| **a. juízo** | Processo Administrativo Fiscal – Estado do Paraná |
| **b. instância** | Segunda Instância Administrativa |
| **c. data de instauração** | 17/07/2017 |

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|---|
| **d. partes no processo** | Autor: Estado do Paraná<br>Réu:Magazine Luiza S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 36.458.550,00 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes a aproveitamento de crédito do imposto na aquisição de mercadorias sujeitas à substituição tributária e ressarcimento de ICMS/ST decorrente de saídas de mercadorias para outras unidades da federação; entre outros. A Companhia apresentou Impugnação Administrativa com argumentos consistentes. Após julgamento contrário na 1ª Instância Administrativa, a Companhia interpôs Recurso Ordinário. Após julgamento contrário do Recurso Ordinário, a Companhia apresentou Pedido de Revisão, que se encontra pendente de julgamento. |
| **g. chance de perda** | Possível |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. |

| **Processo nº 13855.723135/2014-41** | |
|---|---|
| **a. juízo** | Processo Administrativo Fiscal |
| **b. instância** | Primeira Instância Administrativa |
| **c. data de instauração** | 23/10/2014 |
| **d. partes no processo** | Autor: União Federal<br>Réu: Magazine Luiza S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 27.314.013,91 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Cobrança de supostos débitos de contribuições sociais relacionadas ao RAT. A Companhia apresentou Impugnação Administrativa com argumentos consistentes e informando que o valor discutido foi depositado judicialmente. Atualmente, aguarda-se julgamento pela 1ª Instância Administrativa. |
| **g. chance de perda** | Provável |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito ou utilizaremos o montante depositado judicialmente, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. Ressaltamos que o valor total está provisionado. |

| **Processo nº 0055640-42.2003.4.03.6182** | |
|---|---|
| **a. juízo** | 11ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo |
| **b. instância** | Terceira Instância Judicial |
| **c. data de instauração** | 11/12/2008 |
| **d. partes no processo** | Autor: União Federal<br>Réu: Magazine Luiza S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 23.076.197,83 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Trata-se de Execução Fiscal, inicialmente movida em face das Lojas Kolumbus, e depois contra o Magazine Luiza, sob a alegação de que teríamos adquirido fundos de comércio da referida empresa. Contratamos carta de fiança bancária para garantir o débito executado e embargamos a execução. Possuímos Carta de Fiança bancária garantindo o crédito tributário. Houve decisão favorável à empresa na 2ª Instância. A |

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|---|
| | Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial, o qual foi admitido após agravo da União. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial fazendário. |
| **g. chance de perda** | Possível |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda, parcelaremos o débito de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. |

**Processos de natureza cível**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figurava no polo passivo em 17.177 processos judiciais de natureza cível. Referidos processos referem-se, principalmente, a pedidos de indenização por danos materiais e morais movidos por consumidores em decorrência de alegados vícios de produtos e atrasos na entrega de mercadorias vendidas. Há também processos relacionados aos produtos Cartão Luiza e ao Crédito Direto ao Consumidor Luizacred, versando sobre fraudes, contratação não reconhecida e negativação indevida.

De acordo com a análise dos advogados da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, o valor total provisionado era de R$ 9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figurava no polo passivo de 9 (nove) ações civis públicas que discutem matérias de direito do consumidor relacionadas ao modelo de negócios da Companhia, como (i) uniformidade na elaboração de cartazes de preço; (ii) alegações de prática de venda casada; (iii) forma, circunstâncias e conteúdo de propagandas e promoções; e (iv) prazos de entregas de produtos.

Dentre os processos de natureza cível individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2020, destaca-se em razão do valor, o seguinte:

| **Processo nº 0008193-81.2012.8.26.0196** | |
|---|---|
| **a. juízo** | 5ª Vara Cível da Comarca de Franca |
| **b. instância** | Segunda Instância Judicial |
| **c. data de instauração** | 12/03/2012 |
| **d. partes no processo** | Epcom Eletrônica Indústria e Comércio Imp. Exp. Ltda. - MASSA FALIDA x Magazine Luiza S.A. |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 19.171.623,08 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Ação de cobrança de valores supostamente devidos pela Companhia em contrato de fornecimento de mercadorias. A empresa apresentou robusta defesa demonstrando se tratar de cobrança indevida. Houve sentença favorável à empresa, reduzindo consideravelmente o montante exigido. Apresentados recursos por ambas as partes, o processo aguarda julgamento das Apelações. |
| **g. chance de perda** | Provável |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda, não haverá impacto considerável para a Companhia, pois o valor envolvido está integralmente provisionado. (Valor provisionado: R$ 19.171.623,08). |

| **Processo "Midway"** | |
|---|---|
| **a. juízo** | Miame-Dade County, Flórida |
| **b. instância** | - |

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|---|
| **c. data de instauração** | 07/09/2018 |
| **d. partes no processo** | NS2.Com Internet S.A X Midway Labs USA LLC, Midway Tecnologia de Alimentos Ltda, Wilton Colle e Catherine Colle |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | (Valores serão apurados em Discovery) |
| **f. principais fatos** | Netshoes e Midway celebraram um Contrato de Fornecimento, Distribuição e Outras Avenças em 1º de janeiro de 2016, o qual foi posteriormente aditado em duas ocasiões. Este contrato concedia à Netshoes o direito exclusivo no Brasil de comprar, importar e distribuir produtos Midway e também permitia que a Netshoes comercializasse produtos Midway através da loja virtual da Netshoes.<br><br>A ação foi proposta pela Netshoes, em 7 de setembro de 2018, por violação contratual, fraude, enriquecimento ilícito, cobrança de dívida, dentre outras causas de pedir. Netshoes alega ter sido induzida a erro na assinatura do contrato, uma vez que haveria inconsistências no portfólio de clientes a quem seriam vendidos os produtos, uma majoração na estimativa de vendas anuais e práticas não competitivas com clientes de varejo para comprar produtos com base em consignação. Além disso, a Netshoes alega que a Midway interferiu nos relacionamentos contratuais da Netshoes com os clientes, divulgando indevidamente informações e avisos sobre o relacionamento da Midway com a Netshoes.<br><br>Em novembro de 2018, a Midway apresentou “motion to dismiss”, a qual foi posteriormente indeferida. Em março de 2019, a Netshoes apresentou petição inicial aditada (“amended complaint”). Em abril de 2019, a Midway apresentou contestação e pedido de reconvenção. Em junho de 2019, a Netshoes apresentou “motion to dismiss” contra o pedido de reconvenção, a qual foi posteriormente indeferida. Em outubro de 2019, a Midway apresentou “motion to strike” alegando que a Netshoes havia cometido fraude e apresentado informações falsas ao longo do processo e solicitando a extinção integral do processo. Em fevereiro de 2020, a “motion to strike” foi indeferida “without prejudice” pelo Juiz.<br><br>O Juiz acatou pedido das partes sobre a extensão do “trial”, período de “discovery” e outras datas relevantes. A fase de “discovery” deverá se findar em março de 2021. O “trial’ foi estipulado para começar em 13 de setembro de 2021. |
| **g. chance de perda** | (Valores serão apurados na fase de Discovery) |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois é uma ação de cobrança. |

# 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

## 4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total provisionado envolvendo os processos relevantes descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência era de R$ 162,9 milhões.

## 4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

### 4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas. Assim, diante da inexistência acima mencionada não há nenhum valor provisionado.

## 4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

# 4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos repetitivos ou conexos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza:

## Processos de natureza tributária

| Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 36 ações de natureza tributária (Execuções Fiscais e Autuações Administrativas), consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes. | |
|---|---|
| **a. valores envolvidos** | R$ 64.136.655,60 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência** | Estamos sendo executados sob a alegação de ter creditado indevidamente a diferença de 17% para 18% do ICMS no Estado de São Paulo. |

## Processos de natureza trabalhistas

| Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 3.380 ações de natureza trabalhistas, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes. | |
|---|---|
| **a. valores envolvidos** | R$ 42.348.321,49 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência** | As principais demandas trabalhistas em andamento versam sobre horas extras em decorrência de extrapolação de jornada e intrajornada. |

## Processos de natureza cíveis

| Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 11.779 ações de natureza cível, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes. | |
|---|---|
| **a. valores envolvidos** | R$ 7.815.409,89 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência** | Ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo que tratam sobre defeito de produtos, atraso na entrega de mercadorias vendidas. |

| Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 2.804 ações de natureza cível, envolvendo o Cartão Luiza, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes. | |
|---|---|
| **a. valores envolvidos** | R$ 463.190 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência** | Ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo que tratam sobre eventuais fraudes, contratação não reconhecida e negativação indevida. |

| Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 2.594 ações de natureza cível, envolvendo o Crédito Direto ao Consumidor Luizacred, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes. | |
|---|---|
| **a. valores envolvidos** | R$ 763.440 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência** | Ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo que tratam sobre eventuais fraudes, contratação não reconhecida e negativação indevida. |

| Nós figuramos como parte ativa em, aproximadamente, 218 ações renovatórias, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes. |
|---|

## 4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

| | |
|---|---|
| **a. valores envolvidos** | R$ 5.436.902,25 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência** | Ações renovatórias movidas pela Companhia visando a renovação dos contratos de locação, com a manutenção do valor de aluguel vigente, ou, subsidiariamente que seja fixado um valor dentro dos padrões de mercado. |

### 4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total provisionado envolvendo os processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência era de R$ 120.963.919,23.

## 4.7 - Outras Contingências Relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, haviam (a) 19 Termos de Ajustamento de Conduta e 14 acordos judiciais em ações civis públicas firmados entre nós e o Ministério Público do Trabalho, nos quais nos comprometemos a não mais incorrer em irregularidades relacionadas à: (i) jornada de trabalho; (ii) salário e benefícios; (iii) cumprimento da cota de deficientes e cotas de aprendizes; (iv) contratação de cooperativas; (v) práticas de assédio moral; entre outros; (b) 9 Termos de Ajustamento de Conduta de natureza Cível, firmados entre nós e o Ministério Público Estadual, nos quais nos comprometemos a envidar nossos melhores esforços junto a nossos colaboradores para que situações envolvendo possíveis venda casadas não sejam praticadas em nossas filiais, entre outros assuntos. Há também entre estes o Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Netshoes e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios envolvendo o incidente de segurança sobre a base de clientes Netshoes, resultando no arquivamento do Inquérito Civil Público nº 08190.044813/18-44 da Comissão de Proteção de Dados Pessoais, sendo que as obrigações assumidas no respectivo compromisso permanecem sendo integralmente cumpridas pela Netshoes. As multas, em caso de eventual descumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta, serão aplicadas nos termos pactuados no respectivo instrumento.

Ainda, destacamos que somos autores (no polo ativo das ações) em outros processos tributários de diversas naturezas, ou seja, ingressamos com ações contra os vários entes tributantes a fim de recuperarmos tributos pagos e/ou cobrados indevidamente por tais entes. Dentre as principais ações, destacamos:

| **Processo nº 0024893-26.2010.4.01.3400** | |
|---|---|
| **a. juízo** | 8ª Vara Federal do Distrito Federal |
| **b. instância** | Segunda Instância Judicial |
| **c. data de instauração** | 18/05/2010 |
| **d. partes no processo** | Magazine Luiza S.A. x União Federal |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 163.471.878,84 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Ação proposta para afastar a cobrança indevida da Contribuição sobre a folha de pagamentos calculada a partir do índice RAT, majorado indevidamente em 2010. A Companhia mensalmente realiza depósito judicial dos valores discutidos, totalizando em 31/12/2020 a quantia de R$163 milhões. Foi proferida sentença contrária em 1ª instância, sendo apresentados Embargos de Declaração pela empresa. Após o julgamento dos embargos declaratórios, a Companhia interpôs Apelação, a qual aguarda julgamento. |
| **g. chance de perda** | Possível |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois utilizaremos o depósito judicial. No entanto, em caso de êxito, tais valores serão levantados pela empresa impactando positivamente seu caixa e resultado. |

| **Processo nº 0037538-20.2009.4.01.3400; 0050195-57.2010.4.01.3400; 0005929-71.2013.4.03.6100; 0003768-88.2013.4.03.6100** | |
|---|---|
| **a. juízo** | Justiça Federal |
| **b. instância** | Segunda Instância Judicial |
| **c. data de instauração** | 23/11/2009; 25/10/2010; 05/04/2013; 04/03/2013 |

## 4.7 - Outras Contingências Relevantes

| | |
|---|---|
| **d. partes no processo** | Magazine Luiza S.A. x União Federal |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 587.156.263,18 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Ações propostas para reconhecer o direito da Companhia em apropriar créditos de despesas de determinados insumos de sua operação na apuração das Contribuições ao PIS e COFINS.<br>0037538-20.2009.4.01.3400: Houve decisão de 1ª Instância desfavorável à empresa. Aguardando julgamento de Recurso de Apelação interposto pela Companhia.<br>0050195-57.2010.4.01.3400: Houve decisão de 1ª Instância desfavorável à empresa. Aguardando julgamento de Embargos de Declaração opostos contra decisão que julgou desfavorável o Recurso de Apelação interposto pela Companhia.<br>0005929-71.2013.4.03.6100: Houve decisão de 1ª Instância desfavorável à empresa. Aguardando julgamento de Recurso de Apelação interposto pela Companhia.<br>0003768-88.2013.4.03.6100: Houve decisão de 2ª Instância desfavorável à empresa. Aguardando julgamento de Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Companhia. |
| **g. chance de perda** | Possível |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois os tributos foram devidamente recolhidos ao longo dos anos. Em caso de ganho, o impacto será positivo para a companhia a qual terá o direito de recuperar os tributos pagos indevidamente, devidamente corrigidos. |

| **Processo nº 5001623-85.2020.4.03.6113** | |
|---|---|
| **a. juízo** | 2ª Vara Federal de Franca |
| **b. instância** | Segunda Instância Judicial |
| **c. data de instauração** | 21/07/2020 |
| **d. partes no processo** | Autor: Magazine Luiza S.A.<br>Réu: União Federal |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 213.285.758,92 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Ação proposta para afastar a cobrança parcialmente indevida das Contribuições destinadas ao Sistema S. Houve sentença parcialmente favorável à empresa, a qual foi objeto de Embargos de Declaração. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração. |
| **g. chance de perda** | Possível |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois os tributos foram devidamente recolhidos ao longo dos anos. Em caso de ganho, o impacto será positivo para a companhia a qual terá o direito de recuperar os tributos pagos indevidamente, devidamente corrigidos. |

| **Processo nº 5002471-43.2018.4.03.6113** | |
|---|---|
| **a. juízo** | 1ª Vara Federal de Franca |
| **b. instância** | Segunda Instância Judicial |
| **c. data de instauração** | 28/03/2017 |
| **d. partes no processo** | Autor: Magazine Luiza S.A.<br>Réu: União Federal |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 98.457.572,00 (em 31 de dezembro de 2020) |

## 4.7 - Outras Contingências Relevantes

| | |
|---|---|
| **f. principais fatos** | Ação proposta para afastar a cobrança indevida das Contribuições ao Sebrae e Salário Educação. Houve sentença desfavorável à empresa, a qual foi objeto de recurso. Aguardando julgamento da Apelação interposta pela Companhia. |
| **g. chance de perda** | Possível |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois os tributos foram devidamente recolhidos ao longo dos anos. Em caso de ganho, o impacto será positivo para a companhia a qual terá o direito de recuperar os tributos pagos indevidamente, devidamente corrigidos. |

| **Processo nº 0011735-68.2005.4.03.6100** | |
|---|---|
| **a. juízo** | 10ª Vara Federal de São Paulo |
| **b. instância** | Terceira Instância Judicial |
| **c. data de instauração** | 29/06/2005 |
| **d. partes no processo** | Magazine Luiza S.A. x União Federal |
| **e. valores, bens ou direitos envolvidos** | R$ 24.464.768,36 (em 31 de dezembro de 2020) |
| **f. principais fatos** | Ação proposta para afastar a cobrança indevida das Contribuições ao INCRA. A Companhia mensalmente realiza depósito judicial dos valores discutidos, totalizando em 31/12/2020 a quantia de R$ 24 milhões. O processo aguardando julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Companhia. |
| **g. chance de perda** | Possível |
| **h. análise do impacto em caso de perda** | Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois utilizaremos o depósito judicial. No entanto, em caso de êxito, tais valores serão levantados pela empresa impactando positivamente seu caixa e resultado. |

# 4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

**(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

**(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

**(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

**(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desses direitos, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

**(e) outras questões do interesse dos investidores**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

# 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

**(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos formalizada, elaborada e revisada pela Diretoria de Compliance, Integridade e PLD e Diretoria Jurídica e aprovada pelo Conselho de Administração. A Política de Gestão de Riscos é aplicável a todos os macroprocessos e operações de negócios da Companhia, e deve ser observada por todos os seus colaboradores. A Companhia está em constante processo de reavaliação, desenvolvimento e implantação de ações de melhorias contínuas referentes ao seu processo de gerenciamento de riscos.

A Companhia também possui um Manual Anticorrupção que visa assegurar que todos os colaboradores entendam os preceitos da Lei Brasileira Anticorrupção, de forma a mitigar riscos relacionados a violações a lei e a garantir que durante a condução dos negócios sejam adotados os mais elevados padrões de integridade, legalidade e transparência; e também um Código de Ética e Conduta que é revisado anualmente e disponibilizado para todos os colaboradores, os quais tomam ciência do propósito, visão e valores da Companhia, bem como das diretrizes de comportamento e responsabilidades, formalizando o aceite por meio do termo de compromisso e aceite.

Adicionalmente, o Manual de Integridade dispõe as diretrizes necessárias para a operacionalização do Programa de Integridade da Companhia. O referido manual determina parâmetros para a produção, acompanhamento e controle de documentos e fornece instruções para as áreas operacionais. O Programa de Integridade visa garantir a conformidade das atividades da Companhia à legislação vigente e a regulamentação específica aos segmentos de mercado atuantes; e, ainda, assegurar a observância por todos os colaboradores do Código de Ética e Conduta, Manual Anticorrupção e das demais políticas e procedimentos internos.

**(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer diretrizes e responsabilidades relacionadas à identificação, análise e classificação dos riscos que possam afetar a Companhia e, estabelecer controles e procedimentos de monitoramento, a fim de conduzir o apetite à tomada de risco no processo decisório, na busca do cumprimento de seus objetivos, e da criação, preservação e crescimento de valor da Companhia.

O processo de gestão de riscos da Companhia, em implantação e aperfeiçoamento, foi definido com base nas orientações da OCDE, na norma ISO 31000:2009 e no trabalho do COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - com o objetivo de: (i) aumentar a probabilidade de atingir as metas estabelecidas pela Companhia; (ii) melhorar a identificação de oportunidades e ameaças; (iii) atender às políticas, normas e requisitos legais e regulatórios, padronizando conceitos e práticas; (iv) melhorar o reporte das informações ao mercado, elevando a confiança das partes interessadas e garantindo a transparência para todos os stakeholders, analistas de mercado e agências de crédito; (v) garantir base confiável de dados para a tomada de decisão e planejamento, fornecendo um fluxo dinâmico e eficiente de informação; (vi) alocar e utilizar eficazmente os recursos, melhorando o ambiente de controles; (vii) melhorar a governança, assegurando que a Governança Corporativa da Companhia seja seguida e criticamente analisada; (viii) prevenir ou minimizar perdas, envolvendo todos os

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

agentes da estrutura em alguma etapa; e (ix) melhorar a eficácia e eficiência operacional, aumentando a resiliência, quando necessário, da organização.

A alta administração estabelece o seu planejamento estratégico e define metas operacionais a serem atingidas. Essas metas estão sujeitas a riscos de origem interna e externa com alto grau de incertezas. Esses riscos podem ser identificados pela administração e ações são planejadas e executadas para sua gestão. Neste processo participam também os Comitês de Assessoramento: Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance – CARC; Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor– COFIC; e, dentro de suas respectivas competências, Comitê de Pessoas – COPES; Comitê de Estratégia - COE.

Com base nesse processo, a Companhia estabelece e mantém atualizada sua matriz de riscos significativos, que é monitorada pela alta administração. Tais riscos significativos são avaliados e classificados de acordo com o direcionamento estratégico do negócio e as diretrizes de tolerância a riscos determinadas pelo Conselho de Administração, com suporte dos Comitês de Assessoramento.

**(i) os riscos para os quais se busca proteção**

Os riscos tratados na Política de Gestão de Riscos, para os quais se busca proteção, são classificados da seguinte forma:

**Riscos de Negócio e/ou Estratégicos:** são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, saúde e segurança, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços; e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças (ambiente econômico, geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros), a compliance (cumprimento de leis e regulamentos e de políticas e normas internas), à imagem e reputação e às operações (cultura empresarial, e gestão de pessoas, de processos e de demais recursos);

**Risco de Mercado**: decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities;

**Risco de Crédito**: definido como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, financiamentos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos;

**Risco de Liquidez:** possibilidade de perda decorrente da incapacidade de gerar e/ou realizar transações ativas em tempo e volume razoáveis e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de gerar capital próprio e/ou captar capital de terceiros para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

**Riscos Operacionais:** são aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à operação do negócio como marketing, vendas, comercial, logística; quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, tais como administrativas (contabilidade, controladoria, controles), suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, tecnologia da informação, relações sindicais; e

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

**Riscos de Conformidade**: são os riscos de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira e/ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos/contratos, regulamentos e regulamentações. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

**(ii) os instrumentos utilizados para proteção**

O processo de gerenciamento de riscos da Companhia, em implantação, é composto pelas seguintes etapas: (i) identificação e mapeamento; (ii) classificação e priorização; (iii) monitoramento e adoção de mitigantes; e (iv) definição de planos de continuidade de negócios.

Na etapa de identificação e mapeamento, a Companhia, com base nos seus objetivos estratégicos e considerando seu apetite aos riscos, utiliza uma metodologia que identifica as fragilidades e vulnerabilidades do ambiente de negócios com foco, nesta fase de implantação, em áreas e processos considerados prioritários

Na etapa de classificação e priorização, a Companhia utiliza uma matriz de riscos que compreende os principais riscos previamente identificados e uma avaliação qualitativa e quantitativa de sua probabilidade de ocorrência e magnitude do seu impacto nos negócios da Companhia. A classificação dos riscos elencados na matriz de riscos significativos é orientada pelas diretrizes de tolerância a riscos definidas pelo Conselho de Administração, com apoio de seus Comitês de Assessoramento.

Na etapa de monitoramento, a Companhia acompanha a eficácia dos controles bem como os planos de ação para mitigação de riscos, que utilizam os seguintes instrumentos: (i) revisão de processos; (ii) inclusão de controles em sistemas; (iii) criação de relatórios e indicadores de desempenho; (iv) confecção de políticas, procedimentos e/ou instrução de trabalho; (v) implantação de mecanismos de monitoramento e controle; e (vi) segregação de competências e atribuições de áreas ou outros instrumentos de governança.

Devido ao processo de reavaliação, desenvolvimento e implantação de ações de melhorias contínuas, cada uma dessas etapas apresenta limitações inerentes, pois todas são desenhadas para fornecer uma garantia razoável com respeito a relatórios financeiros, particularmente para fins de publicação externa. A Companhia tem trabalhado para implantar essas etapas com atualização de políticas, procedimentos, processos, utilização de novos sistemas e aplicativos, dentre outros. Porém, devido à complexidade do ambiente interno e externo, com mudanças e possibilidade de distorções, há riscos que poderão não ser identificados e se identificados, não terem respostas adequadas ou tempestivas para mitigação de seus impactos. Com relação à última etapa, de definição de planos de continuidade de negócios, a companhia está implantando planos de contingência e gestão de crises (de acordo com a aplicabilidade aos riscos identificados), que consistem em medidas a serem tomadas pela Companhia na hipótese de materialização de algum evento de risco, possibilitando o funcionamento dos processos vitais da Companhia. Esta etapa encontra-se em fase inicial de implantação.

Em função da pandemia do COVID-19, mencionada na seção “4.1 - Descrição dos Fatores de Risco”, a Companhia instituiu um Comitê de Contingência que vem liderando diversas ações conforme divulgado neste Formulário de Referência e em demais comunicações ao mercado e a seus acionistas.

Cabe ressaltar que, sem prejuízo da estrutura descrita no item (c) abaixo, quanto ao Risco de Liquidez, a Companhia promove o gerenciamento por meio do monitoramento contínuo dos

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito, quando da necessidade de recursos externos. Ainda, a Companhia não efetua aplicações financeiras de caráter especulativo e com alto risco financeiro, e possui como prática em relação a títulos de dívida (aplicações financeiras) o investimento em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito de, no mínimo, AAA ou que estejam relacionados ao risco soberano.

Por sua vez, o gerenciamento do Risco de Crédito se dá pelo próprio modelo operacional da Companhia, no qual: (i) grande parte das vendas é realizada utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito (isto é, é substancialmente securitizada com as administradoras de cartão de crédito); e (ii) o restante é pulverizado em diversos clientes. Ainda assim, são feitas análises periódicas do nível de inadimplência dos clientes, bem como são adotadas formas eficazes de cobrança. A concessão de crédito pela Companhia é feita seguindo critérios definidos com base em modelos estatísticos, combinados com informações externas de bureaus especializados, assim como informações internas, cadastrais ou comportamentais dos consumidores, sendo esses modelos periodicamente revisados, com base na perda esperada de créditos.

**(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

A estrutura de gestão de riscos da Companhia, em desenvolvimento, considera a atuação conjunta dos órgãos de governança corporativa e de gestão, de acordo com o conceito das 3 linhas de defesa:

**1ª Linha de Defesa**: Refere-se à gestão operacional, representada pelas diretorias, gerências, e demais colaboradores que atuam nas operações da Companhia. Reporta-se à Diretoria Executiva. Juntamente com a Diretoria Executiva, é responsável por: (i) identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos (tratamento) de acordo com as diretrizes da Política de Gestão de Riscos; (ii) implantar planos de ação e controles; e (iii) comunicar/reportar, em tempo hábil, informações relevantes relacionadas à gestão de riscos;

**2ª Linha de Defesa**: Refere-se às áreas de controle da Companhia, compreendendo as funções de Gestão de Riscos, Compliance, Integridade e PLD, Controladoria e Controles Internos. Reportam-se, à Diretoria Executiva e também ao Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento. É responsável por: (i) analisar, avaliar, e monitorar os riscos identificados pela gestão operacional; (ii) facilitar e monitorar a implantação das práticas de gestão de riscos pela gestão operacional (1ª linha de defesa); (iii) comunicar/reportar, em tempo hábil, informações relevantes relacionadas à gestão de riscos; e (iv) auxiliar na identificação de riscos e no desenvolvimento de processos e controles;

**3ª Linha de Defesa**: Refere-se à atuação da Auditoria Corporativa, recentemente implantada, na avaliação e supervisão da aderência e eficácia do processo de gerenciamento de riscos e do sistema de governança corporativa na Companhia, de forma independente e objetiva, se reportando ao Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento.

**(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

As diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Riscos estão sendo implantadas de forma gradativa, dados os diversos macroprocessos e operações de negócio existentes. A área de

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Compliance, Integridade e PLD vem se estruturando em distintas funções, compreendendo a função de Gestão de Riscos, desenvolvida a partir das melhores práticas e metodologias de mercado. A Companhia implantou ferramenta sistêmica (em fase de expansão) para aprimorar o processo de gestão de riscos, bem como dar maior celeridade na implantação de tais diretrizes.

Considerado este contexto, a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos da Companhia deve ser realizada de forma conjunta pelo Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, pela Diretoria Executiva, pela Diretoria de Auditoria Corporativa, pela Diretoria de Compliance, Integridade e PLD, por Gestão de Riscos e por colaboradores da Companhia, através dos indicadores - key performance indicators (KPI´s) e key risk indicators (KRI´s), que avaliam a performance das áreas priorizadas de negócio e funcionais de suporte.

Nesse contexto, o Conselho de Administração: (i) estabelece as diretrizes gerais das estratégias de gestão de riscos da Companhia; (ii) avalia e aprova a matriz de riscos significativos bem como os limites aceitáveis para exposição a riscos (apetite a riscos); (iii) supervisiona as atividades do processo de gerenciamento de riscos, executadas pela Diretoria Executiva; (iv) utiliza também a atuação dos Comitês de Assessoramento no processo de monitoramento dos riscos significativos prioritários; (v) avalia a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos; e (vi) aprova a Política de Gestão de Riscos e suas revisões futuras.

Por delegação do Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance: (i) propõe ao Conselho de Administração definições gerais das estratégias de gestão de riscos da Companhia; (ii) acompanha e supervisiona, com o suporte da Auditoria Corporativa, o processo de gestão de riscos, bem como a aplicação dos KRI's/KPI´s e as estratégias de mitigação dos riscos prioritários, através dos trabalhos das frentes de Compliance, Integridade e PLD e Gestão de Riscos; (iii) avalia e monitora, com o suporte da Auditoria Corporativa, os riscos significativos prioritários identificados pelo Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e Diretoria Executiva, bem como pelas revisões das frentes de Compliance, Integridade e PLD e Gestão de Riscos, bem como os planos de ação e recomendações aplicáveis; e (iv) informa periodicamente o Conselho de Administração sobre os temas relevantes das etapas anteriores.

Já o Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, por delegação do Conselho de Administração: (i) propõe ao Conselho de Administração as definições gerais das estratégias de gestão dos riscos financeiros; (ii) monitora o nível de exposição da Companhia a riscos do mercado, de crédito e de liquidez; e (iii) acompanha e supervisiona o processo de gestão de riscos financeiros para geração de valor da Companhia – planejamento financeiro, orçamento, decisões de investimento e captações de recursos.

Por sua vez, a Diretoria Executiva: (i) promove a integração da gestão de riscos com os ciclos de gestão e planejamento da Companhia; (ii) promove a cultura de gestão de riscos na Companhia; (iii) garante a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas operacionais; (iv) acompanha os riscos gerenciados no nível de cada macroprocesso e/ou operação, para verificar a efetividade dos controles existente; (v) participa na validação e priorização dos riscos de suas respectivas áreas; (vi) acompanha os KRI's/KPI´s e as estratégias de mitigação de riscos; (vii) avalia e monitora o tratamento dos riscos de negócio quando da execução do planejamento estratégico; (viii) avalia, ao menos anualmente, a eficácia da Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos, e prestam contas ao Conselho de Administração a respeito desta avaliação; e (ix) garante a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Diretoria de Compliance, Integridade e PLD: (i) elabora o planejamento e assegura a operacionalização da gestão de riscos, com base em áreas priorizadas, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais; (ii) avalia os riscos por macroprocesso, por unidades de negócio e portfólio; (iii) elabora, treina, dissemina e recomenda os processos e procedimentos para a gestão dos riscos; (iv) emite parecer sobre a viabilidade das operações relacionadas aos riscos de compliance e integridade; e (v) assegura a manutenção da política de gestão de riscos.

A Diretoria de Auditoria Corporativa, com base nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração e pelos Comitês de Assessoramento: (i) elabora o Plano Anual de Auditoria Baseado em Riscos, a fim de verificar a eficácia dos controles internos e a efetividade da gestão de riscos; (ii) identifica e aponta oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão risco; (iii) valida as informações e controles relacionados aos indicadores de risco desenvolvidos e monitorados pelas áreas funcionais; e (iv) reporta periodicamente ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, os resultados de avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade da gestão de riscos na Companhia.

A função de Gestão de Riscos, em fase de desenvolvimento: (i) define a metodologia corporativa de gestão de riscos pautada na visão integrada e sistêmica das atividades da Companhia; (ii) propõe e analisa, em conjunto com as áreas funcionais e de negócios, as estratégias de mitigação dos riscos; (iii) consolida e comunica os riscos prioritários da Companhia ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e Diretoria Executiva; (iv) assessora as áreas funcionais e de negócios priorizadas na identificação e avaliação do impacto dos diversos tipos de riscos envolvidos; e (v) executa as tarefas que permitirão um adequado monitoramento dos riscos prioritários (estratégicos, financeiros, operacionais e de integridade) e informa e discute com o Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance os resultados de suas avaliações.

Por fim, os agentes de integridade bem como demais colaboradores estão sendo gradualmente capacitados, e são responsáveis por identificar, classificam e gerenciam os riscos das respectivas áreas, em conjunto com a área de gestão de riscos; estabelecem mitigantes para os riscos, implantam os planos e acompanham as ações corretivas e/ou preventivas em suas áreas, participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente da gestão de riscos na Companhia.

O monitoramento dos controles se dá através de um processo contínuo e colaborativo, de modo a garantir, com as limitações abaixo descritas a posterior adoção de medidas específicas, factíveis e tempestivas. As pessoas envolvidas em cada área têm sido capacitadas, de forma gradual, para diagnosticar, priorizar, monitorar e gerir os seus riscos, observando as mudanças do ambiente interno e externo, a fim de reduzir a probabilidade de materialização de riscos desconhecidos ou não controlados.

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

**(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

As disposições sobre o gerenciamento de riscos de mercado estão compreendidas na Política de Gestão de Riscos elaborada pela Diretoria de Compliance, Integridade e PLD e Diretoria Jurídica, e aprovada pelo Conselho de Administração ("Política"). Ainda, nos termos da Política, a competência de análise de investimentos e estabelecimento das diretrizes gerais das estratégias de gestão de riscos relacionadas a: (i) aplicações financeiras; (ii) aplicação em títulos públicos; (iv) por instituição financeira; (v) cambial; (vi) índices e (vii) captação de recursos, é da Diretoria Financeira da Companhia, que deverá observar as diretrizes do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor ("COFIC") uma vez que forem emitidas.

Os limites de exposição de risco estabelecidos acima deverão ser observados e executados pela própria Diretoria Financeira da Companhia quando da gestão dos negócios e contratação de transações pela Companhia.

Embora a Política não detalhe os instrumentos utilizados para efetuar a proteção da Companhia em relação aos riscos de mercado, bem como os parâmetros utilizados para gerenciamento desses riscos, apresentamos abaixo as práticas adotadas pela Companhia.

**(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

**(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A Companhia, conforme indicado no item 4.2 deste Formulário de Referência, busca proteção, sobretudo, contra o Risco de taxas de juros e Risco de taxa de câmbio.

**(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

**Risco de Taxa de Câmbio**

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores, quando são realizadas transações em moeda estrangeira. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria Financeira, de acordo com as diretrizes previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. A contratação de instrumentos financeiros é feita mediante análise da exposição ao risco que nossa Administração pretende cobrir em cada transação. Administramos esses instrumentos pela definição de estratégias operacionais e controles internos lastreados em nossas operações e não utilizamos tais instrumentos com outros propósitos que não de proteção (hedge).

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía operações cambiais significativas negociadas diretamente.

Adicionalmente, a Companhia comercializa produtos (especialmente itens de tecnologia) que são fabricados localmente, mas que possuem diversos componentes importados, de forma que seus custos podem variar conforme oscilações das taxas de câmbio. Assim, a gestão do risco cambial "indireto" relacionado a fornecimento de produtos está ligada à gestão comercial, de preço e margem de produtos e é realizada juntamente com seus fornecedores, que procura não repassar grandes oscilações aos clientes.

**Risco de Taxa de Juros**

A Companhia não utiliza estratégias de proteção patrimonial (hedge) em relação a tais riscos. São realizadas análises de sensibilidade à variação das taxas de juros, conforme indicado no item 4.2 deste Formulário de Referência.

**(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

**Risco de Taxa de Câmbio**

Conforme mencionado anteriormente, podemos nos utilizar de diversos instrumentos a fim de protegermos o nosso patrimônio, tais como swaps, NDFs (Non-DeliverableForward) e opções. As operações de swap são nosso principal instrumento financeiro para proteção contra riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio a que estamos sujeitos em razão de contratos firmados para repasses de recursos externos. Tais contratos eliminam nossa exposição ao risco cambial, substituindo-a por uma exposição pós-fixada em moeda local e variação do CDI (certificados de depósitos interbancários). Entendemos que a substituição da variação cambial pela variação pós-fixada em CDI nos expõe a um risco menor de mercado, uma vez que nossas obrigações financeiras sofrerão oscilações semelhantes à taxa de juros de mercado, na mesma extensão de nossos ativos financeiros e vendas financiadas caracterizando, assim, um componente de risco macroeconômico.

**Risco de Taxa de Juros**

Não utilizamos instrumentos para a proteção patrimonial (hedge) em relação a tais riscos.

**(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

**Risco de Taxa de Câmbio**

Contratamos operações de swap junto a instituições financeiras de primeira linha, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação de indexadores como CDI, TJLP e IPCA, entre outros. Para cada contrato de empréstimo celebrado, é realizada uma operação "casada" de swap cambial na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido.

Para fins de contabilidade de cobertura (hedge accounting), esses instrumentos são classificados como hedge de valor justo e são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo, tanto do derivativo de hedging (swap) quanto do objeto de hedge (empréstimos), durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, como resultado financeiro.

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Como consequência de tal gerenciamento, os riscos cambiais são minimizados, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de “swap”, de modo que o tratamento contábil e financeiro desses empréstimos é denominado em moeda local. A Companhia não possui limites determinados de exposição aos riscos de mercado.

**Risco de Taxas de Juros**

Possuímos empréstimos e financiamentos indexados ao CDI, expondo esses ativos e passivos a flutuações nas taxas de juros, além de taxa pré-fixada. Nossa administração monitora o comportamento de mercado das taxas futuras de juros (compreendendo as análises de sensibilidade) com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratar instrumentos de proteção ao risco de volatilidade dessas taxas.

**(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.**

Não aplicável, uma vez que nós não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

**(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

Nos termos da Política, o compromisso com a integridade e valores éticos, bem como com a disseminação da cultura de gestão de riscos da empresa, é responsabilidade de todos os colaboradores. Todos são responsáveis também pela gestão de riscos e podem contribuir para uma gestão eficaz.

De todo modo, o Conselho de Administração, o Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor – COFIC e a Diretoria Financeira da Companhia são os órgãos responsáveis por realizar o gerenciamento dos riscos de mercado.

O Conselho de Administração é responsável por: (i) estabelecer as diretrizes gerais das estratégias de gestão de riscos da Companhia; (ii) avaliar e aprovar a matriz de riscos estratégicos, bem como as diretrizes gerais para estabelecimento dos limites aceitáveis para exposição da Companhia a riscos (apetite a riscos); (iii) supervisionar as atividades do processo de gerenciamento de riscos, executadas pelo Presidente e Diretoria Executiva; (iv) utilizar também a atuação dos Comitês de Assessoramento no processo de monitoramento dos riscos prioritários; (v) avaliar a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos; e (vi) aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas revisões futuras.

O COFIC, por delegação do Conselho de Administração, é responsável por: (i) propor ao Conselho de Administração as definições gerais das estratégias de gestão dos riscos financeiros; (ii) monitorar o nível de exposição da empresa a riscos de mercado, de crédito e de liquidez; e (iii) acompanhar e supervisionar o processo de gestão de riscos financeiros para geração de valor da empresa - planejamento financeiro, orçamento, decisões de investimento e captações de recursos.

Os demais órgãos responsáveis pelo controle interno no gerenciamento de riscos da Companhia estão descritos no item 5.1. deste Formulário de Referência.

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

**(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

Considerando-se que as disposições sobre o gerenciamento de riscos de mercado estão compreendidas na Política de Gestão de Riscos, a estrutura operacional e de controles internos para sua verificação segue as diretrizes citadas (vide seção 5.1.(iii).(c)), com ênfase para a atuação do COFIC,que a partir dos reportes da Diretoria Financeira, auxilia o Conselho de Administração na supervisão das atividades de gerenciamento de riscos de mercado, dada especialização financeira este Comitê de Assessoramento. Desse modo, a Companhia entende adequada a sua estrutura operacional para verificação da efetividade da política adotada. A Auditoria Corporativa, na forma gradativa de sua estruturação, tem assumido o monitoramento das ações acima pontuadas.

## 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

**(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos. Dentre as práticas e ações implantadas ou em implantação, destacam-se: i) gerenciamento de riscos operacionais; ii) implantação do Programa de Integridade; iii) investimento em sistema informatizado de gerenciamento de riscos e compliance; iv) instituição de políticas corporativas relevantes; v) aprimoramento do compliance anticorrupção; vi) implantação de canal de denúncias independente terceirizado em adição aos canais existentes anteriormente; vii) estruturação da Auditoria Corporativa, com escopo de atuação baseado em riscos e que se reporta ao Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa; viii) estruturação da frente de controles internos (ligada à diretoria e Compliance, Integridade e PLD) voltada para a atuação no processo de gerenciamento de riscos (em andamento).

A respeito dos controles para elaboração das demonstrações contábeis, esta é iniciada com o processo de fechamento contábil, que possui na Companhia uma estrutura objetiva de acompanhamento de fechamentos de módulos sistêmicos, onde são monitorados os processos de integração de informações financeiras para o sistema contábil, bem como com acompanhamento de variações de dados orçados e reais e análise da necessidade de possíveis lançamentos manuais no sistema de contabilidade. O processo de fechamento contábil segue as diretrizes das políticas contábeis da Companhia (em fase de aprimoramento de formalização), e é revisado mensalmente pela Gerência de Contabilidade, Diretor de Controladoria e Diretoria Executiva de Administração e Controle, em que se assegura que os números contábeis estão adequados e confiáveis. Na sequência, com o uso de checklists de divulgação e avaliação interna sobre a necessidade e adequação qualitativa de divulgações, a área contábil prepara as demonstrações financeiras, submetendo-a para revisão da Diretoria de Controladoria e Diretoria Executiva da Companhia. A área de prevenção de perdas da Companhia efetua trabalhos em determinados processos, principalmente visando a prevenção de perdas e melhorias daqueles processos para assegurar a qualidade de determinados saldos das demonstrações financeiras. As contas contábeis sofrem um escrutínio de revisão das áreas envolvidas (Finanças, Tributária, Contabilidade e Controladoria), e quando aplicável por consultores externos (no caso tributário, principalmente) que garantem segurança razoável dos saldos das transações de riscos como de estimativas de valores de ativos e de passivos. A Auditoria Corporativa atua de forma independente auditando os controles internos referentes ao processo de fechamento contábil e elaboração das demonstrações financeiras, apontando as deficiências de controle, recomendando melhorias, e monitorando a evolução dos planos de ação para tratamento dos controles.

Após concluídas, as demonstrações financeiras são submetidas à apreciação do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, para posterior encaminhamento e revisão pelo Conselho Fiscal e Conselho de Administração. Após a aprovação de todos estes órgãos da governança, as demonstrações financeiras são publicadas.

**(b) estruturas organizacionais envolvidas**

As estruturas organizacionais envolvidas compreendem as frentes de Compliance, Integridade e PLD, de Gestão de Riscos, de Prevenção de Perdas, e de Controles Internos (em estruturação) as quais são responsáveis por supervisionar o ambiente de integridade e riscos corporativos e

## 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

também acompanhar o desenvolvimento e implantação dos planos de ação para mitigação dos riscos. Tais frentes reportam-se administrativamente ao Diretor Presidente e funcionalmente aos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração.

O departamento de Contabilidade, bem como a Diretoria de Controladoria, e a Diretoria Executiva da Companhia têm a responsabilidade de revisão final das demonstrações financeiras, para posterior envio aos órgãos de governança, quais sejam, Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, para a devida aprovação. A Auditoria Corporativa realiza a auditoria e monitoramento independente dos controles de fechamento e elaboração das demonstrações financeiras. As estruturas organizacionais envolvidas nos controles internos estão em constante processo de desenvolvimento na Companhia.

**(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A supervisão da eficácia dos controles internos da Companhia é realizada pelas áreas responsáveis que originam as transações através de processos manuais e eletrônicos integrados de exatidão, totalidade, avaliações e aprovações de transações, de comparação de valores orçados e reais e ações sobre variações.

Como acima mencionado essas transações, no processo de fechamento contábil mensal, são revisadas pelas áreas de Contabilidade, Controladoria e outras áreas de controle que atuam no escopo de controles internos. A Auditoria Corporativa realiza os trabalhos de auditoria e monitoramento independente de tais controles, bem como de verificação de temas específicos nas demonstrações financeiras, e se reporta diretamente ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance.

**(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

A Administração entende que as deficiências e recomendações sobre os controles internos da Companhia apontadas pelos auditores independentes não causaram impactos materiais nas demonstrações financeiras. Abaixo apresentamos as principais deficiências significativas de controles internos e recomendações apresentadas pelos auditores independentes:

(i) Solicitação, formalização e aprovação das mudanças nos sistemas: Ausência de um processo formal de gerenciamento de mudanças em sistemas, bem como mecanismos eficientes de controles para redução do risco de erros decorrentes do transporte indevido de alterações de sistemas para o ambiente de produção. Os auditores independentes recomendaram melhorias relacionadas à formalização dos processos.

(ii) Política para monitoramento de acessos privilegiados - bancos de dados e sistemas: Ausência de processo/procedimento de monitoramento de acessos privilegiados aos bancos de dados de sistemas relevantes e monitoramento de usuários com acessos privilegiados. Os auditores independentes recomendaram melhorias relacionadas à formalização.

(iii) Registro e Aprovação de concessões de acesso aos banco de dados: Ausência de procedimento formal para registro e aprovação de acessos de acordo com as funções dos

## 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

colaboradores. Os auditores independentes recomendaram melhorias relacionadas à formalização dos processos.

**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Administração discute todas as recomendações com os auditores independentes, apontadas como significativas ou não, e concluiu que estas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras. No decorrer do exercício de 2020 a Administração trabalhou na execução de planos de ação específicos para implementação de melhorias de controles sobre tais deficiências significativas apontadas, os quais são monitorados e reportados à Administração por meio dos trabalhos das áreas de controle:

i) Solicitação, formalização e aprovação das mudanças nos sistemas: A Companhia implementou melhorias de controles durante o exercício de 2020 que consistem na formalização do processo de gestão de mudanças a partir de ferramenta específica que compreende desde as solicitações, até os testes e aprovações. A Companhia e os auditores entendem que as ações endereçam a deficiência em questão.

ii) Política para monitoramento de acessos privilegiados - bancos de dados e sistemas: A Companhia implementou melhorias de controles durante o exercício de 2020 que consistem na implantação de ferramenta para ser utilizada como cofre de senhas, que permite o monitoramento, auditoria e rastreabilidade das atividades executadas pelos usuários. Melhorias adicionais previstas para o exercício de 2021 contemplam políticas de governança de acessos a repositório de dados e controle de acessos.

iii) Registro e Aprovação de concessões de acessos aos bancos de dados: A Companhia implementou melhorias de controles durante o exercício de 2020, consistindo na formalização do processo de solicitação e aprovação de acessos e na revisão periódica das credenciais existentes. A Companhia e os auditores entendem que as ações endereçam a deficiência em questão.

## 5.4 - Programa de Integridade

**(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

O Magazine Luiza sempre teve a cultura muito forte de honestidade e mantem o compromisso com a integridade na realização de cada uma das suas atividades. Em síntese, sempre teve a ética na sua rotina. Em 2017, a Companhia estruturou e formalizou todas as suas boas práticas em um Programa de Integridade, que foi implantado em consonância com o propósito e valores da Companhia. O Programa reúne um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate à desvios de conduta, não conformidades legais e regulatórias, à lavagem de dinheiro, fraudes e a qualquer ato de corrupção.

Com este intuito, o Programa de Integridade consolida e reforça regras e diretrizes gerais como: o Código de Ética e Conduta, os Inegociáveis, Manual de Integridade, Manual Anticorrupção, Política de Neutralização de Conflito de Interesses, Políticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo e outras políticas e ações conduzidas por diversas áreas funcionais da estrutura organizacional da empresa.

Todos estes documentos estão aderentes aos requisitos legais e regulatórios aplicáveis aos nossos diferentes segmentos negócio de atuação.,

Os principais objetivos do Programa são: (i) promover a cultura de ética e conformidade; (ii) consolidar todas as iniciativas de conformidade legal, em especial as de Anticorrupção e de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo; (iii) implantar as melhores práticas de mercado em consonância com os mais altos padrões éticos; (iv) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam atualizados, aderentes aos requisitos regulatórios, devidamente formalizados e sejam observados pelos colaboradores; (v) estabelecer a cultura de controles internos e de gestão de riscos a fim de mitigá-los por meio da prevenção; (vi) buscar a melhoria contínua com base na análise, avaliação e desenvolvimento regular do programa e do ambiente normativo aplicável; e (vii) promover a transparência.

O Programa de Integridade está estruturado em 5 pilares, quais sejam:

i) Comprometimento da alta direção: Tanto o Conselho de Administração quanto a Diretoria Executiva apóiam e participam ativamente na definição das diretrizes e objetivos do Programa de Integridade. A avaliação da eficácia e efetividade do Programa é realizada pela alta direção por meio da Análise Crítica da Alta Direção (ACAD), que é realizada anualmente. Ademais, todos os membros da alta direção atuam diretamente na disseminação e na promoção da ética, transparência e conformidade, bem como em assegurar a aplicação efetiva do Programa de Integridade por parte dos colaboradores;

ii) Instância responsável – A Diretoria de Compliance, Integridade e PLD: é área independente dedicada com autonomia, recursos materiais e humanos para garantir o funcionamento do Programa de Integridade. Esta área possui acesso e reporte direto ao Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento;

iii) Gestão de riscos: A Diretoria de Compliance, Integridade e PLD atua, em conjunto com as áreas funcionais, na identificação de situações de riscos, avaliação e classificação destes e, quando necessário, na proposição de planos de ação para mitigação e monitoramento;

iv) Estruturação de regras e instrumentos: (i) a alta direção define e aprova as regras e diretrizes gerais que estão consubstanciadas no Código de Ética e Conduta, Manual

## 5.4 - Programa de Integridade

Anticorrupção, Manual de Integridade, Inegociáveis, entre outros; (ii) a Diretoria de Compliance, Integridade e PLD, em conjunto com as outras áreas funcionais de negócio da Companhia, trabalha na elaboração e revisão de políticas e procedimentos internos de prevenção a irregularidades e não conformidades; (iii) a alta direção, em conjunto com a Diretoria de Compliance, Integridade e PLD, atuou diretamente na criação e institucionalização dos canais de denúncia e nos meios de reporte de preocupações e, também, participou na definição de medidas disciplinares para casos de violação; (iv) a Diretoria de Compliance, Integridade e PLD, em parceria com a responsável pela comunicação interna, planeja e executa a divulgação do programa e de suas ações; (v) por fim, a Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas, juntamente com a Diretoria de Compliance, Integridade e PLD, desenvolve e realiza os treinamentos acerca dos instrumentos e do próprio Programa;

v) Monitoramento contínuo: A Companhia adota mecanismos de monitoramento continuo, entre eles: (i) Análise Crítica pela Alta Direção, que consiste no procedimento de verificação de efetividade e eficácia do Programa e revisão dos seus objetivos, estratégias e ações; (ii) avaliação, pelo Comitê de Integridade, dos incidentes e violações, o tratamento dado a estes e o efeito de suas correções.

A Companhia divulga recorrentemente seu Programa de Integridade junto a todos os seus colaboradores, parceiros e fornecedores com o apoio da alta administração. Essa divulgação é realizada por diferentes meios, tais como: comunicação internos, materiais de divulgação, eventos , dentre outros.

Como mencionado, o Conselho de Administração da Companhia aprovou também o Manual Anticorrupção, que instituiu regras, diretrizes e procedimentos formais para garantir o controle e a prevenção de quaisquer violações à Lei Brasileira Anticorrupção nas relações mantidas com agentes públicos. Ademais, são adotados mecanismos para garantir que durante a condução dos nossos negócios sejam observados os mais elevados padrões de integridade, legalidade e transparência. Violações aos preceitos anticorrupção podem resultar em severas sanções disciplinares e, ainda, a adoção de medidas judiciais civis e criminais, aplicadas isolada ou cumulativamente aos responsáveis.

O Manual Anticorrupção considera como infração, atos ilícitos lesivos relacionados à prática de fraude, corrupção, suborno ou propina, pagamento de facilitação e vantagem indevida; e prevê que os contatos profissionais com agentes públicos devem ser transparentes e legítimos; que devem ser realizados por profissionais capacitados de acordo com os termos do Código de Ética e Conduta e das políticas internas da Companhia. Tais contatos devem ser realizados com a participação de mais de um colaborador da Companhia, mediante agendamentos, em ambientes profissionais, sendo recomendada a elaboração de relatórios ou atas de reunião para registro dos assuntos tratados.

A Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo tem como objetivo estabelecer as responsabilidades e medidas adotadas, a fim de prevenir o uso de nossas atividades por parte de parceiros, clientes, fornecedores e/ou outros terceiros para fins de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo ou corrupção, de acordo com a legislação vigente.

A Companhia possui também o Comitê de Integridade, que tem a atribuição principal de auxiliar a Administração na adoção de mecanismos de mitigação dos riscos de não conformidade; na avaliação da adequação das políticas e procedimentos internos, a legislação e regulamentos vigentes e nas medidas voltadas à disseminação da cultura de integridade. O Comitê de

## 5.4 - Programa de Integridade

Integridade ainda tem a responsabilidade de: (i) zelar pelo cumprimento do Código de Ética e Conduta e Manual Anticorrupção; (ii) discutir e esclarecer dúvidas de interpretação do Código de Ética e Conduta; (iii) avaliar a necessidade de abertura de averiguações preliminares e de sindicâncias oriundas de denúncias recebidas; (iv) recomendar a aplicação de sanções, quando cabíveis; e (v) analisar acerca da efetividade da política de consequências.

**(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor**

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia, a partir de seu Programa de Integridade são: (i) definição de diretrizes e regras claras para orientar todos os colaboradores, a saber: Código de Ética e Conduta; Manual Anticorrupção; Manual de Integridade; Política de Tratamento da Informação; Política de Contratação de Terceiros, que prevê a avaliação de integridade de fornecedores de grupo de risco; Política de Presentes, Brindes e Hospitalidades, Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, Política de Neutralização de Conflitos de Interesse; Política de Negociação com Partes Relacionadas e outras especificas às suas áreas funcionais de negócio; (ii) treinamento periódico de todos os colaboradores e/ou das áreas e cargos mais suscetíveis aos riscos mapeados; (iii) adoção e acompanhamento de indicadores de monitoramento de riscos; (iv) detecção, por meio da institucionalização de canais de denúncias e de meios de reporte de preocupações; (iv) instituição de comitês de avaliação e resposta a incidentes e também de aplicação de políticas de consequências; e (v) monitoramento contínuo, a Companhia reavalia os riscos aos quais está exposta e revisa suas políticas e procedimentos internos sempre que necessário.

Em complemento, a Companhia realiza trabalhos de conscientização e divulgação, sobre a importância e a finalidade de tais mecanismos de integridade.

**(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade**

A Companhia possui uma área independente dedicada à implantação dos principais instrumentos de integridade e, também, ao monitoramento do funcionamento eficiente do Programa de Integridade. Tal área possui autonomia de recursos materiais e humanos e tem acesso e reporte direto para a Alta Administração.

O Conselho Administração supervisiona, avalia, define estratégias e controla se as metas do Programa de Integridade estão sendo cumpridas.

**(iii) código de ética ou de conduta**

A Companhia adota um Código de Ética e Conduta ("Código") que apresenta seu propósito, sua visão e seus valores. O Código define as diretrizes de comportamentos esperadas por parte de seus colaboradores e parceiros, o papel e as responsabilidades da liderança, diretrizes de relacionamento com fornecedores e clientes. A Companhia também reforça os comportamentos não tolerados, inadmissíveis em qualquer circunstância pela Companhia, denominados "Inegociáveis".

As disposições do Código se aplicam, irrestritamente, a todos os colaboradores, acionistas e parceiros da Companhia. Os preceitos estabelecidos devem ser observados por todos em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros e agentes governamentais.

## 5.4 - Programa de Integridade

Em caso de violações ao Código é prevista a adoção de medidas disciplinares, que consideram desde advertência verbal até a demissão por justa causa, não excluindo, quando cabível, a adoção de medidas judiciais, por meio de processos civis e/ou criminais. No caso de violação de leis, há previsão de cooperação total da Companhia com as autoridades competentes.

O Código de Ética e Conduta é disponibilizado eletronicamente para todos os colaboradores, diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração, terceiros, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia anualmente ou sempre que necessário seu reforço. Adicionalmente, são realizados treinamentos presenciais e na modalidade "*e-learning*".

**(b) canal de denúncia**

A Companhia conta com canal independente para realização de eventuais denúncias, o qual visa assegurar que os colaboradores sejam ouvidos de forma sigilosa e tenham o seu anonimato assegurado. Tal canal reforça a cultura de transparência e a de proteção do denunciante de boa-fé.

O canal de denúncias independente é administrado por empresa especializada, e as informações captadas são direcionadas para a área de tratamento pertinente. A aplicação de sanções e consequências é realizada por um Comitê.

Os canais de denúncia da Companhia podem ser acessados por e-mail (magazineluiza@canalconfidencial.com.br), *callcenter* (pelo telefone 0800 792 1007) ou pelo site (disquedenunciamagazineluiza.com), estando disponíveis para pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, internas ou externas.

**(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares**

Além daqueles já descritos neste item do Formulário de Referência, o Manual Anticorrupção da Companhia prevê que em situações de busca por novos negócios, por meio de aquisições, fusões e incorporações de outras empresas, deve ser realizado processo de diligência, para verificação do cumprimento das disposições das Leis Anticorrupção, previamente à realização do negócio. Deve ser incluído no contrato de compra e venda, cláusulas anticorrupção adequadas, além de considerar outras opções disponíveis para evitar a sucessão de qualquer passivo anterior ao fechamento da operação.

Além disso, após conclusão do negócio, deve ser conduzida uma análise de conformidade com as Leis Anticorrupção e Antitruste e a adequação ao Manual Anticorrupção, conforme necessário.

**(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## 5.5 - Alterações significativas

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta. Os principais riscos a que a Companhia está exposta estão sujeitos a fatores internos e externos, de diferentes complexidades conforme descritos na seção 4 deste Formulário de Referência. A estrutura organizacional (Gestão e Governança – linhas de defesa), as políticas, os métodos e processos de controles internos (inclusive de monitoramento) agem de forma sistemática e consistente na identificação das mudanças, na avaliação e em respostas mais efetivas sobre os efeitos daqueles riscos. Com relação aos riscos estratégicos, em linha com as diretrizes da Política de Gestão de Riscos e de exposição a riscos, foram realizadas reavaliações da matriz de riscos significativos para reconsiderar as avaliações e classificações diante do cenário apresentado no período.

Neste contexto, a Companhia aperfeiçoa continuamente sua estrutura, seus processos e controles internos (inclusive de monitoramento) visando mitigar a sua exposição aos principais riscos a que está exposta. Os agentes de governança - Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, com suporte da estrutura de Auditoria Corporativa, Compliance, Integridade e PLD, Gestão de Riscos, bem como dos demais órgãos descritos no item 5.1 deste Formulário de Referência - têm atuado de forma efetiva no monitoramento dos principais riscos do negócio da Companhia em todos os níveis organizacionais.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos na seção 4.1 deste Formulário de Referência, dadas as premissas e objetivos atuais de negócio da Companhia, compreendendo efeitos decorrentes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) mencionados, que impactaram e podem continuar impactando nossas operações, canais de venda e fluxos de caixa. A extensão e gravidade de tais efeitos nos nossos negócios dependem de eventos futuros altamente imprevisíveis.

## 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que julguemos relevantes em relação a esta Seção 5.

## 6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

| | |
|---|---|
| **Data de Constituição do Emissor** | 16/11/1957 |
| **Forma de Constituição do Emissor** | Constituída sob a forma de sociedade limitada, sendo que, em 16 de junho de 1984, por meio de alteração contratual devidamente arquivada na Junta Comercial de São Paulo - JUCESP, a nossa Companhia transformou-se em sociedade por ações. |
| **País de Constituição** | Brasil |
| **Prazo de Duração** | Prazo de Duração Indeterminado |
| **Data de Registro CVM** | 28/04/2011 |

## 6.3 - Breve Histórico

Nossa história teve início em 1957, quando o casal Luiza Trajano e Pelegrino José Donato fundou o Magazine Luiza em Franca, interior do Estado de São Paulo. Em 1966, a fim de impulsionar nosso crescimento, ingressou na sociedade o casal Maria Trajano Garcia, irmã de Luiza Trajano, e Wagner Garcia, e nossa primeira loja foi ampliada.

Em 1974, inauguramos a nossa primeira grande loja de departamentos. Em 1976, fizemos nossa primeira grande aquisição, com a compra das Lojas Mercantil, que possuía filiais em outras cidades da região. Em 1983, iniciamos nossa expansão para fora do Estado de São Paulo, atingindo diversas cidades do Triângulo Mineiro. Alguns anos depois, em 1986, inauguramos nosso primeiro Centro de Distribuição, em Ribeirão Preto, com sistemas automatizados e logística ágil e inteligente. Sendo este um grande passo para consolidar o crescimento de nossa rede.

Em 1991, iniciamos uma reestruturação societária a fim de propiciar uma expansão aos negócios da sociedade. Foi nessa oportunidade que ingressou em nosso quadro societário a Holding LTD. No mesmo ano, Luiza Helena Trajano, sobrinha de Luiza Trajano, assumiu a liderança da sociedade e deu início a uma grande transformação no nosso modelo de gestão com o objetivo de fortalecer a sociedade para o século seguinte.

Fomos pioneiros na criação do primeiro modelo de comércio eletrônico. Nossas Lojas Eletrônicas, hoje chamadas Lojas Virtuais, criadas por nós em 1992, foram resultado de um projeto inovador, cujas vendas eram realizadas por intermédio de terminais multimídia, composto por vendedores que orientavam os clientes, sendo que não havia produtos em exposição e nem nos estoques. Alguns anos depois, levamos a experiência adquirida em vendas virtuais para a internet, com a criação e consagração de nosso site www.magazineluiza.com, um dos maiores sites de e- commerce no Brasil. Hoje, o site é um dos maiores do setor e conta com os mais modernos canais e ferramentas de interação com os clientes, como Facebook, Youtube, podcast, blog e twitter. Ainda no início da década de 90, criamos as nossas maiores liquidações: a “Liquidação Fantástica”, um saldo de Natal, realizado imediatamente após a virada do ano, no qual os clientes compram com até 70% de desconto todas as mercadorias que conseguirem carregar, e o “Só Amanhã”, uma promoção na qual, durante um determinado dia, o cliente pode comprar um produto anunciado por um preço muito abaixo da média do mercado.

Em 1996, ampliamos nossa rede de lojas no Paraná e também ingressamos no mercado do Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul. Neste mesmo ano, apesar de ser uma companhia de capital fechado, o Magazine Luiza divulgou seu primeiro balanço financeiro auditado externamente, exigência necessária somente em companhias de capital aberto.

Em 2001, nos associamos ao Unibanco (atual Itaú Unibanco) para a criação da Luizacred, uma financeira responsável, principalmente, pelo financiamento dos clientes. A Luizacred é uma das maiores financeiras do país e conta com a sólida estrutura de financiamento e os rígidos controles de concessão de crédito do Itaú Unibanco. Adicionalmente, adquirimos a Wanel, rede de lojas na região de Sorocaba.

Em 2003, iniciamos expansão, com a aquisição das Lojas Líder, na região de Campinas, e um processo de transição de marca foi iniciado. Em 2004, a expansão seguiu, com a aquisição das Lojas Arno, no Rio Grande do Sul.

Em 2005, recebemos aporte de capital de fundos administrados pela Capital, um investidor internacional de private equity, com presença em mais de 20 países. Isso possibilitou nossa rápida expansão, a facilitação da entrada na capital paulista, a construção do centro de

## 6.3 - Breve Histórico

distribuição Bandeirantes e a ampliação de nossa estrutura em logística. No mesmo ano, nos associamos à Cardif, empresa do Grupo BNP Paribas, para a criação da Luizaseg, uma seguradora responsável pelos seguros de garantia estendida, com gestão compartilhada. Somos a única empresa do varejo a possuir uma seguradora própria, instituída por meio de uma associação (joint venture).

Não demorou muito para o crescimento alcançar também o Estado de Santa Catarina e expandir-se no Paraná e no Rio Grande do Sul, com a aquisição das Lojas Base, Kilar e Madol, em 2005. Neste ano, também foram criados a TV Luiza, a Rádio Luiza e o Portal Luiza, veículos de comunicação interna exclusivos para informar os colaboradores da rede. O bom trabalho executado a partir deste posicionamento foi reconhecido, cinco anos depois, com o prêmio A Melhor Empresa na Prática do Falar com Seus Colaboradores, em pesquisa do Instituto Great Place To Work.

Em razão das atitudes inovadoras e voltadas ao público feminino, recebemos, em 2007, o título de A Melhor Empresa para a Mulher Trabalhar no Brasil, em pesquisa do Instituto Great Place to Work. O prêmio foi um reconhecimento à política de Recursos Humanos baseada na valorização do trabalho da mulher e na crença de sua evolução dentro da companhia.

Em 2008, abrimos simultaneamente 46 lojas na cidade de São Paulo, o maior mercado consumidor brasileiro. O empreendimento, que começou com a mobilização de centenas de profissionais, resultou na obtenção de mais de um milhão de novos clientes.

Em 2010, com a aquisição das Lojas Maia, que possuía 136 unidades espalhadas pelos nove Estados da região Nordeste, alcançamos a expressiva marca de 20 milhões de clientes em 16 Estados do Brasil. Ao final de 2010, trouxemos para a cidade de São Paulo nosso escritório de negócios, situado no mesmo prédio da Loja-Conceito na Marginal Tietê.

Em junho de 2011, finalizamos nosso processo de Abertura de Capital e Oferta de Ações (IPO), um passo muito importante para nossa estratégia e trajetória de crescimento, permitindo o acesso a uma fonte alternativa de financiamento dos investimentos, geração de empregos e criação de valor para nossos acionistas. Também em 2011, realizamos a aquisição das lojas do Baú da Felicidade, por meio do qual foram adquiridas 100% das ações do capital social da New-UTD Utilidades Domésticas S.A. (“New-UTD”), e passamos de 604 lojas em 2010 para 728 lojas ao final do mesmo ano, sendo 24 lojas novas e 100 oriundas da aquisição do Baú.

Em abril de 2012, houve a incorporação das Lojas Maia pelo Magazine Luiza S.A. Concluímos a integração das redes Maia e Baú, apesar da sua complexidade, com o envolvimento direto de mais de 200 colaboradores da Companhia. Integramos todas as lojas do Sul/Sudeste (Lojas do Baú) e todas as lojas do Nordeste (Lojas Maia), respectivamente em fevereiro e outubro de 2012. Finalizamos o ano de 2012 com 743 lojas e 8 centros de distribuição, com sistemas contábeis e de gestão totalmente integrados.

Em 2014, a Companhia patrocinou a Copa do Mundo de futebol na rede Globo, proporcionando um impacto positivo em nossas vendas e na visibilidade da marca.

Em 2016, seguindo a estratégia de Transformação Digital, o Magazine Luiza esteve focado em 5 pilares: multicanalidade, inclusão digital, digitalização das lojas físicas, plataforma digital e cultura digital. Esse posicionamento possibilitou a entrega de grandes projetos na Logística, como o Retira Loja, o lançamento da nova plataforma de Marketplace, além de novos projetos para a digitalização das lojas físicas, como o Mobile Vendas, Mobile PinPad e o Lu Conecta. A estratégia da Transformação Digital contribuiu para o crescimento do Magazine Luiza em todos

## 6.3 - Breve Histórico

os canais, com ganhos de market share e melhoria dos indicadores de rentabilidade. O nosso marketplace foi criado em 2016 e na data deste Formulário de Referência, contamos com mais de 11 milhões de produtos integrados à essa plataforma. O desenvolvimento do marketplace é um ponto central em nossa estratégia, ser uma plataforma digital com pontos físicos e calor humano. Em 2018, os canais digitais – site, aplicativos de vendas e marketplace – foram responsáveis por 36% das vendas totais e cresceram 60% em relação ao mesmo período de 2017.

Em 03 de abril 2017, o Magazine Luiza adquiriu a startup de tecnologia Donatelo Desenvolvimento de Software e Market Digital Ltda. ("**Integra Commerce**"), especializada na integração e gestão do relacionamento entre lojistas e marketplaces — plataformas digitais abertas. Com a aquisição da Integra Commerce, lojistas que desejam participar do marketplace da Companhia não precisam recorrer à intermediação de plataforma de terceiro, tudo é realizado por uma plataforma única e integrada. O principal objetivo da aquisição é acelerar a execução da nossa principal estratégia de desenvolvimento de um marketplace rentável.

Em 07 de maio de 2018, o Magazine Luiza adquiriu a startup de tecnologia aplicada à logística Logbee, de São Paulo (SP), que é uma plataforma que gerencia em tempo real entregas expressas de produtos leves, realizadas diariamente por diversos parceiros, empreendedores e donos de seus próprios veículos.

Em 13 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu as empresas de tecnologia Softbox Sistemas de Informação, Certa Administração e Kelex Tecnologia (em conjunto, "Softbox"). A Softbox oferece soluções para empresas de varejo e indústria de bens de consumo que desejam vender digitalmente ao consumidor final. A grande maioria das empresas brasileiras ainda está excluída do mundo digital, sem acesso a nenhum marketplace. Com a incorporação da Softbox, o Magalu vai ajudar na transformação de companhias analógicas em empresas digitais.

Em 14 de junho de 2019, a Companhia concluiu a aquisição da Netshoes (Cayman) Ltd. ("**Netshoes**"), empresa líder no varejo online de roupas, calçados e artigos esportivos. A aquisição representa um passo significativo na estratégia de crescimento da Companhia e reforça o foco em crescimento baseado em aumento no volume de clientes ativos, frequência de compra e de categorias à venda, uma vez que a Netshoes possui uma base de mais de mil lojistas no seu *marketplace* e 4 milhões de clientes ativos que foram adicionados à base da Companhia.

Em 2020, frente às limitações de isolamento impostas pelo combate à disseminação da COVID-19, o Magazine Luiza acelerou seu processo de digitalização online e desenvolveu ainda mais a sua multicanalidade com o *Ship From Store*, ganhando alta relevância na modalidade de entregas. Os sellers do Marketplace puderam usufruir das facilidades do Parceiro Magalu e vender online, mesmo com suas lojas fechadas temporariamente. No lado financeiro, houve o lançamento do MagaluPay como nova funcionalidade do aplicativo da Companhia e o *roll-out* do Magalu Pagamentos como forma de antecipação dos recebíveis para os sellers.

As aquisições também marcaram fortemente o ano de 2020 para a Companhia. Para mais detalhes sobre as aquisições, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Em 17 de fevereiro de 2020, o Magazine Luiza adquiriu a Estante Virtual, um dos maiores marketplaces de livros do Brasil. A aquisição reforça a estratégia da Companhia de crescimento em novas categorias e aumento da frequência de compra.

## 6.3 - Breve Histórico

Em 30 de julho de 2020, a Companhia adquiriu a R.A. Marques Assessoria Comércio Digital EIRELI e a RRG Log Armazéns e Vendas On Line EIRELI ("**Hubsales**"), que possibilita que indústrias de diferentes segmentos ofereçam seus produtos diretamente ao consumidor final por meio de plataformas de marketplace, segmento conhecido como Factory to Consumers (F2C). A aquisição da Hubsales acelera a entrada de novas indústrias na plataforma marketplace do Magazine Luiza, o que representa mais um importante passo na estratégia da Companhia de digitalização do varejo brasileiro.

Em 06 de agosto de 2020, a Companhia realizou a aquisição das empresas Unilogic Media Group Ltda. e Canal Geek Internet Ltda. ("**Canaltech**"), bem como da plataforma "Inloco Media", unidade de negócio da empresa Inloco Tecnologia da Informação S.A. ("**Inloco Media**" e "**Inloco**", respectivamente). O Canaltech é uma das maiores plataformas multimídia do país com foco na produção de conteúdo de tecnologia em texto, áudio e vídeo, incluindo análises de produtos, podcasts, temas corporativos e cobertura do noticiário diário. A Plataforma Inloco Media é a divisão da empresa Inloco focada na comercialização de publicidade digital. As aquisições marcam a entrada do Magazine Luiza no segmento de publicidade online, combinando a geração de conteúdo e audiência com a plataforma para comercialização de mídia digital.

Em 24 de agosto de 2020, o Magazine Luiza adquiriu a Stoq Tecnologia Ltda. ("**Stoq**"), uma startup de tecnologia, com sede em São Carlos/SP, que desenvolve sistemas de ponto de vendas (PDV) no modelo SaaS (*Software as a Service*) para pequenos e médios varejistas brasileiros. Com a aquisição, os produtos da Stoq passam a integrar o pilar estratégico *Magalu as a Service* (MaaS) e complementam o Parceiro Magalu, levando a digitalização também para os médios varejistas, que geralmente possuem mais de uma filial.

Em 03 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu a empresa AiQFome LTDA ("**AiQFome**"), uma das maiores plataformas de entrega de comida do Brasil. Com a aquisição, o Magalu reforça a expansão dos serviços oferecidos no seu aplicativo, aumentando a frequência de compra dentro do seu ecossistema. Adicionalmente, com a AiQFome, a Companhia poderá oferecer sua tecnologia a milhares de restaurantes, bem como serviços como o Magalu Pagamentos e o Magalu Entregas.

Em 02 de outubro de 2020, o Magazine Luiza realizou a aquisição da GFL Logística LTDA ("**GFL**"), uma das principais plataformas de logística para o e-commerce com grande presença no interior de São Paulo e sul de Minas Gerais. Com esta aquisição, o Magalu reforça sua estratégia de entregar cada vez mais rápido e expandir de forma significativa serviços como a coleta e last mile para os sellers, reduzindo drasticamente os custos e prazos de entrega no marketplace.

Em 15 de outubro de 2020, o Magazine Luiza adquiriu a ComSchool Soluções em E-Commerce Ltda. ("**ComSchool**"), referência no Brasil em cursos voltados para e-commerce e performance digital. Através dos cursos oferecidos pela ComSchool, o Magalu irá levar conhecimento e capacitação sobre o mercado online a milhares de pessoas e empresas, promovendo a inclusão no universo digital.

Em 21 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou contratos para a aquisição de 100% da Hub Prepaid Participações S.A. e suas subsidiárias ("**Hub Fintech**" ou "**Hub**"). A conclusão da aquisição está sujeita a determinadas condições precedentes, incluindo sua aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen). A Hub Fintech é uma instituição de pagamentos regulada pelo Banco Central (código 396) e

## 6.3 - Breve Histórico

totalmente integrada ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ao Sistema de Pagamentos Instantâneos (PIX), através da sua subsidiária Hub Pagamentos S.A. Além de oferecer conta digital e cartão pré-pago diretamente para seus clientes, a Hub é uma das maiores plataformas de Banking as a Service (BaaS) e líder no processamento de cartões pré-pago, atendendo clientes de diversos segmentos como varejo, mobilidade, instituições financeiras e fintechs. Com a aquisição da Hub, os clientes do MagaluPay -- pessoas físicas e jurídicas -- passarão a contar com uma das mais completas plataformas de produtos e serviços financeiros do mercado, gratuita e totalmente integrada ao superaplicativo.

Ao final de 2020, a Companhia contava com mais de 38 mil colaboradores, mais de 32 milhões de clientes ativos, 23 centros de distribuição e 1.301 lojas localizados em 21 estados brasileiros.

## 6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

## 6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 6.

# 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

**Visão Geral da Companhia**

- Somos uma plataforma digital, com pontos físicos e calor humano. Começamos nossa história há mais de 60 anos como um varejista tradicional do interior de São Paulo, com foco em bens duráveis para a classe média brasileira. O nosso propósito sempre foi levar ao acesso de muitos o que é privilégio de poucos. Acreditamos ter sido o veículo de acesso de milhões de clientes às suas primeiras geladeiras, aos seus primeiros televisores e aos seus primeiros aparelhos celulares. E agora, em uma nova fase estratégica, vamos democratizar o acesso à tecnologia e digitalizar o varejo brasileiro, oferecendo serviços do Magalu a grande número de empresas, a maioria delas ainda presas a um mundo analógico e sem acesso às novas tecnologias e oportunidades. Para isso, estamos construindo o ecossistema digital multicanal que irá digitalizar o varejo brasileiro.

- No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, um ano marcado pela pandemia de COVID-19, nossas vendas totais atingiram R$ 43,5 bilhões e cresceram expressivos 60% comparado ao mesmo período de 2019. Vendas totais significam (i) a receita bruta do varejo, que compreende receita bruta oriunda de nossas vendas diretas de mercadorias e serviços (incluindo comissões cobradas a *sellers* para efetuar vendas em nosso *marketplace*) das lojas físicas e *e-commerce* (1P); e (ii) volume total de vendas efetuadas por terceiros em nosso *marketplace (3P)*. Possuímos mais de 32 milhões de clientes ativos em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 28% comparado à mesma data do ano anterior (em 31 de dezembro de 2019 possuíamos 25 milhões de clientes ativos). Somos uma plataforma de vendas multicanal e integrada, atendendo nossos clientes como, quando e onde eles quiserem.

- Nosso *e-commerce* é formado tanto pela nossa operação tradicional, com estoque próprio, quanto pelo *marketplace*, em que possibilitamos que *sellers* formais ofereçam produtos diretamente aos consumidores finais. As vendas totais do *e-commerce* (1P e 3P), que corresponde (i) a receita bruta oriunda de vendas diretas de mercadorias e serviços em nosso canal *e-commerce* (1P) somado ao (ii) volume total de vendas efetuadas por terceiros em nosso *marketplace (3P),* representou 65,6% das nossas vendas totais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e totalizou R$28,5 bilhões no período. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as vendas totais do *e-commerce* (1P e 3P) cresceram 130,7%, comparado ao crescimento do mercado online de 41,4% no mesmo período, segundo dados do E-bit.

- Temos um superaplicativo que está entre os aplicativos mais baixados do Brasil e oferece aos nossos clientes uma série de benefícios exclusivos, como promoções, frete grátis, entrega mais rápida, compra com um clique, navegação rápida e personalizada. Em 31 de dezembro de 2020, o App do Magalu alcançou a marca de 33 milhões de usuários ativos mensais, um número 55,3% maior que em 31 de dezembro de 2019. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as vendas realizadas pelo App representaram mais de 76,0% do total das vendas do nosso *e- commerce* (1P e 3P) ao consumidor final. Nosso superaplicativo é o canal de vendas que mais cresce no *e-commerce* e integra as plataformas da Netshoes, Zattini e Época Cosméticos. Adicionalmente, em 2020 lançamos o MagaluPay, a nossa conta digital

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

do Magalu totalmente integrada ao Superapp. Além disso, os clientes também podem acessar todas as informações do seu Cartão Luiza – como faturas, saldo disponível e últimos lançamentos – diretamente no SuperApp do Magalu.

- Desenvolvemos uma plataforma de *marketplace* voltada para a experiência do cliente e com *sellers* formais. Em operação há cerca de 4 anos, o nosso total de vendas no *marketplace* (3P), que corresponde ao volume total de vendas efetuadas por terceiros em nosso *marketplace,* atingiu R$7,7 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, crescendo 155,7% comprado ao mesmo período de 2019, e representou 27,1% das nossas vendas do e- commerce total (1P e 3P). Com o *marketplace*, expandimos de forma exponencial o sortimento de produtos da nossa plataforma, passando de cerca de 50 mil itens em 2016 para cerca de 26 milhões em 31 de dezembro de 2020, ofertados por nós e mais de 46 mil *sellers*.

- O nosso *marketplace* cresce em ritmo exponencial: quanto mais *sellers* somos capazes de atrair para a nossa plataforma, maior o nosso sortimento e, consequentemente, conquistamos um número maior de clientes. E, quanto mais clientes, maior o nosso poder de atração de novos parceiros. Desse modo, acreditamos que o círculo virtuoso se fecha e o crescimento exponencial acontece. Vale ressaltar que as nossas lojas físicas levaram mais de 40 anos para atingir o volume de R$1,0 bilhão em vendas anuais, o *e-commerce* tradicional levou mais de 10 anos e o *marketplace* atingiu a mesma marca em pouco mais de 2 anos.

- Na tabela abaixo apresentamos a evolução trimestral do total de vendas do nosso *marketplace*

- (em milhões):

| 1T18 | 2T18 | 3T18 | 4T18 | 2018 | 1T19 | 2T19 | 3T19 | 4T19 | 2019 | 1T20 | 2T20 | 3T20 | 4T20 | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 125,8 | 150,0 | 213,3 | 366,0 | 855,1 | 432,4 | 582,8 | 853,7 | 1.158,1 | 3.027,0 | 1.231,5 | 1.831,1 | 2.094,9 | 2.581,9 | 7.739,4 |

Vendas no Marketplace (3P)

- Nossas lojas físicas não são simplesmente lojas, mas centros avançados de compra e distribuição que se integram às operações digitais e que proporcionam uma experiência humana e calorosa aos nossos clientes. Em todas as regiões onde temos lojas físicas, acreditamos que a participação de mercado do nosso *e-commerce* é maior em função de todos os benefícios da multicanalidade, incluindo a possibilidade de retirar nas lojas os produtos comprados online (Retira Loja) e de entregar um produto para o consumidor final por meio da loja (*ship from store*). Encerramos 2020 com 1.301 lojas, em 21 Estados brasileiros, e abrimos 191 lojas nos últimos 12 meses.

- Nas lojas físicas, continuamos ganhando participação de mercado com crescimento de 0,6% nas vendas totais de lojas físicas no acumulado até 31 de dezembro de 2020 comparado ao mesmo período em 2019, mesmo em um ano marcado pelo fechamento temporário das lojas em função da pandemia de COVID-19. No período de três meses encerrado em 31 de dezembro de 2020, o crescimento nas mesmas lojas físicas atingiu 10,9% comparado ao mesmo período de 2019 e, incluindo a excelente performance das lojas novas, o crescimento

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

total das lojas físicas foi de 15,7% no período.

- Todos os nossos canais de venda são atendidos por uma plataforma única. Contamos com um único centro de serviços compartilhados e sistemas corporativos integrados. Além de nossas lojas, possuímos 23 centros de distribuição estrategicamente localizados, mais 40 unidades logísticas – incluindo cross-dockings e hubs de last mile e uma rede de mais de 6.700 motoristas. A estrutura logística que atende as nossas lojas físicas é a mesma responsável pelo atendimento do nosso e-commerce, o que nos permite auferir ganhos de escala e oferecer aos nossos clientes a entrega mais rápida e com menores custos logísticos.

- Adicionalmente, desde 2019, somos titulares de marcas renomadas como Netshoes, Zattini e Shoestock, o que fez com que ampliássemos o sortimento de produtos em nossa plataforma, tanto com estoque próprio, como de *sellers* oriundos do *marketplace* da Netshoes, fortalecêssemos a nossa base de clientes ativos e ampliássemos a nossa relevância para um público mais jovem.

- O nosso *e-commerce* conta também com a Época Cosméticos, um site especializado na venda de produtos de saúde e beleza, que adquirimos em 2013. A Época Cosméticos comercializa produtos como perfumes, shampoos e maquiagem, que fazem parte de categorias com grande potencial de crescimento no *e-commerce*.

- Ainda, contamos com a Luizacred que é uma, *joint-venture* entre o Magazine Luiza e o Itaú Unibanco, responsável pelo financiamento de parte representativa das vendas da Companhia, principalmente através do Cartão Luiza. Encerramos o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 com 5,3 milhões de Cartões Luiza emitidos e uma carteira de crédito de R$ 12,31 bilhões, um crescimento de 1,8% e 4,7%, respectivamente, comparado ao mesmo período de 2019, mesmo com o cenário de fechamento temporário das lojas em função da COVID-19. Acreditamos que os clientes que possuem o Cartão Luiza são mais fiéis ao Magalu, ou seja, compram com maior frequência e possuem também maior ticket médio. Oferecemos aos clientes do Cartão Luiza benefícios exclusivos dentro de nossas lojas físicas e online, como limite de crédito ampliado, prazos mais longos e taxas de juros menores.

- Da mesma forma que o Magalu se digitalizou, a Luizacred está se tornando uma financeira cada vez mais digital, com destaque para o processo de aprovação de crédito feito pelo vendedor no seu smartphone em poucos minutos, a impressão do cartão na hora, e o recente lançamento do App do Cartão Luiza. O App do Cartão Luiza alcançou mais de 1,4 milhão de clientes em 31 de dezembro de 2020, com uma penetração atual de cerca de um terço do total da base de cartões. Todas essas mudanças têm melhorado a experiência do cliente da Luizacred e contribuído para sua produtividade.

- Finalmente, temos uma forte cultura corporativa e a consideramos como um dos nossos maiores diferenciais competitivos. Nossa cultura é similar à de uma empresa *start up* e valoriza o empreendedorismo, a velocidade e a autonomia com responsabilidade. Acreditamos que a nossa cultura é a base para o sucesso do Luizalabs, nossa área de desenvolvimento de tecnologia. Hoje, mais de 1.500 desenvolvedores e especialistas, divididos em pequenos times

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

com missões específicas (*squads*), desenvolvem ferramentas para diversas áreas da Companhia, com o objetivo de melhorar a rentabilidade, os prazos de entrega e a experiência do cliente.

**Há cerca de 20 anos, éramos compradores de tecnologia; com a criação do Luizalabs, passamos a desenvolver nossa própria tecnologia e agora, estamos prontos para sermos fornecedores de tecnologia, tanto para os *sellers* do nosso *marketplace* como para milhares de varejistas analógicos. Digitalizamos o Magalu e agora vamos digitalizar o varejo brasileiro**.

- Nesse sentido, estamos desenvolvendo novos aplicativos e soluções de tecnologia, tal como o Parceiro Magalu, soluções fáceis e intuitivos onde qualquer uma das milhões de pequenas e médias empresas do Brasil poderão fazer o download, cadastrar seus produtos, controlar seu estoque, vender no nosso *marketplace*, emitir nota fiscal e recolher seus impostos, com apenas poucos cliques. Em 2020, foram 14 mil parceiros que passaram a vender no nosso marketplace por meio do Parceiro Magalu. Digitalizamos o Magalu e, agora, vamos digitalizar o varejo brasileiro.

**Destaques Financeiros**

- Acreditamos que o nosso modelo de plataforma multicanal nos permite apresentar elevado crescimento, com o melhor nível de serviço, alto retorno sobre o capital investido e forte geração de caixa. Nossa receita bruta passou de R$ 24.377,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R$ 36.116,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um crescimento de 48,2%. Nossa receita líquida de vendas passou de R$ 19.886,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R$ 29.177,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um crescimento de 46,7%.

- O quadro abaixo apresenta nossas informações financeiras e operacionais selecionadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| Crescimento da receita bruta do *E-commerce*(1) | 122,6 % | 51,4% | 48,4% |
| Participação do *E-commerce* na receita bruta varejo | 58,0% | 38,5% | 32,8% |
| Crescimento Mesmas Lojas Físicas | -7,4% | 7,8% | 18,6% |
| Quantidade Total de Lojas | 1.301 | 1.112 | 953 |
| Área Total de Vendas ($m^2$) | 666.089 | 648.227 | 572.394 |
| Área Média por Loja ($m^2$) | 512 | 582 | 600 |

-

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de |
|---|

# 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

| (em milhões de R$, exceto %) | 2020 | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| Receita bruta | 36.116,0 | 24.377,1 | 18.896,5 |
| Crescimento da receita bruta(2) | 48,2% | 29,0% | 31,9% |
| Receita líquida de vendas | 29.177,1 | 19.886,3 | 15.590,4 |
| Crescimento da receita líquida(3) | 46,8% | 27,6% | 30,1% |
| Lucro bruto | 7.520,0 | 5.554,0 | 4.537,4 |
| Margem bruta(4) | 25,8% | 27,9% | 29,1% |
| Lucro líquido (Prejuízo) | 391,7 | 921,8 | 597,4 |
| Margem líquida(5) | 1,3% | 4,6% | 3,8% |
| EBITDA(6) | 1.527,1 | 1.775,5 | 1.245,2 |
| Margem EBITDA(7) | 5,2% | 8,9% | 8,0% |
| Lucro líquido operacional – NOPLAT(8) | 504,3 | 702,8 | 590,3 |
| Dívida Bruta (9) | (1.686,8) | (848,8) | (456,0) |
| Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) | 2.903,2 | 4.754,1 | 1.008,4 |
| Caixa (Dívida) Líquido (10) | 1.216,4 | 3.905,3 | 552,4 |
| Recebíveis de cartão de crédito (terceiros e partes relacionadas) | 6.096,3 | 2.390,5 | 1.599,0 |
| Caixa (Dívida) Líquido Ajustado (11) | 7.245,0 | 6.295,8 | 2.151,4 |
| Capital de Giro (12) | 2.119,0 | 548,8 | 328,3 |
| Capital Fixo (13) | 3.985,4 | 3.565,0 | 1.604,1 |
| Capital Investido Total (14) | 6.104,4 | 3.783,2 | 1.932,4 |
| Patrimônio Líquido | 7.280,8 | 7.564,9 | 2.302,9 |
| ROE (15) | 5,4% | 12,2% | 25,9% |
| ROIC (15) | 8,3% | 18,6% | 30,5% |

(1) Calculamos o crescimento da receita bruta do *E-commerce* como a diferença percentual entre a receita bruta do *E- commerce* para o exercício social (e/ou período) e a receita bruta do *E-commerce* para o exercício social anterior (e/ou período).

(2) Calculamos o crescimento da receita bruta como a diferença percentual entre a receita bruta para o exercício social e/ou período e a receita bruta para o exercício correspondente no ano e/ou período anterior.

(3) Calculamos o crescimento da receita líquida como a diferença percentual entre a receita líquida para o exercício social e/ou período e a receita líquida para o exercício correspondente no ano e/ou período anterior.

(4) A margem bruta é calculada pelo lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas.

(5) A margem líquida é calculada pelo lucro líquido (prejuízo) dividido pela receita líquida de vendas.

(6) O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"). Para a reconciliação do EBITDA para o lucro líquido (prejuízo), vide seção "3.2 – Medições não contábeis".

(7) A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(8) O lucro líquido operacional – NOPLAT (*Net Operating Profits Less Adjusted Taxes*) é o lucro líquido (prejuízo) antes do resultado financeiro, exceto os encargos sobre antecipação de cartão de crédito, líquidos do efeito calculado de imposto de renda e contribuição social. O lucro líquido operacional não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("**IFRS**"). Para a reconciliação de lucro líquido operacional – NOPLAT para o lucro líquido (prejuízo), vide seção "3.2 – Medições não contábeis".

(9) A dívida bruta corresponde ao saldo de empréstimos e financiamentos. A dívida bruta não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("**IFRS**"). Para a reconciliação da divida bruta, vide seção "3.2 – Medições não contábeis".

(10) A dívida líquida refere-se ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (dívida bruta) subtraída do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros. A dívida líquida não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Para a reconciliação da dívida líquida com a dívida bruta, vide a seção "3.2 – Medições não contábeis".

(11) A caixa (dívida) líquida ajustada refere-se ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) (Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários (circulantes e não circulantes) e do contas a receber de cartões de crédito (terceiros e de partes relacionadas). A caixa (dívida) líquida ajustada não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Para a reconciliação da caixa (dívida) líquida ajustada com a dívida bruta, vide a seção "3.2 – Medições não contábeis".

(12) O capital de giro refere-se ao ativo circulante menos o saldo de: (i) caixa e equivalentes de caixa; e (ii) títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante), subtraído dos saldos do passivo circulante menos o saldo de: (a) empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante), e (b) dividendos a pagar. O capital de giro não é uma medida contábil reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Para a reconciliação do capital de giro, vide a seção "3.2 – Medições não contábeis".

# 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

(13) O capital fixo é o total do ativo não circulante desconsiderando o saldo de títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (não circulante), subtraído do total do passivo não circulante desconsiderando o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (não circulante). O capital fixo não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Para a reconciliação do capital fixo, vide a seção "3.2 – Medições não contábeis".
(14) O capital investido total refere-se à soma do capital de giro e do capital fixo. O capital investido total não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Para a reconciliação do capital investido total, vide a seção "3.2 – Medições não contábeis".
(15) O ROE (*Return on Equity*) é o lucro líquido (prejuízo) dividido pelo patrimônio líquido. O ROIC (*Return on Invested Capital*) refere-se ao lucro líquido operacional (NOPLAT) dividido pelo capital investido total da Companhia, sendo o capital investido total calculado pela soma do capital de giro e o capital fixo. O ROE e o ROIC não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Para a reconciliação do ROE e do ROIC, vide a seção "3.2 – Medições não contábeis".

**Mercado de atuação**

O mercado brasileiro de e-commerce representa uma oportunidade considerável e sub-penetrada, dirigindo a fortes taxas de crescimento. De acordo com Euromonitor, o mercado brasileiro de e-commerce cresceu a um CAGR de 25%, entre 2015 e 2020 e encerrou 2020 com 13.9% de penetração, uma taxa ainda baixa comparada a mercados mais maduros como China (27.3%), Reino Unido (25.2%) e Estados Unidos (20.3%). A expectativa é que em 2021 o e-commerce represente 14.5% do total de vendas no Varejo, equivalente a um mercado de mais de R$186 bilhões.

- Acreditamos que o Brasil continuará como um dos *e-commerce* de maior crescimento do mundo devido aos sólidos fundamentos subjacentes, incluindo (i) população numerosa e jovem; (ii) o fato de ter um dos maiores públicos online do mundo; (iii) baixa penetração na internet; (iv) baixa penetração no *e-commerce*; (v) aumento no acesso a dispositivos móveis; e (vi) engajamento da população brasileira na internet e nas mídias sociais.

**De acordo com o E-Bit, as vendas de lojas de departamento são responsáveis pela maior parte das vendas do e-commerce no Brasil, representando 43% do volume total de pedidos comercializados e 55% do total das vendas em 2019. Na medida em que o e-commerce cresce como um todo, novas categorias devem ganhar relevância, com destaque roupas e calçados, esportivo e perfumaria.**

**Pontos Fortes**

- Descrevemos a seguir os pontos fortes que compõe o nosso modelo de negócio:

    - ***Estamos estrategicamente posicionados para capturar o esperado crescimento do e-commerce no Brasil.***

- Acreditamos fortemente no crescimento da penetração do *e-commerce* no Brasil nos próximos anos. Somos uma plataforma digital, multicanal e integrada no mercado varejista brasileiro, o que nos possibilita oferecer aos nossos clientes uma experiência de compra diferenciada e uma entrega mais rápida, fatores decisivos na dinâmica competitiva do mercado atual. Nosso modelo resulta da combinação de mais de 1.301 lojas físicas localizadas em 21 estados brasileiros, nossa operação de *e-commerce* tradicional, ou seja, operada com estoque próprio, e o nosso *marketplace*.

- O Magalu possui 26 milhões de itens disponíveis em sua plataforma. Estamos expandindo

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

cada vez mais as categorias e sortimento de produtos ofertados, principalmente por meio do *marketplace*, e podemos afirmar que vendemos tudo o que os nossos clientes precisam ou desejam. Vale destacar que, nas localidades onde temos presença física, o *e-commerce* tem participação de mercado e rentabilidade significativamente maiores, pois, entre outros fatores, conseguimos oferecer a experiência de compra multicanal – com o Retira Loja (modalidade de compra que possibilita ao cliente a retirada nas lojas físicas de produtos comprados online), a Troca Multicanal (modalidade de troca que o cliente que comprou no *e-commerce* realiza a troca do produto na loja física), o *Ship From Store* (modalidade de compra que possibilita ao cliente receber os produtos adquiridos online faturados e entregues ao cliente final a partir do estoque da loja) e a entrega mais rápida e barata através da Malha Luiza e da Logbee (integrada com a GFL). Quanto mais lojas convertidas em centros de distribuição, mais rápido o produto chega à casa do cliente e melhor é a experiência de compra. Essa é a lógica. No final de 2020, 45% de todos os produtos vendidos e entregues pelo sistema Magalu chegaram ao destino final em até 24 horas.

- ***Somos uma plataforma multicanal, com alto nível de serviço e elevada eficiência operacional.***

- Nossa plataforma logística é formada por mais de 1.301 lojas físicas que atuam como mini centros de distribuição (shoppable distribution centers) e 23 centros de distribuição estrategicamente localizados em todas as regiões do país que atendem tanto as lojas físicas como o e-commerce. Em função disso, nossos centros de distribuição têm grande escala e especialização local, o que nos proporciona uma redução significativa nos prazos e custos de entrega. Adicionalmente, nossa plataforma conta mais de 6.700 micro-transportadoras, onde geralmente os motoristas são os próprios donos dos veículos e mantém uma relação simbiótica e de longo prazo com o Magalu. Finalmente, nossa plataforma conta com a Logbee, uma start up adquirida em maio de 2018, que gerencia em tempo real entregas expressas de produtos leves, realizadas diariamente por diversos parceiros, empreendedores e donos de seus próprios veículos. Por meio de um aplicativo fácil e intuitivo, a Logbee distribui os pedidos e indica o melhor roteiro a ser seguido pelos parceiros, maximizando a quantidade de entregas no mesmo dia. Adicionalmente, em outubro de 2020, adquirimos a GFL, que foi integrada à Logbee, ampliando sua capacidade de entrega e possibilitando expandir com ainda mais velocidade serviços como o ship from store e a logística de coleta e entrega para os sellers.

- Uma vez que nossas transportadoras já abastecem as lojas físicas, serviços relacionados ao *e-commerce*, como o Retira Loja praticamente não acarretam custos incrementais. Em dezembro de 20210, esta modalidade representou 32% dos pedidos do *e-commerce* tradicional (1P). As mais de 1.301 lojas físicas, rapidamente se transformam em pequenos centros de distribuição, capazes de fazer o *ship from store* e também funcionarem como dark stores, ou seja, armazenam produtos vendidos exclusivamente online que serão entregues ao cliente final a partir do estoque da loja, acelerando de forma significativa os prazos de entrega. Cerca de 30% do espaço de grande parte dos pontos físicos é dedicado à estocagem de itens da própria empresa, vendidos digitalmente. Dessa forma, acreditamos que as lojas físicas

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

são essenciais para elevar nossa densidade logística, reduzir os custos de entrega do *e-commerce* e otimizar o giro dos estoques. Além disso, temos um único centro de serviços compartilhados (*backoffice*) que nos permite diluir as despesas administrativas e alcançar um dos menores patamares de despesas operacionais do varejo brasileiro.

- ***Temos uma operação de e-commerce de alto crescimento e lucrativa.***

- Acreditamos que o nosso *e-commerce* é um dos mais lucrativos do Brasil, apresentando forte crescimento de vendas ao longo dos últimos anos e contribuindo de forma significativa para a rentabilidade da Companhia. Vale ressaltar também que a participação do *e-commerce* nas nossas vendas totais passou de 35,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para 65,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Nossa base de clientes ativos atingiu 32 milhões em 31 de dezembro de 2020 e cresceu 29,6% comparado a mesma data de 2019. Nosso aplicativo é um dos mais baixados do varejo brasileiro, alcançando a marca de 23 milhões usuários ativos mensais em dezembro de 2020 (se incluirmos na base os aplicativos da Época Cosméticos, Netshoes, Zattini, AiQFome, Canaltech, Cartão Luiza e Shoestock a base de usuários ativos mensais chega a 33 milhões no mesmo período. Já a base instalada do aplicativo do Magalu passou de 9,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, para 17,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, chegando a 24,6 milhões em dezembro de 2020. Se considerarmos os números dos aplicativos Época Cosméticos, Netshoes e Zattini somados ao Magalu, estes números seriam de 35,3 milhões em 2020.

- ***Crescimento exponencial com alta rentabilidade e forte geração de caixa.***

- Acreditamos que somos uma companhia financeiramente sólida e muito eficiente. Mantemos um rigoroso controle das despesas operacionais, que inclui a elaboração de nossos orçamentos anuais de acordo com a metodologia do Orçamento Base Zero (OBZ) e a Gestão Matricial de Despesas (GMD), por meio da qual avaliamos todas as principais despesas, buscando sempre questionar e entender os desvios em relação ao orçamento, estabelecer *benchmarks* e disseminar as melhores práticas. A redução de nossas despesas e, consequentemente, o aumento de nossa lucratividade, são potencializados pelo nosso modelo multicanal. Nos últimos trimestres, com o objetivo de melhorar o nosso nível de serviço, investimos na qualidade do atendimento, na disponibilidade de produtos, na aprovação de crédito mais rápida, na redução dos prazos de entrega e montagem e no processo de troca mais fácil. Reinvestimos sinergias e parte dos nossos ganhos atuais pensando no nosso cliente e no seu valor a longo prazo. Acreditamos que temos um modelo único, com o melhor nível de serviços, elevado crescimento nas vendas, alto retorno sobre o capital investido e forte geração de caixa.

- ***Possuímos uma forte cultura corporativa e estamos preparados para nos adaptar e inovar.***

- Acreditamos que temos uma forte cultura corporativa e a consideramos como um dos nossos maiores diferenciais competitivos. Nossa cultura é similar à de uma empresa *start up*

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

e reforçamos sempre que o que não muda no Magalu, é que a gente sempre muda. Entendemos que nossa cultura é ideal para atrair e reter os melhores talentos e desenvolvedores, pois valoriza o empreendedorismo, a velocidade e a autonomia com responsabilidade. No Magalu, todas as pessoas são contratadas, avaliadas, promovidas e recompensadas com base nos valores da Companhia, que são: Cliente em Primeiro Lugar, Atitude de Dono, Mão na Massa, Gente que Gosta de Gente, Simplicidade e Inovação. Além disso, temos mecanismos que reforçam os valores e a nossa cultura junto aos colaboradores, como o rito de comunhão, as reuniões matinais, encontros com líderes, TV Luiza e a Rádio Luiza. Estamos entre as 10 melhores empresas para se trabalhar segundo o Instituto Great Place to Work há mais de 20 anos. Em 2003, fomos eleita a número 1, quando ainda tínhamos cerca de 3 mil colaboradores; em 2020, com mais de 40 mil colaboradores, ficamos em 2º lugar nas melhores empresas do Brasil e a melhor do setor de varejo.

- ***Acreditamos ter a melhor equipe de desenvolvimento de tecnologia dentro de casa, o Luizalabs, o que nos permite ser mais ágeis e velozes.***

- O Luizalabs, nossa área de desenvolvimento de tecnologia, foi constituído em 2011 com apenas 2 desenvolvedores e hoje é composto por mais de 1.500 desenvolvedores e especialistas, divididos em mais de 11 verticais, compostas por 59 tribos e 188 pequenos times com missões específicas (*squads*) distribuídos em 4 escritórios. Entre outras coisas, o Luizalabs desenvolve ferramentas e *apps* para diversas áreas da Companhia, como atendimento, logística, financeiro e gestão de estoque, com o objetivo de eliminar as fricções no processo do varejo, melhorando a rentabilidade, os prazos de entrega e a experiência do cliente. Acreditamos que a nossa cultura corporativa é a base para o sucesso do Luizalabs, fundamental para nos posicionarmos como uma empresa de tecnologia. Há cerca de 20 anos éramos compradores de tecnologia; com a criação do Luizalabs, em 2011, passamos a desenvolver nossa própria tecnologia; e agora, estamos prontos para sermos fornecedores de tecnologia, seja para os *sellers* do nosso *marketplace*, seja para milhares de varejistas analógicos. Em dezembro de 2018, adquirimos a Softbox, uma empresa de tecnologia focada em oferecer soluções digitais para empresas de varejo. Com a aquisição, adicionamos 172 desenvolvedores e especialistas ao Luizalabs e passamos a contar com dois novos escritórios, um em Uberlândia e outro em São Carlos, tradicionais polos de tecnologia no Brasil.

- ***Administração consistente e experiente, combinando o conhecimento do varejo tradicional com inovações do mundo digital.***

- Nossa administração reúne pessoas com profundo conhecimento do setor varejista, combinando experiência do varejo tradicional *offline* com as inovações do varejo digital. Acreditamos que a nossa experiência, somada à nossa forte cultura corporativa, contribuem para um processo ágil na tomada de decisão e nos permite redirecionar e nos adaptar sempre que necessário. A maioria dos diretores executivos está na Companhia há muitos anos, o que demonstra muita consistência e forte comprometimento da administração com o futuro da Companhia. Nosso modelo de gestão prevê que as lideranças tenham um painel de metas corporativas e individuais, estando os incentivos de curto e longo prazo atrelados às principais

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

metas corporativas, como satisfação do cliente, clima organizacional, crescimento de vendas, lucro líquido e geração de caixa. Acreditamos que a nossa equipe de administradores tem contribuído para o crescimento de nossas receitas, lucratividade e para a expansão bem sucedida de nossos negócios.

**Estratégias**

- Nos últimos três anos, concluímos o processo de transformação digital do Magalu. Agora, em uma nova fase estratégica, vamos digitalizar o varejo brasileiro. Faremos isso radicalizando nosso propósito. Desde nossa fundação, trabalhamos para levar ao acesso de muitos o que é privilégio de poucos. Foi assim com os aparelhos de TV, depois com as lavadoras de roupas e mais recentemente com os smartphones. Será assim com um número imenso de empresas brasileiras, grande parte delas ainda presas a um mundo analógico, sem acesso às novas tecnologias e oportunidades.

- ***Magalu as a Service (MaaS)***

- Com o objetivo de oferecer a melhor experiência para nossos clientes e ajudar nossos parceiros a se digitalizarem, lançamos o conceito de *Magalu as a Service*. Estamos disponibilizando para os nossos *sellers* todos os serviços que oferecemos a nós mesmos, incluindo o desenvolvimento de tecnologia, nossa estrutura logística, pagamentos e propaganda no mundo digital. Estamos construindo o sistema operacional que irá digitalizar o varejo no Brasil.

- Dentre as principais iniciativas, temos o Magalu Entregas, modalidade logística onde fazemos a coleta e a entrega de produtos do *marketplace*, seja na loja ou na casa do cliente, usando nossa logística própria. Com isso, estamos reduzindo radicalmente o prazo médio de entrega e os custos logísticos dos nossos parceiros, elevando de forma significativa suas vendas na nossa plataforma.

- O Magalu Pagamentos, plataforma de sub-adquirência do Magalu lançada no final de 2019, está ganhando cada vez mais relevância no dia a dia dos parceiros. Através dele, o seller pode antecipar seus recebíveis com taxas muito competitivas, fazer a conciliação e gestão dos seus valores a receber. Com o Magalu Pagamentos conseguimos, ao mesmo tempo, monetizar o crescimento acelerado do marketplace e monitorar a cadeia, com o controle do fluxo de pagamentos de nossos parceiros e com a oferta de recursos para eles a taxas competitivas.

- Em meio à pandemia de COVID-19, lançamos o Parceiro Magalu, uma plataforma de vendas voltada para micro e pequenos varejistas -- que operam nos regimes de MEI e Simples -- e para pessoas físicas que buscam renda como autônomos. Assim, qualquer uma das milhões de pequenas e médias empresas do Brasil poderão se tornar um parceiro, cadastrar seus produtos, controlar seu estoque, vender no nosso *marketplace*, emitir nota fiscal e recolher seus impostos, com apenas poucos cliques.

- Em 2020, também, com a aquisição da Stoq e da Hubsales, adicionamos novos serviços

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

ao nosso ecossistema. A Hubsales possibilita que indústrias de diferentes segmentos com pouca ou nenhuma familiaridade com o digital ofereçam seus produtos diretamente ao consumidor final por meio de plataformas de marketplace, segmento conhecido como *Factory to Consumers ("F2C").* Já a Stoq é uma empresa de tecnologia especializada em soluções inovadoras para pequenos e médios varejistas brasileiros. A Stoq desenvolve sistemas de ponto de vendas (PDV) no modelo Saas (*Software as a Service*) que propiciam o melhor processo de atendimento para varejistas físicos e seus funcionários, reduzindo drasticamente as filas e eliminando as fricções no processo de compra.

- Digitalizamos o Magalu e, agora, vamos digitalizar o varejo brasileiro.

    - ***Superapp Magalu: mais sortimento, novos serviços e maior frequência de compra***

- Entre os diferentes canais de venda do Magalu, nenhum tem uma importância estratégica tão grande quanto o app. *Mobile only and app first* é um dos lemas que direciona a estratégia da companhia. É por isso que o aplicativo de vendas, criado em 2015, vem se transformando em um superapp — um ambiente virtual, onde o cliente pode tanto comprar produtos do Magalu e de seus sellers quanto acessar serviços públicos e fazer pagamentos.

- Nossos aplicativos são um dos mais baixados na internet no Brasil, com mais de 47 milhões de downloads só no ano de 2020. Em dezembro de 2020, o SuperApp do Magalu superou a marca de 33 milhões de usuários ativos mensais, um número 51% maior que em dezembro de 2019. Além disso, as vendas ao consumidor através do app foram 63,3% das vendas do nosso *e-commerce* (*1P e 3P*) em 2020, comparado a 48,5% em 2019. Através do aplicativo, oferecemos aos nossos clientes uma série de benefícios, como promoções, frete grátis, entrega mais rápida, compra com 1 clique, navegação rápida e personalizada. Os clientes do App são mais fiéis e possuem uma frequência de compra maior que a média, reduzindo nossos custos de marketing e aquisição de clientes. Por meio do SuperApp do Magalu, seus mundos e mini mundos, os clientes têm acesso a um sortimento completo de produtos das mais diversas categorias, incluindo itens de mercado, artigos esportivos, moda e cosméticos. Além disso, eles também acessam o MagaluPay – a conta digital do Magalu e consultam informações do seu Cartão Luiza. Muito em breve, os serviços da AiQFome também estarão integrados ao SuperApp.

    - ***Novas categorias***

- Um dos pilares da estratégia de negócios da empresa — batizado de #TemNoMagalu — é vender tudo o que o cliente precisa ou deseja. A expansão de novas categorias e o aumento do nosso sortimento são a bases para ampliarmos a frequência de compra dos nossos clientes. O *marketplace* tem um papel fundamental nesse processo. Em 31 de dezembro de 2020, os nossos 47 mil *sellers* tinham cerca de 26 milhões de itens disponíveis em nossa plataforma, das mais diversas categorias, de roupas e calçados a produtos de higiene e limpeza, de vinhos

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

a comida de passarinho.

- Após a integração da Netshoes, a Companhia ingressou como empresa líder no *e-commerce* de roupas, calçados e artigos esportivos, categorias de alto potencial de crescimento online e maior frequência de compra. Com isso, ampliamos o sortimento de produtos em nossa plataforma, tanto com estoque próprio (mais de 250 mil itens adicionais) quanto de *sellers* do *marketplace* (mais de 1.000 *sellers* na plataforma da Netshoes). Em saúde e beleza, a Época Cosméticos, um dos maiores vendedores online de produtos como perfumes, shampoos e maquiagem, tem crescido mais 55% ao ano em termos de vendas anuais compostas desde nossa aquisição, em 2013. Na categoria de livros, a Estante Virtual, um dos maiores *marketplaces* de livros do Brasil, conta com mais de 6 mil *sellers* e um sortimento de 20 milhões de livros.

- Adicionalmente, vale destacar o crescimento exponencial do "Mercado Magalu" - que consiste na venda de produtos itens de higiene pessoal, limpeza da casa, bebidas, alimentos não perecíveis, cuidados do bebê. A categoria de mercado representa hoje 40% dos itens vendidos no Magalu. Além do forte crescimento orgânico, o Magalu adquiriu a VipCommerce, uma plataforma de e-commerce *white-label* criada para atender o varejo alimentar, permitindo que supermercados e atacarejos vendam online. Com a inserção da VipCommerce no nosso ecossistema, será possível combinar a categoria de mercado do Magalu (1P) à oferta de milhares de supermercados espalhados pelo Brasil e oferecer ao consumidor uma cesta completa de produtos -- inclusive perecíveis.

- Também em 2020, o Magalu adquiriu a AiQfome, uma das maiores plataformas de *food delivery* do Brasil, presente em mais de 450 municípios distribuídos em 21 estados. Com a aquisição, reforçamos expansão dos serviços oferecidos no nosso SuperApp, aumentando a frequência de compra dentro do ecossistema e também podemos oferecer tecnologia e outros services a milhares de restaurantes. O Mercado brasileiro de delivery de refeições movimentou cerca de 18 bilhões de reais em 2020. Se levarmos em conta todo o Mercado de alimentação for a de casa, o Mercado potencial é de 196 bilhões de reais. Existe, portanto, muito terreno a conquistar.

- ***Fintech***

No Brasil, em 2020, foram transacionados 2 trilhões de reais em meios eletrônicos de pagamento, que incluem cartões de crédito, débito e pré-pago. Desse total, cerca de 41 bilhões de reais em TPV (volume total de pagamentos) passaram pelo ecossistema Magalu no último ano -- uma pequena fração diante do potencial da companhia. Como parte das nossas iniciativas nesse mercado, lançamos a conta digital do Magalu, o MagaluPay, totalmente integrada ao superaplicativo. Os clientes podem realizar suas compras no aplicativo, ou nas lojas, usando o MagaluPay como meio de pagamento. Também é possível realizar saques e depósitos na conta digital utilizando as nossas mais de mil lojas, transferências via PIX para receber ou enviar

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

dinheiro, e até pagar contas de consumo como água, luz, gás e telefone. Com o MagaluPay, o cliente também ganha Dinheiro de Volta nas suas compras no Magalu. A conta é uma importante ferramenta para o aumento de frequência de uso do SuperApp do Magalu e também para a fidelização dos nossos clientes. Até março de 2021, 2,7 milhões de contas foram criadas. Foi só o primeiro passo.

Em 2020, nossa conta digital ganhou um maior destaque com a aquisição da Hub Fintech, uma instituição de pagamentos regulada pelo Banco Central (código 396), totalmente integrada ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ao Sistema de Pagamentos Instantâneos (PIX). A partir de agora, Magalu Pay, Hub e Luizacred passarão a ser conectados, abrindo espaço para a criação e a oferta de serviços financeiros digitais -- cartão pré-pago, cartão de crédito, empréstimos para pessoas físicas e jurídicas, seguros e cashback -- para nossos clientes e sellers (incluindo os restaurantes da AiQFome). Tudo feito no mesmo ambiente: o SuperApp.

- ***Publicidade Digital***

Em 2020, segundo dados da eMarketer, o mercado de publicidade movimentou 48 bilhões de reais. Anúncios digitais, que contam com a assertividade dos algoritmos e chegam no lugar certo e na hora certa a cada consumidor, de acordo com suas preferências, necessidades e ocasião, tiveram investimentos que no ano passado já ultrapassaram 40% do total. Não há dúvidas de que o caminho da publicidade digital é para o alto, em grande velocidade. No Magalu, temos o anunciante (nós e nossos sellers) e a audiência (milhões de clientes nos dispositivos digitais de Magalu, Netshoes, Zattini, Época e Estante Virtual) nas mãos. Para aumentar ainda mais a audiência e a eficácia do Magalu Ads adquirimos em 2020, o site especializado em conteúdo de tecnologia Canaltech e a plataforma de mídia online da Inloco. A partir de agora, o MagaluAds passará a contar com uma plataforma própria, simples e intuitiva, que ajudará a descomplicar a publicidade online e permitirá que milhares de sellers e fornecedores do Magalu tenham autonomia para investir e acelerar suas vendas. O serviço oferecido pelo MagaluAds será uma forma adicional de monetizar a audiência total do Magalu.

- ***Entrega mais rápida por meio da expansão da nossa plataforma logística.***

- Temos trabalhado intensamente para oferecer a entrega mais rápida, seja na casa do cliente ou na modalidade Retira Loja. Nossa entrega expressa, modalidade em que prometemos e entregamos na casa do cliente em menos de 48 horas, foi lançada no final de 2017 e a cada dia está ganhando maior participação nas nossas entregas. No final de 2020, incluindo o Retira Loja, cerca de 65% dos pedidos do *e-commerce* próprio foram entregues em todo o território nacional em menos de 48 horas, e quase sempre com frete grátis. E continuamos evoluindo, cerca de 45% dos pedidos já contam com entrega em menos de 24 horas. Além disso, vale ressaltar a rápida expansão da Logbee, que atendia apenas a cidade de São Paulo antes da nossa aquisição, e hoje está presente em mais de 2.000 cidades e continuará avançando. O avanço da Logbee, bem como a incorporação da GLF nessa estratégia, é fundamental para reduzir ainda mais os nossos prazos de entrega e alavancar o potencial das novas categorias. Adicionalmente, vamos oferecer aos *sellers* do *marketplace*

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

toda a estrutura logística do Magalu e, com isso, reduzir drasticamente os prazos e custos de entregas. Em 31 de dezembro de 2020, 90% dos sellers aderiram ao Magalu Entregas no modelo de compartilhamento de contratos e 1.400 *sellers* já eram atendidos pela nossa logística no modelo de *cross-docking*. Estamos investindo na automação dos nossos centros de distribuição. Em 2019, começamos pelo maior deles em Louveira-SP, com o objetivo de adicionar ainda mais velocidade e eficiência na armazenagem e distribuição de produtos. Em 2020, continuamos esse trabalho e estamos automatizando as bases de transportadoras da Logbee e da GFL.

- ***Melhor experiência de varejo*.**

- Acreditamos que temos um dos melhores níveis de serviço do varejo brasileiro, oferecendo aos nossos clientes uma experiência única e totalmente multicanal. Ter o cliente em primeiro lugar é um dos nossos principais valores. Desde 2018, incorporamos uma série de indicadores com metas altíssimas para medir a evolução de nosso serviço ao cliente e sua satisfação, tais como a quantidade de ligações para a nossa central de atendimento resolvidas no primeiro contato, o tempo médio de espera para atendimento, processo de troca e devolução, prazo para logística reversa e número de reclamações formais. O nosso NPS (*Net Promoter Score*) passou a ser uma meta corporativa, aumentando o engajamento de todos os colaboradores na missão de encantar o cliente. Temos o Selo RA1000 de excelência em atendimento tanto nas lojas físicas quanto no *e-commerce*, destacando que essa avaliação reflete o nosso e-commerce total: vendas com estoque próprio e o *marketplace*. Vale ressaltar que é uma premissa da nossa plataforma oferecer ao cliente do *marketplace* a mesma experiência de compra que ele tem ao comprar produtos vendidos pelo Magalu. Diversos fatores contribuem para que essa premissa seja uma realidade, entre eles ter um processo de aprovação de novos *sellers* seletivo e a obrigatoriedade da emissão de nota fiscal para todos os produtos vendidos através da nossa plataforma. Acreditamos que oferecer a nossa estrutura logística própria para os sellers do nosso marketplace também terá um papel fundamental na melhor experiência de compra para o cliente final também nos pedidos 3P. Continuaremos trabalhando para elevar cada vez mais a qualidade do nosso atendimento e o encantamento do nosso cliente.

## 7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

**(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

**(a) produtos e serviços comercializados**

Nossa principal atividade é a comercialização, em nossas lojas físicas e e-commerce, de produtos das categorias de Telefonia, Eletro Pesado, Imagem, Móveis, Informática, Eletro Portátil, Mercado, Cosméticos, Games, entre outros.

Em meados de 2016, lançamos nossa operação de Marketplace e passamos a vender também produtos de parceiros, expandindo nossa capacidade de oferta de produtos aos nossos clientes. Com isso, introduzimos a venda de categorias antes inexistentes, como produtos para casa e decoração, moda e acessórios, cosméticos e perfumarias, livros, acessórios automotivos, esporte, lazer, alimentos e bebidas, entre outros. Com isso, estamos multiplicando o sortimento de produtos e serviços, entrando em novas categorias, além de alavancar os nossos principais ativos já existentes, tais como a nossa marca, plataforma de e-commerce e base de clientes.

Através das nossas lojas físicas, também oferecemos serviços digitais aos nossos clientes, os quais destacamos: (i) Magalu Conecta: nosso serviço de configuração de aparelhos eletrônicos, tais como smartphone e smart TV, instalação de aplicativos e antivírus, além do serviço de atendimento por telefone 24 horas, (ii) Wi-fi: acesso gratuito à internet sem fio aos clientes em todas as lojas, (iii) Cartão de Conteúdo: venda de conteúdo tais como Netflix, Google Play Store e Games, (iv) Plano Pós-pago: implementação do sistema próprio de vendas de planos pós-pago de operadora em todas as lojas, com foco em oferecer conexão à internet a um preço acessível aos nossos clientes, (v) Maga Mais: é a operadora de telefonia do Magazine Luiza que oferece aos clientes um plano pré pago que inclui dados (internet móvel), ligações e SMS e (vi) Smart Troca: Programa de recompra de celulares usados como forma de crédito para a aquisição de um novo aparelho.

Como forma de viabilização de vendas e complementação de nosso negócio, disponibilizamos aos nossos clientes, através de nossas coligadas Luizacred e Luizaseg e também de nossa controlada Consórcio Luiza, serviços e produtos financeiros como cartões de crédito, crédito direto ao consumidor (CDC), empréstimos pessoais, garantia estendida, seguro prestamista, consórcio de veículos, consórcio de imóveis, etc.

Possuímos, em nossa ampla variedade de produtos, reconhecidas marcas de fornecedores que acreditamos agregar valor ao nosso negócio, como as marcas Samsung, Motorola, Whirlpool, LG, Electrolux, Apple, Dell, Esmaltec, Mondial e Panasonic. Também através da nossa plataforma de Marketplace, contamos com parceiros como Madeira Madeira, Dell, E-fácil, Mega Mamute, Samsung, Rihappy, Connect Parts, Acer, Lenovo, Mondial, entre outros. Acreditamos que a diversidade do nosso mix de produtos nos proporciona atender às necessidades do cliente, o que é um diferencial em relação aos nossos concorrentes.

Realizamos nossas vendas por meio de uma plataforma multicanal diversificada e integrada, composta por (i) website de comércio eletrônico (http://www.magazineluiza.com.br), que oferece conteúdo, serviços e promoções diferenciados e produtos exclusivos; (ii) 942 lojas físicas convencionais em 31 de dezembro de 2020, que contam com amplo mix de produtos e estoque próprio e que oferecerem suporte logístico à distribuição dos produtos vendidos por meio do e-commerce, (iii) 205 lojas virtuais em 31 de dezembro de 2020, nas quais os produtos são vendidos por meio de terminais de pontos de vendas com o auxílio de vendedores e sistema multimídia com catálogo digital de produtos, sem a necessidade de estoque físico de mercadorias, (iv) 154 quiosques do Magalu dentro das Lojas Marisa em 31 de dezembro de 2020 (parceria fechada em novembro de 2019) (v) Parceiro Magalu Pessoa Física, um canal de vendas

## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

diretas na internet, que permite a qualquer pessoa divulgar nossos produtos por meio de redes sociais e receber comissão pelas vendas originadas, (vi) televendas e (vii) vendas corporativas.

Com a Época Cosméticos, vendemos produtos de saúde e beleza, como perfumes, maquiagem e shampoos. A Época Cosméticos comercializa seus produtos através do endereço eletrônico www.epocacosmeticos.com.br, seu aplicativo próprio e também no endereço eletrônico e aplicativo do Magazine Luiza.

Em 2018, concluímos a aquisição da Netshoes e incluímos em nosso portfólio as marcas Netshoes, Zattini e Shoestock. Passamos a comercializar mais de 250 mil itens das categorias de artigos esportivos, calçados e vestuário com estoque próprio, além de produtos ofertados por mais de 1.000 sellers na plataforma de marketplace da Netshoes. Uma parte significativa do sortimento da Netshoes e Zattini já está disponível no endereço eletrônico e aplicativo do Magazine Luiza.

**(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia**

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Outros Serviços. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia e comércio eletrônico (*e-commerce tradicional e marketplace)*;

Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;

Operações de seguros - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia;

Outros Serviços - soma da prestação de serviços de administração de consórcios por meio da controlada Luiza Administradora de Consórcios (LAC), que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos; serviços de gerenciamento de entregas de produtos - por meio da controlada Magalog e serviços de desenvolvimento de softwares por meio das controladas do Grupo Softbox.

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos.

Demonstramos na tabela abaixo a receita líquida de vendas por segmento de negócios da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como, sua representatividade em relação a receita líquida de vendas.

# 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

| Receita Líquida de Venda por Segmento | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | | | |
| (em R$ milhões, exceto %) | 2020 | AV(2) | 2019 | AV(2) | 2018 | AV(2) |
| Varejo | 28.944,9 | 99,2% | 19.799,1 | 99,6% | 15.530,8 | 99,6% |
| Operações Financeiras | 1.170,9 | 4,0% | 1.284,1 | 6,5% | 1.001,1 | 6,4% |
| Operações de Seguros | 298,2 | 1,0% | 282,3 | 1,4% | 237,5 | 1,5% |
| Outros Serviços | 448,5 | 1,5% | 142,7 | 0,7% | 74,0 | 0,5% |
| Eliminações (1) | (1.685,2) | -5,8% | (1.621,9) | -8,2% | (1.252,9) | -8,0% |
| **Receita líquida de vendas** | **29.177,1** | **100,0%** | **19.886,3** | **100,0%** | **15.590,4** | **100,0%** |

(1) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional, porém são incluídos apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
(2) Refere-se ao percentual de participação em relação à receita líquida de vendas.

### (c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

O quadro abaixo mostra a distribuição do lucro líquido (prejuízo) entre os segmentos de atuação da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| Lucro líquido (prejuízo) por Segmento | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | | | |
| (em R$ milhões, exceto %) | 2020 | AV(2) | 2019 | AV(2) | 2018 | AV(2) |
| Varejo | 391,7 | 100,0% | 921,8 | 100,0% | 597,4 | 100,0% |
| Operações Financeiras | 102,4 | 26,1% | 20,2 | 2,2% | 43,8 | 7,3% |
| Operações de Seguros | 17,5 | 4,5% | 6,4 | 0,7% | 13,9 | 2,3% |
| Outros Serviços | (1,5) | -0,4% | 11,5 | 1,3% | 7,5 | 1,3% |
| Eliminações (1) | (118,5) | -30,2% | (38,1) | -4,1% | (65,3) | -10,9% |
| **Lucro líquido** | **391,7** | **100,0%** | **921,9** | **100,0%** | **597,4** | **100,0%** |

(1) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídos apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(2) Refere-se ao percentual de participação em relação à receita líquida de vendas.

# 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**(a) características do processo de produção**

Não possuímos processo de produção.

**(b) características do processo de distribuição**

Entendemos por processo de distribuição todas as atividades relacionadas à aquisição de produtos para revenda, a administração dos estoques e a disponibilização destes produtos para nossos clientes em todos os canais de venda em que operamos. No *marketplace*, através do serviço de *cross-docking* no Magalu Entregas, nosso sistema de entregas, coletamos o produto comprado através da nossa plataforma no local onde o seller armazena seu estoque, e entregamos ao cliente final. Nosso objetivo nesse processo é sempre de disponibilizar os produtos que nossos clientes desejam, seja através da retirada em loja ou entregue na casa do cliente.

**Canais de Venda**

Possuímos diversos canais de venda que operam de forma independente, porém complementar. Acreditamos no conceito de multicanalidade como uma vantagem competitiva no setor.

Possuíamos, em 31 de dezembro de 2020, 666.089 m² em área total de vendas, distribuída nos seguintes formatos de lojas:

***Lojas Convencionais***

Compreende a maior parte de nossas lojas, 72%. São lojas de rua ou em shoppings, com área média de vendas de 700 m², que possuem sortimento de produtos adequado à sua localização e público. Essas lojas possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

***Lojas Virtuais***

Lojas físicas que estão localizadas em cidades menores ou em determinados bairros, com área de vendas de cerca de 150 m² e o mesmo mix de produtos de uma loja convencional. Em 31 de dezembro de 2020, possuíamos 205 lojas virtuais. Possuem a particularidade de operarem sem estoques físicos ou mostruários na loja (exceto por alguns aparelhos eletrônicos e celulares). Toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, computadores e smartphones, com o uso da internet.

***Quiosques***

São quiosques com cerca de 10 m² instalados dentro de unidades das Lojas Marisa. Oriundo de uma parceria anunciada em novembro de 2019, os quiosques do Magalu disponibilizam a pronta entrega, produtos de tecnologia e também possibilita que compras realizadas no nosso e-commerce sejam retiradas nos quiosques. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contava com 154 quiosques em operação.

***E-commerce***

Consiste no endereço eletrônico www.magazineluiza.com.br através do qual nossos clientes têm acesso a um sortimento muito maior de produtos em comparação com as lojas físicas. Dentro do conceito de multicanalidade, clientes que se utilizarem de nosso canal e-commerce podem ter seu relacionamento pós-venda com lojas físicas para operações, como retirada e troca de produtos.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em 22 de agosto de 2011, a Companhia comunicou o lançamento do Parceiro Magalu Pessoa Física (antes chamado de Magazine Você), uma loja personalizada, na qual o usuário da rede monta uma vitrine e pode vender qualquer produto do Magazine Luiza e escrever dicas que ajudem seus amigos a comprar certo. A vitrine de cada perfil pode ser montada com produtos exclusivos de uma linha, como esportes, tecnologia ou decoração, por exemplo. A inovação permite aos usuários receber conselhos de pessoas de confiança, encontrar produtos e comprá-los em um só lugar.

Em 02 de outubro de 2013, o Magazine Luiza adquiriu a Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. ("**Época Cosméticos**"), empresa de capital fechado especializada no comércio eletrônico de perfumes e cosméticos. O objetivo da operação foi reforçar a estratégia de expansão e consolidação da operação de e-Commerce em um segmento que tem margens atrativas, que cresce expressivamente no Brasil e traz fluxo de clientes para o site, dado o ticket médio mais baixo e a maior taxa de recompra.

Em 14 de junho de 2019, o Magazine Luiza concluiu a aquisição da Netshoes (Cayman) Ltd. ("**Netshoes**"), empresa líder no varejo online de roupas, calçados e artigos esportivos, com marcas renomadas como Netshoes, Zattini e Shoestock. A aquisição da Netshoes representa um passo importante para a estratégia do Magazine Luiza, pois reforça o foco no crescimento baseado no aumento da base de clientes ativos, da frequência de compra dos clientes e da expansão de categorias com alto potencial de crescimento no e-commerce.

Além do amplo sortimento, um dos nossos diferenciais é a "Lu", a influenciadora virtual do Magalu, que comenta os produtos e ajuda os consumidores durante o processo de compra. O canal conta também com novas parcerias B2B e marketplace, que possibilitam a venda de produtos de terceiros, como a categoria de mercado, viagens, livros, suplementos alimentares, artigos esportivos, moda, entre outros.

***Marketplace***

No final de 2016 lançamos nossa operação de Marketplace e passamos a vender também produtos de parceiros, expandindo nossa capacidade de oferta de produtos. Introduzimos assim diversas novas categorias e multiplicamos o sortimento de produtos oferecidos aos nossos clientes.

Em 15 de janeiro de 2020, o Magazine Luiza concluiu a aquisição da Estante Virtual, um dos maiores marketplaces de livros do Brasil. A aquisição reforça a estratégia do Magalu de crescimento em novas categorias e aumento da frequência de compra. A Estante Virtual conta com mais de 6 mil sellers e um sortimento de 20 milhões de livros, que logo estarão disponíveis também no Superapp do Magalu. Fundada em 2005, começou como uma plataforma para vendas de livros usados e, nos últimos anos, evoluiu também para a comercialização de livros novos, que já representam cerca de ⅓ de todos os livros vendidos. Em 2019, a Estante Virtual vendeu 3 milhões de livros para 1 milhão de clientes, movimentando mais de R$120 milhões. Historicamente rentável, a Estante Virtual recebe uma comissão sobre a venda de livros muito acima da média de outras categorias no e-commerce.

Em 3 de setembro de 2020, o Magazine Luiza concluiu a aquisição da AiQFome LTDA ("AiQFome"), uma das maiores plataformas de food delivery do Brasil, presente em mais de 350 municípios distribuídos em 21 estados. Com uma estratégia de expansão inovadora, a AiQFome cresceu com foco em cidades pequenas e médias no interior do país, licenciando sua marca e tecnologia para empreendedores locais. Dessa forma, com o comprometimento de centenas de

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

licenciados e uma operação hiperlocal, a AiQFome desenvolveu um modelo de negócio ágil, escalável e com elevado nível de serviço para os clientes e restaurantes. Com um aplicativo fácil e intuitivo, ela já conquistou milhões de usuários em um setor que apresenta forte potencial de crescimento nos próximos anos.

***Televendas***

Oferece basicamente o mesmo mix de produtos da internet e é utilizado por clientes com dúvidas com relação a produtos ou que buscam negociações adicionais nas condições de venda.

**Abertura e Fechamento de Lojas**

Nosso crescimento orgânico é suportado por um processo de identificação e seleção de novos pontos de venda que visam a aderência do novo ponto de venda à estratégia de crescimento da empresa e aos objetivos de resultados. A tabela a seguir apresenta um resumo da abertura e fechamento de lojas convencionais e virtuais para os exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018:

| | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **2020** | **2019** | **2018** | **Total** |
| Lojas convencionais novas | 32 | 121 | 78 | 231 |
| Lojas Virtuais novas | 10 | 33 | 22 | 65 |
| Quiosques novos | 149 | 5 | 0 | 154 |
| **Abertura** | **191** | **159** | **100** | **450** |
| Lojas convencionais fechadas | 2 | 0 | 3 | **5** |
| Lojas Virtuais fechadas | 0 | 0 | 1 | **1** |
| Quiosques fechados | 0 | 0 | 0 | **0** |
| **Fechamentos** | 2 | **0** | **4** | **6** |
| **Crescimento Total** | **189** | **159** | **96** | **444** |

**Compras e Fornecedores**

Nossa política de compras tem como objetivo o estabelecimento de parcerias comerciais de forma a garantir o suprimento adequado, tanto em termos de quantidades como de prazos de entrega, de produtos a preços competitivos e com condições de pagamento que nos permitam atingir níveis de margens compatíveis com a estrutura da empresa e com nossas metas de rentabilidade.

Operamos essencialmente com fornecedores locais através de contratos e/ou cartas de parcerias, os quais são negociados anualmente visando definir quantidades-objetivo para o ano, iniciativas comerciais conjuntas, regras para a utilização de verbas de propaganda cooperada bem como para outros eventos ao longo do ano. Esta prática contribui para a profissionalização e melhoria dos procedimentos, reduzindo riscos de planejamento. Dessa maneira, conseguimos garantir a disponibilidade de produtos necessária para a previsão de vendas do ano, bem como de condições comerciais bastante atrativas e regras operacionais claras para pautar as negociações comerciais.

Possuímos atualmente cerca de 614 fornecedores. A seleção dos nossos fornecedores visa atender as nossas exigências de qualidade e preço. Buscamos criar parcerias estratégicas duradouras com os nossos fornecedores com o objetivo de aprimorar a gestão da cadeia de suprimentos. Nossas compras são relativamente pulverizadas. Em 2020, nosso maior fornecedor

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

representou 28,03% das nossas compras e nossos dez maiores representaram cerca de 71,2% do valor das nossas compras.

Através de nosso sistema de operação de lojas, definimos níveis de margem mínima para os produtos que comercializamos. Acompanhamos as margens comercializadas em base diária e solicitações de flexibilização para as margens definidas são encaminhadas, analisadas e decididas pela área de compras. Dessa maneira, fazemos um acompanhamento em tempo real de nossa estratégia de preço comparada com a de nossos concorrentes, o que constitui uma importante ferramenta para negociações futuras junto a nossos fornecedores.

Despendemos particular atenção com nosso processo de planejamento de compra de produtos. Diariamente acompanhamos o desempenho de vendas dos SKUs (Unidades de manutenção de Estoque), que designa os diferentes itens do estoque por meio de um código identificador, e ajustamos nossos indicadores de análise buscando garantir a adequação do volume de compras frente à previsão de vendas, ao nível de capital de giro em cada setor e ao fluxo de caixa da empresa. Nossos sistemas de tecnologia controlam a liberação dos volumes de produtos definidos de acordo com as condições estabelecidas entre as áreas Comercial e Financeira com base nos indicadores analisados e os pedidos de compras são transmitidos eletronicamente aos fornecedores.

Atualmente, cerca de 154 mil SKUs são comercializados em nosso e-commerce no estoque próprio, além dos milhares de produtos vendidos por parceiros em nosso Marketplace. Muitos dos SKUs comercializados pelo canal online são produtos pertencentes ao chamado long-tail, que necessitam de uma política de compras e frequência de reposição diferenciadas. Para atender a essa particularidade, temos uma equipe de compradores especialmente direcionada para negociar a compra destes produtos. Para os demais produtos comercializados em ambos os canais, buscamos melhores condições comerciais agrupando os pedidos de todos os canais de venda e obtendo ganhos de escala.

**Gestão de Estoques**

Usamos a nossa experiência, modelos estatísticos e a assessoria de consultores especializados para aprimorar nossa gestão de estoque. Buscamos o aperfeiçoamento da equação composta pelas variáveis custo, capital de giro empregado, disponibilidade de produtos para venda e despesas logísticas.

Nossa gestão de estoques combina o processo automático de reposição baseado em modelos estatísticos com o conhecimento e experiência de gestores de linhas de produtos. A responsabilidade pela administração do nível de estoques é atribuída a cada gestor de produtos. Incentivamos esse monitoramento incluindo e ponderando de forma significativa o indicador de controle de nível de estoques na remuneração variável dos colaboradores da área de Compras e Planejamento Comercial. Além do processo automático de reposição baseado em modelos estatísticos, como forma de alavancar resultados, nossos compradores e gerentes de lojas têm autonomia para apresentar estratégias para produtos em lojas ou regiões específicas que podem resultar em volumes diferenciados de reposição.

Através da análise de diversas variáveis referentes às lojas e seus respectivos clientes, conseguimos agrupá-las de acordo com suas características comuns e, assim, identificar e ofertar um mix de produtos com maior propensão de vendas em cada grupo. Dessa forma, otimizamos o capital de giro empregado na empresa e reduzimos potencialmente o volume de estoques não-sadios.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Nossa área de Planejamento Comercial monitora diariamente nosso nível de ruptura (nível de produtos indisponíveis para a venda) em lojas e/ou Centros de Distribuição. Essas informações são compartilhadas com os gestores de produtos de forma a ajustar o volume de compra e projeções dos níveis de estoques.

**Logística**

Na data deste Formulário de Referência, operávamos com vinte e três centros de distribuição localizados estrategicamente em 16 estados brasileiros, cuja área total de armazenamento é de aproximadamente 651.600 m².

Cada centro de distribuição é responsável por abastecer lojas e fazer entregas em domicílio para as suas respectivas regiões de abrangência. A distribuição de produtos, principalmente para entrega em domicílio, também é suportada por plataformas de passagem rápida de produtos, que são equivalentes a *cross dockings*, onde acontece um processo de distribuição em que a mercadoria recebida é redirecionada sem necessariamente acontecer uma armazenagem no local. Ter centros de distribuição localizados em vários Estados nos permite oferecer um nível de serviço elevado por manter o estoque próximo ao consumidor final e também minimiza os custos da operação de entrega ao cliente final (*last mile*).

O sistema de gestão dos centros de distribuição é desenhado para garantir eficiência em cada fase do processo logístico. Os nossos sistemas acompanham todas as movimentações de estoque em tempo real e adotam controles rígidos para o recebimento das mercadorias em nossos centros de distribuição. Nesse sentido, adotamos os seguintes procedimentos como práticas de gestão: (i) recebimento de mercadorias apenas em data e hora agendada com nossos fornecedores; (ii) conferência da mercadoria com a nota fiscal; (iii) conferência para garantir que os produtos apresentam plena condição de comercialização; (iv) máxima eficiência na ocupação dos espaços dentro do centro de distribuição.

Os centros de distribuição estão divididos por setores, organizados por tipos de produtos e giro dos estoques. O sistema organiza a separação de maneira a garantir alta produtividade. Todos os produtos são identificados com etiquetas que contêm as lojas para as quais eles se destinam ou com todas as informações dos clientes para quem o produto será entregue.

Possuímos cerca de 6.700 micro-transportadoras terceirizadas que distribuem nossos produtos nas localidades em que temos lojas físicas, a qual denominamos de Malha Luiza. As transportadoras são cuidadosamente selecionadas e monitoradas por nossa equipe logística. Acreditamos que nosso sistema logístico, multicanal e integrado é uma grande vantagem competitiva na medida em que nos proporciona prazos e custos de entrega menores do que a média do mercado. As transportadoras atuam com grande escala regional, atendendo numa mesma localidade, os clientes de todos os canais. A Malha Luiza é responsável pela distribuição de mercadorias dos centros de distribuição para as lojas físicas (abastecimento) e pelas entregas para o cliente final, seja das compras realizadas nas lojas físicas ou no e-commerce.

Em maio de 2018, adquirimos a startup de tecnologia Logbee que é uma plataforma que gerencia em tempo real entregas expressas de produtos leves, realizadas diariamente por diversos parceiros, empreendedores e donos de seus próprios veículos. Por meio de um aplicativo fácil e intuitivo, a Logbee distribui os pedidos e indica o melhor roteiro a ser seguido pelos parceiros, maximizando a quantidade de entregas no mesmo dia. Com esta aquisição, complementamos e fortalecemos a Malha Luiza, que aumentará de forma significativa a participação na entrega de produtos leves, com a mesma eficiência e qualidade das entregas que já realiza. A Logbee utiliza

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

as nossas lojas como mini centros de distribuição, sempre com o objetivo de aumentar a velocidade e reduzir o custo total da entrega. Quando adquirimos a Logbee, ela atuava apenas em São Paulo e, na data deste Formulário de Referência, já está em presente em mais de 600 cidades e avançando rapidamente.

Além disso, nosso sistema logístico possibilita a implementação da modalidade Retira Loja (sistema que permite que clientes que compram por meio das plataformas digitais retirem os produtos adquiridos em qualquer uma de nossas lojas físicas), com custos adicionais mínimos, na medida em que as mesmas transportadoras que realizam o abastecimento das lojas físicas também levam para as lojas mercadorias compradas pelos clientes do e-commerce.

Em outubro de 2020, adquirimos a GFL Logística LTDA ("GFL") que é uma das principais plataformas de logística para o e-commerce com grande presença no interior de São Paulo e sul de Minas Gerais, reforçando a estratégia de entregar cada vez mais rápido e expande de forma significativa serviços como a coleta e last mile para os sellers, reduzindo drasticamente os custos e prazos de entrega no marketplace. A GFL foi fundada com o objetivo de atender com excelência o segmento de transportes para o e-commerce. De forma "asset-light", ela cresceu rapidamente, e hoje atende mais de 600 municípios, conta com 13 áreas de cross docking e cerca de 850 motoristas independentes, que realizam todos os dias as coletas e entregas de produtos leves do e-commerce, com seus próprios veículos.

Além da aquisição da GFL em 2020, o Magalu também adquiriu a SincLog, uma plataforma de tecnologia que é utilizada pela GFL e por mais de 30 transportadoras. A SincLog é uma solução para empresas de logística, que possibilita gestão de cargas, emissão de documentos fiscais e averbações, controle das tabelas de frete e da remuneração dos motoristas, além de fornecer informações de qualidade e em tempo real e que possibilita ao Magalu gerenciar de forma ainda mais eficiente as entregas de last mile da sua plataforma.

**(c) características dos mercados de atuação**

**Nossa indústria**

Agora mais do que nunca, entendemos que o e-commerce está moldando o mercado varejista brasileiro.

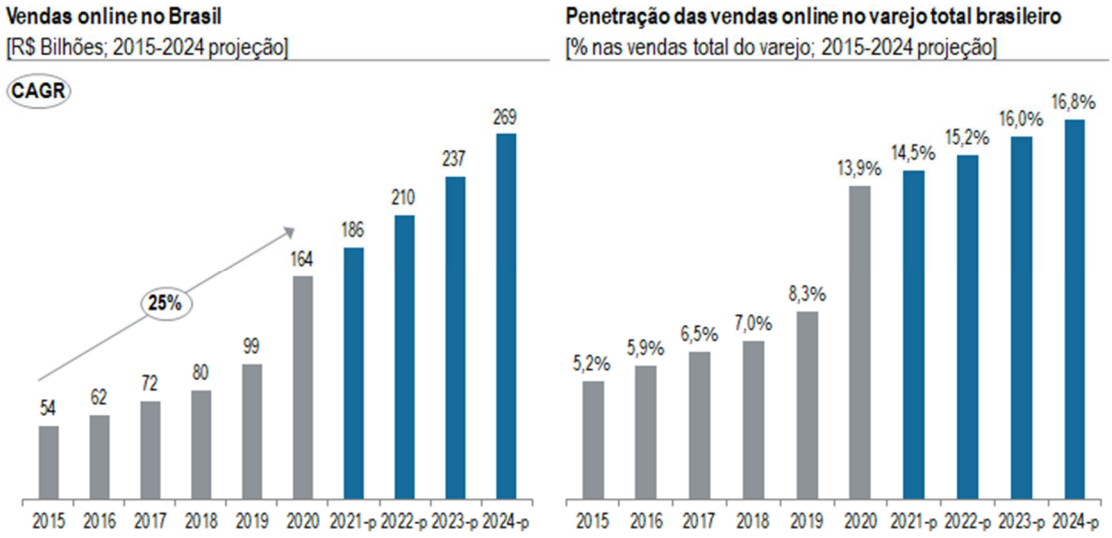
À medida que a penetração do acesso à internet cresce globalmente, o e-commerce passa a representar uma parcela significativa do crescimento do mercado varejista, sendo impulsionado, principalmente, pelo contínuo aumento de operações business to customer (B2C) e também por operações business to business (B2B).

Essa tendência global está conduzindo varejistas brasileiros a adaptarem continuamente seus canais de venda a uma realidade cada vez mais conectada, desenvolvendo plataformas on-line robustas e de fácil utilização, adaptando-se também às necessidades dos consumidores e parceiros e ao crescente intercâmbio de bens e serviços on-line. Mais especificamente, companhias têm focado estrategicamente no desenvolvimento de plataformas marketplace (3P) que, diferentemente de operações de venda direta (1P), permitem a oferta de uma gama maior de produtos, acesso instantâneo e direto a uma audiência maior de sellers, maior crescimento de vendas e rentabilidade operacional, entre outros benefícios para todas as partes do processo de compra e venda.

O mercado brasileiro representa uma oportunidade considerável dado seu tamanho relevante e sua, ainda baixa, penetração do canal de e-commerce no varejo nacional, características que lhe

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

propiciam altas taxas de crescimento. De acordo com Euromonitor, o mercado brasileiro de e-commerce cresceu a um CAGR de 25%, entre 2015 e 2020 e encerrou 2020 com 13,9% de penetração, uma taxa ainda baixa comparada a mercados mais maduros como China (27.3%), Reino Unido (25.2%) e Estados Unidos (20.3%). A expectativa é que em 2021 o e-commerce represente 14.5% do total de vendas no Varejo, equivalente a um mercado de mais de R$186 bilhões.




**Visão geral do e-commerce**

No Brasil, cerca de 62 milhões de consumidores fizeram pelo menos uma compra on-line em 2019, representando um aumento de 6% comparado a 2018, segundo a E-bit.

Acreditamos que o Brasil deva continuar a ser um dos mercados de e-commerce de maior crescimento do mundo, impulsionado pelos seus sólidos fundamentos, incluindo:

1) Baixa, porém crescente penetração do acesso à internet: A penetração do aceso a internet está crescendo rapidamente no Brasil, atingindo 71% da população em janeiro de 2020 (dados We are social). Apesar do intenso e constante aumento do acesso à internet, os níveis brasileiros de penetração permanecem abaixo dos níveis de mercados maduros, tais como o Reino Unido (96%) e os Estados Unidos da América (87%), o que demonstra uma oportunidade para ainda mais crescimento. Um dos maiores públicos on-line do mundo: Com uma população total de 212 milhões de habitantes em janeiro de 2020, o Brasil possui um dos maiores mercados on-line, com mais de 150 milhões de usuários de internet, segundo o We are Social. Desse modo, o Brasil posiciona-se como um dos maiores mercados em termos de usuários on-line, atrás apenas dos Estados Unidos da América, da China e da Índia.

2) População numerosa e jovem com vocação para o e-commerce: De acordo com o IBGE (Censo 2010), aproximadamente 113 milhões de brasileiros têm menos de 35 anos, representando cerca de 60% da população brasileira total. O contínuo e rápido aumento da penetração do acesso à internet no Brasil, aliada a uma população ainda jovem, deve contribuir para estimular ainda mais o crescimento e o desenvolvimento do mercado de e-commerce no Brasil.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

3) Resultados positivos no mercado de E-commerce brasileiro: De acordo com a Euromonitor o mercado brasileiro online vem crescendo a uma taxa de 25% (CAGR 2015-2020) desde 2015. E segundo fontes da Neotrust (Compre e Confie) o mercado online no Brasil atingiu um total de 394 milhões de pedidos. Além disso, o acesso pela população brasileira a mais de 100 milhões de cartões de créditos ativos (2019), de acordo com o Banco Central do Brasil, corroborando ainda mais para a expansão da participação do E-commerce brasileiro.

4) Aumento no acesso a dispositivos móveis e crescimento de sua participação nas compras on-line: Mudanças socioeconômicas associadas a uma redução nos custos de aquisição conduziram a um expressivo aumento nos números de dispositivos móveis existentes no Brasil, juntamente com a notável preferência dos consumidores por dispositivos móveis versus outros eletroeletrônicos pessoais, como desktops e notebooks. De acordo com a 31ª Pesquisa Anual do Uso de TI desenvolvida pela FGV/EAESP, o número de smartphones no Brasil atingiu 234 milhões em 2020, o que representa mais de 1 aparelho por habitante. Adicionalmente, à medida que a infraestrutura de telecomunicações no Brasil melhora continuamente, espera-se que o número de municípios com acesso às redes de internet 4G e 4.5G continue a crescer e superando os atuais níveis de penetração, de 97,2% e 87,5%, respectivamente. De acordo com dados da Teleco, em abril de 2020, havia cerca de 225,6 milhões de linhas ativas de celulares, número superior ao de habitantes do Brasil (210 milhões). Além disso, houve um forte crescimento na participação das compras virtuais via dispositivos móveis, que segundo a E-bit cresceu de 35,0% dos pedidos em 2018 para 46,2% em 2019.

5) Engajamento da população brasileira na internet e nas mídias sociais: Segundo dados da We are Social, a população brasileira tem uma das taxas mundiais mais alta de tempo dedicado à internet, com uma média de 9:17 horas por dia (em comparação a 06:42 horas nos Estados Unidos, 05:26 horas no Reino Unido e 05:50 horas na China) e nas mídias sociais, com uma média de 03:31 horas por dia (comparado à 03:25 horas por dia no México, 02:03 horas nos Estados Unidos e 01:42 horas no Reino Unido). Ao dedicar mais de 9 horas diárias conectada à internet e 3 horas às mídias sociais, acreditamos que a população brasileira possui importantes características para o contínuo desenvolvimento do setor de e-commerce no Brasil, aumentando também a penetração de vendas do setor no varejo vis-à-vis a economias mais maduras.

6) Hábitos do consumidor brasileiro e interação on-line/offline: Segundo pesquisas preliminares realizadas nos Estados Unidos, França e Índia, os preços de vendas no varejo on-line tendem a ser 10% menores do que aqueles do varejo físico, o que ajuda a fomentar o contínuo desenvolvendo do setor globalmente à medida que os consumidores buscam as melhores opções de compra. Adicionalmente, acreditamos que através de nosso mix único de lojas físicas canais de venda on-line estamos bem posicionados para atender tanto os consumidores que optam pelo “ROPO” (Research On-line/Purchase Offline) quando pelo “PORO” (Purchase On-line/Research Offline).

7) O advento da Internet das coisas: O crescente uso de produtos interconectados como Smart TVs, Smart Assistants, Smart Outlets, Smart Security Devices entre outros deverá impulsionar a demanda por produtos eletrodomésticos, uma de nossas principais linhas. Como consequência do aumento do uso de produtos interconectados haverá também uma constante e crescente geração de dados que necessitarão serem processados e

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

analisados. Ferramentas de Big Data, como o nosso sistema BOB, deverão executar um papel crucial nesse novo ambiente. Espera-se que tais ferramentas sejam capazes de propiciar soluções inteligentes e eficazes para campanhas de marketing, análise de comportamento dos consumidores, gestão de estoques e gestão logística, aumentando a eficiência operacional e os volumes de venda.

8) Aprimoramento de plataformas marketplace: O desenvolvimento expressivo das plataformas marketplace no Brasil tem permitido um amplo acesso online a uma gama significativamente maior de produtos versus as que são tradicionalmente ofertadas em lojas físicas, resultando em uma experiência de compra mais completa e efetiva para os consumidores. O que anteriormente precisava ser procurado em lojas físicas ou sites diferentes, atualmente pode ser comprado em um só lugar, consequentemente com um aumento no volume de compras, receitas e rentabilidade.

9) Alto mercado endereçável de comerciantes: De acordo com dados do Serasa, existem 5.5 milhões de comerciantes no CNAE referente ao segmento de varejo. Esses comerciantes têm a possibilidade de entrar na nossa plataforma e usar nossos serviços.

A combinação de um grande mercado online e população voltada para o e-commerce no Brasil contribui para um expressivo TAM (Total Addressable Market), estimado em R$1.2 trilhões[1], de acordo com o IPCMaps para o ano de 2020. Nosso market share nesse mercado varejista total, também segundo a mesma fonte, é de 3,5%.

Ainda, a digitalização da população brasileira está impulsionando o crescimento de e-commerce no Brasil. Essa tendência pode ser verificada a partir da evolução de e-shoppers (compradores online) no Brasil, cujo crescimento anualizado estimado pela Ebit entre 2015 a 2019 foi de 12.1%, enquanto a população total brasileira e o número de usuários de Internet cresceram à taxas de 0.8% e 6.8% respectivamente no mesmo período:

| Em Milhões | 2015 | 2019 | CAGR (15-19) |
|---|---|---|---|
| População Brasil | 203 | 210 | 0,8% |
| Usuários de Internet | 111 | 144 | 6,8% |
| E-shoppers | 39 | 62 | 12,1% |

Fonte: Euromonitor; IBGE; Ebit-Nielsen

**Visão geral do e-commerce em alguns de nossos segmentos de atuação**

O mercado online para categorias como eletrodomésticos e eletrônicos já está em níveis semelhantes ao de países maduros. Entretanto, categorias como de vestuário, higiene e cuidados pessoais, mercado (alimentos e bebidas) e pet, por exemplo, ainda estão em patamares inferiores ao observado em outros países como China e Estados Unidos.

Eletrônicos e eletrodomésticos: Eletrônicos e eletrodomésticos são as categorias que representam o maior segmento de vendas online. Estimamos que em 2020 essas categorias

[1] Considera GMV total (online e offline).

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

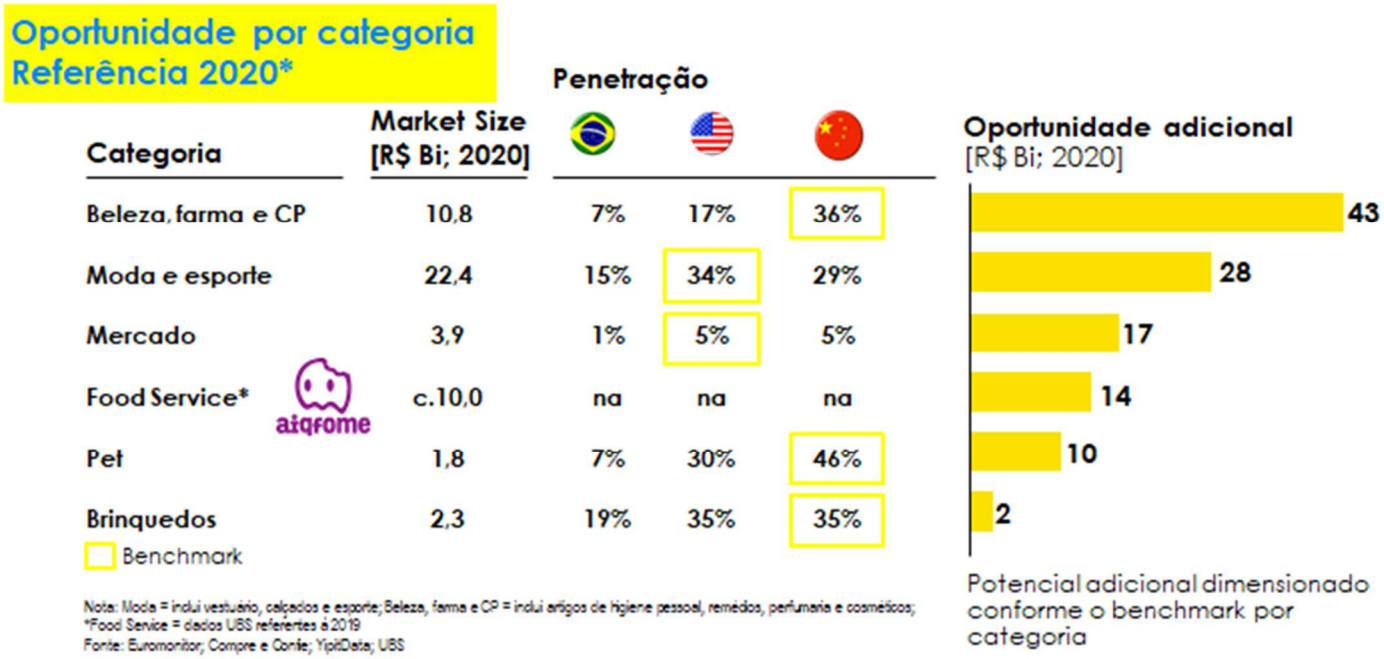
tenham atingido um total de R$80.3bn em vendas no ecommerce, tendo alcançado níveis de penetração online semelhantes aos de países maduros.

Roupas, calçados e artigos esportivos: O e-commerce de roupas, calçados e artigos esportivos é um mercado com alto potencial de crescimento. Estimamos que essa categoria tenha atingido um total de vendas online de R$22.4bn em 2020. De acordo com a Euromonitor, entre 2015 e 2020, o crescimento anualizado do segmento foi de 34.5%, o que representa um dos maiores crescimentos de vendas online.

Cosméticos, perfumaria e cuidados pessoais: Estimamos que em 2020, esse segmento tenha vendido no online um total de R$10.8bn. Essa categoria no Brasil possui uma penetração online de apenas 7%, percentual que quando comparado com o de países maduros como China (36%) e Estados Unidos (17) demonstra o tamanho do potencial deste segmento.

Alimentos e bebidas: O setor alimentício é o maior em termos de representatividade em vendas no varejo total, entretanto, no canal online mesmo em ano de pandemia as vendas somaram um total de apenas R$3.9 bn em 2020. Essa categoria ainda possui uma penetração no online de apenas 1% no Brasil, porém também possui grande potencial quando comparado a mercados mais maduros.

Ainda, considerando alguns dos principais segmentos de e-commerce, nós já estamos posicionados nas categorias que apresentam maior potencial de crescimento, conforme tabela abaixo.

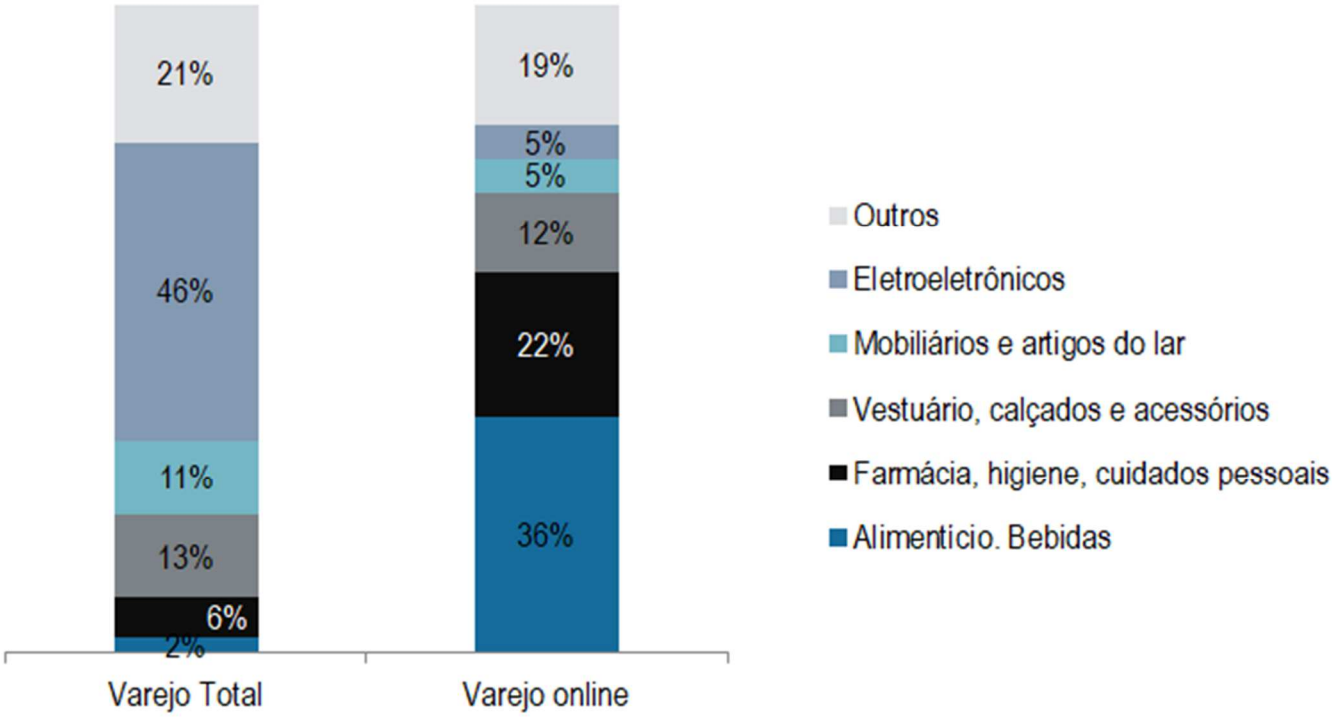



**Fonte: Euromonitor; Compre e confie (Neotrust); YipitData; UBS; Magalu**

No Brasil, o comércio online ainda é caracterizado predominantemente pela venda de bens duráveis. De acordo com a Euromonitor e dados IPCMaps, as vendas no varejo total e online têm composições bastante distintas, sendo que o segmento mais representativo no varejo total, o Alimentício, bebidas e limpeza tem representação muito inferior no comércio online.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Vendas no Varejo Total e por Categoria (%, 2020)**




Fonte: Euromonitor; Compre e confie (Neotrust); YipitData; UBS; IPCMaps; Magalu

**Visão geral do mercado de móveis, eletrodomésticos e bens duráveis**

O mercado de móveis, eletrodomésticos e bens duráveis possui uma maior dependência do desempenho econômico, e sendo influenciado, principalmente, pela renda dos consumidores e pela disponibilidade de crédito. Na última década, o setor apresentou um perfil de forte crescimento, apoiado pela estabilização da economia brasileira, pela redução dos níveis de desemprego e pelo aumento dos salários reais.

No entanto, desde 2015, devido à deterioração das condições macroeconômicas, o setor tem sido adversamente impactado. Os anos de 2015 e 2016 foram muito desafiadores para o setor varejista brasileiro como um todo, que foi afetado, em particular, por eventos adversos à renda disponível dos consumidores, índices mais altos de desemprego (9,0% em 2015 e 12,0% em 2016), índices mais altos de inflação (10,7% em 2015 e 6,3% em 2016) e maiores taxas de juros (14,3% em 2015 e 13,8% em 2016).

Como consequência, de acordo com o IBGE e a Pesquisa Mensal de Comércio, o setor de varejo apresentou um crescimento nas vendas nominais de 3,2% e 4,5% em 2015 e 2016, respectivamente. Durante o mesmo período, o setor de móveis e eletrodomésticos apresentou uma queda de 11,8% e 7,5%.

Em 2018, enfrentamos uma recuperação ainda lenta da economia brasileira, com desemprego elevado, porém com taxas de inflação e juros controlados. A inflação do ano ficou em 3,7% comparado a 2,9% em 2017. E a taxa de juros atingiu 6,5% em dezembro de 2018 comparado a 7,0% em dezembro de 2017. De acordo com o IBGE, o setor de móveis e eletrodomésticos apresentou uma queda de 1,4% em 2018. No final de 2018, de acordo com a FGV, o índice de

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

confiança do consumidor voltou a subir e, somado a condições macroeconômicas favoráveis (inflação, juros, etc), encerramos o ano com sinais positivos de recuperação econômica.

Em 2019, continuamos enfrentando uma recuperação lenta da economia brasileira, com desemprego elevado, porém com taxas de inflação e juros controlados. A inflação do ano ficou em 4,3% e a taxa de juros atingiu 4,7% em dezembro de 2019 comparado a 6,5% em dezembro de 2018. De acordo com o IBGE, o setor de móveis e eletrodomésticos cresceu apenas 6,7% em 2019.

Iniciamos 2020 com sinais sólidos de retomada do crescimento, beneficiados pela elevação da confiança, a aprovação da reforma da Previdência e ao anúncio de uma agenda de medidas (reforma tributária e reforma administrativa) de forma a endereçar o quadro fiscal do país. Adicionalmente, tanto as taxas de inflação, quanto as taxas de juros continuavam em níveis historicamente baixos, o que favorece o investimento e crescimento da economia.

Porém, com a disseminação do novo coronavírus (COVID-19) pelo mundo, atingindo o Brasil durante o primeiro trimestre, o cenário econômico mudou. Uma crise de feições ainda não totalmente conhecidas se alastrou, impactando indivíduos, organizações e economias. Se por um lado a crise tem prejudicado o desempenho do varejo físico em função do fechamento temporário das lojas, o e-commerce passa por uma forte aceleração de vendas. De acordo com a Compra e Confie, em maio de 2020, o mercado de e-commerce no Brasil cresceu expressivos 128%.

Ademais, ainda existe no setor varejista brasileiro um significativo nível de informalidade. Entretanto, acreditamos que tal informalidade tem sido gradualmente combatida pelo Governo, à medida que meios de monitoramento eficientes e informatizados, tais como o Recibo Eletrônico, são adotados e implementados em todas as áreas comerciais.

Entendemos também que a regulação da substituição tributária na cobrança do ICMS contribui para redução da evasão fiscal e as consequentes operações de informalidade ao longo de toda a cadeia de suprimentos até o cliente final. Neste cenário, as empresas que têm sua rentabilidade dependente da informalidade poderão ser penalizadas e ter suas operações enfraquecidas, dando espaço para um significativo movimento de reconfiguração do setor, no qual os consolidadores serão os players mais bem estruturados em termos de capacidade de gestão, governança e compliance, e estrutura de capital.

**Dinâmica competitiva**

Em função da crise econômica dos últimos anos, a maioria das empresas estão buscando preservar sua rentabilidade, adotando políticas de preço mais racionais. Nesse sentido, ficamos mais competitivos, pois sempre adotamos uma estratégia de crescimento com lucro sustentável. Além disso, pequenas e médias empresas continuam enfrentando dificuldades relacionadas à abastecimento e crédito para financiamento de seus clientes, favorecendo um cenário de consolidação no setor, onde as empresas maiores e mais preparadas ganham participação de mercado, o que acreditamos ser o nosso caso.

Os principais competidores da Companhia são: Mercado Livre, B2W, Via Varejo, Máquina de Vendas, Walmart, Carrefour, entre outros.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**(d) eventual sazonalidade**

Não possuímos relevante sazonalidade, tendo em vista o nosso calendário promocional distribuído ao longo do ano.

**(e) principais insumos e matérias primas, informando:**

Não possuímos processo de produção e, portanto, não trabalhamos com insumos e matérias primas.

## 7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

**(a) montante total de receitas provenientes do cliente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía clientes que individualmente fossem responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total no último exercício social.

**(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía clientes que individualmente fossem responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total no último exercício social.

# 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

**(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Nossas atividades de varejo não dependem de autorizações, licenças ou alvarás expedidos por entidades governamentais para condução de seu regular exercício. A despeito de não haver necessidade de autorizações e/ou licenças de reguladores, e/ou de qualquer outro tipo de poder concedente, há obrigação de registro em alguns cadastros públicos, exigidos a níveis federal, estadual e municipal. Ademais, no que se refere ao funcionamento de nossas lojas e novas instalações é obrigatório a obtenção de alvarás e de algumas licenças.

A não obtenção ou não renovação dessas licenças ou alvarás pode acarretar um efeito adverso relevante para as condições operacionais das nossas instalações, bem como para as condições financeiras da Companhia como um todo. A incapacidade de cumprir com os regulamentos aplicáveis ou que venham a ser aplicáveis no futuro às atividades da Companhia, poderá sujeitá-la à imposição de penalidades, desde advertências, imposição de multa simples e/ou diária, revogação de licenças ou alvarás já concedidos, suspensão de atividades, embargos de instalações entre outros.

*(i) Regulamentação para o Funcionamento da Luizacred*

Nos termos do art. 2º do Regulamento, Anexo I da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("**CMN**") nº 4.122, de 2 de agosto 2012, conforme alterada ("**Resolução nº 4.122/12**"), o funcionamento de uma Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("SCFI") no Brasil depende: (i) da constituição da SCFI em conformidade com as normas legais e regulamentação aplicáveis; e (ii) da autorização para funcionamento da SCFI pelo BACEN.

Nos termos do inc. III, do art. 1º da Resolução do CMN nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, conforme alterada ("**Resolução nº 2.099/94**"), uma SCFI deverá observar, de forma permanente, o limite mínimo de capital integralizado e de patrimônio líquido de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Ainda, nos termos do artigo 1º do Regulamento Anexo II da Resolução nº 4.122/12, a posse e o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais de uma SCFI são privativos de pessoas cuja eleição ou nomeação tenha sido aceita pelo BACEN, a quem compete analisar os respectivos processos e tomar as decisões que considerar convenientes ao interesse público. A eleição ou a nomeação de membros de órgãos estatutários ou contratuais deve ser submetida à aprovação do BACEN, no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua ocorrência, devidamente instruída com a documentação definida pelo BACEN, observados os demais requisitos previstos na Resolução nº 4.122/12.

A Luizacred obteve sua licença para funcionamento em 2001 e desde então registra um bom histórico de relacionamento com o BACEN.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 34, inciso II da Circular Bacen, 3.885/18, a Luizacred está dispensada de obtenção de autorização para funcionar como emissor de instrumento de pagamento pós-pago, tendo em vista sua classificação de SCFI.

*(ii) Regulamentação para o Funcionamento da Luizaseg*

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Os setores de seguros e previdência complementar no Brasil estão sujeitos a abrangente regulamentação. O Sistema Nacional de Seguros Privados, criado pelo Decreto-Lei nº 73/66, é composto (i) pelo CNSP, (ii) pela SUSEP, (iii) pelas companhias de seguros e entidades de previdência complementar que foram devidamente autorizadas a realizar negócios no mercado local, (iv) pelas companhias de resseguro e (v) pelos corretores de seguros devidamente registrados.

No Brasil, a regulamentação das atividades de seguro, resseguro e de previdência complementar é realizada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Subordinado ao Ministério da Economia, o CNSP é órgão responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados. É composto por representantes de alguns ministérios e também da Superintendência de Seguros Privados, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

A SUSEP é uma autarquia encarregada da implementação e condução das diretrizes e políticas estabelecidas pelo CNSP e da supervisão das companhias de seguros, dentre outros. A SUSEP não regulamenta nem supervisiona (i) as entidades de previdência complementar fechadas nem (ii) as operadoras de planos privados de assistência à saúde.

Além disso, o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização – CRSNSP é um órgão governamental sob a supervisão do Ministério da Economia, responsável pela revisão das decisões tomadas pela SUSEP. Esse órgão revê em segunda instância as decisões proferidas pela SUSEP. As decisões administrativas do CRSNSP são definitivas e vinculantes em relação às partes sujeitas à sua jurisdição.

A Luizaseg possui todas as licenças regulatórias para funcionamento e desde sua constituição em 2005 registra um bom histórico de relacionamento com a administração pública.

*(iii) Regulamentação Estatal para o Funcionamento do Consórcio Luiza*

O Banco Central é o órgão responsável pela normatização, coordenação, supervisão, fiscalização e controle das atividades do sistema de consórcios, conforme poderes que lhe foram conferidos pelo art. 6º, da Lei nº 11.795/08.

O grupo de consórcio é a reunião de pessoas naturais e/ou jurídicas em grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, promovida por administradora de consórcio, com a finalidade de propiciar a seus integrantes, de forma isonômica, a aquisição de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento. O contrato de participação em grupo de consórcio, por adesão, poderá ter como referência bem móvel, imóvel ou serviço de qualquer natureza. Todos os grupos da administradora são independentes. Recursos de um grupo não podem ser transferidos para outro, nem se confundem com o patrimônio da administradora.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Também compete ao Banco Central conceder autorização para constituição e funcionamento de uma administradora de consórcios, além de fiscalizar as administradoras e as operações de consórcio, bem como os atos de seus administradores.

As administradoras de consórcio devem remeter periodicamente ao Banco Central informações contábeis e não-contábeis sobre as operações de consórcio.

De autoria do Poder Legislativo, em 8 de outubro de 2008, foi promulgada a Lei nº 11.795, que "dispõe sobre o Sistema de Consórcio", a qual entrou em vigor em 6 de fevereiro de 2009, constituindo assim, um marco e conquista do sistema de consórcio. Ela define, dentre outros assuntos, que (i) os interesses do grupo prevalecem sobre o interesse individual do consorciado; (ii) o grupo de consórcio é autônomo em relação aos demais e possui patrimônio próprio, que não se confunde com o de outro grupo, nem como o da própria administradora; (iii) os recursos dos grupos serão contabilizados separadamente; (iv) estabelece regras para a responsabilização e punição dos gestores das administradoras de consórcio; (v) as garantias que serão exigidas dos consorciados contemplados; (vi) a devolução ao consorciado excluído; (vii) define as penalidades a serem impostas aos administradores em caso de cometimento de infrações.

A constituição e o funcionamento de grupos de consórcio são regulados pelas Circulares nº 2.332/93 e 3.432/09, do Banco Central do Brasil, esta última dispõe sobre (i) os requisitos mínimos que deverão constar na proposta de participação em grupo de consórcio; (ii) as garantias que serão exigidas dos contemplados, observando-se o segmento; (iii) a aplicação dos recursos do grupo; (iv) as normas de constituição do grupo, quantidade de participantes e limite de cotas por participante; (v) as formas de contemplação e utilização do crédito; (vi) dissolução do grupo; (vii) realização de assembleias.

Já os processos de concessão de autorização para constituição e funcionamento, transferência de controle, prática de outros atos societários e exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais em administradoras de consórcio, são regulados pela Circular nº 3.433/09, do Banco Central do Brasil.

O Consórcio Luiza obteve sua licença para funcionamento em 1992 e desde então registra um bom histórico de relacionamento com o BACEN.

*(iv) Regulamentação para Magalu Pagamentos*

Em outubro de 2013, foi promulgada a Lei nº 12.865 que dispõe, dentre outros, sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiros. A Lei instituiu o Banco Central do Brasil como órgão regulador do mercado de meios de pagamento no país e estabeleceu uma série de novos conceitos, como: (i) arranjo de pagamento, (ii) instituidor de arranjo de pagamento, (iii) instituição de pagamento, (iv) conta de pagamento, (v) instrumento de pagamento e (vi) moeda eletrônica.

Em março de 2018, o BACEN publicou a Circular nº 3.885 que determina, dentre outros, os requisitos e os procedimentos para autorização para funcionamento de instituições de pagamento e prestação de serviços de pagamento por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Nos termos do art. 6º da Circular nº 3.885/2018, uma vez atingidos determinados valores financeiros de transação, a instituição de pagamento estará sujeita aos requisitos e procedimentos de autorização para funcionamento, devendo submeter um pedido de autorização ao BACEN.

A Companhia constituiu uma instituição de pagamentos denominada Magalu Pagamentos, que começou o exercício das suas atividades em novembro de 2019, e em abril de 2020 atingiu a volumetria definida inciso I do artigo supracitado.

Assim, o pleito para obtenção de autorização foi submetido ao BACEN em maio de 2020 e desde então, a Companhia aguarda a deliberação para atuar com uma Instituição de Pagamentos autorizada pelo Bacen.

Cabe pontuar que as instituições de pagamento não são consideradas instituições financeiras e não podem exercer atividades típicas de tais instituições, conforme disposto na regulamentação aplicável. Contudo, as instituições de pagamento e seus administradores devem observar e cumprir certas leis e regulamentações aplicáveis a instituições financeiras, relacionadas, por exemplo, à obtenção de aprovação para realização de determinadas operações societárias, ao sigilo bancário, ao cadastro de clientes do Sistema Financeiro Nacional, à implantação de sistemas de controles internos, às atividades relacionadas à prevenção de lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, às penalidades, ao Regime Especial de Administração Temporária, à intervenção e à liquidação extrajudicial.

(v) *Regulação das Operações de Tratamento de Dados Pessoais*

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais restritivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais eram reguladas somente por algumas normas esparsas e setoriais, como por exemplo a Constituição Federal Brasileira (1988), o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). A LGPD trará um novo sistema – mais completo e de eficácia transversal – de regras aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, afetando todos os setores da economia, principalmente as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais, como sucede no âmbito das nossas atividades de comércio eletrônico. A referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações que devemos observar.

A LGPD uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o processamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de processamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

Além disso, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e processadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

Após a entrada em vigor da LGPD, caso nossas operações de tratamento de dados estejam em desconformidade com as disposições previstas em referida lei, estaremos sujeitos às seguintes penalidades: (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) multa de até 2% do faturamento da empresa ou do grupo, observado o limite de R$ 50 milhões por infração; (c) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (d) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização; e (e) eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.

Assim, até a entrada em vigor da LGPD, teremos de adaptar nossas operações e modelo de negócios de forma a atender aos limites e obrigações estabelecidos em referida lei e, desse modo, será necessário que nossos processos internos, políticas e práticas comerciais sejam revistos e adaptados à nova lei, o que poderá causar um efeito adverso relevante sobre nossas atividades e resultado operacional.

Em decorrência da pandemia do COVID-19, o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei nº 1.179/20 postergando a entrada em vigor da Lei nº 13.583/19 para janeiro de 2021, com as multas e sanções válidas a partir de 1º de agosto de 2021. Este projeto de lei ainda deve ser levado à Câmara dos Deputados e, uma vez aprovado, à sanção Presidencial.

*Regulamentação sobre Privacidade e Proteção de Dados*

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, especificamente, até o ano de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuísta e pontual, por meio da interpretação de uma série de dispositivos legais setoriais, quais sejam:

- a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;
- a Lei nº 8.078/1990 ("**Código de Defesa do Consumidor**"), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;

- a Lei nº 12.414/2011 ("**Lei do Cadastro Positivo**"), alterada em 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais, e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;
- a Lei nº 12.965/2014 ("**Marco Civil da Internet**"), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais dos usuários no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e
- o Decreto nº 8.771/2016 ("**Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet**"), que definiu dados pessoais como aqueles relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, em agosto de 2018, com a promulgação da Lei nº 13.709/2018, conforme alterada, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("**LGPD**"), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia. A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas. A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

O âmbito de aplicação da referida lei abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que: (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a LGPD estabelece (i) diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); (ii) dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais;(iii) prevê sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições; e (iv) autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("**ANPD**"), autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados pessoais no Brasil.

Relevante esclarecer que, em complemento ao Decreto nº 10.474/2020, em 26 de agosto de 2020, por meio do decreto de 05 de novembro de 2020, foram nomeados os integrantes do Conselho Diretor da ANPD. após aprovação pelo Senado de seus indicados. Contudo, tendo em vista que Autoridade Nacional de Proteção de Dados ainda não tem plena atuação, alguns

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

órgãos de defesa do consumidor continuam atuando, especialmente em casos de incidentes que resultem em utilização, ou acessos indevidos a dados pessoais, exercendo funções de fiscalização da LGPD.

Ainda, importante informar que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto à maior parte de suas disposições, mas, a aplicabilidade de suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) somente poderá ser feita a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, sancionada em meio à pandemia do COVID-19, numa tentativa de mitigar os efeitos negativos do distanciamento social causado por tal pandemia nas organizações.

Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, anteriormente a entrada em vigor de suas sanções administrativas, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia estará sujeita, dentre outras sanções, à (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) divulgação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (c) bloqueio ou eliminação dos dados pessoais correspondentes à; (d) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (e) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração por até 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e (f) suspensão, proibição parcial ou total do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência.

(vi) *Cadastro Positivo*

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi historicamente avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão; estas alterações entraram em vigor em 9 de julho de 2019. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet e atualmente também estamos passando pelas transformações trazidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n° 13.709/18).

*(vii) Regulamentação Anatel para MVNO*

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Com o intuito de viabilizar a oferta dos serviços denominados Maga+, a Companhia celebrou o Contrato de Representação para Prestação do Serviço Móvel Pessoal por Meio de Rede Virtual Credenciada com a EuTV Consultoria e Intermediação de Negócios S.A. - atualmente sob a denominação Surf Telecom S.A.. Destarte, desde 2018, atuamos como uma Mobile Virtual Network Operator ("MVNO") na modalidade credenciada ("MVNO Credenciada"), nos sujeitando a regulamentação da Agência Nacional das Telecomunicações ("Anatel") aplicável a esse tipo de operação.

MVNO é uma sigla para Mobile Virtual Network Operator, em português traduzida como Operadora de Rede Virtual Móvel, e se trata de uma operadora de serviços móveis que não possui rede ou radiofrequência própria, portanto, utiliza a estrutura de prestadoras de serviços de telecomunicações já atuantes no setor.

É aplicável a esse tipo de operação a Resolução nº 550 de 22 de novembro de 2010, que aprovou o Regulamento sobre Exploração de Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual ("**Regulamento MVNO**"). O Regulamento de MVNO determinou a possibilidade de prestação do serviço em duas modalidades: (i) MVNO Credenciada; e (ii) MVNO autorizada.

Como a Companhia atua como MVNO Credenciada, a sua atuação no setor se limita a uma representante da Surf Telecom, revendendo os serviços de telecomunicações de acordo com o seu modelo de negócio, conforme Contrato de Representação para Prestação do Serviço Móvel Pessoal por Meio de Rede Virtual Credenciada e seus aditivos. A atuação da Companhia como MVNO Credenciada não se confunde com a efetiva prestação de serviços de telecomunicações, que somente pode ser prestado mediante autorização da Anatel.

Como consequência do modelo, a MVNO Credenciada está sujeita a uma interação menor com a Anatel, se responsabilizando pelo cumprimento das obrigações previstas no próprio Regulamento MVNO, e outras de natureza consumerista por ter responsabilidade solidária com a Surf Telecom nos limites previstos na matriz de responsabilidade do Contrato de Representação para Prestação do Serviço Móvel Pessoal por Meio de Rede Virtual Credenciada.

*(viii) Prevenção à lavagem de dinheiro*

A lei brasileira de prevenção à lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998, modificada pela Lei nº 12.683/2012), que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, estabelece um rol de pessoas obrigadas a auxiliar o poder público na prevenção e combate às atividades de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo. As pessoas jurídicas obrigadas a manter controles e monitoramento de prevenção à lavagem de dinheiro são todas aquelas que exercem atividades em algum setor de riscos, que foram elencados no art. 9º da citada lei.

A Companhia atua em alguns desses setores e, portanto, já instituiu e mantém: (i) procedimento de identificação do seu cliente e manutenção das informações cadastrais; (ii) registros das operações envolvendo moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais ou qualquer outro ativo passível de conversão em dinheiro; (iii) controles internos e registros consolidados, que permitam verificar a identidade do cliente, sua capacidade financeira e eventual compatibilidade com a movimentação de recursos e a atividade econômica

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

desenvolvida; (iv) procedimentos de acompanhamento e monitoramento das operações ou propostas realizadas pelos clientes, com vistas a detectar situações que, por suas características (forma de realização, partes envolvidas, valores, frequência, instrumentos utilizados ou falta de fundamento econômico ou legal) possam indicar a existência de indícios de lavagem de dinheiro ou tentativas de violar os mecanismos de controle existentes; e, (v) procedimento de comunicação às autoridades competentes (sem o conhecimento do cliente) dos indícios de irregularidades detectados e de operações realizadas em espécie, acima do valor definido pelo regulador específico de cada atividade.

Em janeiro de 2020, o Banco Central do Brasil editou a Circular nº. 3.978/20, que entrou em vigor em 1º de outubro de 2020. O novo regramento atualizou os requisitos dos programas de prevenção à lavagem de dinheiro que eram adotados pelas administradoras de consórcio e pelas Instituições de Pagamento. Dentre as inovações trazidas pela referida Circular, destacam-se: (i) ampliação do grupo de pessoas caracterizadas como expostas politicamente dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e nas esferas federal, estadual e municipal; (ii) detalhamento de programa de monitoramento de riscos, que exige uma estrutura robusta para fins de análise e reporte de operações suspeitas; e (iii) atualização das regras de comunicação de operações suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.

Destarte, a Companhia realizou as adequações necessárias em suas políticas e procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo a fim de garantir a conformidade com os novos requisitos instituídos pela referida Circular.

**(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

Ainda que nossas atividades não causem impactos negativos ao meio ambiente, temos desenvolvido políticas e práticas de preservação e conscientização em relação aos recursos naturais ao longo dos anos. Para maiores informações a respeito da política socioambiental da Companhia e das medidas de proteção ambiental adotadas, vide item 7.8 deste Formulário de Referência.

Até a data deste Formulário de Referência, não havíamos aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

*(i) Responsabilização Ambiental*

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal.

Diz-se que as três esferas de responsabilidade mencionadas acima são “diversas e independentes” porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar responsabilização ambiental nos três níveis, com a aplicação de três sanções diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

*(ii) Responsabilidade Administrativa*

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente decorrente de culpa ou dolo, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental.

De acordo com a legislação brasileira, as infrações administrativas são punidas com: advertência; multa simples no valor de até R$ 50 milhões; multa diária; apreensão dos produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total das atividades; e restritiva de direitos.

*(iii) Responsabilidade Civil*

A responsabilização civil objetiva por danos causados ao meio ambiente e a terceiros está prevista nos artigos 3º, 10 e 14 da Lei Federal nº 6.938/1981, bem como no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal.

A caracterização da responsabilidade civil ambiental como objetiva significa que sua imputação ao agente econômico depende tão somente da constatação do dano, da conduta, do agente e do nexo de causalidade entre o dano e a conduta, independentemente da verificação de culpa (negligência, imperícia ou imprudência) ou dolo do agente. Desta maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída, em princípio, ao responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (artigo 3º, inciso IV, da Lei Federal nº 6.938/1981).

Ademais, a responsabilidade civil ambiental é solidária entre os agentes causadores do dano ambiental, sendo atribuída aos responsáveis, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (artigo 3º, inciso IV, da Lei Federal nº 6.938/1981). De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, qualquer um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental total, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano ambiental, com base nos princípios que regem o direito ambiental brasileiro.

Adicionalmente, a legislação ambiental prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica na esfera civil, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Dessa forma, a contratação de terceiros para proceder qualquer serviço em nossos estabelecimentos, incluindo, por exemplo, a destinação final de resíduos sólidos, não nos isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

*(iv) Responsabilidade Criminal*

Pessoas físicas e jurídicas que agem em desacordo com a legislação ambiental e cujas condutas estejam tipificadas na Lei Federal nº 9.605/1998 (“Lei de Crimes Ambientais”) podem ser punidas penalmente por seus atos. Como exemplo, caso as autoridades competentes comprovem que nossas atividades são sujeitas a licenciamento ambiental e estão operando sem as devidas licenças ambientais, poderemos estar sujeitos ao crime ambiental previsto no artigo 60 da Lei de Crimes Ambientais, punível com pena de detenção para os diretores ou executivos responsáveis pelo ato e que tenham agido intencionalmente para tanto, na medida de sua culpabilidade, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Lei de Crimes Ambientais prevê, ainda, outros tipos penais como, por exemplo, causar poluição de qualquer natureza ou danificar vegetação especialmente protegida, sujeitos a sanções penais, tais como: (a) a suspensão total ou parcial de atividades do respectivo empreendimento; (b) a perda de benefícios e incentivos fiscais, a suspensão de financiamentos e proibição para contratar com a administração pública; e (c) o aprisionamento dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como nossos prepostos ou mandatários, e concorram para a prática de crimes ambientais atribuídos à Companhia, estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

**(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

No Brasil, a titularidade de uma marca adquire-se pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("**INPI**"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade industrial.

Via de regra, a proteção das marcas recai sobre os produtos e serviços correspondentes à atividade do requerente, limitando-se ao território do país onde foi concedida. Assim, após o registro, o titular passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil na respectiva classe registrada, por um período de 10 (dez) anos, podendo ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais.

Durante o processo de registro, o depositante possui uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços, podendo vende-las ou licenciá-las a terceiros, bem como zelar por sua integridade e reputação no mercado.

Atualmente, somos titulares e depositantes de pedidos de registros de diversas marcas nominativas e mistas junto ao INPI, seja em nome próprio, seja em nome de nossas subsidiárias, em diferentes classes de serviços e produtos condizentes com nossas atividades. Dentre elas, incluem-se: "Magazine Luiza", "Magalu", "Luiza", "Magalu Pay", "Magalu Entregas", "MagaLog" "Lu Vendedora Virtual", "Consórcio Nacional Luiza", "Consórcioluiza", "Cartão Luiza", "Quero de casamento", "Luizaseg", "Magalu", "Luizacred" e "Época Cosméticos". Ainda somos titulares de diversos nomes de domínios, entre eles "www.magazineluiza.com.br" e "www.epocacosmeticos.com.br".

Com a recente aquisição da Netshoes, passamos a ser titulares de diversas outras marcas, bem como depositantes de pedidos de registros de marcas, no Brasil e em outros países da América Latina e Estados Unidos da América. Dentre as principais, incluem-se: "Netshoes", "Zattini" e "Shoestock". Também passamos a ser titulares de alguns nomes de domínio vinculados ao negócio da Netshoes, tais como "www.netshoes.com.br", "www.netshoes.com", "www.shoestock.com.br" e "www.zattini.com.br".

Especialmente nossas marcas "Magazine Luiza", "Magalu", "Netshoes", "Shoestock" e "Zattini" são nacionalmente reconhecidas. A marca "Netshoes" também é reconhecida em diversos países no exterior. Na hipótese de perda ou de falha na proteção de tais marcas, nossas atividades seriam significativamente prejudicadas, razão pela qual mantemos constante vigilância com relação aos terceiros que oportunamente tentam se aproveitar de forma parasitária de nossas marcas.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Para maiores informações sobre os ativos de propriedade intelectual da Companhia, favor verificar item 9.1.b.

## 7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

**(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não aufere receitas no exterior.

**(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não aufere receitas no exterior.

**(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não aufere receitas no exterior.

## 7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros.

# 7.8 - Políticas Socioambientais

**(a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais**

Todas as informações sobre ações e práticas sociais e ambientais em que a Companhia está engajada foram divulgadas em nosso Relato Integrado (Relatório Anual e de Sustentabilidade).

*Relato Integrado – Relatório Anual e de Sustentabilidade*

Em 2016, o Magazine Luiza publicou o seu Relato Integrado 2015, que segue as diretrizes G4 da Global Reporting Initiative (GRI) e também toma como referência a metodologia do relato integrado, criado com base na proposta do Comitê Internacional para Relatos Integrados (IIRC). O Relato Integrado 2016 foi publicado no primeiro semestre de 2017, o qual foi pautado pelas diretrizes do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e do *Global Reporting Initiative* (GRI). Em 2018 foi publicado o Relato Integrado de 2017, mantendo a mesma metodologia utilizada no relato anterior. A publicação está em linha com nossos Valores, Princípios e Cultura, trazendo maior transparência e fortalecendo a comunicação com o mercado, colaboradores e todos os nossos stakeholders. Todos os Relatórios podem ser acessados no site de Relações com Investidores.

Em 2019, o nosso desejo de nos tornarmos uma "empresa B" se tornou público. Na prática, isso significa conquistar um selo de excelência internacional para nossas políticas e práticas nas searas de transparência e governança, comunidade, trabalhadores, clientes e meio ambiente. Além de todos os esforços mencionados acima, na jornada rumo a essa certificação, realizamos uma análise detalhada da geração de resíduos de toda a companhia --- escritórios, centros de distribuição e lojas. Munidos desses dados, em 2020, estabeleceremos metas agressivas de redução de recicláveis e não recicláveis na nossa operação. Conseguimos implantar o descarte adequado em 70% dos nossos centros de distribuição e em 100% dos escritórios Magalu. Lançamos nosso programa de monitoramento ambiental e social de fornecedores com a categoria de fabricantes de móveis. Aderimos ao Programa Brasileiro GHG Protocol e tornamos públicas as nossas emissões de gases de efeito estufa na plataforma da iniciativa. Também passamos a integrar a carteira do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), da B3. Para além da transparência em relação à nossa pegada de carbono, em 2021 dividiremos com os stakeholders metas de redução de longo prazo e iniciativas de compensação

**(b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações**

A elaboração do Relato Integrado segue os princípios do International Integrated Reporting Council (IIRC) e cumpre os requisitos para a opção Essencial da versão G4 das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), principal referência mundial no relato da sustentabilidade.

**(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente**

Apesar de não serem auditadas ou revisadas por entidades independentes, as informações passam por um rigoroso processo interno entre as áreas até chegar à aprovação final para a sua publicação.

## 7.8 - Políticas Socioambientais

**(d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações**

No site de Relações com Investidores: www.magazineluiza.com.br/ri (neste site, selecionar “Informações Financeiras” e, sem seguida, acessar a última versão do Relatório Anual e de Sustentabilidade disponível).

**(e) se o relatório leva em conta ou não os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU**

Para elaboração do Relatório Integrado de 2019, foi feito levantamento prévio de temas que são relevantes não apenas para o setor mas que também configuram tendências e movimentos da sociedade. Nessa etapa, foram analisados os temas atuais da matriz do Magazine Luiza, estudos setoriais da GRI, temas ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), do Pacto Global, e certificações socioambientais. Ao todo, foram levantados 24 temas abrangentes potenciais. Desse universo, 17 deles foram selecionados como de maior relevância para o processo de escuta dos stakeholders.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável considerados materiais para os negócios da Companhia foram: (i) trabalho decente e crescimento econômico; (ii) igualdade de gênero; (iii) paz, justiça e instituições eficazes; (iv) erradicação da pobreza; (v) fome zero e agricultura sustentável; (vi) saúde e bem-estar; (vii) energia limpa e acessível; (viii) redução das desigualdades; (ix) cidades e comunidades sustentáveis; (x) parcerias e meios de implementação; e (xi) consumo e produção sustentáveis.

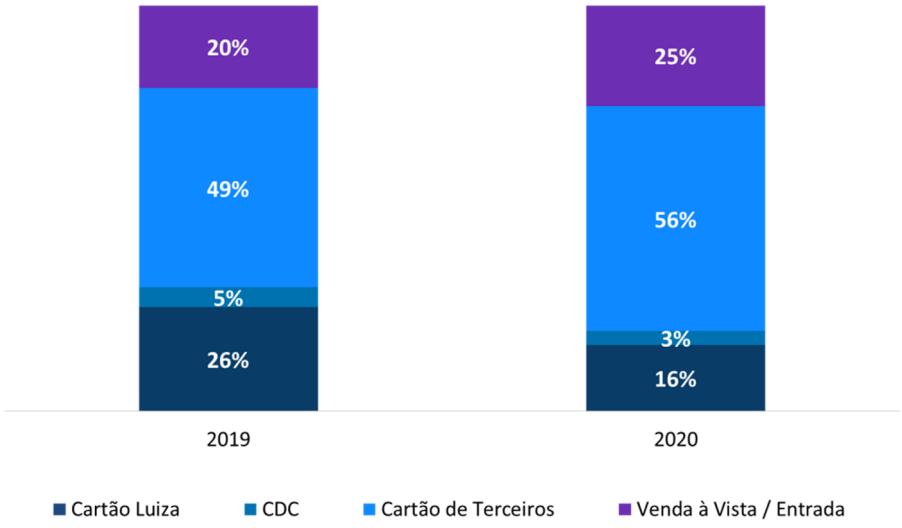
## 7.9 - Outras Informações Relevantes

**Seguros**

A contratação de seguros é compatível com a natureza de nossas atividades e com os riscos envolvidos em nossas operações e com os padrões do setor econômico em que atuamos. Nossos seguros refletem as condições usuais de mercado e abrangem coberturas em escopo e montantes considerados suficientemente adequados por nossa Administração. Contratamos apólices (i) de seguro de Responsabilidade Civil Geral (D&O), (ii) de seguro de Riscos Diversos – Estoques, (iii) de seguro de Veículos/Frota, (iv) de seguro Compreensivo Empresarial e (v) de seguro de Riscos Operacionais. A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$5,8 bilhões.

**Formas de Pagamento**

Nossos clientes têm à sua disposição uma grande variedade de formas de pagamentos, como cartões de crédito, cartões de débito, cheque, dinheiro e crédito direto ao consumidor. A participação de cada meio de pagamento em nossa receita total bruta é ilustrada abaixo:




Uma das formas de pagamentos para compras dos nossos produtos é o Cartão Luiza e o CDC (Crédito Direto ao Consumidor), que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representaram conjuntamente 19% das nossas vendas totais. Em comparação, na mesma data, as outras formas de pagamento: venda à vista / entradas e cartão de terceiros representaram 25% e 56%, respectivamente, do valor total das nossas vendas totais.

**Operações Financeiras**

Em 2001, a Luizacred foi criada, em parceria com o Itaú Unibanco, para deter a exclusividade dos direitos de comercialização de produtos e serviços financeiros para a nossa base de clientes. Como detemos 50% da participação da Luizacred, beneficiamo-nos de 50% dos lucros e perdas associados a suas operações, e beneficiamo-nos do conhecimento e experiência do Itaú Unibanco em matéria de aprovação de crédito. Em 2009, celebramos a renovação do contrato da Luizacred, por meio do qual, a Luizacred detém direitos exclusivos de distribuição e venda de

## 7.9 - Outras Informações Relevantes

produtos e serviços financeiros para a nossa base de clientes por 20 anos, até 31 de dezembro de 2029.

Na Luizacred, o principal papel do Magazine Luiza é a gestão dos colaboradores e o atendimento dos clientes, ao passo que o Itaú Unibanco é responsável pelo funding da Luizacred, elaboração das políticas de crédito e cobrança e atividades de suporte como contabilidade e tesouraria.

**Operações de Seguros**

Em 2005, foi criada a Luizaseg em parceria com a Cardif, como forma de ampliar o leque de produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes. Além de Garantia Estendida para móveis e eletrodomésticos, oferecemos aos nossos clientes o Troca Certa (onde garantimos a troca do produto com defeito até o limite do valor segurado) além de outros seguros individuais tais como Seguro Prestamista (garante o pagamento de prestações de financiamento), seguro de vida, hospitalar, assistência médica, entre outros. Em 2015, a parceria foi estendida por um prazo adicional de 10 anos, com data de término em 2025.

**Administração de Consórcios**

O Consórcio Luiza está em operação desde 1992, com o objetivo de financiar nossos clientes na aquisição de eletrodomésticos. Atualmente operamos em diversos segmentos de produtos, desde veículos (como automóveis, motos, etc.), eletrodomésticos, serviços (viagens, material de construção, pós-graduação) e imóveis.

Oferecemos consórcios em todas as nossas lojas e operamos com funcionários próprios e através de representantes comerciais. Além disso, a venda de produtos de consórcios pode ser realizada por qualquer funcionário do Magazine Luiza, bastando para isso solicitar acesso ao sistema de vendas.

**Práticas sociais**

A emergência econômica e sanitária trazida pela pandemia de COVID-19 fez com que, 2020 também fosse um ano marcado por três letras: ESG (Environmental, Social and Governance).

Rapidamente, preocupações relacionadas ao meio-ambiente, ao bem-estar da sociedade e aos padrões de governança tornaram-se imperativos para companhias de todo o mundo. A tragédia enfatizou a necessidade de as empresas se empenharem não só para entregar valor no longo prazo a seus acionistas, mas a todos os seus stakeholders.

Acreditamos que, ao trabalhar para que o Magalu seja uma empresa sustentável e conectada a seus stakeholders, daremos melhores retornos no curto e, sobretudo, no longo prazo a nossos acionistas. Temos consciência que a responsabilidade assumida por uma companhia da dimensão do Magalu é imensa e não se esgota. Essa responsabilidade só ficou ainda maior desde março do ano passado.

*Ações sociais:*

Nesse período, focamos sobretudo no S (social) de nossas ações de ESG. Assumimos o compromisso de não demitir nos meses mais críticos da pandemia, incluímos milhares de empreendedores na nossa plataforma digital e trabalhamos para tentar mitigar crises aprofundadas pela COVID. O aumento dos casos de violência doméstica -- uma epidemia brasileira -- foi uma delas.

## 7.9 - Outras Informações Relevantes

No Dia Internacional da Mulher, em março, o SuperApp ganhou um botão de denúncias permanente. A nova versão do botão permite o acesso via chat ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Em 2020, o número de denúncias feitas pelo dispositivo aumentou mais de 800% em relação ao ano anterior.

Em 2020, as famílias Trajano e Garcia, controladoras do Magalu, e a Companhia doaram 50 milhões de reais para ações de combate aos efeitos da pandemia no Brasil. Esta verba foi destinada para aquisição de equipamentos hospitalares, EPIs, mais de 700 toneladas de alimentos em cestas básicas, doação de tablets em apoio a projetos de suporte do ensino à distância, lançamento de fundo de investimento para ONGs que atuam no combate à violência contra a mulher, entre muitas outras iniciativas.

Ser sustentável também significa ser diverso, refletir entre quatro paredes a realidade da sociedade na qual se está inserido. Recentemente, após uma pesquisa, chegamos à conclusão de que tínhamos um problema. Pessoas negras formavam mais de 50% do total dos nossos quadros de funcionários -- mas apenas 14% da liderança. Por isso, em 2020, decidimos abrir um programa de trainees exclusivo para negros. Mais de 22.000 jovens de todo o país se inscreveram. Um capital humano extraordinário. Dezenove deles venceram as etapas de seleção.

*Ações ambientais:*

Também tomamos uma série de medidas voltadas à frente ambiental, tais como:

- Publicamos oficialmente nosso inventário de emissões de carbono no GHG Protocol (metodologia para realização de inventário de gases do efeito estufa utilizada mundialmente);
- 35% do total da energia utilizada pela Companhia vem de fontes renováveis (como solar, eólica, ou de pequenas centrais hidrelétricas), ou sendo contratada no Mercado Livre de Energia ou no modelo de geração distribuída - de usinas solares;
- Lançamos nosso programa de monitoramento ambiental e social de fornecedores com a categoria de móveis;
- Implantamos em 70% dos CDs e 100% dos escritórios nosso programa de gestão e descarte adequado de resíduos.

Todas essas ações geraram reconhecimento por parte da sociedade. Segundo pesquisa da consultoria global Interbrand, o Magalu conquistou o nono lugar entre as marcas mais valiosas do Brasil, com o maior crescimento entre todos os participantes da pesquisa.

Práticas ambientais

Dentre as medidas de proteção do meio ambiente implementadas em nossas atividades, adotamos recipientes de coleta seletiva de lixo em nossos escritórios e centros de distribuição, utilizamos papel reciclado e desenvolvemos campanhas de conscientização.

O Centro de Distribuição Bandeirantes é um exemplo de nossas iniciativas de preservação de recursos naturais, pois foi projetado para grande aproveitamento da iluminação natural, reduzindo o consumo de energia e também para o aproveitamento da água da chuva, contribuição para a redução do consumo de água tratada, e possui certificação de responsabilidade ambiental emitida pela CETESB por cumprir com os procedimentos necessários para a destinação final ambientalmente correta dos pneus inservíveis, em

## 7.9 - Outras Informações Relevantes

conformidade com o disposto na Resolução nº 416/2009 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Como uma maneira de oficializar e divulgar ainda mais nosso comprometimento com valores de sustentabilidade, todos os nossos contratos com fornecedores, firmados a partir de 2010, passaram a conter a seguinte cláusula: “Da Responsabilidade Social e Ambiental - O Magazine Luiza defende o cumprimento da legislação, a preservação do meio ambiente, o respeito às pessoas e aos direitos humanos. A empresa se posiciona firmemente contrária a práticas de desmatamento de áreas embargadas ou de proteção ambiental, assim como é contra a utilização de trabalhadores em condições indignas e/ou ilegais, e também é contra a utilização de mão de obra infantil, práticas de preconceito, assédio moral e assédio sexual. O Magazine Luiza explicita que seus fornecedores e parceiros empresas devem comungar destas convicções e adotar práticas contra a degradação do meio ambiente e do ser humano. Caso haja evidências de práticas contrárias a estas premissas, o Magazine Luiza romperá os acordos e compromissos comerciais com as empresas até que elas sejam revistas”.

Vale destacar que, desde meados de 2018, como fruto do reconhecimento que, para atingir suas metas econômico-financeiras, impactos ambientais são produzidos, a Companhia decidiu avançar nessa seara. Por isso, vem trabalhando na execução de uma estratégia de sustentabilidade mais sólida e ambiciosa. O passo mais importante nesse sentido foi a realização do primeiro inventário formal de emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE). Para calculá-lo, consideramos o volume total das nossas emissões nos escopos 1, 2 e 3 – ou seja, incluímos o consumo de gases refrigerantes em equipamentos de ar condicionado das nossas centenas de lojas, passando pela compra e uso de energia de diferentes fontes, até o serviço de transporte e distribuição realizado pela Malha Luiza, a nossa rede de mais de 2.000 microtransportadores terceirizados. Nosso inventário seguiu os padrões da norma NBR ISO 14.064:2007 Parte 1 e do Programa Brasileiro GHG Protocol. O Magalu tem o tema Aquecimento Global na sua matriz de relevância e está preocupado com a sua "pegada de carbono".

**Projetos Patrocinados – Sociais, Culturais e de Saúde**

A Companhia patrocina projetos que promovam e protejam a diversidade das expressões culturais e demonstram as diretrizes, encorajando o diálogo entre culturas, fomentando a interculturalidade e fortalecendo os vínculos entre cultura e desenvolvimento sustentável.

O Magazine Luiza investe em projetos sociais por meio do **Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON**) para destinar recursos ao **Centro Nacional de Pesquisa e Energia em Materiais, localizado em Campinas - SP**. O projeto tem como foco Desenvolvimento de uma linhagem celular produtora de um anticorpo monocional anti-PD1, biossimilar do Nivolumab, utilizado para imunoterapia de câncer e a produção do banco de células de pesquisa (*Research Cell Bank*).

**Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD)**: Projeto aprovado e executado pelo **Centro Nacional de Pesquisa e Energia em Materiais, localizado em Campinas - SP**. Tem como foco a descoberta de compostos bioativos para alvos moleculares relacionados a transtornos do neurodesenvolvimento. Identificar moléculas capazes de modular a atividade das enzimas UBE2A, ADK e/ou processos relacionados a DDX3X, caracterizar moléculas-alvo (hits) no contexto estrutural, funcional e molecular, visando a prover ferramentas farmacológicas que permitam um avanço no conhecimento acerca do papel dessas proteínas no desenvolvimento e função neuronal e que sirvam como ponto de partida para o desenvolvimento de novos fármacos para DI e/ou TEA.

## 7.9 - Outras Informações Relevantes

Isso significa promover benefícios sociais cada vez mais significativos e duradouros nas localidades de atuação do Magazine Luiza, gerando um ambiente propício para a operação sustentável dos negócios.

**Lei de Incentivo à Cultura**

Outra frente de atuação do Magazine Luiza é a promoção do acesso à cultura. Nessa área, a empresa patrocinou por meio da **Lei de Incentivo à Cultura, 17 projetos,** e pela **Lei Federal do Esporte, 04 projetos.** Projetos com segmentos de museologia, artes cênicas, moda, cinema, música erudita, literatura infantil e esporte.

Patrocinamos projetos de grande visibilidade, os quais nos trouxeram bom retorno de marca. Incluir para celebrar. O **Projeto Natal na Avenida da Paz - Edição 2020, em Maceió-Al** é um conjunto de ações formado por: iluminação temática, apresentações artísticas, com a participação de crianças de instituições públicas e abrigos, e ocorreu em quatros finais de semana na cidade de Maceió-AL. O projeto em 2020 aconteceu seguindo todos os protocolos preconizados pela Organização Mundial da Saúde e órgãos nacionais do setor.

**Moda:** O projeto Renda-se -1ª Mostra de Moda Alagoana, tem o objetivo valorizar a cultura do estado de Alagoas, com foco na divulgação e promoção da arte de rendeiras locais que trabalham com o artesanato têxtil do filé. Foi realizado um grande desfile de moda inspirada no filé e uma exposição que exibiu as peças criadas pelos estilistas em parceria com rendeiras de Alagoas, contribuindo para democratizar o acesso e dar visibilidade ao conteúdo desenvolvido pelos profissionais da moda e do artesanato produzidos no estado de Alagoas.

**Literatura Infantil Para Crianças com Deficiência Auditiva**: Patrocinado pelo Magazine Luiza, o livro infantil Jota e Chico, tem música e acessibilidade, mostra a importância da inclusão na escola das crianças com deficiência auditiva. O livro tem aplicativo com áudio, tradução em libras e personagem em realidade aumentada. Projeto que ganhou menção honrosa pelo antigo ministério da cultura pelo grande respeito às crianças com deficiência auditiva.

Nas Artes plásticas, o destaque foi o projeto **13º FestFoto - Festival Internacional de Fotografia de Porto Alegre**. Foi alterado para **O FESTFOTO DIGITAL**, por conta da pandemia, a exposição foi totalmente alterada para o formato digital. Ao longo dos últimos quatorze anos, o FestFoto criou espaço para produção fotográfica brasileira e internacional, realizando exposições, projeções, palestras, leituras de portfólio e convocatórias. Constituímos uma rede internacional da arte que deu visibilidade e oportunidade a centenas de talentos de novas e antigas gerações valorizando a diversidade cultural.

**Música Erudita - Projeto "Música para um novo tempo" da Orquestra Filarmônica de Paraisópolis**. Sobre o projeto de realização de oficinas de Instrumentos de Iniciação Musical e Teoria Musical para crianças e jovens da comunidade integrada à série de concertos com a Orquestra Filarmônica de Paraisópolis. O projeto conta com acessibilidade, democratização do acesso aos cursos oferecidos e tem como premissa a **diversidade étnica e de gênero.**

**Cinema:** Patrocínio do segundo documentário , ***Jairzão***, é focado no olhar dos filhos do artista, Jair Oliveira e Luciana Mello, sobre o pai.. A intenção é documentar as origens familiares de Jair Rodrigues desde o nascimento há 80 anos na cidade paulista de Igarapava (SP), abordando na sequência a trajetória profissional deste cantor negro e com uma contagiante a alegria estampada no onipresente sorriso esfuziante para se projetar como um dos artistas negros mais influente da música brasileira. O documentário ``Jairzão'', devido a pandemia, com produção executiva de Marcelo Braga e direção de Alexandre Sorriso, no segundo semestre deste ano.

## 7.9 - Outras Informações Relevantes

Em patrocínios esportivos, tivemos 04 projetos com o objetivo de promover a (re) integração social, o conhecimento de valores sociais, o senso crítico e o desenvolvimento de potencialidades em crianças e jovens sob condição de vulnerabilidade social, bem como promover o bem estar junto à comunidade idosa através de atividades esportivas saudáveis. Os projetos estão aguardando autorização para execução, devido a pandemia foram proibidas ações presenciais até que se tenha a total segurança dos participantes e integrantes das equipes de cada projeto.

O Magazine Luiza, também investiu na proteção dos direitos da criança e do adolescente, por meio da Lei do Fundo da Criança e do Adolescente. Apoiamos projetos voltados à educação popular, orientação para cidadania, e conscientização política de crianças e adolescentes, que contemplem uma prática pedagógica que respeite a criança ou adolescente como sujeito protagonista do conhecimento.

**Obras Sociais Irmã Dulce - Salvador:** Humanizar o atendimento oferecido pelo Hospital da Criança das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), criando um ambiente mais acolhedor, com mais segurança e um desenvolvimento mais efetivo das atividades, garantindo um melhor acolhimento das crianças e adolescentes e seus familiares.

***Fundação Judas Iscariotes - Franca:*** Melhoria no SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS IDOSAS com deficiência e suas famílias – Modalidade - Centro - Dia Para Pessoas Idosas. O projeto oferece diversas atividades que contribuem no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social para as pessoas acima de 60 anos. O projeto ainda não pode ser presencial, aguardando a autorização para sua execução com total segurança.

**Patrocínio Direto a eventos técnicos 2020**

Desde 2018, o Magazine Luiza está implementando uma nova orientação estratégica para sua atuação, que norteará também suas diretrizes, estando atreladas aos seguintes pontos:

Propósito: transformar a vida de gerações de brasileiros, promovendo desenvolvimento sustentável.

Missão: viabilizar soluções que adicionem conhecimento e desenvolvimento sustentável de instituições e pessoas.

**Projeto:** VIRADA DA CONSCIÊNCIA NEGRA -Troféu Raça Negra, FlinkSampa**.**

O Magazine Luiza, patrocinou a Virada da Consciência de 2020, maior e mais importante evento do país para promoção da igualdade racial, ganha um novo formato. Em um momento que exige adaptações, esta edição se utilizou dos melhores recursos digitais em uma plataforma virtual de conteúdo, que reuniu as ações e parceiros em um único ambiente com palestras, arte, shows e uma grande campanha para o Fundo Vidas Negras Importam,em prol da educação, dentro do projeto MovimentoAr.

**Realizado**:16 A 22 DE NOVEMBRO 2020 - **Formato digital**

**Projeto:** Fundo de Concessão de Microcrédito para Mulheres Empreendedoras de Comunidades Carentes

**Instituição:** Instituto Dona de Si

## 7.9 - Outras Informações Relevantes

**Trabalho Executado:** Projeto e a operações, com foco na redução das desigualdades e suporte às ações com objetivos sociais. O projeto está em fase de captação e terá a definição da execução quando for autorizado cursos presenciais (mentoria para criação e formatação do projeto).

**Programa de incentivo ao voluntariado: Rede do Bem**

Por meio do projeto Rede do Bem, criado em 2010, os colaboradores são incentivados a se engajarem em ações sociais que beneficiem as pessoas de baixa renda e levem melhorias ao bairro ou cidade onde vivem. Com mais de 200 ações já cadastradas, e mais de 600 colaboradores envolvidos, a Rede do Bem utiliza o mesmo conceito das redes sociais, ou seja, são os próprios colaboradores que dão vida ao programa por meio da publicação das ações realizadas nas suas comunidades. É possível, também, dar sugestões e indicar ações voluntárias no espaço de comentários. Todas as ações também são divulgadas nos canais de comunicação internos da companhia - Rádio Luiza, TV Luiza e Workplace - para dar mais visibilidade ao projeto e estimular a multiplicação dos exemplos de solidariedade entre os colaboradores.

Em Franca, onde fica um dos escritórios administrativos, a empresa apoia duas entidades: a ONG Franca Viva --- especialmente o projeto de formação de crianças e adolescentes em Informática, no projeto de inclusão digital; e o "Secos e Não Molhados", que distribui fraldas descartáveis para idosos --- e o Instituto Pró-Criança, que tem como bandeira o combate ao trabalho infantil nas indústrias de calçados. Os colaboradores da companhia na cidade também promovem, voluntariamente, ações constantes de apoio ao Hospital do Câncer, como rifas, cujos recursos arrecadados são direcionados à manutenção do hospital.

## 8.1 - Negócios Extraordinários

Nos três últimos exercícios sociais, não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios da Companhia.

## 8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Nos três últimos exercícios sociais, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

## 8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Nos três últimos exercícios sociais, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou pelas suas controladas que não estivessem diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

## 8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 8.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Os ativos imobilizados, patentes, marcas, licenças e participação em sociedades relevantes estão descritos a seguir.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

As informações relativas ao item 9.1.a foram prestadas no item 9.2 deste Formulário de Referência.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Marca figurativa “N”; 916874680, 916875717, 916875776 e 916874788 nas classes NCL (11) 35 e 38 | Até 01/10/2029 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | “MAGALU CONECTA”; 917103750, 917103815 e 917103840 nas classes NCL (11) 35, 38 e 42 | Até 03/12/2029 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | “MAGALU PAGAMENTOS”; 916701662 e 916701778 nas classes NCL (11) 36 e 42 | Até 17/09/2029 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Pedido de registro nº 918789303 e 920521410 referente à marca mista “BLACK DAS BLACKS MAGALU" | Aguardando análise do pedido | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Pedido de registro “MAGALU PAY”; 918158753 e 918158761 nas classes NCL (11) 36 e 42 | 02/06/2030 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 824629310 referente à marca nominativa “CARTÃO LUIZA” na classe NCL (8) 36 | 02/08/2021 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 902207610 referente à marca nominativa “LU VENDEDORA VIRTUAL” na classe NCL(9) 28 | 09/10/2022 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 902141570 referente à marca nominativa “LU VENDEDORA VIRTUAL” na classe NCL(9) 21 | 31/12/2023 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 812376307 referente à marca mista “MAGAZINE LUIZA” na classe 28:10 | 08/12/2027 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 812376315 referemte à marca mista “MAGAZINE LUIZA” na classe 20:10 | 27/10/2027 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 902072277 referente à marca nominativa “LU VENDEDORA VIRTUAL” na classe NCL (9) 07 | 18/09/2022 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 902072668 referente à marca nominativa “LU VENDEDORA ORIGINAL” na classe NCL(9) 21 | 18/09/2022 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 905721187 referente à marca nominativa “CLUBE DA LU” na classe NCL(10) 35 | 17/11/2025 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 906573165 referente à marca mista “QUERO DE CASAMENTO” na classe NCL(10) 35 | 03/05/2026 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 824629337 referente à marca mista “LUIZACRED” na classe NCL(8) 36 | 10/11/2029 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 827986785 referente à marca nominativa “LUIZASEG” na classe NCL(8) 36 | 05/06/2028 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registros nº 911418741 e 911418750 referente à marca mista “MAGALU” nas classes NCL (10) 03 e 07 | 22/10/2029 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | "ÉPOCA COSMÉTICOS"; 822449749, 824684397, 824684389; NCL(7) 03, NCL (8) 35, NCL(8) 03 | 08/09/2030 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | "NETSHOES"; NCL(9) 5, 12, 18, 25, 28, 35; 902893742,902893696, 902893920,902893866, 902893807,902893629 | 18/06/2023 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 904071898 referente à marca nominativa “NETSHOES” na classe NCL(9) 16 | 09/12/2024 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 904072070 referente à marca nominativa “NETSHOES” na classe NCL(9) 41 | 09/05/2025 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 905576080 referente à marca nominativa “NETSHOES” na classe NCL(10) 09 | 27/10/2025 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Pedido de registro nº 915922991 referente à arca mista “MAGALU ENTREGAS” na classe NCL(11) 39 | 02/07/2029 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registro nº 840643152 referente à marca nominativa “NETSHOES” na classe NCL (10) 36 | 12/07/2026 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 905934709 referente à marca “NETSHOES” na classe NCL (10) 38 | 05/01/2026 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 908807783 referente à marca “NETSHOES” na classe NCL(10) 14 | 25/07/2027 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 840643179 referente à marca “NETSHOES” na classe NCL(10) 35 | 12/03/2029 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | “SHOESTOCK”; NCL (10) 05, 14, 16, 28, 38, 41 | 31/07/2028 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | "SHOESTOCK"; NCL (10) 9, 12, 18, 25, 35; 911688722, 911688765, 911688927, 911688943, 911689052 | 02/10/2028 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | "ZATTINI"; NCL(10) 09, 12, 14, 16, 18, 25, 28, 41 | 09/05/2027 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 908499205 referente à marca nominativa “ZATTINI” na classe NCL(10) 05 | 29/05/2028 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 908499345 referente à marca nominativa “ZATTINI” na classe NCL(10) 35 | 12/03/2029 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Pedido de registro nº 911418776 referente à marca mista “MAGALU VEM SER FELIZ” na classe NCL (10) 09 | Aguardando pagamento concessão | Não aplicável, trata-se de pedido de registro, cujo registro foi indeferido pelo INPI e o recurso ainda encontra-se sob análise, podendo ser indeferido definitivamente. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. | Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. |
| Marcas | Registro nº 911418784 referente à marca mista “MAGALU VEM SER FELIZ” na classe NCL (10) 11 | 03/12/2029 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Nome de domínio na internet | magazineluiza.com.br | 21/10/2021 | A manutenção dos registros de domínio é realizada por meio do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que a Companhia mantém estrito controle sobre as marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco | O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possível perda de mercado eletrônico. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio. |
| Nome de domínio na internet | netshoes.com.br | 05/05/2029 | A manutenção dos registros de domínio é realizada por meio do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que a Companhia mantém estrito controle sobre as marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco. | O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possível perda de mercado eletrônico.Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Nome de domínio na internet | shoestock.com.br | 28/08/2023 | A manutenção dos registros de domínio é realizada por meio do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que a Companhia mantém estrito controle sobre as marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco. | O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possível perda de mercado eletrônico. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio. |
| Nome de domínio na internet | zattini.com.br | 24/10/2028 | A manutenção dos registros de domínio é realizada por meio do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que a Companhia mantém estrito controle sobre as marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco. | O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possível perda de mercado eletrônico. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio. |
| Marcas | Registro nº 822210819, referente à marca nominativa “MAGAZINE LUIZA.COM” na classe NCL(7) | 29/05/2027 | No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. | A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas que consideramos estratégicas, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da nossa empresa. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros. |
| Marcas | Registro nº 901356360 referente à marca mista “MAGAZINELUIZA” na classe NCL(9) 28 | 07/12/2030 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---|---|---|---|
| Marcas | Registros nº 902072323 e nº 902072609 referente da “LU VENDEDORA VIRTUAL” nas classe NCL(9) 09 e 11 | 14/11/2027 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 818197951 referente à marca mista “CONSÓRCIO NACIONAL LUIZA” na classe 40:16 | 25/02/2027 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 828982635 referente à marca mista “CONSÓRCIOLUIZA” na classe NCL (9) 36 | Até 31/07/2028 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | “CHUTERÇAS”; 917093151, 917093267 e 917093054 nas classes NCL (11) 28, 35 e 25 | Até 24/12/2029 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Registro nº 902271091 referente à marca nominativa “LUIZA” na Classe NCL(9) 07 | 12/12/2027 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | Pedido de registro nº 916180867 referente à marca mista “MAGALOG” na classe NCL(11) 39 | 16/07/2029 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |

# 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Campos Flóridos Comércio de Cosméticos Ltda. | 01.239.313/0001-60 | - | Controlada | Brasil | RJ | Rio de Janeiro | Comércio eletrônico de perfumes, cosméticos e livros. Este último através de sua controlada Estante Virtual. | 100,000000 |

| Exercício social | Valor contábil - variação % | Valor mercado - variação % | Montante de dividendos recebidos (Reais) | | Data | Valor (Reais) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Valor mercado | | |
| 31/12/2020 | 109,320000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2020 | 121.455.663,18 |
| 31/12/2019 | 1,660000 | 0,000000 | 0,00 | | | |
| 31/12/2018 | 22,540000 | 0,000000 | 0,00 | | | |

**Razões para aquisição e manutenção de tal participação**

A Campos Flóridos (Época Cosméticos) supre as vendas de comércio eletrônico de itens de perfumaria e cosméticos. Sua controlada integral Estante Virtual (controlada indireta pela Companhia) atua no comércio eletrônico de livros novos e usados.

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Luiza Administradora de Consórcios Ltda. | 60.250.776/0001-91 | - | Controlada | Brasil | SP | Franca | Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos. | 99,970000 |

| Exercício social | Valor contábil - variação % | Valor mercado - variação % | Montante de dividendos recebidos (Reais) | | Data | Valor (Reais) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Valor mercado | | |
| 31/12/2020 | 17,480000 | 0,000000 | 2.610.111,44 | Valor contábil | 31/12/2020 | 52.128.906,73 |
| 31/12/2019 | 21,430000 | 0,000000 | 2.093.201,26 | | | |
| 31/12/2018 | 22,540000 | 0,000000 | 1.782.488,50 | | | |

**Razões para aquisição e manutenção de tal participação**

A Luiza Administradora de Consórcios fomenta o aumento de vendas por meio dos consórcios de eletro e móveis, além de consolidar a marcar através de outros produtos ofertados (consórcio de imóveis e veículos).

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento | 02.206.577/0001-80 | - | Coligada | Brasil | SP | São Paulo | Sociedades de crédito, financiamento e investimento – financeiras. | 50,000000 |

| Exercício social | Valor contábil - variação % | Valor mercado - variação % | Montante de dividendos recebidos (Reais) | | Data | Valor (Reais) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Valor mercado | | |
| 31/12/2020 | 30,280000 | 0,000000 | 1.321.873,31 | Valor contábil | 31/12/2020 | 384.951.349,36 |
| 31/12/2019 | 2,500000 | 0,000000 | 0,00 | | | |
| 31/12/2018 | -1,810000 | 0,000000 | 21.000.000,00 | | | |

**Razões para aquisição e manutenção de tal participação**

A Luizacred suporta e viabiliza a maior parte das operações de crédito junto aos nossos clientes.

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Luizaseg Seguros S.A. | 07.746.953/0001-42 | - | Coligada | Brasil | SP | São Paulo | Seguros não-vida. | 50,000000 |

| Exercício social | Valor contábil - variação % | Valor mercado - variação % | Montante de dividendos recebidos (Reais) | | Data | Valor (Reais) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Valor mercado | | |
| 31/12/2020 | 81,560000 | 0,000000 | 23.429.590,10 | Valor contábil | 31/12/2020 | 1.774.405,14 |

# 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Exercício social** | **Valor contábil - variação %** | **Valor mercado - variação %** | **Montante de dividendos recebidos (Reais)** | | **Data** | **Valor (Reais)** | | |
| **31/12/2019** | 52,380000 | 0,000000 | 19.145.005,80 | | | | | |
| **31/12/2018** | 13,650000 | 0,000000 | 16.660.421,50 | | | | | |

**Razões para aquisição e manutenção de tal participação**

A Luizaseg suporta e viabiliza a maior parte das operações de seguros vendidos aos nossos clientes.

| Magalu Log Serviços Logísticos Ltda. | 24.230.747/0001-02 | - | Controlada | Brasil | SP | São Paulo | Plataforma de gerenciamento de serviços logísticos. | 100,000000 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | **Valor mercado** | | | | |
| **31/12/2020** | 934,340000 | 0,000000 | 0,00 | **Valor contábil** | 31/12/2020 | 145.212.804,18 | | |
| **31/12/2019** | 67,670000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| **31/12/2018** | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |

**Razões para aquisição e manutenção de tal participação**

Trata-se da empresa encarregada do gerenciamento logístico da Companhia.

| Netshoes Cayman Limited | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | Ilhas Cayman | | | E-commerce voltado a artigos esportivos e lifestyle. | 100,000000 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | **Valor mercado** | | | | |
| **31/12/2020** | 0,710000 | 0,000000 | 0,00 | **Valor contábil** | 31/12/2020 | 763.451.058,23 | | |
| **31/12/2019** | 8,480000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| **31/12/2018** | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |

**Razões para aquisição e manutenção de tal participação**

A aquisição representa um passo significativo na estratégia de crescimento exponencial da Companhia, aumentando a base de clientes online e a frequência de compra, e representa a entrada de novas categorias com alto potencial de crescimento.

| Softbox Serviços de Informação Ltda | 07.623.088/0001-47 | - | Controlada | Brasil | MG | Uberlândia | Desenvolvimento de soluções em tecnologia da informação. | 100,000000 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | **Valor mercado** | | | | |
| **31/12/2020** | 41,840000 | 0,000000 | 0,00 | **Valor contábil** | 31/12/2020 | 64.395.213,33 | | |
| **31/12/2019** | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| **31/12/2018** | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |

**Razões para aquisição e manutenção de tal participação**

O principal objetivo da aquisição é acelerar a criação de um ecossistema de parceria entre varejistas e indústria no ciclo de Full Commerce.

## 9.2 - Outras Informações Relevantes

Os principais ativos imobilizados da Companhia são as benfeitorias em imóveis nos quais estão localizadas nossas lojas, centros de distribuição e escritórios. A tabela abaixo demonstra a localização e quantidade de filiais que contém tais ativos:

| UF | Centro de Distribuição | Escritório | Loja | Próprio ou Alugado | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **AL** | 1 | 0 | 18 | Alugado | 19 |
| **BA** | 5 | 0 | 72 | Alugado | 77 |
| **CE** | 1 | 0 | 38 | Alugado | 39 |
| **DF** | 0 | 0 | 16 | Alugado | 16 |
| **ES** | 0 | 0 | 2 | Alugado | 2 |
| **GO** | 1 | 0 | 42 | Alugado | 43 |
| **MA** | 0 | 0 | 36 | Alugado | 36 |
| **MG** | 2 | 1 | 134 | Alugado | 137 |
| **MS** | 1 | 0 | 20 | Alugado | 21 |
| **MT** | 1 | 0 | 26 | Alugado | 27 |
| **PA** | 2 | 0 | 55 | Alugado | 57 |
| **PB** | 2 | 1 | 33 | Alugado | 36 |
| **PE** | 2 | 0 | 56 | Alugado | 58 |
| **PI** | 1 | 0 | 7 | Alugado | 8 |
| **PR** | 3 | 0 | 118 | Alugado | 121 |
| **RJ** | 2 | 1 | 17 | Alugado | 20 |
| **RN** | 0 | 0 | 22 | Alugado | 22 |
| **RS** | 1 | 0 | 113 | Alugado | 114 |
| **SC** | 2 | 0 | 68 | Alugado | 70 |
| **SE** | 0 | 0 | 11 | Alugado | 11 |
| **SP** | 6 | 5 | 397 | Alugado | 408 |

# 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo IASB.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

**(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais**

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de caixa, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto e de longo prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros. Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, a Companhia melhorou significativamente os indicadores de estrutura de capital e liquidez, conforme apresentamos abaixo.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R$ 1.686,8 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R$ 2.903,2 milhões, perfazendo caixa líquido de R$ 1.216,4 milhões, equivalente a 0,8 vezes o EBITDA. No mesmo período, o caixa líquido ajustado totalizou R$ 7.312,7 milhões, equivalente a 4,9 vezes o EBITDA. O caixa líquido ajustado passou de R$ 6.295,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 7.312,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R$ 1.016,9 milhões no período. A variação de caixa líquido ajustado foi reflexo de um (i) aumento de R$ 837,9 milhões no saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante), que passou de R$848,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 1.686,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, e (ii) do aumento de R$ 1.854,9 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e contas a receber de cartões de crédito de terceiros e partes relacionadas, que passou de R$7.144,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 8.999,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido à forte geração de caixa no período. Em 31 de dezembro de 2020, o capital de giro ajustado foi negativo em R$ 3.558,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R$848,8 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R$4.754,1 milhões, perfazendo um caixa líquido de R$3.905,3 milhões, equivalente a 2,2 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. No mesmo período, o caixa líquido ajustado totalizou R$6.295,8 milhões, equivalente a 3,5 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. O caixa líquido ajustado passou de R$2.151,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$6.295,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R$4.144,3 milhões no período. A variação de caixa líquido ajustado foi reflexo de um (i) aumento de R$392,9 milhões no saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante), que passou de R$456,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$848,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, reflexo da captação de recursos realizada através da 4ª emissão de notas promissórias comerciais concluída em junho de 2019, e (ii) do aumento de R$4.537,2 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e contas a receber de cartões de crédito de terceiros e partes relacionadas, que passou de R$2.607,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$7.144,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, principalmente devido à forte geração de

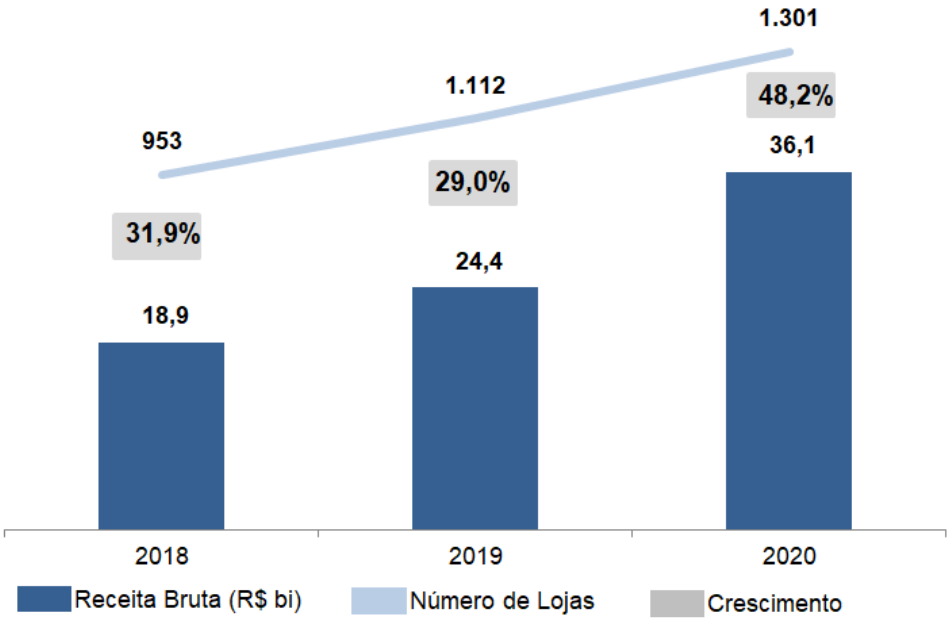
## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

caixa no período e à bem sucedida oferta subsequente de ações concluída em novembro de 2019, no montante de R$4,3 bilhões. Em 31 de dezembro de 2019, o capital de giro ajustado foi negativo em R$1.841,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R$456,0 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R$1.008,4 milhões, perfazendo caixa líquido de R$552,4 milhões, equivalente a 0,4 vezes o EBITDA. No mesmo período, o caixa líquido ajustado totalizou R$2.151,4 milhões, equivalente a 1,7 vezes o EBITDA. Em dezembro de 2018, o capital de giro ajustado foi negativo em R$1.270,7 milhões.

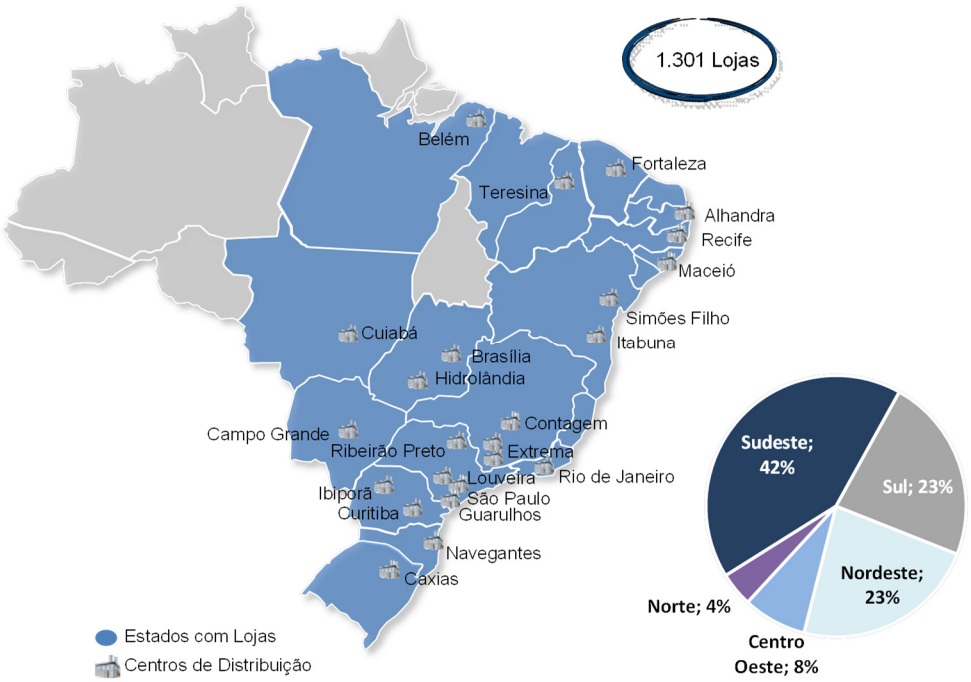
O número de lojas passou de 953 em 2018 para 1.301 em 2020. A Companhia continuou o ritmo de abertura orgânica de lojas ao longo dos últimos anos, somando 96 lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 159 novas lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 189 novas lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A receita bruta atingiu R$ 36.116,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 48,2% em relação ao mesmo período em 2019. A receita bruta atingiu R$24.377,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 29,0% em relação ao mesmo período em 2018.




O Magazine Luiza é um dos maiores varejistas brasileiros, e oferece uma ampla gama de produtos e serviços para brasileiros de todas as classes através de uma plataforma de varejo multicanal (dispositivos móveis, site e lojas físicas). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia operava 23 centros de distribuição e 1.301 lojas estrategicamente localizadas em 21 estados brasileiros e contava com mais de 38 mil colaboradores e uma base de mais de 32 milhões de clientes ativos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia operava 1.112 lojas e 17 centros de distribuição estrategicamente localizados em 18 estados brasileiros e contava com mais de 34 mil colaboradores e uma base de cerca de 25 milhões de clientes ativos.

# 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais




## Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas

| (R$ milhões, exceto %) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| Receita bruta | 36.116,0 | 24.377,1 | 18.896,5 |
| Receita líquida | 29.177,1 | 19.886,3 | 15.590,4 |
| Lucro bruto | 7.520,0 | 5.554,0 | 4.537,4 |
| Margem bruta(1) | 25,8% | 27,9% | 29,1% |
| Lucro líquido | 391,7 | 921,8 | 597,4 |
| Margem líquida (2) | 1,3% | 4,6% | 3,8% |
| | | | |
| EBITDA (3) | 1.527,1 | 1.775,5 | 1.245,2 |
| Margem EBITDA (4) | 5,2% | 8,9% | 8,0% |
| Crescimento nas vendas mesmas lojas físicas (5) | -7,4% | 7,8% | 18,6% |
| Crescimento nas vendas internet (6) | 130,7% | 76,0% | 60,1% |
| Quantidade de lojas - Final do Período | 1.301 | 1.112 | 953 |
| Área de Vendas - Final do Período (M²) | 666.089 | 648.227 | 572.394 |

(1) A margem bruta é calculada pelo lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas.

(2) A margem líquida é calculada pelo lucro líquido (prejuízo) dividido pela receita líquida de vendas.

(3) O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("**IFRS**"). Para a reconciliação do EBITDA para o lucro líquido (prejuízo), vide seção "3.2 – Medições não contábeis".

(4) A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(5) Inclui as vendas de lojas convencionais e lojas virtuais da Companhia abertas a mais de 12 meses.

(6) Inclui as vendas do e-commerce tradicional (com estoque próprio) e as vendas na plataforma de marketplace.

# 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital**

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido totalizava R$ 7.325,3 milhões, enquanto a dívida bruta era de R$ 1.686,8 milhões e o caixa líquido ajustado era de R$ 7.312,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido totalizava R$ 7.564,9 milhões, enquanto a dívida bruta era de R$848,8 milhões e o caixa líquido ajustado era de R$6.295,8 milhões. Ao longo dos últimos anos, a Companhia reduziu de forma significativa sua dívida líquida ajustada passando para uma posição de caixa líquido ajustado, por meio de uma evolução nos resultados operacionais e na melhor relação entre os níveis de estoque e saldo de fornecedores a pagar. Vale destacar que, em 14 de junho de 2019, Companhia concluiu a aquisição da Netshoes e realizou o pagamento integral. Em novembro de 2019, a Companhia concluiu uma oferta subsequente de ações no montante de R$4,3 bilhões, que contribuiu para fortalecer sua posição de caixa líquido e, consequentemente, reforçar sua estrutura de capital.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

| (R$ milhões, exceto %) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| Patrimônio Líquido | 7.325,3 | 7.564,9 | 2.302,9 |
| Dívida Bruta[(1)] | (1.686,8) | (848,8) | (456,0) |
| Caixa (Dívida) Líquido[(2)] | 1.216,4 | 3.905,3 | 552,4 |

(1) Divida bruta corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante). A Divida bruta não é medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial ReportingStandards* (IFRS), emitidas pelo *InternationalAccounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão.

(2) O Caixa (Dívida) Líquido é calculado como o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) (Dívida Bruta) subtraído do saldo do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes). O Caixa (Divida) Liquido não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial ReportingStandards* (IFRS). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

**(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Cumprimos todas as nossas obrigações financeiras até a data deste Formulário de Referência, bem como mantivemos assiduidade nos pagamentos desses compromissos. Nos últimos exercícios sociais, nossas necessidades de recursos foram suportadas basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros. No exercício social de 2019, considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades e investimentos, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, atingimos lucro líquido R$ 391,71 milhões e R$1.527,1 milhões de EBITDA (margem EBITDA de 5,2%). O crescimento das vendas totais, a contribuição positiva do e-commerce e a diluição das despesas operacionais contribuíram para uma evolução do lucro líquido e, consequentemente, do EBITDA. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R$2.603,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, a dívida bruta da Companhia era de R$ 1.686,8 milhões e o caixa líquido ajustado totalizou R$ 7.312,7 milhões, representando 4,9 vezes o EBITDA do mesmo período. Em 31 de dezembro de 2020, 1,2% da dívida bruta da Companhia consistia em empréstimos e financiamentos não circulante (longo prazo).

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, atingimos lucro líquido R$921,88 milhões e R$1.775,5 milhões de EBITDA (margem EBITDA de 8,9%). O crescimento das vendas totais e a contribuição positiva do e-commerce contribuíram para uma evolução do lucro líquido e, consequentemente, do EBITDA. Além disso, o lucro líquido e o EBITDA do período foram influenciados pelo início da adoção inicial do IFRS 16 e por efeitos tributários, conforme apresentados nas demonstrações financeiras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais foi de R$3.329,5 milhões. Em função dos recursos captados através da oferta subsequente de ações concluída em novembro de 2019, a Companhia manteve parte significativa do seu caixa aplicado como títulos e valores mobiliários e manteve recebíveis não descontados em seu ativo. Portanto, ao considerar as linhas de Títulos e Valores Mobiliários e Recebíveis de Cartão de Crédito como Caixa o fluxo de caixa ajustado gerado pelas atividades operacionais foi de R$1.501,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta da Companhia era de R$848,8 milhões e o caixa líquido ajustado totalizou R$6.295,8 milhões, representando 3,5x vezes o EBITDA de doze meses do mesmo período. Em 31 de dezembro de 2019, 98,8% da dívida bruta da Companhia consistia em empréstimos e financiamentos não circulante (longo prazo).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, atingimos lucro líquido R$597,4 milhões e R$1.245,2 milhões de EBITDA (margem EBITDA de 8,0%). O crescimento das vendas totais, a contribuição positiva do e-commerce e a diluição das despesas operacionais contribuíram para uma evolução do lucro líquido e, consequentemente, do EBITDA. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R$1.236,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, nossa dívida bruta era de R$456,0 milhões e o caixa líquido ajustado totalizou R$2.151,4 milhões, representando 1,7x vezes o EBITDA do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, 71% da nossa dívida bruta consistia em empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros não circulante (longo prazo).

| (R$ milhões, exceto %) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| Fluxo de Caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais | 2.603,9 | (3.329,6) | 1.236,2 |
| Fluxo de Caixa Ajustado gerado pelas atividades operacionais | 3.083,1 | 1.501,0 | 1.123,7 |
| Dívida Bruta(1) | (1.686,8) | (848,8) | (456,0) |
| Caixa (Dívida) Líquido(2) | 1.216,4 | 3.905,3 | 552,4 |
| Caixa (Dívida) Líquido Ajustado(2) | 7.312,7 | 6.295,8 | 2.151,4 |
| Dívida Bruta – circulante (curto prazo) | 98,8% | 1,2% | 28,7% |
| Dívida Bruta – não circulante (longo prazo) | 1,2% | 98,8% | 71,3% |
| Caixa (Dívida) Líquido Ajustado / EBITDA | 4,9x | 3,5 x | 1,7 x |

(1) Corresponde ao saldo de empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante)

(2) O Caixa (dívida) líquido ajustado refere-se ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (Dívida Bruta) subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes) e do contas a receber de cartões de crédito não descontado (terceiros e de partes relacionadas). O caixa (dívida) líquido ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS). Para a reconciliação da dívida líquida com a dívida bruta, vide a seção “3.2 – Medições não contábeis”.

### (d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nosso capital de giro é financiado pela geração de caixa e, quando necessário, por recursos de terceiros. Nossos ativos operacionais de curto prazo são compostos, principalmente, pelos estoques, contas a receber e impostos a recuperar, a maior parte decorrentes de ICMS substituição

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

tributária. Do lado passivo, contamos principalmente com nossos fornecedores de mercadorias para revenda.

Para o financiamento de nossos investimentos em ativos não circulantes, contamos com geração de caixa e financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de primeira linha. A tabela abaixo apresenta o nosso capital de giro.

| (R$ milhões, exceto %) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| Ativo Circulante | 16.798,8 | 12.841,2 | 6.412,4 |
| Passivo Circulante | 13.416,1 | 8.002,6 | 5.388,6 |
| Capital de Giro (1) | 2.537,8 | 548,8 | 328,3 |
| Capital de Giro Ajustado (2) | (3.558,5) | (1.841,7) | (1.270,7) |
| Capital Fixo(3) | 3.985,4 | 3.565,0 | 1.604,1 |

(1) O Capital de Giro não é uma medida contábil reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS) e não possui significado padrão. Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) O Capital de Giro Ajustado refere-se ao Capital de Giro menos o saldo de contas a receber de cartões de crédito terceiros e de partes relacionadas. O Capital de Giro Ajustado não é uma medida contábil reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) O Capital Fixo não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

**(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Os nossos Diretores acreditam que a nossa geração de caixa operacional é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais divergências entre as disponibilidades com montantes vincendos no curto prazo, contamos também com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

**(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

**(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Nosso endividamento é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, cuja finalidade principal é prover recursos para nossos investimentos, como: aberturas de novas lojas, investimentos em tecnologia e logística, além do alongamento do endividamento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, os nossos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) apresentavam saldo de R$456,0 milhões, R$848,8 e R$ 1.686,8 milhões, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta as principais características das operações como, taxa de juros e o saldo devedor em cada data-base indicada:

| Modalidade | Encargos | Vencimento | Em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | 2020 | 2019 | 2018 |
| | | | | *(em R$ mil)* | |
| FINEP/BNB | 4% a.a. a 7% a.a. | dez/22 | 14.776 | 24.419 | 32.556 |
| Debêntures e NP | 104% a 113,5% do CDI | jun/21 | 847.239 | 822.542 | 420.476 |
| Debênutres | 100% do CDI + 1,50% a.a. | mar/21 | 821.832 | - | - |

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Outros**[1] | 113,5% do CDI | de jan/21 a fev/26 | 2.915 | **1.869** | **2.935** |
| **Total** | | | **1.686.762** | **848.829** | **455.967** |
| Passivo Circulante | | | 1.667.181 | 9.967 | 130.743 |
| Passivo não Circulante | | | 19.581 | 838.862 | 325.224 |

(1) Refere-se a dívidas da Companhia, Netshoes, Magalo e Softbox.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores.

**FINEP**

Em 28 de Maio de 2014, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R$45,0 milhões, a serem liberados em quatro parcelas, e com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas, garantido por fiança bancária. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros equivalente a 4,0% ao ano. O contrato deve ser pago em 73 parcelas, com prazo de carência de 30 meses, sendo a primeira parcela da amortização devida em 15 de dezembro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2022. Em julho de 2016 foi liberado a última parcela e, portanto, a totalidade dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$ 14.776 mil.

O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

**Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

- Contrato de Abertura de Crédito – dezembro 2014

  Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., contrato de abertura de crédito no valor de R$44,2 milhões a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, com taxa de juros pactuada em 8,24% ao ano, com incentivo para a adimplência de 15%, portanto, uma taxa final de 7% a.a. O contrato possui carência de 24 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 5 de janeiro de 2017, e a última em 5 de dezembro de 2022, devendo nessa data, serem liquidadas todas as obrigações financeiras remanescentes. O contrato possui aval da LTD Administração e Participações S.A., que se obriga, na qualidade de interveniente fiadora, pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia nesse contrato, bem como fiança bancária.

  Do limite de crédito liberado a Companhia teve o desembolso de R$ 4.382.182,00 e tomou a decisão de realizar a baixa do limite de crédito aprovado, portanto, não será realizado mais desembolsos referentes este contrato.

  O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

  Em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo em aberto desse contrato.

**Debêntures**

- 9ª Emissão

  Em 15 de janeiro de 2021, foram emitidas 800.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1,0 mil, totalizando, na data de emissão, o valor de R$800 milhões, que

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

serão destinados para a otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 1.095 dias, vencendo, portanto, em 15 de janeiro de 2024. As debêntures não terão seu valor nominal unitário atualizado e renderão juros remuneratórios, calculados a partir da primeira Data de Integralização, equivalentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), no informativo diário disponível em sua página na internet, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,25% ao ano, base 252 Dias Úteis. As debêntures não contam com qualquer tipo de garantia. A amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será realizada em uma única parcela na Data de Vencimento ou na Data de Amortização Antecipada Facultativa, se for o caso.

A escritura de emissão contém cláusulas usuais de vencimento antecipado.

- 8ª Emissão

Em 07 de abril de 2020, foram emitidas 800.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1,0 mil, totalizando, na data de emissão, o valor de R$800 milhões, que serão destinados para a otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 340 dias, vencendo, portanto, em 13 de março de 2021. As debêntures não terão seu valor nominal unitário atualizado e renderão juros remuneratórios, calculados a partir da primeira Data de Integralização, equivalentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), no informativo diário disponível em sua página na internet, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,50% ao ano, base 252 Dias Úteis. As debêntures não contam com qualquer tipo de garantia. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será realizada integralmente na data do vencimento.

A escritura de emissão contém cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto desse contrato era de R$821.832 mil.

**Notas Promissórias Comerciais**

- 4ª Emissão

Em 18 de junho de 2019, a Companhia promoveu sua 4ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única no valor total de R$800 milhões, tendo emitido um total de 160 notas comerciais com valor unitário de R$5 milhões mediante taxa de juros de 104% da Taxa DI.

Esta emissão ocorreu sem garantia, com esforços restritos de colocação, no âmbito da Instrução CVM 476. A amortização do valor nominal unitário das Notas Promissórias será realizada integralmente em 18 de junho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em aberto desse contrato era de R$847.239 mil.

A cártula de emissão contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Para maiores informações sobre nosso endividamento de curto e longo prazo, vide item 3.7 deste Formulário de Referência.

**(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras**

Em 31 de dezembro de 2020, não possuíamos qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, mantemos relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro. Adicionalmente, firmamos (i) com o Itaú Unibanco e com o Banco Itaucard S.A. um Acordo de Associação relativo à nossa operação com a Luizacred, nossa controlada em conjunto financeira; e (ii) com a Cardif um Acordo relativo à nossa operação com a Luizaseg, nossa controlada em conjunto que oferece trabalho de seguros com garantia estendida e outros seguros.

**(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia**

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

**(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Na data deste Formulário de Referência, estamos cumprindo com todas as obrigações constantes nos nossos contratos de empréstimos e financiamentos, firmados junto às instituições financeiras, incluindo as notas promissórias.

Essas obrigações referem-se a determinadas restrições, incluindo o atingimento de índices financeiros, distribuição de dividendos, alienação de ativos e alienação de controle societário, dentre outras cláusulas usuais de mercado, conforme descrito abaixo:

| | |
|---|---|
| **9ª Emissão de Debênutres, 4ª Emissão de Notas promissórias Comerciais** | As debêntures e a nota promissória serão consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência dos seguintes casos:<br>(i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias ou não pecuniárias relativas às Debêntures;<br>(ii) caso a Companhia não mantenha a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada(1) / EBITDA Ajustado(2) não superior a 3,0 vezes, sendo apurada trimestralmente, levando em consideração, para cálculo do EBITDA, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos financeiros;<br>(iii) ocorrer mudança do acionista controlador direto ou indireto da Companhia, conforme definido no artigo 116 de Lei das Sociedades por Ações;<br>(iv) ocorrer cisão, fusão ou incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, que resulte em alteração de controle da Companhia e/ou qualquer de suas controladas, salvo se houver o prévio consentimento de 75% dos titulares das debêntures reunidos em assembleia geral de debenturistas especificamente convocada para esse fim; e<br>(v) caso a Companhia não apresente balancetes trimestrais, durante a vigência desta operação. |

# 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | |
|---|---|
| **FINEP** | A Companhia Informar à FINEP todas as alterações realizadas no capital social e/ou estrutura societária, que possam influenciar no processo decisório da Companhia, bem como aquelas que possam influenciar na capacidade de pagamento da Companhia, no prazo de 10 dias após o registro na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.<br>O contrato será considerado antecipadamente vencido caso ocorra alteração do controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia que, a juízo da FINEP, possa comprometer o regular desenvolvimento do projeto objeto do contrato e/ou inviabilizar a fiel execução do contrato. |

(1) Dívida Financeira Líquida Ajustada = (+) Dívida Financeira Total, incluídas as Debêntures; (-) Disponibilidade de Caixa/Aplicações Financeiras/Títulos e Valores Mobiliários; (-) Recebíveis de Cartão de Crédito. Trata-se de uma medida para fins exclusivamente de covenants.

(2) EBITDA Ajustado é calculado excluído de eventos operacionais (receitas/despesas) que consideramos de caráter extraordinário. Trata-se de uma medida para fins exclusivamente de covenants.

### (g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2020, possuíamos um total de R$ 1.686,8 milhões de empréstimos e financiamentos.

### (h) alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

**PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS**

**Evolução de Número de Lojas por Estado**

| Número de Lojas por Estado | 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2018 | 2019 | 2020 |
| SP | 307 | 328 | 394 |
| MG | 114 | 123 | 133 |
| RS | 66 | 96 | 111 |
| SC | 61 | 64 | 67 |
| PR | 106 | 107 | 120 |
| MS | 19 | 19 | 21 |
| MT | - | 21 | 24 |
| GO | 30 | 36 | 45 |
| RJ | - | - | 17 |
| ES | - | - | 2 |
| DF | - | - | 13 |
| **Sub-total S/SE/CO** | **703** | **794** | **947** |
| PB | 25 | 28 | 32 |
| RN | 17 | 19 | 24 |
| PE | 45 | 52 | 56 |
| CE | 36 | 36 | 40 |
| AL | 18 | 18 | 19 |
| SE | 10 | 11 | 11 |
| BA | 64 | 65 | 73 |
| PI | 7 | 7 | 9 |
| MA | 28 | 33 | 35 |
| PA | - | 49 | 55 |
| **Sub-total NE/N** | **250** | **318** | **354** |
| **Total** | **953** | **1.112** | **1.301** |

**Abertura de Loja por Canal de Vendas**

| Número de Lojas por Canal - Final do Período | 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2018 | 2019 | 2020 |
| Lojas virtuais[1] | 162 | 195 | 205 |
| Lojas convencionais[2] | 791 | 912 | 942 |

# 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | | | |
|---|---|---|---|
| Quiosques | - | 5 | 154 |
| **Total** | **953** | **1.112** | **1.301** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Área total de vendas (m²):** | **572.394** | **648.227** | **666.089** |

(1) Lojas físicas onde toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, computadores e smartphones, com o uso da internet. Para maiores informações, veja seção 7.3 b) desse formulário.
(2) Lojas físicas que possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

### Vendas Totais por Canal

As vendas totais significam (i) a receita bruta do varejo, que compreende vendas de mercadorias e serviços (incluindo comissões das vendas no marketplace) das lojas físicas e e-commerce; e (ii) vendas no marketplace.

| Vendas Totais por Canal | 2020 | AV | 2019 | AV | Crescimento AH |
|---|---|---|---|---|---|
| *(em R$ milhões)* | | | | | |
| Lojas virtuais[1] | 1.131,2 | 4,1% | 1.119,2 | 4,1% | 1,1% |
| Lojas convencionais[2] | 13.859,9 | 50,8% | 13.785,8 | 50,6% | 0,5% |
| **Subtotal - Lojas Físicas** | **14.991,1** | **55,0%** | **14.905,0** | **54,7%** | **0,6%** |
| E-commerce Tradicional (1P) | 20.786,2 | 76,2% | 9.338,7 | 34,2% | 122,6% |
| Marketplace (3P) | 7.739,4 | 28,4% | 3.027,0 | 11,1% | 155,7% |
| **Subtotal - E-commerce Total** | **28.525,6** | **104,6%** | **12.365,7** | **45,3%** | **130,7%** |
| **Vendas Totais** | **43.516,7** | **159,6%** | **27.270,7** | **100,0%** | **59,6%** |

(1) Lojas físicas onde toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, computadores e smartphones, com o uso da internet. Para maiores informações, veja seção 7.3 b) desse formulário.
(2) Lojas físicas que possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

| Vendas totais por Canal | 2019 | AV | 2018 | AV | Crescimento AH |
|---|---|---|---|---|---|
| *(em R$ milhões)* | | | | | |
| Lojas virtuais[1] | 1.119,2 | 4,1% | 908,8 | 4,6% | 23,1% |
| Lojas convencionais[2] | 13.785,8 | 50,6% | 11.734,3 | 59,7% | 17,5% |
| **Subtotal - Lojas Físicas** | **14.905,0** | **54,7%** | **12.643,2** | **64,3%** | **17,9%** |
| E-commerce Tradicional (1P) | 9.338,7 | 34,2% | 6.169,6 | 31,4% | 51,4% |
| Marketplace (3P) | 3.027,0 | 11,1% | 855,1 | 4,3% | 254,0% |
| **Subtotal - E-commerce Total** | **12.365,7** | **45,3%** | **7.024,7** | **35,7%** | **76,0%** |
| **Vendas Totais** | **27.270,7** | **100,0%** | **19.667,8** | **100,0%** | **38,7%** |

(1) Lojas físicas onde toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, computadores e smartphones, com o uso da internet. Para maiores informações, veja seção 7.3 b) desse formulário.
(2) Lojas físicas que possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

| DRE CONSOLIDADO (em R$ milhões) | 2020 | %RL | 2019 | %RL | Var(%) | Var(R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receita Bruta** | 36.116,0 | 123,8% | 24.377,1 | 122,6% | 48,2% | 11.738,9 |
| Impostos e Cancelamentos | (6.938,9) | -23,8% | (4.490,8) | -22,6% | 54,5% | (2.448,1) |
| **Receita Líquida de Vendas** | 29.177,1 | 100,0% | 19.886,3 | 100,0% | 46,7% | 9.290,8 |
| Custo das Mercadorias Vendidas e das Prestações de Serviços | (21.657,2) | -74,2% | (14.332,3) | -72,1% | 51,1% | (7.324,8) |

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Lucro Bruto** | 7.520,0 | 25,8% | 5.554,0 | 27,9% | 35,4% | 1.966,0 |
| Despesas com Vendas | (5.162,6) | -17,7% | (3.444,1) | -17,3% | 49,9% | (1.718,5) |
| Despesas Gerais e Administrativas | (906,8) | -3,1% | (701,6) | -3,5% | 29,2% | (205,2) |
| Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa | (118,1) | -0,4% | (76,0) | -0,4% | 55,4% | (42,1) |
| Depreciação e Amortização | (702,5) | -2,4% | (487,0) | -2,4% | 44,3% | (215,5) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 119,9 | 0,4% | 26,6 | 0,1% | 350,7% | 93,3 |
| Outras Receitas Operacionais, Líquidas | 74,7 | 0,3% | 416,7 | 2,1% | -82,1% | (341,9) |
| Total de Despesas Operacionais | (6.695,4) | -22,9% | (4.265,4) | -21,4% | 57,0% | (2.430,0) |
| **Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro** | 824,6 | 2,8% | 1.288,6 | 6,5% | -36,0% | (464,0) |
| Resultado Financeiro Líquido | (410,5) | -1,4% | (70,4) | -0,4% | 483,0% | (340,1) |
| **Lucro Operacional** | 414,1 | 1,4% | 1.218,2 | 6,1% | -66,0% | (804,1) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos | (22,4) | -0,1% | (296,3) | -1,5% | -92,4% | 273,9 |
| **Lucro Líquido** | 391,7 | 1,3% | 921,8 | 4,6% | -57,5% | (530,1) |

### Receita bruta

A tabela abaixo descreve a distribuição de receita bruta da Companhia:

| Receita Bruta | 2020 | 2019 | Var(%) | Var(R$) |
|---|---|---|---|---|
| *(em R$ milhões)* | | | | |
| Receita Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias | 34.176,9 | 23.141,0 | 47,7% | 11.035,9 |
| Receita Bruta - Varejo - Prestação de Serviços | 1.638,5 | 1.132,1 | 44,7% | 506,4 |
| **Receita Bruta - Varejo** | **35.815,4** | **24.273,1** | **47,6%** | **11.542,3** |
| Receita Bruta - Outros Serviços | 516,8 | 159,1 | 224,8% | 357,7 |
| Eliminações Inter-companhias | (216,2) | (55,1) | 292,5% | (161,1) |
| **Receita Bruta - Total** | **36.116,0** | **24.377,1** | **48,2%** | **11.738,9** |

A receita bruta total aumentou R$ 11.738,9 milhões, ou 48,2%, passando de R$24.377,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 36.116,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao aumento da receita bruta decorrente de revenda de mercadorias e de prestação de serviço, conforme detalhado abaixo:

Revenda de mercadorias. A receita bruta de revenda de mercadorias aumentou R$11.035,9 milhões, ou 47,7%, tendo passado de R$23.141,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$34.176,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido (i) ao crescimento de 122,6% da receita bruta do e-commerce (1P), tendo passado de R$9.338,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 20.786,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Ademais, a receita bruta do *e-commerce* atingiu 58,0% de participação na receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado com 38,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019.

Prestação de serviços. A receita bruta de prestação de serviços cresceu R$506,4 milhões, ou 44,7%, tendo passado de R$1.132,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$1.638,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao aumento da comissão recebida por vendas geradas na plataforma de marketplace, das vendas de seguros, serviços financeiros (como garantia estendida) e do Magalu Pagamentos.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outros Serviços. A receita bruta de outros serviços aumentou R$ 357,7 milhões, ou 224,8%, de tendo passado de R$ 159,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 516,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido à receita advinda das atividades da Softbox, adquirida no final de 2018, e ao aumento das operações na Magalog.

**Impostos e devoluções**

Impostos e devoluções aumentaram R$ 2.448,1 milhões, ou 54,5%, passando de R$ 4.490,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 6.938,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, reflexo do crescimento da receita bruta total.

**Receita líquida de vendas**

A receita líquida de vendas aumentou R$ 9.290,8 milhões, ou 46,7%, de R$ 19.886,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 29.177,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao aumento de 48,2% da receita bruta total, parcialmente compensado pelo aumento de 54,5% em impostos e devoluções, conforme anteriormente explicado.

**Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços**

| R$ milhões | 2020 | 2019 | Var(%) | Var(R$) |
|---|---|---|---|---|
| Custos - Varejo - Revenda de Mercadorias | (21.312,4) | (14.259,7) | 29,3% | (7.052,7) |
| Custos - Outros Serviços | (355,6) | (87,4) | 154,1% | (268,2) |
| Eliminações Inter-companhias | 10,8 | 14,7 | 18,5% | (3,9) |
| **Custos - Total** | **(21.657,2)** | **(14.332,4)** | **-229,7%** | **(7.324,8)** |

O custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços aumentou R$ 7.324,8 milhões, ou 229,7%, de R$ 14.332,3 milhões no exercício social encerrado em 2019 para R$ 21.657,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao aumento da receita bruta, conforme detalhado na rubrica “lucro bruto” abaixo.

**Lucro Bruto**

A tabela abaixo demonstra o lucro bruto para os períodos indicados:

| R$ milhões | 2020 | 2019 | Var(%) | Var(R$) |
|---|---|---|---|---|
| Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias | 6.141,0 | 4.526,4 | 35,7% | 1.614,6 |
| Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços | 1.491,4 | 1.012,5 | 47,3% | 478,9 |
| **Lucro Bruto - Varejo** | **7.632,4** | **5.538,9** | **37,8%** | **2.093,5** |
| Lucro Bruto - Outros Serviços | 92,9 | 55,3 | 67,9% | 37,6 |
| Eliminações Inter-companhias | (205,3) | (40,3) | 409,5% | (165,0) |
| **Lucro Bruto - Total** | **7.520,0** | **5.554,0** | **35,4%** | **1.966,0** |
| **Margem Bruta - Total** | **25,8%** | **27,9%** | **-2,1 pp** | **-** |

O lucro bruto aumentou R$ 1.966,0 milhões, ou 35,4%, de R$ 5.554,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R$ 7.520,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A margem bruta reduziu 2,1 p.p., de 27,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para 25,8% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, devido ao crescimento do *e-commerce* tradicional (1P), que possui margens brutas menores que as vendas em lojas físicas.

**Receitas (despesas) operacionais**

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta os componentes das receitas (despesas) operacionais para os períodos indicados:

| R$ milhões | 2020 | %RL | 2019 | %RL | Var(%) | Var(R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receitas (Despesas) Operacionais** | (6.695,4) | -22,9% | (4.265,4) | -21,4% | 57,0% | (2.430,0) |
| Com Vendas | (5.162,6) | -17,7% | (3.444,1) | -17,3% | 49,9% | (1.718,5) |
| Gerais e Administrativas | (906,8) | -3,1% | (701,6) | -3,5% | 29,2% | (205,2) |
| Perdas com créditos de liquidação duvidosa | (118,1) | -0,4% | (76,0) | -0,4% | 55,4% | (42,1) |
| Depreciação e Amortização | (702,5) | -2,4% | (487,0) | -2,4% | 44,3% | (215,5) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 119,9 | 0,4% | 26,6 | 0,1% | 350,7% | 93,3 |
| Outras Receitas Operacionais, Líquidas | 74,7 | 0,3% | 416,7 | 0,0% | -82,1% | (342,0) |

| R$ milhões | 2020 | %RL | 2019 | %RL | Var(%) | Var(R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receitas (Despesas) Operacionais** | (6.695,4) | -22,9% | (4.265,4) | -21,4% | 57,0% | (2.430,0) |
| Com Vendas | (5.162,6) | -17,7% | (3.444,1) | -17,3% | 49,9% | (1.718,5) |
| Gerais e Administrativas | (906,8) | -3,1% | (701,6) | -3,5% | 29,2% | (205,2) |
| Perdas com créditos de liquidação duvidosa | (118,1) | -0,4% | (76,0) | -0,4% | 55,4% | (42,1) |
| Depreciação e Amortização | (702,5) | -2,4% | (487,0) | -2,4% | 44,3% | (215,5) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 119,9 | 0,4% | 26,6 | 0,1% | 350,7% | 93,3 |
| Outras Receitas Operacionais, Líquidas | 74,7 | 0,3% | 416,7 | 0,0% | -82,1% | (341,9) |

As receitas (despesas) operacionais aumentaram R$ 2.430,0 milhões, ou 57,0%, de R$ 4.265,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 6.695,4 milhões no mesmo período em 2020, devido, principalmente, ao crescimento das vendas da Companhia. Além disso, parte do crescimento nominal das despesas com vendas foi decorrente dos investimentos em aumento do nível de serviço, incluindo logística e atendimento. Vale ressaltar que no exercício anterior (2019), a Companhia fez o reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins, o que impacta a base de comparação do crescimento das despesas. Como percentual da receita líquida de vendas, as receitas (despesas) operacionais aumentaram em 1,5 p.p. para 22,9% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em relação ao mesmo período em 2019. Esse aumento é reflexo do fechamento temporário das lojas em função da pandemia de COVID-19, visto que a Companhia continuou arcando com as despesas fixas das lojas nesse período, sem que houvesse a correspondente venda em tais lojas.

Despesas com vendas. As despesas com vendas aumentaram R$ 1.718,5 milhões, ou 49,9%, de R$ 3.444,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 5.162,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento reflete o crescimento das vendas e os investimentos adicionais em melhoria no nível de serviço, incluindo logística e atendimento. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas aumentaram em 0,4 p.p. para 17,7% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em relação ao mesmo período em 2019. Esse aumento é reflexo do fechamento temporário das lojas em função da pandemia de COVID-19, visto que a Companhia continuou arcando com as despesas fixas das lojas nesse período.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas aumentaram R$ 205,2 milhões, ou 29,2%, de R$ 701,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 906,8 milhões no mesmo período em 2020, principalmente devido ao aumento no quadro de pessoal, necessária para a condução e expansão dos negócios. Por outro lado, as despesas gerais e administrativas foram diluídas em 0,4 p.p. para 3,1% da receita líquida de vendas no

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em função, principalmente, do forte crescimento nas vendas.

Perdas com créditos de liquidação duvidosa. As despesas com perdas com créditos de liquidação duvidosa aumentaram R$ 42,1 milhões, ou 55,4%, de R$ 76,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 118,1 milhões no mesmo período em 2020, principalmente devido ao crescimento das vendas totais da Companhia.

Depreciação e amortização. As despesas com depreciação e amortização aumentaram R$ 215,5 milhões, ou 44,3%, de R$ 487,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 702,5 milhões no mesmo período em 2020, devido ao aumento dos investimentos em imobilizado e intangível, principalmente relacionados a abertura de lojas, reformas e investimentos em tecnologia e logística. Além disso, a abertura de novas lojas e centros de distribuição aumentou as despesas de depreciação em função da adoção do IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários.

Resultado de equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial amentou R$ 93,3 milhões, ou 350,8%, de R$ 26,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 119,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente em função do resultado de equivalência patrimonial de nossa controlada em conjunto Luizacred, que com o aumento dos recebimentos e redução da carteira vencida gerou um menor volume de provisões em IFRS e consequente teve uma melhora nos seus resultados no exercício social de 2020.

Outras receitas operacionais, líquidas. Outras receitas operacionais, líquidas, diminuíram R$ 342,0 milhões, ou 82,1%, de R$ 416,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 74,7 milhões no mesmo período em 2020, devido ao reconhecimento, em 2019, de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins. Em 2020, as outras despesas operacionais líquidas foram compostas, principalmente, pela apropriação de receitas diferidas no montante de R$ 57,0 milhões.

**Resultado Financeiro**

O resultado financeiro líquido teve uma piora de R$ 340,1 milhões, ou 483,0%, de uma despesa R$ 70,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para uma despesa de R$ 410,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, devido, principalmente, à atualização monetária dos créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins que foram reconhecidos em 2019. Excluindo esses efeitos, o resultado financeiro teve um aumento de R$ 120,6 milhões, ou 22,7%, em 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em relação à receita líquida, o resultado financeiro representou apenas 1,4% em 2020, uma queda de 1,0 p.p. em comparação a 2019.

**Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

O lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social passou de um lucro de R$ 1.218,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um lucro de R$ 414,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente em função do reconhecimento, em 2019, de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins.

# 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos**

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos passaram de R$ 296,3 milhões, com alíquota efetiva de 24,9% no período de exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para despesa de R$ 22,4 milhões, com alíquota efetiva de 7,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em função da apuração de lucro tributável no período. A redução da alíquota efetiva é explicada principalmente pela declaração de juros sobre o capital próprio, que é excluído da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos.

**Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício**

O resultado líquido passou de lucro líquido de R$ 921,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para lucro líquido de R$ 391,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao reconhecimento, em 2019, de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins. Por outro lado, o elevado crescimento de vendas no e-commerce e a diluição das despesas financeiras contribuíram para a rentabilidade da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

# 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

| DRE CONSOLIDADO (em R$ milhões) | 2019 | %RL | 2018 | %RL | Var(%) | Var(R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receita Bruta** | 24.377,1 | 122,6% | 18.896,5 | 121,2% | 29,0% | 5.480,6 |
| Impostos e Cancelamentos | (4.490,8) | -22,6% | (3.306,1) | -21,2% | 35,8% | (1.184,8) |
| **Receita Líquida de Vendas** | 19.886,3 | 100,0% | 15.590,4 | 100,0% | 27,6% | 4.295,9 |
| Custo das Mercadorias Vendidas e das Prestações de Serviços | (14.332,3) | -72,1% | (11.053,0) | -70,9% | 29,7% | (3.279,3) |
| **Lucro Bruto** | 5.554,0 | 27,9% | 4.537,4 | 29,1% | 22,4% | 1.016,5 |
| Despesas com Vendas | (3.444,1) | -17,3% | (2.747,4) | -17,6% | 25,4% | (696,7) |
| Despesas Gerais e Administrativas | (701,6) | -3,5% | (596,1) | -3,8% | 17,7% | (105,4) |
| Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa | (76,0) | -0,4% | (59,7) | -0,4% | 27,2% | (16,3) |
| Depreciação e Amortização | (487,0) | -2,4% | (163,7) | -1,0% | 197,5% | (323,3) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 26,6 | 0,1% | 57,8 | 0,4% | -53,9% | (31,2) |
| Outras Receitas Operacionais, Líquidas | 416,7 | 2,1% | 53,4 | 0,3% | 680,4% | 363,3 |
| Total de Despesas Operacionais | (4.265,4) | -21,4% | (3.455,9) | -22,2% | 23,4% | (809,5) |
| **Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro** | 1.288,6 | 6,5% | 1.081,6 | 6,9% | 19,1% | 207,0 |
| Resultado Financeiro Líquido | (70,4) | -0,4% | (294,7) | -1,9% | -76,1% | 224,3 |
| **Lucro Operacional** | 1.218,2 | 6,1% | 786,9 | 5,0% | 54,8% | 431,3 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos | (296,3) | -1,5% | (189,4) | -1,2% | 56,4% | (106,9) |
| **Lucro Líquido** | 921,8 | 4,6% | 597,4 | 3,8% | 54,3% | 324,4 |

### Receita bruta

A tabela abaixo descreve a distribuição de receita bruta da Companhia:

| Receita Bruta | 2019 | 2018 | Var(%) | Var(R$) |
|---|---|---|---|---|
| *(em R$ milhões)* | | | | |
| Receita Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias | 23.141,0 | 18.016,2 | 28,4% | 5.124,9 |
| Receita Bruta - Varejo - Prestação de Serviços | 1.132,1 | 814,6 | 39,0% | 317,5 |
| **Receita Bruta - Varejo** | **24.273,1** | **18.830,7** | **28,9%** | **5.442,4** |
| Receita Bruta - Outros Serviços | 159,1 | 80,1 | 98,5% | 79,0 |
| Eliminações Inter-companhias | (55,1) | (14,3) | 284,0% | (40,7) |
| **Receita Bruta - Total** | **24.377,1** | **18.896,5** | **29,0%** | **5.480,6** |

A receita bruta aumentou R$5.480,6 milhões, ou 29,0%, de R$18.896,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$24.377,1 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao aumento da receita bruta decorrente de revenda de mercadorias e de prestação de serviço, conforme explicado abaixo.

Revenda de mercadorias. A receita bruta de revenda de mercadorias aumentou R$5.124,9 milhões, ou 28,4%, de R$18.016,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$23.141,0 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao (i) crescimento de 51,4% da receita bruta do e-commerce (1P), de R$6.170,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$9.338,7 milhões no mesmo período em 2019, que inclui a consolidação do resultado da Netshoes, (ii) aumento nas vendas das mesmas lojas físicas e (iii) significativa contribuição das lojas novas. Ademais, a receita bruta do e-commerce atingiu 38,5% de participação na receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado com 32,8% no mesmo período em 2018.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Prestação de serviços. A receita bruta de prestação de serviços cresceu R$317,5 milhões, ou 39,0%, de R$814,6 milhões no exercício social encerrado em dezembro de 2018 para R$1.132,1 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao aumento da comissão recebida por vendas geradas na plataforma de marketplace, das vendas de seguros, serviços financeiros (como garantia estendida) e dos serviços digitais (como Magalu Conecta).

Outros Serviços. A receita bruta de outros serviços aumentou R$ 79,0 milhões, ou 98,6%, de R$ 80,1 milhões no exercício social encerrado em 2018 para R$ 159,1 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido a receita da Softbox, adquirida no final de 2018 e aumento das operações na Magalog.

**Impostos e devoluções**

Impostos e devoluções aumentaram R$1.184,8 milhões, ou 35,8%, de R$3.306,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$4.490,8 milhões no mesmo período em 2019, reflexo do crescimento da receita bruta total e também do fim da “Lei do Bem” que implica no aumento da carga tributária para algumas categorias de produtos de tecnologia.

**Receita líquida de vendas**

A receita líquida de vendas aumentou R$4.295,9 milhões, ou 27,6%, de R$15.590,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$19.886,3milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao aumento de 29,0% da receita bruta total, parcialmente compensado pelo aumento de 35,8% em impostos e devoluções, conforme anteriormente explicado.

**Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços**

| R$ milhões | 2019 | 2018 | Var(%) | Var(R$) |
|---|---|---|---|---|
| Custos - Varejo - Revenda de Mercadorias | (14.259,7) | (11.031,1) | 29,3% | (3.228,6) |
| Custos - Outros Serviços | (87,4) | (34,4) | 154,1% | (53,0) |
| Eliminações Inter-companhias | 14,7 | 12,4 | 18,5% | 2,3 |
| **Custos - Total** | **14.332,3** | **11.053,0** | **29,7%** | **3.279,3** |

O custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços aumentou R$3.279,3 milhões, ou 29,7%, de R$11.053,0 milhões no exercício social encerrado em 2018 para R$14.332,3 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao aumento da receita bruta e conforme explicado abaixo em lucro bruto.

**Lucro Bruto**

A tabela abaixo demonstra o lucro bruto para os períodos indicados:

| R$ milhões | 2019 | 2018 | Var(%) | Var(R$) |
|---|---|---|---|---|
| Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias | 4.526,4 | 3.780,8 | 19,7% | 745,64 |
| Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços | 1.012,5 | 718,9 | 40,8% | 293,6 |
| **Lucro Bruto - Varejo** | **5.538,9** | **4.499,7** | **23,1%** | **1.039,24** |
| Lucro Bruto - Outros Serviços | 55,3 | 39,7 | 39,3% | 15,6 |
| Eliminações Inter-companhias | (40,3) | (1,9) | 2021,1% | -38,4 |
| **Lucro Bruto - Total** | **5.554,0** | **4.537,4** | **22,4%** | **1.016,60** |
| **Margem Bruta - Total** | **27,9%** | **29,1%** | **-1,2 pp** | **-** |

O lucro bruto aumentou R$1.016,5 milhões, ou 22,4%, de R$4.537,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R$5.554,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A margem bruta reduziu 1,2 p.p., de 29,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para 27,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A redução da margem bruta foi reflexo do crescimento do e-commerce tradicional (1P), que possui margens brutas menores que as vendas em lojas físicas e do fim da “Lei do Bem”, que implica no aumento da carga tributária para algumas categorias de produtos de tecnologia. Tais fatores foram compensados parcialmente pelo crescimento acelerado do marketplace e, consequentemente, da sua receita de serviços e também pela maior participação de novas categorias nas vendas, especialmente aquelas ofertadas pela Netshoes.

**Receitas (despesas) operacionais**

A tabela abaixo apresenta os componentes das receitas (despesas) operacionais para os períodos indicados:

| R$ milhões | 2019 | %RL | 2018 | %RL | Var(%) | Var(R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receitas (Despesas) Operacionais** | (4.265,4) | -21,4% | (3.455,9) | -22,2% | 23,4% | (809,5) |
| Com Vendas | (3.444,1) | -17,3% | (2.747,4) | -17,6% | 25,4% | (696,7) |
| Gerais e Administrativas | (701,6) | -3,5% | (596,1) | -3,8% | 17,7% | (105,4) |
| Perdas com créditos de liquidação duvidosa | (76,0) | -0,4% | (59,7) | -0,4% | 27,2% | (16,3) |
| Depreciação e Amortização | (487,0) | -2,4% | (163,7) | -1,0% | 197,5% | (323,3) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 26,6 | 0,1% | 57,8 | 0,4% | -53,9% | (31,2) |
| Outras Receitas Operacionais, Líquidas | 416,7 | 0,0% | 53,4 | 0,3% | 680,4% | 363,3 |

As receitas (despesas) operacionais aumentaram R$809,5 milhões, ou 23,4%, de R$3.455,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$4.265,4 milhões no mesmo período em 2019. Como percentual da receita líquida de vendas, as receitas (despesas) operacionais foram diluídas em 0,8 p.p., para 21,4% da receita líquida de vendas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em relação ao mesmo período em 2018. Essa diluição reflete o forte crescimento nas vendas, a continuidade do programa de Orçamento Base Zero (OBZ) e Gestão Matricial de Despesas (GMD), que tem por objetivo a redução de despesas nas diversas matrizes orçamentárias da Companhia. Por outro lado, parte do crescimento nominal das despesas com vendas foi decorrente dos investimentos em marketing na aquisição de novos clientes e aumento do nível de serviço, incluindo logística e atendimento. No período, a Companhia fez o reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins. Além disso, em 01 de janeiro de 2019, a Companhia adotou inicialmente o IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários e, consequentemente, reconheceu despesas de depreciação e juros, ao invés de despesas de arrendamento operacional.

Despesas com vendas. As despesas com vendas aumentaram R$696,7 milhões, ou 25,4%, de R$2.747,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$3.444,1 milhões no mesmo período em 2019. Parte do crescimento nominal das despesas foi decorrente do forte crescimento nas vendas, além disso, houve investimentos em marketing, na aquisição de novos clientes, e aumento do nível de serviço, incluindo logística e atendimento. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas foram diluídas em 0,3 p.p. quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Vale ressaltar também que em 01 de janeiro de 2019, a Companhia adotou inicialmente o IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários e, consequentemente, reconheceu despesas de depreciação e juros, ao invés de despesas de arrendamento operacional. Assim, em função da adoção do IFRS 16, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 houve uma redução de despesas de aluguel de lojas físicas e centros de distribuição.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas aumentaram R$105,4 milhões, ou 17,7%, de R$596,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$701,6 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao aumento no quadro de pessoal, necessária para a condução dos negócios e correções salariais (dissídios coletivos). Porém, nota-se que as despesas gerais e administrativas foram diluídas em 0,3 p.p. para 3,5% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em função do forte crescimento nas vendas e a continuidade do programa de Orçamento Base Zero (OBZ) e Gestão Matricial de Despesas (GMD).

Perdas com créditos de liquidação duvidosa. As despesas com perdas com créditos de liquidação duvidosa aumentaram R$16,3 milhões, ou 27,2%, de R$59,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$76,0 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao crescimento das vendas totais da Companhia.

Depreciação e amortização. As despesas com depreciação e amortização aumentaram R$323,3 milhões, ou 197,5%, de R$163,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$487,0 milhões no mesmo período em 2019, devido ao aumento dos investimentos em imobilizado e intangível, principalmente relacionados a abertura de lojas, reformas e investimentos em tecnologia e a adoção inicial do IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários e, consequentemente, reconheceu despesas de depreciação, ao invés de despesas de arrendamento operacional, relacionado a alugueis de lojas físicas, escritórios e Centros de Distribuição da Companhia.

Resultado de equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial reduziu R$31,2 milhões, ou 53,9%, de R$57,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$26,6 milhões no mesmo período em 2019, principalmente em função do resultado de equivalência patrimonial de nossa controlada em conjunto Luizacred, que, com o forte crescimento da base de cartões e do limite de crédito disponível para os melhores clientes, gerou um aumento nas provisões devido a alteração da metodologia de cálculo da provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa devido a adoção do IFRS 9, que partiu de um modelo de “perda incorrida” para um modelo de “perda de crédito esperada” para a vida inteira da carteira e limites de crédito fornecidos aos clientes.

Outras receitas operacionais, líquidas. Outras receitas operacionais, líquidas, aumentaram R$363,3 milhões, ou 680,4%, de R$53,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$416,7 milhões no mesmo período em 2019, devido ao reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins, compensado em parte pelo aumento de provisões tributárias, despesas pré-operacionais com lojas e despesas referentes ao processo de aquisição da Netshoes.

**Resultado Financeiro**

O resultado financeiro líquido melhorou R$224,3 milhões, ou 76,1%%, de uma despesa R$294,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para uma despesa de R$70,4 milhões no mesmo período em 2019, devido, principalmente, à atualização monetária dos créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins que foram reconhecidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 .

**Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

O lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social passou de um lucro de R$786,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um lucro de

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R$1.218,2 milhões no mesmo período em 2019, principalmente em função de uma melhora no lucro operacional antes do resultado financeiro que passou de R$1.081,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$1.288,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e da melhora do resultado financeiro, em função da atualização monetária dos créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins que foram reconhecidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 .

**Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos**

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos passaram de R$189,4 milhões, com alíquota efetiva de 26,0% no período de exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para despesa de R$296,3 milhões, com alíquota efetiva de 24,9% no mesmo período em 2019, em função da apuração de lucro tributável no período. A redução da alíquota efetiva é explicada principalmente pela declaração de juros sobre o capital próprio, que é excluído da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos.

**Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício**

O resultado líquido passou de lucro líquido de R$597,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para lucro líquido de R$921,8 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao elevado crescimento de vendas em todos os canais, a contribuição positiva do e-commerce e a diluição das despesas operacionais e financeiras, além do reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins.

# 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

## BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019.

| ATIVO | 31/dez/20 | AV | 31/dez/19 | AV | Var(%) | Var(R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| (em milhões de R$, exceto percentual) | | | | | | |
| **ATIVO CIRCULANTE** | | | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 1.681,4 | 6,8% | 305,7 | 1,5% | 449,9% | 1.375,6 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 1.221,8 | 5,0% | 4.448,2 | 22,5% | -72,5% | (3.226,4) |
| Contas a Receber | 4.761,9 | 19,3% | 2.915,0 | 14,7% | 63,4% | 1.846,9 |
| Estoques | 5.927,2 | 24,0% | 3.801,8 | 19,2% | 55,9% | 2.125,5 |
| Partes Relacionadas | 2.329,6 | 9,5% | 370,0 | 1,9% | 529,6% | 1.959,6 |
| Tributos a Recuperar | 716,1 | 2,9% | 864,1 | 4,4% | -17,1% | (148,0) |
| Outros Ativos | 160,8 | 0,7% | 136,3 | 0,7% | 18,0% | 24,5 |
| **Total do Ativo Circulante** | 16.798,8 | 68,2% | 12.841,2 | 64,9% | 30,8% | 3.957,6 |
| | | | | | | |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | | | | | |
| Títulos e Valores Mobiliários | - | 0,0% | 0,2 | 0,0% | - | (0,2) |
| Contas a Receber | 16,1 | 0,1% | 16,8 | 0,1% | -4,2% | (0,7) |
| Tributos a Recuperar | 787,9 | 3,2% | 1.137,8 | 5,7% | -30,7% | (349,9) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 196,7 | 0,8% | 12,7 | 0,1% | 1447,6% | 184,0 |
| Depósitos Judiciais | 843,9 | 3,4% | 570,1 | 2,9% | 48,0% | 273,7 |
| Outros Ativos | 6,3 | 0,0% | 11,0 | 0,1% | -42,4% | (4,7) |
| Investimentos em Controladas | 386,7 | 1,6% | 305,1 | 1,5% | 26,8% | 81,6 |
| Direito de uso | 2.465,5 | 10,0% | 2.273,8 | 11,5% | 8,4% | 191,7 |
| Imobilizado | 1.258,2 | 5,1% | 1.076,7 | 5,4% | 16,9% | 181,5 |
| Intangível | 1.887,0 | 7,7% | 1.545,6 | 7,8% | 22,1% | 341,4 |
| **Total do Ativo não Circulante** | 7.848,4 | 31,8% | 6.949,9 | 35,1% | 12,9% | 898,5 |
| **TOTAL DO ATIVO** | 24.647,2 | 100,0% | 19.791,1 | 100,0% | 24,5% | 4.856,1 |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 31/dez/20 | %RL | 31/dez/19 | %RL | Var(%) | Var(R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | | | | | |
| Fornecedores | 8.501,4 | 34,5% | 5.934,9 | 30,0% | 43,2% | 2.566,5 |
| Parceiros e Outros Depósitos | 718,5 | 2,9% | - | - | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos | 1.667,2 | 6,8% | 10,0 | 0,1% | 16627,0% | 1.657,2 |
| Salários, Férias e Encargos Sociais | 359,7 | 1,5% | 354,7 | 1,8% | 1,4% | 5,0 |
| Tributos a Recolher | 401,3 | 1,6% | 352,0 | 1,8% | 14,0% | 49,3 |
| Partes Relacionadas | 130,3 | 0,5% | 152,1 | 0,8% | -14,4% | (21,8) |
| Arrendamento Mercantil | 351,2 | 1,4% | 330,6 | 1,7% | 6,2% | 20,6 |
| Receita Diferida | 43,0 | 0,2% | 43,0 | 0,2% | -0,1% | (0,0) |
| Dividendos a Pagar | 40,0 | 0,2% | 123,6 | 0,6% | -67,7% | (83,6) |
| Outras Contas a Pagar | 1.203,7 | 4,9% | 701,7 | 3,5% | 71,5% | 501,9 |
| **Total do Passivo Circulante** | 13.416,1 | 54,4% | 8.002,6 | 40,4% | 67,6% | 5.413,6 |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 19,6 | 0,1% | 838,9 | 4,2% | -97,7% | (819,3) |
| Arrendamento Mercantil | 2.175,2 | 8,8% | 1.949,8 | 9,9% | 11,6% | 225,4 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 24,8 | 0,1% | 39,0 | 0,2% | -36,4% | (14,2) |
| Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas | 1.379,9 | 5,6% | 1.037,1 | 5,2% | 33,1% | 342,8 |
| Receita Diferida | 301,3 | 1,2% | 356,8 | 1,8% | -15,6% | (55,5) |
| Outras Contas a Pagar | 5,0 | 0,0% | 2,0 | 0,0% | 152,9% | 3,0 |
| **Total do Passivo não Circulante** | 3.905,8 | 15,8% | 4.223,5 | 21,3% | -7,5% | (317,8) |
| **TOTAL DO PASSIVO** | 17.321,9 | 70,3% | 12.226,1 | 61,8% | 41,7% | 5.095,8 |

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Capital Social | 5.952,3 | 24,1% | 5.952,3 | 30,1% | 0,0% | - |
| Reserva de Capital | 390,6 | 1,6% | 323,3 | 1,6% | 20,8% | 67,4 |
| Ações em Tesouraria | (603,7) | -2,4% | (124,5) | -0,6% | 384,8% | (479,1) |
| Reserva Legal | 123,0 | 0,5% | 109,0 | 0,6% | 12,8% | 14,0 |
| Reserva de Retenção de Lucros | 1.451,9 | 5,9% | 1.301,8 | 6,6% | 11,5% | 150,2 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 11,2 | 0,0% | 3,2 | 0,0% | 252,0% | 8,0 |
| **Total do Patrimônio Líquido** | 7.325,3 | 29,7% | 7.564,9 | 38,2% | -3,2% | (239,7) |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 24.647,2 | 100,0% | 19.791,1 | 100,0 % | 24,5% | 4.856,1 |

**Ativo Circulante**

O ativo circulante aumentou 30,8%, ou R$ 3.957,6 milhões, passando de R$ 12.841,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 16.798,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. O ativo circulante representava 64,9% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 68,2% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) a) aumento de 449,9%, ou R$1.375,6 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R$305,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$1.681,4 milhões em 31 de dezembro de 2020; e b) redução de 72,5%, ou R$3.226,4 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R$4.448,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$1.221,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. A variação de ambas as contas somadas decorreu principalmente da geração de caixa operacional da Companhia; e

(ii) aumento de 63,4%, ou R$1.846,0 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R$2.915,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$4.761,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação justifica-se pela sazonalidade do varejo e pelo menor volume de antecipações e recebimento do contas a receber de cartões de crédito de terceiros. A antecipação de recebíveis de cartões de crédito ocorre de acordo com a análise de necessidade de caixa e custo benefício da antecipação, realizada pela diretoria financeira da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o volume de R$ 4,5 bilhão de carteira de cartões antecipada, frente a R$ 1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2019;

(iii) aumento de 55,9%, ou R$2.125,5 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R$3.801,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$5.927,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento está relacionado ao crescimento nas vendas;

(iv) aumento de 529,6%, ou R$1.959,6 milhões, no saldo de contas a receber de partes relacionadas, que passou de R$370,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$2.329,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento do saldo de recebíveis de Cartão Luiza não descontados, tendo em vista a análise da necessidade de caixa e custo-benefício da operação de antecipação de tais recebíveis;

(v) redução de 17,1%, ou R$148,0 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R$864,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$716,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, substancialmente, em função da compensação de créditos de PIS/COFINS com os débitos da mesma natureza gerados pela operação.

(vi) aumento de 18,0%, ou R$24,5 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R$136,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$160,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação está relacionada principalmente a despesas antecipadas e outros adiantamentos (a fornecedores, empregados, etc).

**Ativo Não Circulante**

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O ativo não circulante aumentou 12,9%, ou R$ 898,5 milhões, passando de R$ 6.949,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 7.848,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. O ativo não circulante representava 35,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 31,8% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) redução de 30,7%, ou R$349,9 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R$1.137,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$787,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre da compensação de tributos devidos pela Companhia com o saldo a recuperar, principalmente junto aos órgãos federais.

(ii) aumento de 1.147,6%, ou R$184,0 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R$12,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$196,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre da movimentação de diferenças temporárias, principalmente da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

(iii) aumento de 48,0%, ou R$273,7 milhões, no saldo da conta depósitos judiciais, que passou de R$570,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$843,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento refere-se principalmente aos depósitos mensais de contestações de débitos tributários que estão em discussão judicial.

(iv) aumento de 8,4%, ou R$191,7 milhões, no saldo da conta direitos de uso, que passou de R$2.273,8 em 31 de dezembro de 2019 para R$2.465,5 em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu em função do aumento do número de lojas e centros distribuição alugados pela Companhia, o que reflete na contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários.

(v) aumento de 16,9%, ou R$181,5 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R$1.076,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$1.258,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação reflete, principalmente, os investimentos em máquinas e equipamentos, mobiliários para lojas, benfeitorias e obras; e

(vi) aumento de 22,1%, ou R$341,4 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R$1.545,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$1.887,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação está relacionada ao aumento do saldo investido em softwares e projetos de desenvolvimento interno da Companhia, bem como em ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios de empresas adquiridas em 2020.

**Passivo Circulante**

O passivo circulante aumentou em 67,6%, ou R$ 5.413,6 milhões, passando de R$ 8.002,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 13.416,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. O passivo circulante representava 40,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 54,4% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 43,2%, ou R$2.566,5 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R$5.934,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$8.501,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu em função do aumento do volume de vendas e, principalmente, pela melhor estratégia comercial junto aos fornecedores;

(ii) aumento de 16.627%, ou R$1.657,2 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos, que passou de R$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$1.667,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu da reclassificação de saldos relacionados às debêntures para o passivo circulante e da nova emissão de debêntures realizada pela Companhia em abril de 2020 e com vencimento em menos de 12 meses;

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(iii) aumento de 1,4%, ou R$5,0 milhões, no saldo da conta salários, férias e encargos sociais, que passou de R$354,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$359,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação está relacionada ao crescimento do número de colaboradores decorrente da abertura de novas lojas, novos centros de distribuição e crescimento do e-commerce.

(iv) aumento de 14,0%, ou R$49,3 milhões, no saldo da conta tributos a recolher, que passou de R$352,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$401,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deve-se ao aumento do volume de tributos a pagar em virtude do crescimento das vendas;

(v) registro de R$718,5 milhões no saldo da conta parceiro e outros depósitos em 31 de dezembro de 2020 em função dos valores a repassar para os parceiros do marketplace, relacionados a compras realizadas por clientes na plataforma digital do Magazine Luiza, de produtos vendidos por lojistas parceiros (sellers) e transacionados pelo Magalu Pagamentos.

(vi) aumento de 6,2%, ou R$20,6 milhões, no saldo da conta arrendamento, que passou de R$330,6 em 31 de dezembro de 2019 para R$351,2 em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deve-se ao Esse aumento ocorreu em função do aumento do número de lojas e centros distribuição alugados pela Companhia que reflete a contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários.

(vii) redução de 67,7%, ou R$83,6 milhões, no saldo de dividendos a pagar, que passou de R$123,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$40,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deve-se ao pagamento referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e a provisão dos valores mínimos obrigatórios de juros sobre capital próprio e dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ainda não liquidados; e

(viii) aumento de 71,5%, ou R$501,9 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R$701,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$1.203,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deve-se principalmente a despesas gerais de frete, marketing, serviços especializados etc a pagar no montante de R$ 368,2 milhões e de vendas pendentes de entrega, líquidas de devoluções, no montante de R$ 567,1 milhões.

**Passivo Não Circulante**

O passivo não circulante diminuiu em 7,5%, ou R$ 317,8 milhões, passando de R$ 4.223,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 3.905,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. O passivo não circulante representava 21,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 15,8% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) redução de 97,9%, ou R$819,3 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos, que passou de R$838,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$19,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu da reclassificação de saldos relacionados às debêntures para o passivo circulante;

(ii) aumento de 11,6%, ou R$225,4 milhões, no saldo da conta arrendamento mercantil, que passou de R$1.949,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$2.175,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao aumento do número de lojas e centros distribuição alugados pela Companhia, o que reflete na contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários.

(iii) redução de 36,4%, ou R$14,2 milhões, no saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos, que passou de R$39,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$24,8 milhões

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

em 31 de dezembro de 2020, em função da movimentação de diferenças temporárias na apuração do imposto de renda e contribuição social.

(iv) aumento de 33,1%, ou R$342,8 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R$1.037,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$1.379,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu principalmente de novas adições de provisões tributárias baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas de processos;

(v) redução de 15,6%, ou R$55,5 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de R$356,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$301,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deve-se ao reconhecimento da receita apropriado ao resultado durante a vigência dos contratos referentes aos acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza.

**Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido manteve-se praticamente estável entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, tendo passado de R$ 7.564,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 7.325,3 milhões. O patrimônio líquido representava 38,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 29,7% em 31 de dezembro de 2020.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais 31 de dezembro de 2019 comparado a 31 de dezembro de 2018.

| ATIVO | 31/dez/19 | AV | 31/dez/18 | AV | Var(%) | Var(R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| (em milhões de R$, exceto percentual) | | | | | | |
| **ATIVO CIRCULANTE** | | | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 305,7 | 1,5% | 599,1 | 6,8% | -49,0% | (293,4) |
| Títulos e Valores Mobiliários | 4.448,2 | 22,5% | 409,1 | 4,7% | 987,3% | 4.039,0 |
| Contas a Receber | 2.915,0 | 14,7% | 2.051,6 | 23,3% | 42,1% | 863,5 |
| Estoques | 3.801,8 | 19,2% | 2.810,2 | 31,9% | 35,3% | 991,5 |
| Partes Relacionadas | 370,0 | 1,9% | 190,2 | 2,2% | 94,6% | 179,8 |
| Tributos a Recuperar | 864,1 | 4,4% | 303,7 | 3,5% | 184,5% | 560,5 |
| Outros Ativos | 136,3 | 0,7% | 48,5 | 0,6% | 181,0% | 87,8 |
| **Total do Ativo Circulante** | 12.841,1 | 64,9% | 6.412,4 | 72,9% | 100,3% | 6.428,7 |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | | | | | |
| Títulos e Valores Mobiliários | 0,2 | 0,0% | 0,2 | 0,0% | - | - |
| Contas a Receber | 16,8 | 0,1% | 7,6 | 0,1% | 122,5% | 9,3 |
| Tributos a Recuperar | 1.137,8 | 5,7% | 150,6 | 1,7% | 655,4% | 987,2 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 12,7 | 0,1% | 181,0 | 2,1% | -93,0% | (168,3) |
| Depósitos Judiciais | 570,1 | 2,9% | 349,2 | 4,0% | 63,3% | 220,9 |
| Outros Ativos | 11,0 | 0,1% | 34,2 | 0,4% | -67,8% | (23,2) |
| Investimentos em Controladas | 305,1 | 1,5% | 308,5 | 3,5% | -1,1% | (3,4) |
| Direito de uso | 2.273,8 | 11,5% | - | 0,0% | - | 2.273,8 |
| Imobilizado | 1.076,7 | 5,4% | 754,3 | 8,6% | 42,8% | 322,5 |
| Intangível | 1.545,6 | 7,8% | 598,8 | 6,8% | 158,1% | 946,8 |
| **Total do Ativo não Circulante** | 6.949,9 | 35,1% | 2.384,4 | 27,1% | 191,5% | 4.565,6 |
| **TOTAL DO ATIVO** | 19.791,1 | 100,0% | 8.796,7 | 100,0% | 125,0% | 10.994,3 |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 31/dez/19 | %RL | 31/dez/18 | %RL | Var(%) | Var(R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | | | | | |
| Fornecedores | 5.934,9 | 30,0% | 4.105,2 | 46,7% | 44,6% | 1.829,6 |
| Empréstimos e Financiamentos | 10,0 | 0,1% | 130,7 | 1,5% | -92,4% | (120,8) |
| Salários, Férias e Encargos Sociais | 354,7 | 1,8% | 259,0 | 2,9% | 37,0% | 95,7 |
| Tributos a Recolher | 352,0 | 1,8% | 141,0 | 1,6% | 149,7% | 211,0 |
| Partes Relacionadas | 152,1 | 0,8% | 125,4 | 1,4% | 21,3% | 26,7 |

# 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Arrendamento Mercantil | 330,6 | 1,7% | - | 0,0% | - | 330,6 |
| Receita Diferida | 43,0 | 0,2% | 39,2 | 0,4% | 9,9% | 3,9 |
| Dividendos a Pagar | 123,6 | 0,6% | 182,0 | 2,1% | -32,1% | (58,4) |
| Outras Contas a Pagar | 701,7 | 3,5% | 406,1 | 4,6% | 72,8% | 295,6 |
| **Total do Passivo Circulante** | 8.002,6 | 40,4% | 5.388,6 | 61,3% | 48,5% | 2.614,0 |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 838,9 | 4,2% | 325,2 | 3,7% | 157,9% | 513,6 |
| Arrendamento Mercantil | 1.949,8 | 9,9% | - | 0,0% | - | 1.949,8 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 39,0 | 0,2% | - | 0,0% | - | 39,0 |
| Prov. para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas | 1.037,1 | 5,2% | 387,4 | 4,4% | 167,7% | 649,8 |
| Receita Diferida | 356,8 | 1,8% | 391,0 | 4,4% | -8,7% | (34,2) |
| Outras Contas a Pagar | 2,0 | 0,0% | 1,7 | 0,0% | 15,2% | 0,3 |
| **Total do Passivo não Circulante** | 4.223,5 | 21,3% | 1.105,3 | 12,6% | 282,1% | 3.118,3 |
| **TOTAL DO PASSIVO** | 12.226,1 | 61,8% | 6.493,9 | 73,8% | 88,3% | 5.732,3 |
| | | | | | | |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | | |
| Capital Social | 5.952,3 | 30,1% | 1.719,9 | 19,6% | 246,1% | 4.232,4 |
| Reserva de Capital | 323,3 | 1,6% | 52,2 | 0,6% | 519,6% | 271,1 |
| Ações em Tesouraria | (124,5) | -0,6% | (87,0) | -1,0% | 43,1% | (37,5) |
| Reserva Legal | 109,0 | 0,6% | 65,6 | 0,7% | 66,0% | 43,4 |
| Reserva de Retenção de Lucros | 1.301,8 | 6,6% | 546,9 | 6,2% | 138,0% | 754,9 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 3,2 | 0,0% | 5,3 | 0,1% | -40,6% | (2,2) |
| **Total do Patrimônio Líquido** | 7.564,9 | 38,2% | 2.302,9 | 26,2% | 228,5% | 5.262,1 |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 19.791,1 | 100,0% | 8.796,7 | 100,0% | 125,0% | 10.994,3 |

**Ativo Circulante**

O ativo circulante aumentou 100,3%, ou R$6.428,7 milhões, passando de R$6.412,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$12.841,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. O ativo circulante representava 72,9% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 64,9% em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) a) redução de 49,0%, ou R$293,4 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R$599,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$305,7 milhões em 31 de dezembro de 2019; e b) aumento de 987,3%, ou R$4.039 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R$409,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$4.448,2milhões em 31 de dezembro de 2019. A variação de ambas as contas somadas decorreu principalmente devido a geração de caixa operacional da Companhia e conclusão da oferta subsequente de ações concluída em novembro de 2019 no montante de R$4,3 bilhões, bem como pelo pagamento pela aquisição da Netshoes, no valor de R$ 453,2 milhões, pago em junho de 2019;

(ii) aumento de 42,1%, ou R$863,5 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R$2.051,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$2.915,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação justifica-se pela sazonalidade do varejo e pelo menor volume de antecipações e recebimento do contas a receber de cartões de crédito de terceiros. A antecipação de recebíveis de cartões de crédito ocorre de acordo com a análise de necessidade de caixa e custo benefício da antecipação, realizada pela diretoria financeira da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía o volume de R$ 1,7 bilhão de carteira de cartões antecipada, frente a R$ 1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2018;

(iii) aumento de 35,3%, ou R$991,5 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R$2.810,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$3.801,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento está relacionado ao crescimento nas vendas;

(iv) aumento de 94,6%, ou R$179,8 milhões, no saldo de contas a receber de partes relacionadas, que passou de R$190,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$370,0 milhões

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento decorreu, principalmente, devido ao aumento do saldo de recebíveis de Cartão Luiza não descontados, tendo em vista a análise da necessidade de caixa e custo benefício da operação de antecipação de tais recebíveis;

(v) aumento de 184,5%, ou R$560,5 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R$303,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$864,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação está relacionada, principalmente, ao reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito da Companhia em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins, no valor total de R$ 1.309,0 milhões, sendo que R$360,0 milhões foram registrados no ativo circulante e parte já foi compensada nesse mesmo exercício; e

(vi) aumento de 181,0%, ou R$87,8 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R$48,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$136,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação está relacionada principalmente a despesas antecipadas e outros adiantamentos (a fornecedores, empregados, etc) e também ao saldo advindo pela aquisição da Netshoes no valor de R$ 33,3 milhões.

**Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante aumentou 191,5%, ou R$4.565,6 milhões, passando de R$2.384,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$6.949,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. O ativo não circulante representava 27,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 35,1% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 655,4%, ou R$987,2 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R$150,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$1.137,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Conforme descrito na rubrica do ativo circulante, essa variação refere-se, principalmente, ao reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito da Companhia em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins, no valor total de R$ 1.309,0 milhões, sendo que R$ 735,3 milhões foram registrados no ativo não circulante;

(ii) redução de 93,0%, ou R$168,3 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R$181,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$12,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorre pela compensação de impostos e contribuições diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, bem como pelo efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre créditos fiscais reconhecidos no exercício;

(iii) aumento de 63,3%, ou R$220,9 milhões, no saldo da conta depósitos judiciais, que passou de R$349,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$570,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento refere-se principalmente ao saldo agregado pela aquisição da Netshoes, no montante de R$ 129,9 milhões e aos depósitos mensais de contestações de débitos que estão em discussão judicial pelos nossos assessores jurídicos;

(iv) registro do saldo de R$2.273,8 milhões na conta direitos de uso em 31 de dezembro de 2019 pela adoção do IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Assim, a Companhia passou a registrar o direito de uso principalmente das lojas, escritórios e Centros de Distribuição alugados, descritos com mais detalhes nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia;

(v) aumento de 42,8%, ou R$322,5 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R$754,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$1.076,7 milhões em 31 de dezembro de

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

2019. Essa variação reflete, principalmente, os investimentos em máquinas e equipamentos, mobiliários para lojas, benfeitorias e obras, bem como pelo saldo de imobilizado agregado pela aquisição da Netshoes, no montante de R$ 89,8 milhões; e

(vi) aumento de 158,1%, ou R$946,8 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R$598,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$1.545,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação está relacionada principalmente pelo reconhecimento do montante pago somado ao ágio na aquisição da Netshoes no valor de R$ 929,8 milhões e ao aumento do saldo investido em softwares e projetos de desenvolvimento interno da Companhia.

**Passivo Circulante**

O passivo circulante aumentou em 48,5%, ou R$2.614,0 milhões, passando de R$5.388,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$8.002,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. O passivo circulante representava 61,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 40,4% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 44,6%, ou R$1.829,6 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R$4.105,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$5.934,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu em função do aumento do volume de vendas e, principalmente, pela melhor estratégia comercial junto aos fornecedores;

(ii) redução de 92,4%, ou R$120,8 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos, que passou de R$130,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu em função da reclassificação de saldos relacionados ao pagamento de dívidas de curto prazo;

(iii) aumento de 37,0%, ou R$95,7 milhões, no saldo da conta salários, férias e encargos sociais, que passou de R$259,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$354,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação está relacionada a: (i) crescimento do número de colaboradores decorrente da abertura de novas lojas, novos centros de distribuição e crescimento do e-commerce; (ii) às provisões 13º salário e encargos decorrentes, que serão liquidados até o encerramento do exercício; (iii) consolidação do saldo da Netshoes no valor de R$ 32,3 milhões;

(iv) aumento de 149,7%, ou R$211,0 milhões, no saldo da conta tributos a recolher, que passou de R$141,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$352,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deve-se ao aumento do volume de tributos a pagar em virtude do crescimento das vendas;

(v) registro de R$330,6 milhões no saldo da conta arrendamento em 31 de dezembro de 2019 pela adoção do IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Assim, a Companhia passou a registrar o valor de arrendamento das lojas, escritórios e Centros de Distribuição alugados, descritos com mais detalhes nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia;

(vi) redução de 32,1%, ou R$58,4 milhões, no saldo de dividendos a pagar, que passou de R$182,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$123,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deve-se ao pagamento referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e a provisão dos valores mínimos obrigatórios de juros sobre capital próprio e dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ainda não liquidados; e

(vii) aumento de 72,8%, ou R$295,6 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R$406,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$701,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deve-se principalmente a despesas gerais de frete, marketing, etc a pagar

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

no montante de R$ 190,8 milhões, vendas faturadas e ainda não entregues aos nossos clientes no montante de R$ 59,5 milhões e honorários de especialistas, que apoiaram em alguns projetos da Companhia, no montante de R$ 47,5 milhões.

**Passivo Não Circulante**

O passivo não circulante aumentou em 282,1%, ou R$3.118,3 milhões, passando de R$1.105,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$4.223,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. O passivo não circulante representava 12,6% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 21,3% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 157,9%, ou R$513,6 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos, que passou de R$325,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$838,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu principalmente pela emissão de notas promissórias no valor de R$ 802,7 milhões, compensada pelo pagamento de R$ 607,0 milhões de outros empréstimos;

(ii) registro de R$1.949,8 milhões no saldo da conta arrendamento em 31 de dezembro de 2019 pela adoção do IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Assim, a Companhia passou a registrar o valor de arrendamento das lojas, escritórios e Centros de Distribuição alugados, descritos com mais detalhes nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia;

(iii) registro de R$39,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 no saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos relacionado ao reconhecimento de impostos diferidos sobre os valores justos identificados na alocação do preço de aquisição da Netshoes;

(iv) aumento de 167,7%, ou R$649,8 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R$387,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$1.037,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu principalmente de novas adições de provisões tributárias baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas, bem como pelas obrigações legais, bem como provisões relacionadas ao valor justo identificado em processo de alocação de preço de compra durante a combinação de negócio da Netshoes; e

(v) redução de 8,7%, ou R$34,2 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de R$391,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$356,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deve-se ao reconhecimento da receita apropriado ao resultado durante a vigência dos contratos referentes aos acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza.

**Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido cresceu 228,5%, ou R$5.262,1 milhões, passando de R$2.302,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$7.564,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente ao resultado líquido positivo do exercício e também pelo ganho reconhecido sobre a alienação de ações em tesouraria. O patrimônio líquido representava 26,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 38,2% em 31 de dezembro de 2019.

# 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

**FLUXO DE CAIXA**

A seguir, são apresentadas os Fluxos de Caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

| (R$ milhões) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | 2020 | 2019 | 2018 |
| Caixa Líquido Originado das (Aplicado nas) Atividades Operacionais | 2.603,9 | (3.329,6) | 1.236,2 |
| Caixa Líquido Originado das (Aplicado nas) Atividades de Investimentos | (651,4) | (928,6) | (394,1) |
| Caixa Líquido Originado das (Aplicado nas) Atividades de Financiamentos | (576,8) | 3.964,8 | (655,7) |
| (=) Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa | 1.375,6 | (293,3) | 186,4 |

***Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais***

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o caixa líquido originado pelas atividades operacionais foi de R$1.236,2 milhões, devido a evolução do resultado operacional, com destaque para o crescimento nas vendas e também da gestão de capital de giro, devido as negociações de prazos de compras com fornecedores e maior eficiência na gestão dos estoques, que foi parcialmente compensado pelo aumento de contas a receber.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais foi de R$ 3.329,6 milhões, devido, principalmente, a um maior nível de aplicações de títulos e valores mobiliários e à evolução do resultado operacional da Companhia, com destaque para o crescimento nas vendas no período, bem como ao reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito da Companhia em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins. Por outro lado, o aumento do contas a receber (Saldo de cartões de crédito de terceiros não descontados) compensou parte desse efeito.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a geração de caixa operacional foi de R$2.603,9 milhões, devido principalmente ao resultado operacional, com destaque para o crescimento nas vendas e, também, à gestão de capital de giro, devido as negociações de prazos de compras com fornecedores e maior eficiência na gestão dos estoques, que foi parcialmente compensado pelo aumento de contas a receber (Saldo de cartões de crédito de terceiros não descontados) e de partes relacionadas (Saldo do Cartão Luiza não descontado).

***Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento***

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R$394,1 milhões, influenciado principalmente pela aquisição de imobilizado e intangível, no valor de R$364,4 milhões.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R$ 928,6 milhões, influenciado principalmente pela aquisição de imobilizado e intangível, no valor de R$ 521,5 milhões e pelos investimentos em controlada de R$ 407,1 milhões, sendo a aquisição da Netshoes, o investimento mais representativo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R$ 651,4 milhões, devido à aquisição de imobilizado e intangível, no valor de R$ 543,8 milhões e aos investimentos em controlada de R$ 107,6 milhões, com destaque para as aquisições realizadas ao longo do ano: Estante Virtual, Hubsales, Canaltech, Plataforma Inloco Media, GFL, Sinqlog, Stoq, Betta, AiQFome, ComSchool e Hub Fintech. Para mais informações sobre as aquisições, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

***Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento***

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R$655,7 milhões, em função de pagamentos de empréstimos e juros no montante de R$465,7 milhões, aquisição de ações de emissão da própria Companhia no valor de R$75,7 milhões e pagamento de dividendos no valor de R$114,3 milhões.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o caixa gerado nas atividades de financiamento foi de R$ 3.964,8 milhões, em função da oferta subsequente de ações concluída em novembro de 2019, resultando no recebimento pela Companhia do valor líquido de R$ 4.232,4 milhões, à 4ª emissão de notas promissórias no montante líquido de R$ 798,9 milhões, ao pagamento de empréstimos e juros no montante de R$ 659,3 milhões, ao pagamento de dividendos no valor de R$ 182,0 milhões, à amortização e pagamento de juros de arrendamento mercantil no montante de R$ 366,7 milhões e à venda de ações em tesouraria, líquido do montante recomprado ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor de R$ 141,1 milhões.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R$ 576,8 milhões, devido à 8ª emissão de debêntures no montante líquido de R$ 800,00 milhões, ao pagamento de empréstimos e juros no montante de R$23,5 milhões, pagamento de dividendos no valor de R$ 299,4 milhões, à amortização e pagamento de juros de arrendamento mercantil no montante de R$ 487,7 milhões e recompra de ações em tesouraria de R$ 567,4 milhões.

# 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

**(a) resultados das operações da Companhia**

**(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Nossa receita líquida é composta principalmente por: (i) revenda de mercadorias e (ii) prestações de serviços, após a dedução de impostos e devoluções sobre vendas.

*Revenda de mercadorias* - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtém o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;
- É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente.

A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período e premissas especificadas. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

*Receita de prestações de serviços - a*s receitas de prestação de serviços estão principalmente vinculadas a:

a) intermediação de serviços financeiros para suas *joint ventures*, bem como outras empresas parceiras da Companhia;

b) comissão por marketplace;

c) taxa de administração dos grupos de consórcio, que é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço;

d) integração e gestão entre lojistas e marketplaces;

e) operações logísticas de entrega.

As receitas de prestações de serviços são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado serão transferidos pela Companhia.

Abaixo descrevemos os impostos e devoluções sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultado:

ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre circulação de mercadorias e serviços em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

As alíquotas internas de ICMS variam entre 4% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

Nos 16 estados em que atuamos vigora, para a maioria das categorias de produtos do nosso mix de vendas, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (Mark-up), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado. Os impostos antecipados na forma de substituição tributária são registrados como custo de

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

mercadorias revendidas de acordo com o regime de competência de venda dos produtos base de incidência.

PIS e COFINS

Sobre a receita de venda de mercadorias e administração de consórcios incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, exceto produtos beneficiados com isenções fiscais. Adotamos o regime não cumulativo, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, pelos quais as obrigações fiscais podem ser compensadas com créditos advindos de tributos pagos anteriormente sobre produtos que compramos e outras despesas.

Impostos sobre Serviços - ISS

O Imposto Sobre Serviço (ISS) é um tributo municipal, incidente sobre a prestação de serviço. Efetuamos o recolhimento na cidade em que ocorreu o fato gerador, aplicando a alíquota vigente, conforme legislação de cada município.

Devoluções sobre Vendas

Os montantes relativos às devoluções de vendas, efetuadas pelos nossos clientes, são registrados como deduções que impactam nossa receita líquida.

**Custo das Mercadorias Revendidas e das Prestações de Serviços**

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição (“CDs”) são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

**Receitas (Despesas) Operacionais**

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas são substancialmente decorrentes das operações das nossas lojas. As principais despesas são: pessoal, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios, propaganda e marketing, distribuição e logística, aluguel, comunicação, segurança, energia e manutenção.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas envolvem as atividades regulares dos nossos centros de distribuição, escritórios centrais de Franca e João Pessoa, escritório de negócios de São Paulo e outras despesas corporativas, tais como consultorias e assessorias especializadas.

Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do ativo. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “forward looking”. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

Depreciação e amortização

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, ou do conjunto destes, por meio do método linear, fazendo com que o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado das nossas demonstrações financeiras. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial a participação da Companhia sobre os resultados líquidos de nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Outras receitas operacionais, líquidas consistem substancialmente da apropriação de receitas diferidas relativas a acordos de cessão de direito de exploração, realizadas por instituições financeiras para (i) gerirem a nossa folha de pagamento e oferecerem com exclusividade serviços bancários a nossos empregados; (ii) terem o direito de exclusividade para oferecerem serviços financeiros e produtos de seguros para os nossos clientes, por nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg e (iii) direito exclusivo de prestação do serviço de assistência tecnológica a partir do seguro de garantia estendida adquirido pelos clientes da Companhia Os acordos de cessão de direitos de exploração, que são geralmente recebidos à vista, são registrados nas contas contábeis de caixa e receita diferida, no balanço patrimonial e apropriadas ao resultado do exercício mensalmente na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”. Adicionalmente, são registradas nessa rubrica as receitas e despesas “não recorrentes”, ou seja, aquelas que ocorrem de maneira específica em determinado exercício como créditos tributários extemporâneos, despesas pré-operacionais de lojas, entre outras.

**Resultado Financeiro**

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais despesas financeiras são juros de empréstimos e financiamentos, encargos sobre antecipação de cartão de crédito, provisão para perda com juros de garantia estendida. As principais receitas financeiras são rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários, juros de vendas de garantia estendida e descontos obtidos e atualizações monetárias.

**Imposto de Renda e Contribuição Social**

A provisão para imposto sobre a renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo e de consórcio de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

Imposto corrente: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do grupo da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Imposto diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“**impostos diferidos**”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, não sendo passíveis à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

**(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Nossas operações dependem das condições macroeconômicas e são afetadas principalmente por fatores como: (i) o crescimento do PIB; (ii) a distribuição de renda; (iii) a taxa de desemprego;

(iv) a variação real do salário; (v) a disponibilidade de crédito; (vi) a taxa de inflação; (vii) a taxa de juros; e (viii) o grau de confiança dos consumidores, entre outros.

Segundo o IBGE, a receita nominal de vendas do comércio varejista restrito apresentou crescimento de 6,0% em 2020 e crescimento de 4,8% e 5,0%, em 2018 e 2019, respectivamente, e o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou queda de 1,4% em 2018, crescimento de 6,7% em 2019 e crescimento de 11,5% em 2020. Apesar deste cenário macroeconômico desafiador nos últimos três anos, o Magazine Luiza conseguiu crescer de forma significativa, com ganhos de marketshare em todos os canais e também nas principais categorias de produtos.

Permanecemos confiantes na nossa capacidade de crescer, de continuar ganhando participação de mercado e melhorar cada vez mais nossa eficiência operacional. A execução disciplinada da nossa estratégia da Transformação Digital tem produzido bons resultados, e entendemos que existem grandes oportunidades para continuar crescendo nos próximos anos.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a receita bruta da Companhia cresceu 48,2% em relação ao ano anterior, comparado com o crescimento do mercado de móveis e eletrodomésticos que apresentou crescimento de 11,5%, segundo dados do IBGE. Vale destacar também o crescimento das vendas totais do e-commerce da Companhia de 130,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em relação ao mesmo período em 2019, versus o crescimento do mercado online de 32,2%, segundo dados do Ebit, para o mesmo período.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a receita bruta da Companhia cresceu 29,0% em relação ao ano anterior, comparado com o crescimento do mercado de móveis e eletrodomésticos de 6,7%, segundo dados do IBGE. Vale destacar também o crescimento das vendas totais do e-commerce da Companhia de 51,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em relação ao mesmo período em 2018, versus o crescimento do mercado online de 16,3%, segundo dados do Ebit, para o mesmo período.

No longo prazo, as perspectivas são ainda mais positivas, considerando fatores como: (i) o crescimento do e-commerce, fomentado pela população jovem e cada vez mais conectada, pelo aumento da penetração de smartphones e da velocidade de transmissão de dados cada vez mais rápida; (ii) a evolução do nosso marketplace, incluindo o aumento significativo do sortimento atual e de novas categorias de produtos; (iii) o crescimento da Classe C, que representa a maior parte da população brasileira (iv) a baixa penetração de bens duráveis nos domicílios da Classe C; e (iv) o upgrade de consumo em função das novas tecnologias e funcionalidades dos produtos.

**(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Historicamente, temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossas mercadorias. Tais variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem um ou mais setores em que atuamos, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, taxa de inflação ou na taxa de juros. Muitos produtos que comercializamos, especialmente nas linhas de eletroeletrônicos e informática, são fabricados

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

localmente, mas possuem diversos componentes importados de forma que seus custos variam significativamente com a variação do câmbio.

As rápidas inovações tecnológicas também têm provocado alterações nos preços de nossos produtos. Por um lado, os produtos eletroeletrônicos estão cada vez mais baratos para nós e para nossos clientes, em função das inovações tecnológicas e dos ganhos de escala, decorrentes da produção de volumes maiores. Por outro lado, os lançamentos de produtos têm sido mais frequentes e com funcionalidades cada vez mais atraentes para nossos consumidores, estimulando muitas vezes a compra de produtos mais caros e sofisticados.

**(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante**

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

| | 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|
| | **2020** | **2019** | **2018** |
| Crescimento do PIB (%) [1] | -4,1% | 1,2% | 1,1% |
| Inflação (IGP-M) (%) [2] | 23,1% | 7,3% | 7,5% |
| Inflação (IPCA) (%) [3] | 4,5% | 4,3% | 3,7% |
| CDI Médio[1] (%) [4] | 2,8% | 6,0% | 6,4% |
| TJLP (%) [5] | 4,6% | 6,2% | 6,7% |
| Taxa SELIC Média (%) [6] | 2,7% | 4,5% | 6,6% |
| Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (%) | -22,4% | -3,9% | -14,6% |
| Taxa de câmbio (fechamento) - R$ por US$1,00 [7] | 5,2 | 4,0 | 3,9 |
| Taxa média de câmbio - R$ por US$1,00 [8] | 5,2 | 3,9 | 3,7 |

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática
(1) Fonte: Banco Central
(2) Inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.
(3) A inflação (IPCA) é um índice de Preços ao Consumidor
(4) Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).
(5) Taxa média ajustada e ponderada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no sistema SELIC ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas (dados do fim dos períodos). Fonte: Banco Central.
(6) Taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.
(7) Média das taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, embora, nas negociações com nossos fornecedores, buscamos sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de nossa relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos.

De forma similar, pequenas variações na taxa de câmbio são repassadas para os preços de nossos produtos. A variação cambial afeta os custos de grande parte de nossos fornecedores, de acordo com o grau de nacionalização de cada produto. Um aumento significativo do dólar norte americano encareceria os produtos eletroeletrônicos, com efeito negativo sobre sua demanda. Por outro lado,

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

uma redução do dólar norte americano tornaria esses produtos ainda mais baratos, estimulando ainda mais suas vendas.

A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de nossos fornecedores e, consequentemente, os preços para nossos clientes. Como vendemos milhares de produtos, fabricados por centenas de fornecedores em diversos segmentos de atuação, acreditamos que nossa exposição à variação de um único insumo seja bastante reduzida.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas com revenda de mercadorias. Por outro lado, nossas receitas de operações de crédito poderiam aumentar, na medida em que possamos repassar o aumento da taxa de juros para nossos clientes. Nesse cenário, nossas despesas financeiras também seriam afetadas negativamente, principalmente nas operações de varejo, tipicamente alavancadas por capital de terceiros. O custo das operações de crédito, oriundos das captações via depósitos inter- financeiros na Luizacred, também seriam adversamente afetados. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira, juros de empréstimos bancários e principalmente o custo com a antecipação dos recebíveis.

## 10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

**(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos três últimos exercícios sociais a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

**(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Além das aquisições descritas no item 15.7 deste Formulário, não houve qualquer aquisição ou alienação de participação societária que tenha efeitos relevantes para a Companhia.

**(c) eventos ou operações não usuais**

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos três últimos exercícios sociais quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia que tenham causado ou espera-se que venham a causar efeito relevante nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.

# 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

**(a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

A Companhia aplicou em 1° de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas.

Também em 1° de janeiro de 2019 a Companhia aplicou inicialmente a análise sobre o ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, porém a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

A Companhia adotou inicialmente, em 1º de janeiro de 2018, o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47/IFRS 15 -Receitas de Contratos com Clientes, usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data de aplicação inicial.

**(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

**CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil**

Efeito de transição

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, alugueis de impressoras), bem como de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 4,29% a.a. a 4,64% a.a na controladora, a depender dos prazos dos contratos e, aproximadamente, 8,00% a.a. na controlada Netshoes.

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu R$ 1,9 bilhões de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 1° de janeiro de 2019.

Considerando os requisitos da norma , a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, antes registradas como despesas de arrendamento operacional. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R$ 279.774 (R$ 292.281 no Consolidado) de depreciação e R$ 147.715 (R$ 152.353 no Consolidado) de juros destes arrendamentos.

A movimentação do direito de uso, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Direito de uso em 31 de dezembro de 2019: | **2.203.827** | **2.273.786** |
| Adição/Remensuração | **618.231** | **650.234** |
| Baixas | **(24.827)** | **(82.033)** |
| Depreciação | **(355.692)** | **(376.473)** |
| Direito de uso em 31 de dezembro de 2020: | **2.441.539** | **2.465.514** |
| Composição | | |
| Valor do custo | **3.137.081** | **3.172.371** |
| Depreciação acumulada | **(695.512)** | **(706.857)** |
| Direito de uso em 31 de dezembro de 2020: | **2.441.539** | **2.465.514** |

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2019: | **2.205.750** | **2.280.322** |
| Remensuração/adição | **610.399** | **642.400** |
| Pagamento de principal | **(275.850)** | **(290.160)** |
| Pagamento de juros | **(191.579)** | **(197.582)** |
| Juros provisionados | **173.430** | **179.434** |
| Baixa | **(24.827)** | **(88.110)** |
| Saldo final | **2.497.323** | **2.526.304** |
| | | |
| Passivo circulante | **340.801** | **351.152** |
| Passivo não circulante | **2.156.522** | **2.175.152** |

CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas e interpretações relacionadas.

O efeito da aplicação inicial dessa norma é atribuído principalmente:

- Estimativa da contraprestação variável relacionada às devoluções de mercadorias.

| | 01/01/2018 |
|---|---|
| Receita líquida de vendas | (3.226) |
| Custo das mercadorias revendidas | 2.458 |
| IR/CS | 261 |
| **Efeito da adoção inicial** | **(507)** |

A Companhia avaliou os impactos do programa de fidelização de clientes, devoluções de serviços, serviços oferecidos gratuitamente e não foi identificado valores materiais para ajuste na adoção inicial.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

i) Classificação e mensuração de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito nas políticas contábeis da

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge).

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

- Ativos financeiros mensurados ao VJORA (ver nota explicativa 29): Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

| Categoria de Instrumentos financeiros | Classificação original de acordo com o CPC 39/ IAS 39 | Nova classificação de acorod co o CPC 48/ IFRS 9 | Valor Contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 39 | Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9 |
|---|---|---|---|---|
| Caixa e bancos | Empréstimos e Recebíveis | Custo amortizado | **91.928** | **91.928** |
| Contas a receber - Cartão de crédito e débito | Empréstimos e Recebíveis | VJORA | **837.201** | **817.717** |
| Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e de acordos comerciais | Empréstimos e Recebíveis | Custo amortizado | **408.830** | **394.105** |
| Contas a receber de partes relacionadas | Empréstimos e Recebíveis | Custo amortizado | **54.428** | **54.428** |
| Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito | Empréstimos e Recebíveis | VJR | **42.338** | **40.328** |
| Mantidos para negociação - Equivalentes de caixa | A valor justo por meio do resultado | VJR | **320.779** | **320.779** |
| Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários - Fundo não exclusivos | A valor justo por meio do resultado | Custo Amortizado | **10.995** | **10.995** |
| Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários - Fundo exclusivo | A valor justo por meio do resultado | VJR | **1.247.180** | **1.247.180** |
| Instrumentos Derivativos Ativo | A valor justo por meio do resultado | VJR | **1.378** | **1.378** |
| | | | **3.015.057** | **2.978.838** |

ii) Impairment de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e aos mensurados a VJORA. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações "forwardlooking". A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

**Mensuração de perdas de crédito esperadas**

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

**Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito**

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

**Apresentação do impairment**

Provisões para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para os ativos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA.

As perdas por impairment relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA.

**Impacto do novo modelo de impairment**

Para ativos no escopo do modelo de impairment do CPC 48 / IFRS 9, as perdas por impairment devem aumentar e se tornar mais voláteis.

**Contas a receber e ativos contratuais**

A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 12 meses.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como: nível de risco de crédito e status de inadimplência. A experiência real de perda de crédito foi ajustada por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos macroeconômicos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A seguir apresentaremos o efeito total do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

| | 01/01/2018 |
|---|---|
| Contas a receber-Cartão de Crédito-VJORA | (19.483) |
| Contas a receber - PCLD - *Impairmen*t | (14.726) |
| | (2.010) |
| Contas a receber com partes relacionadas – Cartão de Crédito - VJR | (56.816) |
| Investimentos em controlada em conjunto - *Impairment* | |

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

| | |
|---|---|
| IR/CS | 12.315 |
| **Efeito da adoção inicial** | **(80.720)** |

**(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram emitidos sem ênfases ou ressalvas.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nos seguintes aspectos:

- Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; e
- Determinação dos créditos tributários incluídos nas ações judiciais transitadas em julgado.

Incertezas sobre estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nos seguintes aspectos:

- Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques.
- Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. A determinação desses valores envolvem um elevado grau de julgamento na determinação das metodologias e premissas, tais como a receita operacional bruta, as deduções, os custos operacionais, as despesas operacionais, o imposto de renda e a contribuição social, o capex, o capital de giro, a depreciação e a taxa de desconto inerentes à mensuração do valor justo;
- Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração.
- Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. A determinação do ágio na aquisição de redes de empresas de varejo é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão;
- Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“*impairment*): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

## 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

**(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

**(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Como mencionado no item 10.4 deste Formulário de Referência, a Companhia adotou em 1° de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, registrando em seu balanço um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento relacionado aos contratos de arrendamento detidos naquela data. Como permitido na regra de transição, a Companhia não reapresentou as demonstrações contábeis dos períodos comparativos. Assim, no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018 não estão evidenciados os contratos de arrendamento mercantis operacionais, estando evidenciados o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento no balanço patrimonial dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

**(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

**(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

**(iv) contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 20020, 2019 e 2018.

**(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis**

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

## 10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

**(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

## 10.8 - Plano de Negócios

**(a) investimentos**

**(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os investimentos na aquisição de imobilizado e ativo intangível somaram R$ 543,9 milhões, incluindo a abertura de 191 novas lojas e maiores investimentos em tecnologia e logística.

**(ii) fontes de financiamento dos investimentos**

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pela nossa geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

**(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem desinvestimentos relevantes em andamento ou previsão de realiza-los.

**(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Além das aquisições informadas no item 15.7, não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

**(c) novos produtos e serviços**

**(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

**(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

**(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

**(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

COVID-19

A propagação da COVID-19, desde o início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global. Neste cenário de bastante incerteza, a Companhia instituiu um Comitê de Contingência interno, que vem acompanhando a evolução da pandemia, tomando algumas decisões importantes e elegeu três prioridades: a saúde e segurança de seus colaboradores, a continuidade da operação e a manutenção dos empregos.

Dentro desses três pilares de enfrentamento da crise, a Companhia tomou as seguintes medidas de curto prazo:

a) Fechamento temporário de todas as lojas físicas a partir de 20 de março de 2020, com a reabertura gradual a partir de 22 de abril de 2020, seguindo uma rígida análise de mapa de risco da pandemia nas localidades onde opera, bem como os decretos locais. Em 31 de dezembro de 2020, todas as lojas físicas da Companhia estavam operando normalmente.

b) Reforço de caixa: apesar de finalizar o exercício de 2019 com forte posição de caixa, a Companhia fez em 06 de abril de 2020 a captação de R$ 800 milhões via distribuição pública, com esforços restritos da 8ª. Emissão de Debêntures, com remuneração de CDI + 1,5% a.a. e vencimento único em 13 de março de 2021.

c) Negociação com fornecedores e prestadores de serviços: a Companhia abriu uma frente de negociação de prazos de pagamentos com seus principais fornecedores e de redução de despesas com seus prestadores de serviços, bem como renegociação de aluguéis de imóveis. No período foram renegociados 889 contratos de aluguel.

d) Contenção de despesas com pessoal: no mês de março, assim que as lojas físicas foram fechadas, a Companhia antecipou e pagou as férias de aproximadamente 23 mil colaboradores, anteriormente provisionadas. No fim do mês de abril, após realizar um *capacity planning* para os próximos meses, a Companhia aderiu a Medida Provisória (MP) 936/2020, reduzindo jornada de trabalho e salário de alguns colaboradores e suspendendo o contrato de outros, conforme os instrumentos previstos pela própria MP. Adicionalmente, foram reduzidas a remuneração do presidente e vice-presidente executivos em 80%, a remuneração diretores executivos e membros do conselho de administração em 50% e dos demais diretores em 25%. Tendo em vista a melhoria gradual do cenário econômico e a alavancagem nas vendas pelo e-commerce, a Companhia decidiu retomar no mês de julho a jornada e salários dos níveis administrativos. Em 31 de dezembro de 2020, a MP não estava em vigência, portanto nenhum colaborador permanecia afastado ou com salário reduzido.

Além dessas medidas de curto prazo, a Companhia, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas demonstrações financeiras. Abaixo elencamos as principais análises realizadas:

a) Risco de continuidade operacional: A Companhia não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional.

b) Contas a receber de clientes e provisão para perda esperada de créditos: a Companhia observou uma diminuição no fluxo de pagamentos do CDC (Crédito Direto ao Consumidor) no início da pandemia. Porém, de acordo com análises internas, esta diminuição estava significativamente vinculada ao fechamento de suas lojas físicas e a cultura de seus clientes de pagarem suas prestações diretamente nos caixas das lojas, configurando assim em uma restrição temporária de liquidez e não um aumento significativo no risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia já observava índices de recebimento similares ao período pré-pandemia. Assim, a Companhia não registrou provisões adicionais significativas em 31 de dezembro de 2020. O montante registrado de provisão para perda esperada de créditos em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 95,8 milhões na Controladora e R$ 115,2 milhões no Consolidado.

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

c) Risco de perda por realização dos estoques: a Companhia tem por política contábil o registro e apresentação de seu estoque pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – “impairment”: A Companhia não identificou necessidade de impairment no exercício.

## 11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

**(a) objeto da projeção**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**(b) período projetado e o prazo de validade da projeção**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

## 11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

**(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Nossa administração é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria, regidos pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, e em nosso Estatuto Social. Não possuímos comitês estatutários. Nosso Estatuto Social permite a criação de comitês pelo nosso Conselho de Administração, para auxiliá-lo no exercício de suas funções, e neste sentido criamos quatro comitês, sendo eles: (i) Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance; (ii) Comitês de Finanças e Crédito ao Consumidor; (iii) Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional; e (iv) Comitê de Estratégia e Inovação.

Além dos órgãos que administram a Companhia, o Magazine Luiza tem um Conselho Fiscal permanente com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei.

**(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam**

**Conselho de Administração**

De acordo com o nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei: (a) exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria; (b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (c) eleger e destituir os Diretores da Companhia; (d) atribuir aos Diretores as respectivas funções, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores; (e) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; (f) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e os papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (g) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia; (h) escolher e destituir os auditores independentes; (i) convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários; (j) apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; (k) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento, bem como acompanhar sua execução; (l) aprovar a criação e supressão de subsidiária e a participação da Companhia no capital de outras sociedades; (m) determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia, bem como em fundações que patrocine; (n) manifestar-se, previamente, sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; (o) autorizar a emissão de ações da Companhia, observado o seu capital autorizado, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir ou reduzir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedade por Ações; (p) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; (q) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, observado o limite do capital autorizado da Companhia previsto no Estatuto Social da Companhia; (r) aprovar a celebração de todos e quaisquer contratos com partes relacionadas, com a exclusão de eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes; (s) outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas nos termos de programa previamente aprovado em Assembleia Geral; (t) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real; (u) autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros; (v) estabelecer alçada da Diretoria para alienação ou oneração de bens do ativo permanente, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato; (w) estabelecer

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

alçada da Diretoria para aquisição de bens do ativo permanente e outros compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretende investir, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato; (x) estabelecer alçada da Diretoria para contratar quaisquer captações de recursos e a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam debêntures, notas promissórias e outros, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato; (y) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais; (z) dispor, observadas as normas do Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; e (aa) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado.

Compete ainda ao Conselho de Administração instituir e extinguir Comitês, nomear seus membros e estabelecer seus respectivos regimentos e competências.

**Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance**

O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance ("**CARC**") é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, na forma do disposto no artigo 22, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia, e tem como responsabilidade principal assessorar o Conselho de Administração: na supervisão das atividades normativas do Magazine Luiza a seguir descritas através de: (i) avaliação das Demonstrações Financeiras, Formulário de Referência, Press Release e Relatório da Administração divulgados externamente de acordo com os requerimentos regulamentares, (ii) avaliação da qualificação, performance e independência dos auditores independentes, (iii) monitoramento sobre a adequação do Magazine Luiza às exigências das leis e demais regulamentos, e (iv) monitoramento das atividades de gerenciamento dos principais riscos corporativos delegados formalmente pelo Conselho. O CARC, que possui Regimento Interno próprio, tem a função de assessorar o Conselho na supervisão:

I. Avaliação das Demonstrações Financeiras, Formulário de Referência, Press Release e Relatório da Administração divulgados externamente de acordo com os requerimentos regulamentares:

a. Discutir com a administração do Magazine Luiza e os auditores independentes, as demonstrações financeiras intercalares e anuais;

b. Discutir com os Auditores Independentes: as políticas e práticas contábeis adotadas pelo Magazine Luiza na preparação de seus relatórios financeiros; os tratamentos alternativos das informações financeiras, que tenham sido discutidas com a administração da empresa, as ramificações do uso desses tratamentos alternativos, as divulgações e o tratamento recomendado pelos auditores independentes; as dificuldades encontradas no decorrer da auditoria, limitação no escopo dos trabalhos ou no acesso às informações e eventuais pontos de discordância com a administração com relação aos relatórios financeiros; e as comunicações relevantes entre os auditores independentes e a administração da empresa, tais como, correspondência sobre assuntos contábeis e controles internos, carta de gerência e planilha de diferenças apuradas pelos auditores independentes e não ajustadas pela empresa; e

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

c. Revisar com a administração da empresa: a efetividade dos procedimentos e controles de informações a serem divulgadas nos relatórios e informações financeiras; as tendências e desenvolvimentos nas práticas de elaboração e divulgação de relatórios financeiros da empresa; as transações relevantes com as partes relacionadas;

II. Avaliação da qualificação: performance e independência dos auditores independentes:

a. Opinar quanto à existência de eventuais conflitos de interesse que afetem a independência dos auditores independentes;

b. Opinar sobre a contratação ou destituição do auditor independente, bem como de qualquer contratação de serviços adicionais, não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, a serem prestados pelos auditores independentes do Magazine Luiza;

c. Discutir com os auditores independentes, o escopo, o planejamento e a alocação da equipe para a auditoria proposta para o ano corrente;

d. Supervisionar os trabalhos dos auditores independentes (incluindo a manifestação quanto a eventuais discordâncias entre a administração da empresa e os auditores independentes relacionadas com as demonstrações financeiras e formulário de referência), estabelecendo protocolo de comunicação com a empresa dos auditores independentes;

e. Discutir com o sócio líder do trabalho da empresa de auditoria independente, no mínimo anualmente: os procedimentos internos de controle de qualidade; a política de rotação do sócio responsável e dos demais membros das equipes de trabalho da auditoria independente; todos os relacionamentos profissionais e comerciais entre a empresa dos auditores independentes e a empresa para analisar a questão da independência dos mesmos; e

f. Avaliar anualmente as qualificações, a independência e o desempenho dos auditores independentes, recomendando ao Conselho a sua retenção ou substituição.

III. Monitoramento sobre adequação do Magazine Luiza às exigências das leis e demais regulamentos da Empresa:

a. Revisar com a administração da Empresa: a adequação e efetividade dos procedimentos para assegurar a aderência às normas legais e regulatórias aplicáveis; a quaisquer assuntos legais incluindo os estágios dos litígios pendentes e quaisquer relatórios ou questionamentos das agências reguladoras ou governamentais que possam ter impacto relevante nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

IV. Monitoramento das atividades de gerenciamento dos principais riscos corporativos delegados formalmente pelo Conselho, gerenciados e monitorados pelos Diretores responsáveis de cada área relevante do Magazine Luiza:

a. Manter, periodicamente, reuniões com os gestores dos principais processos operacionais do Magazine Luiza com o objetivo de conhecer as operações, os principais riscos do negócio e os controles internos em vigor para mitigar estes riscos;

b. Monitorar o gerenciamento dos principais riscos corporativos delegados por meio de Indicadores de Risco e Indicadores de Performance, e informando periodicamente ao Conselho de administração o resultado deste monitoramento;

c. Discutir com a administração, os auditores independentes e os auditores internos sobre quaisquer deficiências relevantes nos controles internos da empresa e as providências tomadas pela administração;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

d. Revisar a estrutura organizacional de auditoria interna, o plano de trabalho e sua atuação na avaliação sobre a efetividade dos controles internos, bem como sobre o cumprimento de políticas e procedimentos do Magazine Luiza;

e. Periodicamente, manter reuniões com os executivos da auditoria interna para conhecer o progresso dos trabalhos planejados e os resultados das ações e recomendações efetuadas.

**Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor**

O Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor ("**COFIC**") é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, na forma do disposto no Parágrafo 1º, do Artigo 22, do Estatuto Social da Companhia. O Comitê tem como responsabilidade principal assessorar o Conselho de Administração: (i) na definição da política e do planejamento financeiro da Companhia; (ii) na definição das políticas e dos níveis de endividamento adequados para as atividades da Companhia, bem como monitoramento de covenants contratuais e garantias; (iii) na definição da política de aplicações financeiras e de investimentos; (iv) monitoramento dos riscos financeiros para o Magazine Luiza e; (iv) no monitoramento das atividades das subsidiárias Luizacred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, e Luizaseg Seguros S.A.

O COFIC, que possui Regimento Interno próprio, tem as seguintes atribuições e responsabilidades, além de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, em ata específica:

I. Auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise dos potenciais reflexos da conjuntura econômica brasileira e mundial na posição financeira da Companhia, bem como na discussão de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no âmbito de sua política e planejamento financeiro;

II. Referendar e submeter à aprovação do Conselho de Administração as políticas de endividamento, definição de covenants contratuais, concessão de garantias, definição de caixa mínimo, política de aplicações financeiras e investimentos, bem como todas as políticas complementares propostas pela Diretoria da Companhia, inclusive definição de alçadas;

III. Referendar e submeter à aprovação do Conselho de Administração o orçamento anual e plurianual do Magazine Luiza;

IV. Acompanhar a implantação das políticas listadas no item anterior, aprovadas pelo Conselho, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas pelo Conselho;

V. Assessorar o Conselho nos assuntos específicos de sua competência e de acordo com as solicitações efetuadas pelo mesmo;

VI. Supervisionar o cumprimento das políticas financeiras e suas políticas complementares, acompanhando o conjunto das operações realizadas pela Companhia através do monitoramento de indicadores definidos pelo Comitê;

VII. Supervisionar a aderência das estratégias de riscos de mercado sob enfoque de cumprimento das políticas;

VIII. Supervisionar e monitorar as atividades das subsidiárias Luizacred e Luizaseg;

IX. Definir a política de contratação de seguros para o Magazine Luiza;

X. Acompanhar e avaliar as transações e negócios com partes relacionadas, verificando sua aderência às boas práticas de governança corporativas.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

**Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional**

O Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional ("**COPES**") é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, na forma do disposto no Parágrafo 1º, do Artigo 22, do Estatuto Social da Companhia. O Comitê tem como responsabilidade principal assessorar o Conselho de Administração: (i) no planejamento e desenvolvimento das estratégias de gestão de pessoas; (ii) no estabelecimento das políticas de remuneração e benefícios dos funcionários e administradores da Companhia; (iii) no acompanhamento e avaliação da eficácia das políticas de gestão de pessoas e (iv) na preservação da cultura e valores da organização. O COPES, que não possui regimento interno próprio, tem as seguintes atribuições definidas pelo Regimento Interno do Conselho de Administração, além de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, em ata específica:

I. Discutir o modelo de estrutura organizacional da companhia, acompanhando e avaliando o quadro de pessoal definido pelo Diretor Presidente e aprovado pelo Conselho de Administração;

II. Recomendar e acompanhar o processo de definição do perfil, nomeação, remuneração, avaliação, desenvolvimento e destituição dos membros do Conselho de Administração, membros dos Comitês de Assessoramento, do Diretor Presidente e da Diretoria Executiva;

III. Elaborar e revisar o programa de integração de novos Conselheiros Independentes;

IV. Analisar e opinar sobre políticas de recursos humanos propostas pela área corporativa correlata, à luz das melhores práticas universalmente reconhecidas, bem como sobre as estratégias, as oportunidades e os riscos a que a empresa está exposta nesta área;

V. Propor a política de remuneração variável de curto e de longo prazo, fixa e variável, para todos os níveis da estrutura organizacional, acompanhado especialmente a adequação competitiva da remuneração dos membros da Diretoria Executiva;

VI. Analisar as propostas de sistemas de avaliação de desempenho, as políticas de cargos e salários e os programas de treinamento e desenvolvimento do quadro funcional das áreas de negócios e de apoio;

VII. Acompanhar e contribuir de forma continuada com os processos de atração, desenvolvimento e retenção de talentos, bem como os planos de sucessão de Diretores e de outras posições críticas da estrutura da Companhia;

VIII. Recomendar ações que promovam e disseminem os valores e a cultura organizacional, alinhado-os aos propósitos orientadores da Companhia;

IX. Acompanhar a evolução da estrutura organizacional da Companhia e recomendar ajustes exigidos por diretrizes estratégicas de negócios e gestão;

X. Propor objetivos e critérios, acompanhar os trabalhos e propor ações decorrentes de avaliações do clima organizacional;

XI. Propor diretrizes para mobilização da administração no enfrentamento de situações de crise;

XII. Recomendar diretrizes relacionadas à adoção de padrões de integridade ética por toda a organização, apoiando os canais instituídos para denúncias, para que operem com alta efetividade e sensos de equidade e justiça;

XIII. Acompanhar a gestão do Código de Conduta da Companhia;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

XIV. Analisar o processo de saída, incluindo entrevista de demissão de pessoas-chave e dados de turnover; e

XV. Acompanhar os principais ofensores e riscos trabalhistas, bem como, as ações para mitigação do passivo trabalhista da Companhia.

**Comitê de Estratégia e Inovação**

O Comitê de Estratégia e Inovação ("**CEI**") é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, na forma do disposto no Parágrafo 1º, do Artigo 22, do Estatuto Social da Companhia. O Comitê tem como responsabilidade principal assessorar o Conselho de Administração: (i) no desenvolvimento das estratégias de negócios da Companhia; (ii) na definição e acompanhamento do planejamento de longo prazo; e (iii) no desenvolvimento das estratégias de transformação digital e de inovação. O CEI, que não possui regimento interno próprio, tem as seguintes atribuições definidas pelo Regimento Interno do Conselho de Administração, além de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, em ata específica:

I. Promover a discussão e o consenso prévio de grandes direcionadores para os negócios e a gestão da Companhia, a ser levados para o Conselho, para o planejamento estratégico plurianual abrangendo: escopo empresarial; novos negócios; verticalizações e integração; ingresso em novos mercados, aquisições, fusões e associações, grandes metas de crescimento dos negócios, expectativas de excelência operacional e de resultados; restrições relacionadas a recursos, níveis de endividamento e riscos; macro-políticas corporativas;

II. Propor anualmente o conjunto de direcionadores estratégicos que o Conselho encaminhará à Diretoria para a formulação das estratégias anuais de negócios e de gestão;

III. Avaliar o alinhamento dos planos estratégicos anuais ao planejamento plurianual, apontado ajustes que venham a ser recomendáveis;

IV. Avaliar a conveniência e oportunidade das propostas de fusões, aquisições e novos negócios, considerando a aderência aos planos estratégicos da Companhia;

V. Acompanhar anualmente os trabalhos de revisão e de realinhamento do planejamento plurianual e de formulação de diretrizes anuais;

VI. Recomendar, em listas tríplices qualificadas, se julgar necessária, a contratação de empresa de consultoria especializada em estratégia empresarial para atuação junto à Diretoria, na formulação de planos estratégicos;

VII. Definir painéis para acompanhamento, pelo Conselho, das diretrizes e de grandes projetos estratégicos em curso na Companhia;

VIII. Orientar trabalhos para manter atualizado o mapeamento de todos os projetos de transformação digital em andamento na Companhia;

IX. Orientar trabalhos de acompanhamento das inovações das empresas concorrentes no mercado nacional; e

X. Orientar a promoção de pesquisas de âmbito mundial sobre inovações tecnológicas relacionadas aos negócios da Companhia, desenvolvidas ou em desenvolvimento.

Os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração deverão atuar em conjunto, sempre que necessário, mantidas as atribuições específicas de cada um dos Comitês.

**(i) regimento interno próprio**

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio, cuja última revisão foi aprovada em 27 de setembro de 2018. O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance possui regimento interno próprio, cuja última revisão foi aprovada pelo Conselho de Administração em 03 de abril de 2014. O Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2012. O Comitê de Estratégia e Inovação e o Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional não possuem regimento interno próprio.

**(ii) comitê de auditoria estatutário**

Não aplicável. A Companhia possui um Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance não estatutário, o qual possui autonomia operacional, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração. Possui membro independente especialista com experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria, cumulativamente, bem como orçamento compartilhado com os demais órgãos de governança corporativa (não vinculado à gestão executiva), o que permite a contratação de especialistas externos, quando necessário.

**(iii) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração**

O Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* ("**CARC**") é responsável por assessorar o Conselho de Administração no processo de avaliação dos trabalhos da auditoria independente. Periodicamente são realizadas análises quanto à qualificação, independência (conflitos de interesse) e desempenho dos auditores, recomendando ao Conselho de Administração sua retenção ou substituição.

O CARC realiza discussões e avaliações quanto ao escopo, planejamento e orçamento dos trabalhos de auditoria independente, ao menos anualmente. A execução dos trabalhos de auditoria também é supervisionada e avaliada em base recorrente ao menos trimestral, reportando ao Conselho de Administração os resultados dessa avaliação.

A Companhia possui uma Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra-Auditoria, cuja última revisão foi aprovada em 28 de março de 2018 pelo Conselho de Administração. Tal política determina os princípios e diretrizes formais para o processo de contratação da empresa de auditoria independente e de serviços extra-auditoria, pela Companhia.

**(b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais**

A Diretoria da Companhia será composta de até 6 (seis) membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor de Administração e Controle, um Diretor de Tecnologia e um Diretor de E-commerce, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu Estatuto Social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por: (a) 2 (dois) membros da Diretoria; (b) 1 (um) membro da Diretoria, desde que previamente autorizado pelo Conselho de Administração; (c) 1 (um) membro da Diretoria e um procurador; ou (d) 2 (dois) procuradores.

Compete ao Diretor Presidente: (i) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte; (ii) prestar contas ao Conselho de Administração, atuando nos assuntos institucionais da Companhia, dirigindo o desenvolvimento de inovações e novos negócios; (iii) dirigir os negócios e a administração geral da Companhia, orientando os trabalhos dos demais diretores; (iv) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (v)

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

conceder licença aos membros da Diretoria e indicar-lhes substitutos; (vi) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação de cada Diretor e (vii) tomar decisões de caráter de urgência de competência da Diretoria, "ad referendum" desta.

Compete ao Diretor Vice-Presidente: (i) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte; (ii) elaborar o planejamento comercial da Companhia; (iii) supervisionar as atividades de compra de produtos; (iv) adotar uma política de preços competitivos; (v) estabelecer sortimento de produtos em consonância com as exigências do mercado; (vi) coordenar as operações de lojas; (vii) supervisionar as atividades promocionais; (viii) estabelecer políticas de vendas; (ix) zelar pela satisfação e fidelização dos clientes da Companhia.

Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte; (ii) dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e suas controladas, incluindo a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco, propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria e o planejamento e controle financeiro da Companhia; (iii) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (iv) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (v) manter atualizado os registros da Companhia perante a CVM.

Compete ao Diretor de Administração e Controle: (i) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte; (ii) acompanhar as metas orçamentárias da Companhia; e (iii) exercer o controle dos bens patrimoniais e promover a gestão contábil e fiscal da Companhia e de suas controladas.

Compete ao Diretor de Tecnologia: (i) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte; (ii) criar e desenvolver políticas, operações e processos que tornem a gestão tecnológica da empresa mais efetiva, reduzindo custos e aumentando a eficiência dos sistemas; (iii) alinhar a estratégia e os objetivos da organização com as equipes tecnológicas, identificando oportunidades e riscos; (iv) criar e manter padrões de desenvolvimento tecnológico, de operação sistêmica e análise de performance; (v) orientar trabalhos e manter atualizado o mapeamento de todos os projetos de transformação digital em andamento na Companhia; (vi) acompanhar as inovações no mercado nacional e internacional; e (vii) promover pesquisas de âmbito mundial sobre inovações tecnológicas relacionadas aos negócios da Companhia, desenvolvidas ou em desenvolvimento.

Compete ao Diretor de E-commerce: (i) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte; (ii) elaborar planejamento de vendas online; (iii) supervisionar fornecedores e atividades de compra de produtos; (iv) monitorar gestão de indicadores de comércio eletrônico e elaborar estratégias para aumento da taxa de conversão; (v) desenvolver estratégia de comunicação digital e campanhas online; (vi) adotar uma política de preços competitivos online; (vii) estabelecer sortimento de produtos online em consonância com as exigências do mercado; e (viii) zelar pela satisfação e fidelização dos clientes digitais da Companhia.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

**(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente**

O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2012, e se tornou permanente por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 13 de setembro de 2013. O Conselho Fiscal possui regimento interno próprio, cuja última revisão foi aprovada em 02 de agosto de 2013 e publicada no site da Companhia (ri.magazineluiza.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

**(d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta**

A Companhia utiliza mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e da secretaria de governança de forma colegiada que a ele se reporta(m) conforme políticas e práticas adotadas internamente.

**(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência**

As avaliações do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento que a ele se reportam devem ser realizadas ao menos uma vez durante a vigência do mandato dos seus membros, ocorrendo costumeiramente com periodicidade anual. As avaliações são realizadas de forma colegiada.

**(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação**

A Companhia utiliza avaliações objetivas e subjetivas como metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração e dos comitês que a ele se reportam, sendo que a avaliação objetiva pode resultar do cumprimento de metas anuais enquanto a avaliação subjetiva é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

Não houve, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, quaisquer alterações na metodologia e critérios utilizados na avaliação dos administradores da Companhia.

**(iii) como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão**

A partir dos resultados das avaliações, o Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento implementam planos de ações como, por exemplo, revisões dos planejamentos dos trabalhos para abordagem ou priorização de tópicos específicos, reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

**(iv) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos**

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração e dos comitês que a ele se reportam, no entanto, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, a Companhia não contratou tais serviços.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

**(a) prazos de convocação**

Conforme determina a Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias são convocadas com 15 dias de antecedência para a primeira convocação e 8 dias para a segunda. Em determinadas circunstâncias, a pedido de qualquer acionista, a CVM poderá aumentar o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação para até 30 dias.

**(b) competências**

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral, deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, desde que, em qualquer caso, a remuneração não seja diversa da contemplada nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia; (d) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (e) reformar o Estatuto Social; (f) deliberar sobre o aumento ou redução do capital social, fora do limite do capital autorizado; (g) deliberar sobre qualquer reestruturação financeira envolvendo direta ou indiretamente a Companhia; (h) deliberar sobre fusão, cisão, transformação, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como transferência de parte substancial dos ativos da Companhia que gere a descontinuidade de suas atividades; (i) deliberar sobre resgate, amortização, desdobramento ou grupamento de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia; (j) deliberar sobre a recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou requerimento de sua falência; (k) deliberar sobre a dissolução da Companhia, bem como eleger o Conselho Fiscal que deverá atuar no período de liquidação; (l) distribuir dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório; (m) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados; (n) deliberar o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, bem como a adesão e saída do Novo Mercado; (o) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou da conversão de categoria do registro perante a CVM, aquisição de participação relevante ou saída do Novo Mercado; (p) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e (q) suspender o exercício de direitos de acionistas, conforme previsto em lei e no Estatuto Social da Companhia, não podendo, nessa deliberação,votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão.

**(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400- 490, Franca/SP; e (ii) internet: site da Companhia (ri.magazineluiza.com.br); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/).

**(d) identificação e administração de conflito de interesses**

Nos termos do item 5.2.3 do Código Brasileiro de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, a Companhia possui mecanismos de administração de conflitos de interesses nas votações submetidas a assembleias gerais da Companhia.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Caso os acionistas identifiquem durante a realização da assembleia geral um conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, o Presidente da assembleia deverá ser informado em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias sob análise, para que o membro em questão seja ausentado imediatamente das discussões sobre o tema. Adicionalmente, os acionistas que tenham conhecimento de situação de conflito de interesses em relação a outro acionista deverão conduzir o mesmo procedimento, informando o Presidente da assembleia o nome do acionista, a matéria objeto da deliberação e a existência do conflito, para que o acionista em questão seja ausentado imediatamente das discussões sobre o tema e abstenha-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais acionistas que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. Caso o Presidente da assembleia confirme a situação de acionista conflitado, e este se recuse a abster-se das deliberações, o próprio Presidente da assembleia deverá determinar a anulação dos votos por ele proferidos.

Caso seja identificado uma situação de conflito de interesses por um membro de órgão deliberativo da Companhia ou por um acionista e não seja comunicado na assembleia em questão, os acionistas deverão informar à Companhia em até 15 (quinze) dias da data da assembleia para que a administração da Companhia possa tomar as medidas cabíveis em relação àquela deliberação.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Neutralização de Conflito de Interesses, a qual determina expressamente que os acionistas da Companhia devem manifestar-se imediatamente sempre que identificarem situações de potencial conflito de interesse, devendo ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar, sendo vedadas as formas de remuneração de assessores, consultores, ou intermediários da Companhia que gerem conflito de interesses próprio e/ou de seus administradores, acionistas ou classe de acionistas.

**(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

A Companhia não envia aos seus acionistas pedidos públicos de procuração. No entanto, os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano e que, cumulativamente, seja acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

**(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

Conforme consta do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Quando os acionistas forem representados por procurador, este deverá ser constituído há menos de 1 (um) ano e, cumulativamente, ser acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

Não há disposição estatutária acerca de prazo mínimo de antecedência para a recepção dos instrumentos de procuração. No entanto, a Companhia orienta seus acionistas a depositar os

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

instrumentos de procuração com uma antecedência de 24 horas da realização da Assembleia Geral.

Nos termos da legislação vigente, os documentos devem ser apresentados com firma reconhecida e, quando provenientes do exterior, devem ser notarizados em seu país de origem, consularizados ou legalizados por meio de apostilamento, traduzidos por tradutor público juramentado e registrados em cartório de registro de títulos e documentos no Brasil.

A Companhia poderá, em caráter excepcional, determinar que o encaminhamento dos documentos indicados neste item ocorra por meios digitais, bem como dispensar o reconhecimento de firma, a notarização, apostilação e a tradução juramentada dos boletins de voto à distância assinados fora do país, e a autenticação dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral e para o exercício do direito de voto a distância. Mudanças, autorizações e dispensas neste sentido constarão do "Manual da Assembleia" para cada Assembleia Geral.

A Companhia não adota procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico.

**(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização**

Nos termos da Instrução CVM nº 481, datada de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**ICVM 481**"), adotamos a possibilidade do nosso acionista exercer o direito de voto à distância nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias.

O acionista que optar por exercer o direito de voto à distância por meio do envio do boletim de voto à distância diretamente à Companhia deverá encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-490, Franca/SP, ou alternativamente ao Escritório de Negócios da Companhia, na Rua Amazonas da Silva, nº 27, Vila Guilherme, CEP 02051-000, São Paulo/SP, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

Para pessoas físicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; e (ii) cópia autenticada do documento de identidade do acionista.

Para pessoas jurídicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do acionista.

Para fundos de investimento: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo representante do fundo de investimento; (ii) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia autenticada do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor,conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iv) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico ri@magazineluiza.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio, com antecedência de 4 (quatro) dias da realização da Assembleia Geral, da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos documentos requeridos, para

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a sede ou para o Escritório de Negócios da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Os documentos firmados no exterior deverão ser notarizados e legalizados por autoridade competente no local de sua emissão.

A Companhia poderá, em caráter excepcional, determinar que o encaminhamento dos documentos indicados neste item ocorra por meios digitais, bem como dispensar o reconhecimento de firma, a notarização, apostilação e a tradução juramentada dos boletins de voto à distância assinados fora do país, e a autenticação dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral e para o exercício do direito de voto a distância. Mudanças, autorizações e dispensas neste sentido constarão do "Manual da Assembleia" para cada Assembleia Geral.

Conforme disposição do artigo 21-B da ICVM 481, o boletim de voto à distância e demais documentos comprobatórios será recebido até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, sendo que os boletins de voto à distância recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados.

Ainda, nos termos do artigo 21-U da ICVM 481, comunicaremos ao acionista, em até 3 (três) dias da data de recebimento do boletim de voto à distância e respectivas documentações exigidas, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Caso o boletim de voto à distância seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos acima, será desconsiderado e o acionista será informado por meio do endereço de e-mail indicado boletim de voto à distância.

**(h) sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância**

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância.

A partir de 2020 e nos termos da ICVM 481, alterada pela ICVM 622, a Companhia passou a realizar as Assembleias Gerais de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica. As informações completas para participação do acionista, bem como para acesso e utilização da plataforma eletrônica, constarão no "Manual da Assembleia" para cada Assembleia Geral.

**(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da ICVM 481, e enviar por correspondência para Rua Amazonas da Silva, nº 27, Vila Guilherme, São Paulo/SP, CEP 02051-000, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do envio de correio eletrônico para o endereço ri@magazineluiza.com.br, nos prazos estabelecidos pela legislação vigente.

Nos termos da ICVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, na hipótese de Assembleia Geral Ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de Assembleia Geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia, na hipótese de Assembleia Geral Extraordinária convocada para esse fim.

**(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Companhia não mantém fóruns e/ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

**(k) outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto a distância**

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

**(a) número de reuniões realizadas no último exercício social**

O estatuto social da Companhia prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos a cada 2 (dois) meses, e, extraordinariamente, caso o Presidente do Conselho de Administração solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com 15 (quinze) dias de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

As reuniões do Conselho de Administração da Companhia reservam sessões exclusivas para os conselheiros, que são na sua totalidade externos ou independentes, sem a presença dos executivos e demais convidados.

No último exercício social, foram realizadas 23 reuniões do Conselho de Administração, sendo 12 reuniões ordinárias e 11 reuniões extraordinárias.

**(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

Não existem acordos de acionistas que estabeleçam restrições ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho de administração em vigor.

**(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Às hipóteses de conflitos de interesses aplicar-se-ão as regras constantes na legislação brasileira.

De acordo com o estatuto social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa em Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com a Companhia. A lei proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

A Companhia não adota práticas adicionais sobre identificação e eventual administração de conflitos de interesses.

**(d) política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração**

Em 27 de setembro de 2018, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária, a qual estabelece requisitos mínimos e consolida procedimentos a serem observados no processo de indicação de membros para composição do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária da Companhia, de acordo com a legislação vigente e as melhores práticas de governança corporativa.

**(i) órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta**

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

A Política de Indicação dos Membros do Conselho de Administração foi aprovada em 27 de setembro de 2018 pelo Conselho de Administração da Companhia, e publicada no site da Companhia (ri.magazineluiza.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

**(ii) principais características**

A indicação de membros para composição do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária, deve seguir as disposições do Estatuto Social da Companhia, dos Regimentos Internos, do Código de Ética e Conduta, legislação vigente e das melhores práticas de governança corporativa. Os critérios observados para indicação de membros de cada órgão estão definidos em procedimentos específicos, e devem ser periodicamente revistos em seus processos anuais de avaliação.

A Administração da Companhia deve envidar os melhores esforços para facilitação do processo de indicação, divulgação de candidaturas e eleição de membros do Conselho de Administração, resguardando o importante direito de voto de todos os acionistas. A indicação dos membros do Conselho deve considerar os seguintes critérios: qualificação técnica, profissional e acadêmica compatível com as atribuições requeridas; alinhamento com os valores e a cultura da Companhia; complementaridade de perfis e competências; diversidade de conhecimentos, experiências, aspectos culturais, faixas etárias e gênero; disponibilidade de tempo para dedicação adequada à função; isenção de conflitos de interesses que não possam ser neutralizados de acordo com as disposições da legislação vigente e das melhores práticas de governança corporativa; não exercer qualquer cargo de gestão na Companhia; reputação ilibada. As indicações para reeleição de membros do Conselho devem considerar também o bom desempenho, assiduidade e dedicação de tempo à função, no mandato anterior.

## 12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

## 12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Orgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|---|---|---|---|---|---|
| **CPF** | **Profissão** | **Cargo eletivo ocupado** | **Data de posse** | **Foi eleito pelo controlador** | **Percentual de participação nas reuniões** |
| **Outros cargos e funções exercidas no emissor** | | **Descrição de outro cargo / função** | | | |
| Frederico Trajano Inácio Rodrigues | 25/03/1976 | Pertence apenas à Diretoria | 30/04/2021 | Até 1ª RCA após AGO 2022 | 9 |
| 253.929.608-47 | Administrador de Empresas | 10 - Diretor Presidente / Superintendente | 30/04/2021 | Sim | 0.00% |
| Não há. | | | | | |
| Fabrício Bittar Garcia | 06/01/1978 | Pertence apenas à Diretoria | 30/04/2021 | Até 1ª RCA após AGO 2022 | 7 |
| 212.460.718-94 | Empresário | 11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente | 30/04/2021 | Sim | 0.00% |
| Não há. | | | | | |
| Roberto Bellissimo Rodrigues | 29/09/1975 | Pertence apenas à Diretoria | 30/04/2021 | Até 1ª RCA após AGO 2022 | 7 |
| 251.674.028-08 | Administrador | 12 - Diretor de Relações com Investidores | 30/04/2021 | Sim | 0.00% |
| Diretor Financeiro. | | | | | |
| Eduardo Benjamin Galantenick | 08/08/1975 | Pertence apenas à Diretoria | 30/04/2021 | Até 1ª RCA após AGO 2022 | 1 |
| 028.384.327-61 | Administrador | 19 - Outros Diretores | 30/04/2021 | Sim | 0.00% |
| Não há. | | | | | |
| André Luiz de Souza Fatala | 12/03/1982 | Pertence apenas à Diretoria | 30/04/2021 | Até 1ª RCA após AGO 2022 | 1 |
| 306.571.038-29 | Cientista de Computação | 19 - Outros Diretores | 30/04/2021 | Sim | 0.00% |
| Não há. | | | | | |
| Maria Isabel Bonfim de Oliveira | 13/09/1962 | Pertence apenas à Diretoria | 30/04/2021 | Até 1ª RCA após AGO 2022 | 10 |
| 046.688.188-60 | Contadora | 19 - Outros Diretores | 30/04/2021 | Sim | 0.00% |
| Não há. | | | | | |
| Carlos Renato Donzelli | 29/10/1969 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 22/04/2021 | Até AGO de 2022 | 12 |
| 122.456.288-70 | Administrador de Empresas | 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | 22/04/2021 | Sim | 100.00% |
| Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor e do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance. | | | | | |
| Inês Corrêa de Souza | 09/08/1950 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 22/04/2021 | Até AGO de 2022 | 12 |

## 12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Orgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|---|---|---|---|---|---|
| **CPF** | **Profissão** | **Cargo eletivo ocupado** | **Data de posse** | **Foi eleito pelo controlador** | **Percentual de participação nas reuniões** |
| **Outros cargos e funções exercidas no emissor** | | **Descrição de outro cargo / função** | | | |
| 299.870.677-00 | Administradora de Empresas | 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | 22/04/2021 | Não | 95.65% |
| Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor. | | | | | |
| Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues | 09/10/1948 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 22/04/2021 | Até AGO de 2022 | 16 |
| 052.571.868-02 | Empresária | 20 - Presidente do Conselho de Administração | 22/04/2021 | Sim | 100.00% |
| Membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia e Inovação. | | | | | |
| Marcelo José Ferreira e Silva | 18/03/1951 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 22/04/2021 | Até AGO de 2022 | 5 |
| 018.752.214-68 | Economista | 21 - Vice Presidente Cons. de Administração | 22/04/2021 | Sim | 100.00% |
| Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia e Inovação. | | | | | |
| José Paschoal Rossetti | 18/09/1941 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 22/04/2021 | Até AGO de 2022 | 5 |
| 016.391.880-53 | Professor | 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | 22/04/2021 | Sim | 95.65% |
| Membro do Comitê de Estratégia e Inovação. | | | | | |
| Betania Tanure de Barros | 14/04/1961 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 22/04/2021 | Até AGO de 2022 | 4 |
| 385.001.086-49 | Psicóloga e Empresária | 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | 22/04/2021 | Sim | 100.00% |
| Membro Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional. | | | | | |
| Sílvio Romero de Lemos Meira | 02/02/1955 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 22/04/2021 | Até AGO de 2022 | 3 |

## 12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Orgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|---|---|---|---|---|---|
| **CPF** | **Profissão** | **Cargo eletivo ocupado** | **Data de posse** | **Foi eleito pelo controlador** | **Percentual de participação nas reuniões** |
| **Outros cargos e funções exercidas no emissor** | | **Descrição de outro cargo / função** | | | |
| 851.577.168-34 | Engenheiro | 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | 22/04/2021 | Sim | 100.00% |
| Membro do Comitê de Estratégia e Inovação. | | | | | |
| Márcio Kumruian | 20/01/1974 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 22/04/2021 | Até AGO de 2022. | 0 |
| 168.764.418-73 | Economista | 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | 22/04/2021 | Sim | 0.00% |
| Membro do Comitê de Estratégia e Inovação. | | | | | |
| José Antônio Palamoni | 22/06/1937 | Conselho Fiscal | 22/04/2021 | Até AGO de 2022 | 3 |
| 202.536.998-00 | Contador | 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador | 22/04/2021 | Sim | 100.00% |
| Não há. | | | | | |
| Robinson Leonardo Nogueira | 29/04/1976 | Conselho Fiscal | 22/04/2021 | Até AGO de 2022 | 9 |
| 201.470.788-06 | Administrador de Empresas | 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador | 22/04/2021 | Sim | 0.00% |
| Não há. | | | | | |
| Thiago Costa Jacinto | 08/09/1985 | Conselho Fiscal | 22/04/2021 | Até AGO de 2022 | 5 |
| 010.562.761-50 | Empresário | 48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas | 22/04/2021 | Não | 0.00% |
| Não há. | | | | | |
| Walbert Antônio dos Santos | 26/10/1957 | Conselho Fiscal | 22/04/2021 | Até AGO de 2022 | 3 |
| 867.321.888-87 | Contador | 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador | 22/04/2021 | Sim | 100.00% |
| Não há. | | | | | |
| Estefan George Haddad | 18/10/1949 | Conselho Fiscal | 22/04/2021 | Até AGO de 2022 | 0 |
| 564.042.128-20 | Contador | 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador | 22/04/2021 | Sim | 0.00% |
| Não há. | | | | | |
| Eduardo Christovam Galdi Mestieri | 08/01/1991 | Conselho Fiscal | 22/04/2021 | Até AGO de 2022 | 5 |
| 398.427.698-28 | Empresário | 45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas | 22/04/2021 | Não | 100.00% |
| Não há. | | | | | |

**Experiência profissional / Critérios de Independência**

Frederico Trajano Inácio Rodrigues - 253.929.608-47

Frederico Trajano Inácio Rodrigues – Tem graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e especialização pelo Programa para Executivos de Stanford - Califórnia. Iniciou sua carreira atuando nos setores de varejo e bens de consumo na Deutsche Bank Securities entre os anos de 1998 e 1999. Iniciou suas atividades na Companhia em maio de 2000, onde respondeu pelo departamento de E-commerce. Em 2002, assumiu nossa Diretoria de Marketing. Em 2005, foi eleito Diretor Comercial estatutário, em 2010, eleito Diretor Executivo de Vendas e Marketing e em 2015, eleito Diretor Presidente. Atualmente, é também membro efetivo do Conselho de Administração da Luizaseg Seguros S/A, companhia do setor de seguros, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2005. É membro do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A., companhia do setor financeiro, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Fabrício Bittar Garcia - 212.460.718-94

Fabrício Bittar Garcia – Graduou-se em administração de empresas pelo Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF) e fez especialização em administração de empresas pela Universidade de São Paulo. Iniciou sua carreira atuando na área comercial da Companhia em 1996. Assumiu o cargo de Gerente Adjunto de Compras em 2003 e passou a Diretor Adjunto de Compras e Diretor de Compras entre os anos de 2006 e 2009. De agosto de 2010 a fevereiro de 2016, ocupou o cargo de Diretor Comercial e, a partir de fevereiro de 2016 foi eleito Diretor Vice-Presidente do Magazine Luiza. Atualmente, é membro suplente do Conselho de Administração da Luizacred S/A, companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2009. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Roberto Bellissimo Rodrigues - 251.674.028-08

Roberto Bellissimo Rodrigues – Tem graduação em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1997. Iniciou sua carreira na área de mercado de Capitais no Bradesco BBI no período de 1997 a 2001. Iniciou suas atividades na Companhia em maio de 2001, onde respondeu pela Coordenação no Departamento de Orçamento, Gerente de Controladoria, Diretor de Controladoria e, em 2010, assumiu nossas Diretorias Financeira e de Relações com Investidores. Atualmente, é também membro do conselho de administração da Luizacred S/A, companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2012. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Eduardo Benjamin Galantenick - 028.384.327-61

Eduardo Benjamin Galanternick – Formado em administração de empresas pela PUC do Rio de Janeiro, tem MBA Executivo na paulistana FAAP. Iniciou sua carreira no Carrefour.com e depois teve sua primeira passagem como diretor no e-commerce do Magazine Luiza. Ocupou o cargo de CMO na B2W, antes de retornar aos quadros do Magazine Luiza para liderar a área de comércio eletrônico. Atualmente, Eduardo Galanternick é diretor de E-commerce da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

André Luiz de Souza Fatala - 306.571.038-29

André Luiz de Souza Fatala – Formou-se como Técnico em Processamento de Dados pela Escola Técnica Estadual de São Paulo (Etec/SP). Iniciou sua carreira profissional em 2000 no Submarino como desenvolvedor onde adquiriu experiência participando da construção de uma plataforma de E-commerce para grande escala. Foi gerente de produtos da Predicta, onde foi responsável pelo desenvolvimento de ferramentas com alto poder de processamento para análise de dados em ambiente digital. Iniciou sua carreira no Magazine Luiza em 2010 no time de tecnologia do E-commerce. Em 2011 foi responsável pelo desenvolvimento do Magazine Você e logo depois pela área de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia - que veio a se tornar o Luizalabs. Em 2015 assumiu a Diretoria do Luizalabs e passou a liderar o desenvolvimento dos canais de venda - e-commerce e lojas físicas. Atualmente é Diretor de Tecnologia da companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Maria Isabel Bonfim de Oliveira - 046.688.188-60

Maria Isabel Bonfim de Oliveira – Formada como Técnica de Contabilidade pelo Instituto Francano de Ensino em 1982, iniciou suas atividades na Companhia. em 1982 como contadora e, em 1992, passou a gerenciar o Departamento de Orçamento. Atuou como Diretora de Controladoria a partir de 2001 e, em 2010, tornou-se nossa Diretora de Administração e Controle. Atualmente, é membro do conselho de administração da Luizaseg Seguros S/A, companhia do setor de seguros, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2007. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70

Carlos Renato Donzelli – Formou-se como técnico em contabilidade pela Escola Estadual Torquato Caleiro em 1987; graduado em Administração pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 1991; pós-graduado em Administração Financeira com ênfase em Auditoria e Marketing pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação – FACEF/INPG em 1993; e mestre em Gestão Empresarial pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 2002. Especialização no Curso de Extensão no Programa de Gestão Avançada – PGA – Turma 26/2015 - Programa realizado pela Fundação Dom Cabral em parceria com INSEAD. Passou por vários cargos no Banco do Brasil entre 1985 e 1995, sendo o último Gerente de Atendimentos Especiais. Iniciou seu trabalho na Luiza Factoring em 1995 e, em 1997, passou a gerenciar o departamento financeiro da Holding do Grupo – MTG Administração e Assessoria S/C Ltda. Atuou como gerente financeiro da Companhia em 2000 e, em seguida, assumiu a posição de Diretor Financeiro. Desde 2009, é membro do Conselho de Administração da Companhia. Conselheiro na Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), desde sua criação em 2014. É também membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor da Companhia, e membro suplente do Conselho de Administração da Luizacred S/A., companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2013. Presta serviços de conselheiro para o INEPAD Consulting, desde janeiro de 2019. Membro do Conselho deliberativo da Flormel Indústria de Alimentos S/A, desde agosto de 2019 e Membro Observador no Conselho de Administração da Empresa Tecsoil Automação e Sistemas S/A – Solinfitec, desde fevereiro de 2020. Atuante em associações e empresas do terceiro setor: ONG Franca Viva, como Vice-Presidente e Conselheiro a partir de janeiro de 2010, na Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) desde a criação em 2014, , no Instituto Brasil a Gosto como conselheiro, Presidente do Conselho no Franca Basquete desde 2014, além de Vice Presidente Financeiro da Liga Nacioal de Basquete (LNB) desde 2018 e docente das disciplinas Administração Financeira e Gestão Empresarial nos cursos de graduação e pós graduação no Uni-FACEF. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

Inês Corrêa de Souza – Graduou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1972 e cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1991. É sócia fundadora na Latitude Gestão e Finanças, empresa que iniciou suas atividades em 2004. Iniciou sua carreira nas áreas de custos, orçamento e planejamento na General Eletric do Brasil S.A. entre 1973 e 1975. Posteriormente foi Diretora Financeira da Companhia Vale do Rio Doce, onde exerceu diversos cargos executivos entre 1976 e 1999, tendo atuado também como Membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo Vale. Foi Presidente do Banco UBS S.A. e diretora geral do UBS AG no Brasil, tendo sido responsável também pelas áreas de Operações, Finanças Corporativas e Wealth Management do Banco UBS Warburg entre 1999 e 2004. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, membro independente, coordenadora do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia do setor de serviços de manutenção, logística e facilities, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, membro do Conselho de Administração da Radix Engenharia e Software S.A., companhia do setor de tecnologia, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, membro independente do Conselho de Administração e do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade da BBM Logística S.A, companhia do setor logístico, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, atuando também em diversos comitês. Conselheira certificada pelo IBGC e Co-Chair da Women Corporate Directors – Brasil (WCD). Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direto de Franca em 1972. É mãe de Frederico Trajano Inácio Rodrigues, hoje, Diretor Presidente da Companhia, sobrinha dos fundadores Luiza Trajano Donato e Pelegrino José Donato. Iniciou suas atividades profissionais em nossa Companhia, e passou por todos os departamentos do grupo: da cobrança à gerência, das vendas à direção comercial. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente, após participar da criação da holding que veio para profissionalizar as empresas e definir o processo sucessório do grupo e, posteriormente, assumiu a Presidência, cargo que ocupou de 2009 a 2015. Foi membro do Conselho Nacional da Gestão Pública (gestão 2007-2010) e, em 2008, passou a fazer parte do Conselho Superior Estratégico da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). No mesmo ano foi nomeada como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), posição que ocupou até 2018. Assumiu também a Presidência do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) para os biênios 2009-2010 e 2015-2016, entidade onde atualmente é Conselheira. É Presidente do Grupo Mulheres do Brasil, do qual participou de sua fundação em 2013. Faz parte do Conselho de Administração da Companhia desde a sua criação, em junho de 2005, sendo atualmente Presidente do Conselho. Em 2008, participou do Conselho de Administração da Sadia S.A. Participou do Conselho de Administração da Luizacred S.A. de 2002 a 2013, tendo ocupado o cargo de Presidente do Conselho em 2012. Além disso, realiza trabalhos voluntários na "ONG – Franca Viva", entidade em que ela participou da fundação na Cidade de Franca e já realizou a formação de mais de 2 mil alunos em cursos de informática. Ocupou também uma das cinco vice-presidências do Conselho Diretor do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Foi indicada pela Presidência da república para ocupar o cargo de Presidente do Conselho Público Olímpico da Autoridade Pública Olímpica, cargo que ocupou até 30 de março de 2017, motivo pelo qual declara que é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada. Também participa como Conselheira da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, da ONG Mulheres em Construção, da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, do Grupo Consultivo do Fundo de População da ONU no Brasil, do Grupo IBMEC Educacional, da Comissão Internacional de Anticorrupção e Responsabilidade Corporativa daICC (International Chamber of Commerce) no Brasil, da Câmara Consultiva de Empresas e Estruturadores – B3 BM&FBOVESPA, da UNICEF Brasil, bem como ocupa o cargo de Vice-Presidente da ACSP - Associação Comercial de São Paulo. Além disso, é fundadora do Instituto de Desenvolvimento do Varejo – IDV, conferencista em diversos eventos, em que relata, entre outros assuntos, sua experiência em gestão de pessoas. Em 2019, foi eleita para o Conselho de Administração da Arezzo&co, companhia do setor calçadista, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e pós-graduado em Administração Financeira pela Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP). Iniciou sua carreira no Banco dos Plantadores de Cana de Pernambuco (1966 a 1971), atuou na área de auditoria na Arthur Andersen & Co (1971 a 1978). Trabalhou no Grupo Bompreço, como CFO/CEO (1978 a 2001). Atuou como CEO na G Barbosa (2002) e nas Casas Pernambucanas (2002 a 2009). De 2009 a 2015, ocupou o cargo de CEO do Magazine Luiza. É membro do Conselho de Administração: Raymundo da Fonte Participações S/A, Companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2013; Movida Participações S/A, empresa do setor de aluguel de carros, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2018; Grupo Avenida, empresa do setor de varejo de vestuário, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2016; Raia Drogasil S/A, empresa do setor de varejo farmacêutico, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2018. É membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Em agosto de 2012, foi negado, pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, o recurso interposto pelo Sr. Marcelo contra decisão da CVM em processo administrativo envolvendo atividades relacionadas ao cargo de Diretor de Relações com Investidores da Bompreço S.A. Supermercados do Nordeste, no qual lhe foi imposta multa pecuniária, sendo devidamente quitada.

---

José Paschoal Rossetti - 016.391.880-53

José Paschoal Rossetti - Economista. Professor e pesquisador da Fundação Dom Cabral, nos cursos MBA e em programas de gestão avançada, realizados em parceria com a INSEAD e com a Kellogg School of Management. Desde a segunda metade dos anos 70, atuou como consultor de mais de 50 grandes empresas, em análise de cenários para planejamento estratégico e estruturação de sistemas de governança corporativa. Nos últimos anos, tem conduzido trabalhos de estruturação de sistemas de governança corporativa em grandes empresas. Fundador e Sócio Diretor da empresa de consultoria em governança corporativa Rossetti & Associados, que atua em aliança com o Centro de Governança de Empresas de Controle Familiar da PwC. Conselheiro de grandes grupos empresariais. Atualmente, é membro dos Conselhos de Administração da Companhia, do Grupo Boticário, companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da Química Amparo/YPÊ, companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da CSD – Companhia Sulamericana de Distribuição, companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia do setor de serviços de manutenção, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Ex-professor titular dos Departamentos de Economia das seguintes escolas de Ensino Superior: Instituto Presbiteriano Mackenzie (Mackenzie), Pontifícia Universidade Católica - São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica - Campinas (PUC-Campinas) e Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). Autor de diversos livros, nas áreas de economia e governança corporativa, tendo mais de 200 artigos em publicações especializadas, dentre elas, Introdução à economia, Economia monetária, Contabilidade social, Economia de mercado: fundamentos, falácias e valores e Transição 2000: tendências, mudanças e estratégias. Seu mais recente livro é Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências (S. Paulo, Atlas, 8ª edição 2019). Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

---

Betania Tanure de Barros - 385.001.086-49

Betania Tanure de Barros – Graduou-se em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (“PUC/MG”). É pós graduada em Management Consulting pela Henley Management College (Inglaterra) e doutora pela Brunel University (Inglaterra). Sócia fundadora da Betania Tanure Associados, foi professora da PUC/MG nos cursos de mestrado e doutorado realizados em parceria com a Fundação Dom Cabral, e atuou durante 15 (quinze) anos como diretora pela Fundação Dom Cabral responsável por toda a área de desenvolvimento de executivos, empresas e parcerias empresariais. É professora convidada do INSEAD (França), do TRIUM (New York University, London School of Economics, HEC) e da London Business School (Inglaterra) e também conferencista em eventos no Brasil e no exterior nas áreas de gestão empresarial, desenvolvimento de executivos, gestão de cultura em processos de transformação, em fusões e aquisições, liderança e equipes de alta performance, impacto da cultura do país nos processos de internacionalização, gestão de pessoas e governança. Atua em projetos de diversas empresas nacionais e internacionais como por exemplo ArcelorMittal, Banco Itaú, Banco Central do Brasil, Gol, Natura, Localiza, entre outras. Autora de diversos livros, artigos, papers e cases publicados no Brasil e no exterior, inclusive artigos na Harvard Business Review. Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gestão de Pessoas da MRV Engenharia e Participações S/A, companhia do setor de construção civil, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, tendo sido conselheira em outros grandes grupos brasileiros como o Grupo RBS (RBS Participações S.A.), companhia do setor de comunicação, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e Medial Saúde S.A., companhia do setor de serviços de saúde, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Participa de várias iniciativas pro bono tendo em vista o desenvolvimento do nosso país e é membro do Conselho Consultivo do Centro Ruth Cardoso. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

---

Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34

Sílvio Romero de Lemos Meira – Graduou-se em engenharia eletrônica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica em 1977; é mestre em informática pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco e PhD em computação pela University of Kent at Canterbury, Inglaterra. É professor emérito do Centro de Informática da UFPE – RECIFE; professor extraordinário da CESAR.SCHOOL, RECIFE; fundador e presidente do Conselho de Administração do Porto Digital, fundador e cientista-chefe da TDS.company. É professor titular aposentado do Centro de Informática da UFPE. Fundou e foi o cientista-chefe do C.E.S.A.R, Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife até julho de 2014, foi professor associado da Escola de Direito da FGV-RIO entre 2014 e 2017 e foi Fellow e Faculty Associate do Berkman Center, Harvard University, de 2012 a 2015. É consultor e palestrante em políticas e estratégias de negócios digitais, TICs, criatividade, inovação e empreendedorismo. Autor de mais de trezentos artigos científicos e centenas de textos sobre tecnologias da informação e seu impacto na economia, sociedade e pessoas, além de autor do livro “Novos Negócios Inovadores de Crescimento Empreendedor no Brasil”, orientou mais de 200 dissertações de mestrado e teses de doutorado em Ciência da Computação. Detém as ordens nacionais do mérito científico (1996), do Rio Branco (2001) e a medalha do conhecimento do MDIC (2008). Em 2006, recebeu do Governo de Pernambuco a mais alta comenda do estado, a ordem do mérito dos Guararapes. Em 2007, a época o elegeu um dos 100 brasileiros mais influentes. Em 2011 foi escolhido por O Globo como personalidade do ano da economia brasileira. Em 2013, a Revista Galileu o escolheu um dos 100 brasileiros mais influentes na web. Não trabalhou, nos últimos 5 anos, em qualquer empresa que integre o grupo econômico da Companhia ou que seja controlada por acionista da Companhia. Atualmente ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Núcleo de Gestão do Porto Digital, associação civil de direito privado sem fins econômicos. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Márcio Kumruian - 168.764.418-73

Marcio Kumruian – Graduou-se em economia pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie e fez extensão em Inovação e Liderança pela Stanford Graduate School of Business, Estados Unidos. Fundou a Netshoes no ano 2000, em dezembro de 2014, foi apontado como o maior e-commerce de artigos esportivos do mundo com presenças no Brasil, Argentina e México. Lançou também a marca Zattini, plataforma do grupo voltada ao mercado de moda e artigos de beleza. À frente da Netshoes, liderou diversas iniciativas pioneiras para o mercado sul-americano, sendo recorrentemente apontado como um empreendedor de destaque em tecnologia e a Netshoes como uma das empresas mais inovadoras no Brasil. Ao longo da trajetória, capitaneou diversas rodadas de investimento com os mais renomados fundos de private equity do mundo, como Temasek, GIC, IFC, Riverwood e Kaszek, e liderou o primeiro IPO brasileiro exclusivamente na Bolsa de Valores de Nova York – NYSE em 2017. Em 2019, gerindo mais de 2 mil colaboradores e um faturamento superior a R$ 2,5 bilhões, esteve a frente do processo de venda do controle acionário da Netshoes ao Magazine Luiza no Brasil e a venda das operações Internacionais. Atualmente é mentor do programa de aceleração de startups da Endeavor e lidera duas Startups: Ziyou, uma startup com serviço inovador de assinatura de equipamentos e conteúdos fitness, e a Tunne, uma startup busca descomplicar o complexo setor de serviços automotivos, companhias não integrantes do grupo econômico da Companhia e não controladas por acionistas da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

José Antônio Palamoni - 202.536.998-00

José Antônio Palamoni – Formou-se como técnico contábil com curso de matemática financeira, liderança, gestão estratégica e tributária no Instituto Francano de Ensino em 1961. Iniciou suas atividades na Companhia em 1963, como contador. Atua, desde 1991, como Diretor Executivo do Grupo Luiza e participa ativamente do Conselho de Administração da holding dos acionistas. Foi também membro do conselho de administração da Luizacred S/A, companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2002 e permanecido até 2018. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia de 2005 a 2017, membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance de 2012 a 2017 e membro do Conselho Fiscal desde 2018. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Robinson Leonardo Nogueira - 201.470.788-06

Robinson Leonardo Nogueira - É graduado em administração de empresas pela Universidade Luterana do Brasil, MBA em controladoria e finanças pela UNIFACEF, técnico em contabilidade e especialização profissional pela ANBIMA CPA-20. Iniciou suas atividades na MTG Participações em 2001, exercendo suas atividades no departamento de contabilidade fiscal e gerencial. Em 2005, assumiu a gestão de controladoria. Atualmente responde pela gestão de investimentos, riscos e tesouraria da MTG, companhia do setor de administração e participações, integrante do grupo econômico da Companhia e, em 29 de abril de 2013, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Thiago Costa Jacinto - 010.562.761-50

Thiago Costa Jacinto - Cursa o 8º ano de Ciências Econômicas na Fundação Armando Alvares Penteado. Iniciou sua carreira na área de contabilidade para pessoa jurídica na LC Contabilidade Ltda., entre 2004 e 2006. Atuou como analista de empresas e trader de ações na CM Capital MarketsAsset Management de 2006 a 2007. Trabalhou na Ashmore Brasil Gestão de Recursos Ltda de 2007 a 2009 como analista de empresas e trader de renda fixa, moedas e derivativos, local e offshore. Em 2009 fundou o TCJ Capital, fundo de investimento em ações, onde atuou como analista de empresas e gestor. Em 2015 o TCJ Capital foi incorporado pela Alaska Asset Management, companhia do setor financeiro, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, onde atua no time de gestão, exercendo a função de analista de empresas brasileiras e estrangeiras. Foi conselheiro fiscal da Unicasa Indústria de Móveis S/A de 2015 a 2017, da Login Logística S/A e Magnesita S/A de 2016 a 2020, da Rumo S/A e Celesc S/A de 2017 a 2020. Foi Conselheiro Fiscal da Comgás S/A de 2018 a 2019 e Conselheiro de Administração da Unicasa Indústrias de Móveis S/A. É membro do Conselho Fiscal da Companhia desde 2016. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Walbert Antônio dos Santos - 867.321.888-87

Walbert Antônio dos Santos – Graduou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade Visconde de Cairu, em 1996. Iniciou suas atividades profissionais na área bancaria, onde trabalhou na Caixa Econômica Federal de 1976 a 1980. Posteriormente atuou durante 35 anos como auditor e consultor empresarial, tendo sido Sócio da Arthur Andersen & CO e após 2002, Sócio da Deloitte Touche Thomatsu auditores, onde encerrou sua carreira em 2015. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Estefan George Haddad - 564.042.128-20

Estefam George Haddad – graduado em Ciências Contábeis pelo CEUB Brasília/DF e pós Graduado em Contabilidade, Auditoria e Legislação Tributária pela Universidade de São Paulo (USP - FUNDACE/FEA). Atuou como professor convidado junto a Fundace/FEA/USP de Ribeirão Preto, ministrando o módulo de Introdução à Contabilidade e Nivelamento no curso de MBA em Contabilidade, Auditoria e Legislação Tributária e o módulo de Auditoria Avançada. Atuou como Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Marfrig Alimentos S.A, de abril/2011 a novembro/2011.De 2011 a 2020, participou de diversas conferências de Contabilidade e Auditoria ministradas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Em 2020, atuou como Coordenador do Grupo Técnico de Agribusiness do IBRACON. Atuou como sócio na BDO até Dezembro/2020, por ter aposentado compulsoriamente. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Eduardo Christovam Galdi Mestieri - 398.427.698-28

Eduardo Christovam Galdi Mestieri - Formado em Administração de empresas pelo Insper, em Dezembro 2012. Ingressou na Skipper Investimentos como estagiário em Julho 2012 e se juntou ao time de análise em 2013, onde permaneceu até a fusão com a VentureStar Investimentos em setembro de 2013. Na VentureStar continuou como Analista até a formação da Alaska Asset Management, companhia do setor financeiro, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. É membro do Conselho Fiscal da Companhia desde 2016, da Sonae Sierra Brasil desde 2017 e Cogna desde 2020. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|---|---|
| Frederico Trajano Inácio Rodrigues - 253.929.608-47 | |
| N/A | |
| Fabrício Bittar Garcia - 212.460.718-94 | |
| N/A | |
| Roberto Bellissimo Rodrigues - 251.674.028-08 | |
| N/A | |
| Eduardo Benjamin Galantenick - 028.384.327-61 | |
| N/A | |
| André Luiz de Souza Fatala - 306.571.038-29 | |
| N/A | |
| Maria Isabel Bonfim de Oliveira - 046.688.188-60 | |

N/A

Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70

N/A

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

N/A

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

N/A

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

N/A

José Paschoal Rossetti - 016.391.880-53

N/A

Betania Tanure de Barros - 385.001.086-49

N/A

Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34

N/A

Márcio Kumruian - 168.764.418-73

N/A

José Antônio Palamoni - 202.536.998-00

N/A

Robinson Leonardo Nogueira - 201.470.788-06

N/A

Thiago Costa Jacinto - 010.562.761-50

N/A

Walbert Antônio dos Santos - 867.321.888-87

N/A

Estefan George Haddad - 564.042.128-20

N/A

Eduardo Christovam Galdi Mestieri - 398.427.698-28

N/A

## 12.7/8 - Composição Dos Comitês

| Nome | Tipo comitê | Tipo de Auditoria | Cargo ocupado | Data de nascimento | Data posse | Prazo mandato |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **CPF** | **Descrição outros comitês** | **Profissão** | **Descrição outros cargos ocupados** | **Data eleição** | **Número de Mandatos Consecutivos** | **Percentual de participação nas reuniões** |
| **Outros cargos/funções exercidas no emissor** | | | | | | |
| Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 09/10/1948 | 30/04/2021 | Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022 |
| 052.571.868-02 | Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional | Empresária | | 30/04/2021 | 5 | 100.00% |
| Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Estratégia e Inovação. | | | | | | |
| Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 09/10/1948 | 30/04/2021 | Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022 |
| 052.571.868-02 | Comitê de Estratégia e Inovação | Empresária | | 30/04/2021 | 5 | 100.00% |
| Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional. | | | | | | |
| Marcelo José Ferreira e Silva | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 18/03/1951 | 30/04/2021 | Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022 |
| 018.752.214-68 | Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional | Economista | | 30/04/2021 | 5 | 100.00% |
| Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e do Comitê de Estratégia e Inovação. | | | | | | |
| Marcelo José Ferreira e Silva | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 18/03/1951 | 30/04/2021 | Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022 |
| 018.752.214-68 | Comitê de Estratégia e Inovação | Economista | | 30/04/2021 | 5 | 100.00% |
| Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance. | | | | | | |
| Marcelo José Ferreira e Silva | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 18/03/1951 | 30/04/2021 | Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022 |
| 018.752.214-68 | Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance | Economista | | 30/04/2021 | 5 | 100.00% |
| Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia e Inovação. | | | | | | |
| Marcelo José Ferreira e Silva | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 18/03/1951 | 30/04/2021 | Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022 |
| 018.752.214-68 | Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor | Economista | | 30/04/2021 | 5 | 100.00% |

## 12.7/8 - Composição Dos Comitês

| Nome | Tipo comitê | Tipo de Auditoria | Cargo ocupado | Data de nascimento | Data posse | Prazo mandato |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **CPF** | **Descrição outros comitês** | **Profissão** | **Descrição outros cargos ocupados** | **Data eleição** | **Número de Mandatos Consecutivos** | **Percentual de participação nas reuniões** |
| **Outros cargos/funções exercidas no emissor** | | | | | | |
| Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia e Inovação. | | | | | | |
| Emília Telma Nery Rodrigues Geron | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 22/10/1962 | 30/04/2021 | Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022 |
| 058.907.558-62 | Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional | Assistente Social | | 30/04/2021 | 5 | 100.00% |
| Não há. | | | | | | |
| Paulo Antônio Baraldi | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 03/06/1949 | 30/04/2021 | Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022 |
| 487.827.268-68 | Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance | Contador e Administrador de Empresas | | 30/04/2021 | 5 | 100.00% |
| Não há. | | | | | | |
| Sílvio Romero de Lemos Meira | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 02/02/1955 | 30/04/2021 | Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022 |
| 851.577.168-34 | Comitê de Estratégia e Inovação | Engenheiro | | 30/04/2021 | 5 | 100.00% |
| Membro do Conselho de Administração. | | | | | | |
| Márcio Kumruian | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 20/01/1974 | 30/04/2021 | Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022 |
| 168.764.418-73 | Comitê de Estratégia e Inovação | Economista | | 30/04/2021 | 1 | 100.00% |
| Membro do Conselho de Administração. | | | | | | |
| Betania Tanure de Barros | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 14/04/1961 | 30/04/2021 | Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022 |
| 385.001.086-49 | Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional | Psicóloga e Empresária | | 30/04/2021 | 4 | 100.00% |
| Membro do Conselho de Administração. | | | | | | |
| José Paschoal Rossetti | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 18/09/1941 | 30/04/2021 | Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022 |

## 12.7/8 - Composição Dos Comitês

| Nome | Tipo comitê | Tipo de Auditoria | Cargo ocupado | Data de nascimento | Data posse | Prazo mandato |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **CPF** | **Descrição outros comitês** | **Profissão** | **Descrição outros cargos ocupados** | **Data eleição** | **Número de Mandatos Consecutivos** | **Percentual de participação nas reuniões** |
| **Outros cargos/funções exercidas no emissor** | | | | | | |
| 016.391.880-53 | Comitê de Estratégia e Inovação | Professor | | 30/04/2021 | 0 | 100.00% |
| Membro do Conselho de Administração. | | | | | | |
| Carlos Renato Donzelli | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 29/10/1969 | 30/04/2021 | Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022 |
| 122.456.288-70 | Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor | Administrador de Empresas | | 30/04/2021 | 9 | 100.00% |
| Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Estratégia e Inovação. | | | | | | |
| Carlos Renato Donzelli | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 29/10/1969 | 30/04/2021 | Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022 |
| 122.456.288-70 | Comitê de Estratégia e Inovação | Administrador de Empresas | | 30/04/2021 | 0 | 0.00% |
| Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor. | | | | | | |
| Inês Corrêa de Souza | Outros Comitês | | Membro do Comitê (Efetivo) | 09/08/1950 | 30/04/2021 | Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022 |
| 299.870.677-00 | Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor | Administradora de Empresas | | 30/04/2021 | 9 | 100.00% |
| Membro do Conselho de Administração. | | | | | | |
| **Experiência profissional / Critérios de Independência** | | | | | | |
| Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02 | | | | | | |

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direto de Franca em 1972. É mãe de Frederico Trajano Inácio Rodrigues, hoje, Diretor Presidente da Companhia, sobrinha dos fundadores Luiza Trajano Donato e Pelegrino José Donato. Iniciou suas atividades profissionais em nossa Companhia, e passou por todos os departamentos do grupo: da cobrança à gerência, das vendas à direção comercial. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente, após participar da criação da holding que veio para profissionalizar as empresas e definir o processo sucessório do grupo e, posteriormente, assumiu a Presidência, cargo que ocupou de 2009 a 2015. Foi membro do Conselho Nacional da Gestão Pública (gestão 2007-2010) e, em 2008, passou a fazer parte do Conselho Superior Estratégico da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). No mesmo ano foi nomeada como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), posição que ocupou até 2018. Assumiu também a Presidência do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) para os biênios 2009-2010 e 2015-2016, entidade onde atualmente é Conselheira. É Presidente do Grupo Mulheres do Brasil, do qual participou de sua fundação em 2013. Faz parte do Conselho de Administração da Companhia desde a sua criação, em junho de 2005, sendo atualmente Presidente do Conselho. Em 2008, participou do Conselho de Administração da Sadia S.A. Participou do Conselho de Administração da Luizacred S.A. de 2002 a 2013, tendo ocupado o cargo de Presidente do Conselho em 2012. Além disso, realiza trabalhos voluntários na "ONG – Franca Viva", entidade em que ela participou da fundação na Cidade de Franca e já realizou a formação de mais de 2 mil alunos em cursos de informática. Ocupou também uma das cinco vice-presidências do Conselho Diretor do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Foi indicada pela Presidência da república para ocupar o cargo de Presidente do Conselho Público Olímpico da Autoridade Pública Olímpica, cargo que ocupou até 30 de março de 2017, motivo pelo qual declara que é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada. Também participa como Conselheira da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, da ONG Mulheres em Construção, da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, do Grupo Consultivo do Fundo de População da ONU no Brasil, do Grupo IBMEC Educacional, da Comissão Internacional de Anticorrupção e Responsabilidade Corporativa daICC (International Chamber of Commerce) no Brasil, da Câmara Consultiva de Empresas e Estruturadores – B3 BM&FBOVESPA, da UNICEF Brasil, bem como ocupa o cargo de Vice-Presidente da ACSP - Associação Comercial de São Paulo. Além disso, é fundadora do Instituto de Desenvolvimento do Varejo – IDV, conferencista em diversos eventos, em que relata, entre outros assuntos, sua experiência em gestão de pessoas. Em 2019, foi eleita para o Conselho de Administração da Arezzo&co, companhia do setor calçadista, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e pós-graduado em Administração Financeira pela Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP). Iniciou sua carreira no Banco dos Plantadores de Cana de Pernambuco (1966 a 1971), atuou na área de auditoria na Arthur Andersen & Co (1971 a 1978). Trabalhou no Grupo Bompreço, como CFO/CEO (1978 a 2001). Atuou como CEO na G Barbosa (2002) e nas Casas Pernambucanas (2002 a 2009). De 2009 a 2015, ocupou o cargo de CEO do Magazine Luiza. É membro do Conselho de Administração: Raymundo da Fonte Participações S/A, Companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2013; Movida Participações S/A, empresa do setor de aluguel de carros, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2018; Grupo Avenida, empresa do setor de varejo de vestuário, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2016; Raia Drogasil S/A, empresa do setor de varejo farmacêutico, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2018. É membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Em agosto de 2012, foi negado, pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, o recurso interposto pelo Sr. Marcelo contra decisão da CVM em processo administrativo envolvendo atividades relacionadas ao cargo de Diretor de Relações com Investidores da Bompreço S.A. Supermercados do Nordeste, no qual lhe foi imposta multa pecuniária, sendo devidamente quitada.

Emília Telma Nery Rodrigues Geron - 058.907.558-62

Emília Telma Nery Rodrigues Geron - Graduou-se em serviço social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, em 1984, e em direito, pela Faculdade de Direito de Franca – FDF, em 1991. Em 1992, formou-se em Psicodrama pelo Instituto Ânimus Psicodrama e Educação - São Paulo (entidade ligada à FEBRAP – Federação Brasileira de Psicodrama). Formou-se também em Gestão Estratégica de Pessoas (GEP) pela Fundação Dom Cabral, em 2014. Em 2015, participou do Curso para Conselheiros de Administração no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Trabalhou no Magazine Luiza durante 31 anos, ocupando vários cargos dentro da área de Recursos Humanos, inclusive ocupando a cadeira de Diretora de Recursos Humanos de 2003 a março de 2016. Atualmente, é membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Paulo Antônio Baraldi - 487.827.268-68

Paulo Antônio Baraldi - graduou-se em Ciências Contábeis e em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas em 1975, cursou o Advanced Management Programme do INSEAD – França em 1996. Participou em diversos cursos no Brasil e no Exterior, inclusive como palestrante, através das empresas em que foi sócio. Foi sócio nas seguintes empresas de consultoria e auditoria: Coopers & Lybrand, Arthur Andersen e Deloitte entre 1986 e 2003. Atualmente é sócio na Risk at Risk Consulting, empresa de Consultoria que iniciou suas atividades em 2003. Foi conselheiro fiscal do Banco Votorantim S.A. entre 2009 e 2010, do Banco ABC Brasil S.A entre 2010 e 2011 e na Renuka do Brasil S.A em 2012. Participou do comitê de auditoria do Grupo Novo Mundo entre 2010 a 2012. Desde 2007 é membro do comitê de auditoria do Grupo José Alves. Em 30 de abril de 2013 foi eleito membro do Comitê de Auditoria da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34

Sílvio Romero de Lemos Meira – Graduou-se em engenharia eletrônica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica em 1977; é mestre em informática pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco e PhD em computação pela University of Kent at Canterbury, Inglaterra. É professor emérito do Centro de Informática da UFPE – RECIFE; professor extraordinário da CESAR.SCHOOL, RECIFE; fundador e presidente do Conselho de Administração do Porto Digital, fundador e cientista-chefe da TDS.company. É professor titular aposentado do Centro de Informática da UFPE. Fundou e foi o cientista-chefe do C.E.S.A.R, Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife até julho de 2014, foi professor associado da Escola de Direito da FGV-RIO entre 2014 e 2017 e foi Fellow e Faculty Associate do Berkman Center, Harvard University, de 2012 a 2015. É consultor e palestrante em políticas e estratégias de negócios digitais, TICs, criatividade, inovação e empreendedorismo. Autor de mais de trezentos artigos científicos e centenas de textos sobre tecnologias da informação e seu impacto na economia, sociedade e pessoas, além de autor do livro “Novos Negócios Inovadores de Crescimento Empreendedor no Brasil”, orientou mais de 200 dissertações de mestrado e teses de doutorado em Ciência da Computação. Detém as ordens nacionais do mérito científico (1996), do Rio Branco (2001) e a medalha do conhecimento do MDIC (2008). Em 2006, recebeu do Governo de Pernambuco a mais alta comenda do estado, a ordem do mérito dos Guararapes. Em 2007, a época o elegeu um dos 100 brasileiros mais influentes. Em 2011 foi escolhido por O Globo como personalidade do ano da economia brasileira. Em 2013, a Revista Galileu o escolheu um dos 100 brasileiros mais influentes na web. Não trabalhou, nos últimos 5 anos, em qualquer empresa que integre o grupo econômico da Companhia ou que seja controlada por acionista da Companhia. Atualmente ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Núcleo de Gestão do Porto Digital, associação civil de direito privado sem fins econômicos. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Márcio Kumruian - 168.764.418-73

Marcio Kumruian – Graduou-se em economia pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie e fez extensão em Inovação e Liderança pela Stanford Graduate School of Business, Estados Unidos. Fundou a Netshoes no ano 2000, em dezembro de 2014, foi apontado como o maior e-commerce de artigos esportivos do mundo com presenças no Brasil, Argentina e México. Lançou também a marca Zattini, plataforma do grupo voltada ao mercado de moda e artigos de beleza. À frente da Netshoes, liderou diversas iniciativas pioneiras para o mercado sul-americano, sendo recorrentemente apontado como um empreendedor de destaque em tecnologia e a Netshoes como uma das empresas mais inovadoras no Brasil. Ao longo da trajetória, capitaneou diversas rodadas de investimento com os mais renomados fundos de private equity do mundo, como Temasek, GIC, IFC, Riverwood e Kaszek, e liderou o primeiro IPO brasileiro exclusivamente na Bolsa de Valores de Nova York – NYSE em 2017. Em 2019, gerindo mais de 2 mil colaboradores e um faturamento superior a R$ 2,5 bilhões, esteve a frente do processo de venda do controle acionário da Netshoes ao Magazine Luiza no Brasil e a venda das operações Internacionais. Atualmente é mentor do programa de aceleração de startups da Endeavor e lidera duas Startups: Ziyou, uma startup com serviço inovador de assinatura de equipamentos e conteúdos fitness, e a Tunne, uma startup busca descomplicar o complexo setor de serviços automotivos, companhias não integrantes do grupo econômico da Companhia e não controladas por acionistas da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Betania Tanure de Barros - 385.001.086-49

Betania Tanure de Barros – Graduou-se em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (“PUC/MG”). É pós graduada em Management Consulting pela Henley Management College (Inglaterra) e doutora pela Brunel University (Inglaterra). Sócia fundadora da Betania Tanure Associados, foi professora da PUC/MG nos cursos de mestrado e doutorado realizados em parceria com a Fundação Dom Cabral, e atuou durante 15 (quinze) anos como diretora pela Fundação Dom Cabral responsável por toda a área de desenvolvimento de executivos, empresas e parcerias empresariais. É professora convidada do INSEAD (França), do TRIUM (New York University, London School of Economics, HEC) e da London Business School (Inglaterra) e também conferencista em eventos no Brasil e no exterior nas áreas de gestão empresarial, desenvolvimento de executivos, gestão de cultura em processos de transformação, em fusões e aquisições, liderança e equipes de alta performance, impacto da cultura do país nos processos de internacionalização, gestão de pessoas e governança. Atua em projetos de diversas empresas nacionais e internacionais como por exemplo ArcelorMittal, Banco Itaú, Banco Central do Brasil, Gol, Natura, Localiza, entre outras. Autora de diversos livros, artigos, papers e cases publicados no Brasil e no exterior, inclusive artigos na Harvard Business Review. Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gestão de Pessoas da MRV Engenharia e Participações S/A, companhia do setor de construção civil, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, tendo sido conselheira em outros grandes grupos brasileiros como o Grupo RBS (RBS Participações S.A.), companhia do setor de comunicação, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e Medial Saúde S.A., companhia do setor de serviços de saúde, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Participa de várias iniciativas pro bono tendo em vista o desenvolvimento do nosso país e é membro do Conselho Consultivo do Centro Ruth Cardoso. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

José Paschoal Rossetti - 016.391.880-53

José Paschoal Rossetti - Economista. Professor e pesquisador da Fundação Dom Cabral, nos cursos MBA e em programas de gestão avançada, realizados em parceria com a INSEAD e com a Kellogg School of Management. Desde a segunda metade dos anos 70, atuou como consultor de mais de 50 grandes empresas, em análise de cenários para planejamento estratégico e estruturação de sistemas de governança corporativa. Nos últimos anos, tem conduzido trabalhos de estruturação de sistemas de governança corporativa em grandes empresas. Fundador e Sócio Diretor da empresa de consultoria em governança corporativa Rossetti & Associados, que atua em aliança com o Centro de Governança de Empresas de Controle Familiar da PwC. Conselheiro de grandes grupos empresariais. Atualmente, é membro dos Conselhos de Administração da Companhia, do Grupo Boticário, companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da Química Amparo/YPÊ, companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da CSD – Companhia Sulamericana de Distribuição, companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia do setor de serviços de manutenção, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Ex-professor titular dos Departamentos de Economia das seguintes escolas de Ensino Superior: Instituto Presbiteriano Mackenzie (Mackenzie), Pontifícia Universidade Católica - São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica - Campinas (PUC-Campinas) e Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). Autor de diversos livros, nas áreas de economia e governança corporativa, tendo mais de 200 artigos em publicações especializadas, dentre elas, Introdução à economia, Economia monetária, Contabilidade social, Economia de mercado: fundamentos, falácias e valores e Transição 2000: tendências, mudanças e estratégias. Seu mais recente livro é Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências (S. Paulo, Atlas, 8ª edição 2019). Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70

Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70

Carlos Renato Donzelli – Formou-se como técnico em contabilidade pela Escola Estadual Torquato Caleiro em 1987; graduado em Administração pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 1991; pós-graduado em Administração Financeira com ênfase em Auditoria e Marketing pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação – FACEF/INPG em 1993; e mestre em Gestão Empresarial pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 2002. Especialização no Curso de Extensão no Programa de Gestão Avançada – PGA – Turma 26/2015 - Programa realizado pela Fundação Dom Cabral em parceria com INSEAD. Passou por vários cargos no Banco do Brasil entre 1985 e 1995, sendo o último Gerente de Atendimentos Especiais. Iniciou seu trabalho na Luiza Factoring em 1995 e, em 1997, passou a gerenciar o departamento financeiro da Holding do Grupo – MTG Administração e Assessoria S/C Ltda. Atuou como gerente financeiro da Companhia em 2000 e, em seguida, assumiu a posição de Diretor Financeiro. Desde 2009, é membro do Conselho de Administração da Companhia. Conselheiro na Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), desde sua criação em 2014. É também membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor da Companhia, e membro suplente do Conselho de Administração da Luizacred S/A., companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2013. Presta serviços de conselheiro para o INEPAD Consulting, desde janeiro de 2019. Membro do Conselho deliberativo da Flormel Indústria de Alimentos S/A, desde agosto de 2019 e Membro Observador no Conselho de Administração da Empresa Tecsoil Automação e Sistemas S/A – Solinfitec, desde fevereiro de 2020. Atuante em associações e empresas do terceiro setor: ONG Franca Viva, como Vice-Presidente e Conselheiro a partir de janeiro de 2010, na Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) desde a criação em 2014, , no Instituto Brasil a Gosto como conselheiro, Presidente do Conselho no Franca Basquete desde 2014, além de Vice Presidente Financeiro da Liga Nacioal de Basquete (LNB) desde 2018 e docente das disciplinas Administração Financeira e Gestão Empresarial nos cursos de graduação e pós graduação no Uni-FACEF. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

Inês Corrêa de Souza – Graduou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1972 e cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1991. É sócia fundadora na Latitude Gestão e Finanças, empresa que iniciou suas atividades em 2004. Iniciou sua carreira nas áreas de custos, orçamento e planejamento na General Eletric do Brasil S.A. entre 1973 e 1975. Posteriormente foi Diretora Financeira da Companhia Vale do Rio Doce, onde exerceu diversos cargos executivos entre 1976 e 1999, tendo atuado também como Membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo Vale. Foi Presidente do Banco UBS S.A. e diretora geral do UBS AG no Brasil, tendo sido responsável também pelas áreas de Operações, Finanças Corporativas e Wealth Management do Banco UBS Warburg entre 1999 e 2004. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, membro independente, coordenadora do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia do setor de serviços de manutenção, logística e facilities, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, membro do Conselho de Administração da Radix Engenharia e Software S.A., companhia do setor de tecnologia, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, membro independente do Conselho de Administração e do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade da BBM Logística S.A, companhia do setor logístico, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, atuando também em diversos comitês. Conselheira certificada pelo IBGC e Co-Chair da Women Corporate Directors – Brasil (WCD). Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|---|---|

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

N/A

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

N/A

Emília Telma Nery Rodrigues Geron - 058.907.558-62

N/A

Paulo Antônio Baraldi - 487.827.268-68

N/A

Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34

N/A

Márcio Kumruian - 168.764.418-73

N/A

Betania Tanure de Barros - 385.001.086-49

N/A

José Paschoal Rossetti - 016.391.880-53

N/A

Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70

Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70

N/A

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

N/A

## 12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

| Nome | CPF | Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador | CNPJ | Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada |
|---|---|---|---|---|
| **Cargo** | | | | |
| **Administrador do emissor ou controlada** | | | | |
| Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues | 052.571.868-02 | Magazine Luiza S.A. | 47.960.950/0001-21 | Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade) |
| Presidente do Conselho de Administração | | | | |
| **Pessoa relacionada** | | | | |
| Frederico Trajano Inácio Rodrigues | 253.929.608-47 | Magazine Luiza S.A. | 47.960.950/0001-21 | |
| Diretor Presidente | | | | |
| **Observação** | | | | |
| **Administrador do emissor ou controlada** | | | | |
| Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues | 052.571.868-02 | Magazine Luiza S.A. | 47.960.950/0001-21 | Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade) |
| Presidente do Conselho de Administração | | | | |
| **Pessoa relacionada** | | | | |
| Frederico Trajano Inácio Rodrigues | 253.929.608-47 | Luizaseg Seguros S.A. | 07.746.953/0001-42 | |
| Presidente do Conselho de Administração | | | | |
| **Observação** | | | | |
| **Administrador do emissor ou controlada** | | | | |
| Fabrício Bittar Garcia | 212.460.718-94 | Magazine Luiza S.A. | 47.960.950/0001-21 | Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) |
| Diretor | | | | |
| **Pessoa relacionada** | | | | |
| Flávia Bittar Garcia Faleiros | 219.580.708-31 | Wagner Garcia Participações S.A. | 01.878.512/0001-18 | |
| Diretora | | | | |
| **Observação** | | | | |
| **Administrador do emissor ou controlada** | | | | |
| Fabrício Bittar Garcia | 212.460.718-94 | Magazine Luiza S.A. | 47.960.950/0001-21 | Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade) |
| Diretor | | | | |

## 12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

| Nome | CPF | Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador | CNPJ | Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada |
|---|---|---|---|---|
| **Cargo** | | | | |
| **Pessoa relacionada** | | | | |
| Franco Bittar Garcia | 219.466.798-95 | Wagner Garcia Participações S.A. | 01.878.512/0001-18 | |
| Diretor | | | | |
| **Observação** | | | | |

## 12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|---|---|---|
| **Cargo/Função** | | | |

### Exercício Social 31/12/2019

**Administrador do Emissor**

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues | 052.571.868-02 | Controle | Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

Luiza Participações S.A. | 00.835.086/0001-72

Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Fabrício Bittar Garcia | 212.460.718-94 | Controle | Controlador Direto

Diretor Vice-Presidente

**Pessoa Relacionada**

Wagner Garcia Participações S.A. | 01.878.512/0001-18

Diretor Vice-Presidente e detentor de 33,33% das ações da Wagner Garcia Participações S.A., nossa controladora direta.

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Frederico Trajano Inácio Rodrigues | 253.929.608-47 | Subordinação | Controlada Indireta

Diretor Presidente

**Pessoa Relacionada**

Luizaseg Seguros S.A. | 07.746.953/0001-42

Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

## 12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|---|---|---|
| **Cargo/Função** | | | |
| Fabrício Bittar Garcia | 212.460.718-94 | Controle | Controlador Direto |
| Diretor Vice-Presidente | | | |
| **Pessoa Relacionada** | | | |
| LTD Administração e Participações S.A. | 66.117.474/0001-26 | | |
| Membro do Conselho de Administração, nossa controladora direta. | | | |
| **Observação** | | | |
| **Administrador do Emissor** | | | |
| Fabrício Bittar Garcia | 212.460.718-94 | Subordinação | Controlada Direta |
| Diretor Vice-Presidente | | | |
| **Pessoa Relacionada** | | | |
| Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento | 02.206.577/0001-80 | | |
| Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta. | | | |
| **Observação** | | | |
| **Administrador do Emissor** | | | |
| Carlos Renato Donzelli | 122.456.288-70 | Subordinação | Controlada Direta |
| Membro do Conselho de Administração | | | |
| **Pessoa Relacionada** | | | |
| Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento | 02.206.577/0001-80 | | |
| Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta. | | | |
| **Observação** | | | |
| **Administrador do Emissor** | | | |
| Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues | 052.571.868-02 | Controle | Controlador Indireto |
| Presidente do Conselho de Administração | | | |
| **Pessoa Relacionada** | | | |

## 12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|---|---|---|
| **Cargo/Função** | | | |
| LTD Administração e Participações S.A. | 66.117.474/0001-26 | | |
| Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta. | | | |
| **Observação** | | | |
| | | | |
| **Administrador do Emissor** | | | |
| Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues | 052.571.868-02 | Subordinação | Controlada Direta |
| Presidente do Conselho de Administração | | | |
| **Pessoa Relacionada** | | | |
| Luizaseg Seguros S.A. | 07.746.953/0001-42 | | |
| Presidente do Conselho de Administração, nossa controlada direta | | | |
| **Observação** | | | |
| | | | |
| **Administrador do Emissor** | | | |
| Marcelo José Ferreira e Silva | 018.752.214-68 | Subordinação | Controlada Direta |
| Vice-Presidente do Conselho de Administração | | | |
| **Pessoa Relacionada** | | | |
| Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento | 02.206.577/0001-80 | | |
| Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta. | | | |
| **Observação** | | | |
| | | | |
| **Administrador do Emissor** | | | |
| Marcelo José Ferreira e Silva | 018.752.214-68 | Subordinação | Controlada Direta |
| Vice-Presidente do Conselho de Administração | | | |
| **Pessoa Relacionada** | | | |
| Luizaseg Seguros S.A. | 07.746.953/0001-42 | | |
| Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta | | | |
| **Observação** | | | |

## 12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|---|---|---|
| **Cargo/Função** | | | |
| **Administrador do Emissor** | | | |
| Roberto Bellissimo Rodrigues | 251.674.028-08 | Subordinação | Controlada Direta |
| Diretor Financeiro e de Relações com Investidores | | | |
| **Pessoa Relacionada** | | | |
| Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento | 02.206.577/0001-80 | | |
| Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta. | | | |
| **Observação** | | | |
| **Administrador do Emissor** | | | |
| Maria Isabel Bonfim de Oliveira | 046.688.188-60 | Subordinação | Controlada Direta |
| Diretora de Administração e Controle | | | |
| **Pessoa Relacionada** | | | |
| Luizaseg Seguros S.A. | 07.746.953/0001-42 | | |
| Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta. | | | |
| **Observação** | | | |

### Exercício Social 31/12/2018

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Administrador do Emissor** | | | |
| Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues | 052.571.868-02 | Controle | Controlador Indireto |
| Presidente do Conselho de Administração | | | |
| **Pessoa Relacionada** | | | |
| Luiza Participações S.A. | 00.835.086/0001-72 | | |
| Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta. | | | |
| **Observação** | | | |

## 12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|---|---|---|
| **Cargo/Função** | | | |
| **Administrador do Emissor** | | | |
| Carlos Renato Donzelli | 122.456.288-70 | Subordinação | Controlada Direta |
| Membro do Conselho de Administração | | | |
| **Pessoa Relacionada** | | | |
| Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento | 02.206.577/0001-80 | | |
| Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta. | | | |
| **Observação** | | | |
| **Administrador do Emissor** | | | |
| Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues | 052.571.868-02 | Controle | Controlador Indireto |
| Presidente do Conselho de Administração | | | |
| **Pessoa Relacionada** | | | |
| LTD Administração e Participações S.A. | 66.117.474/0001-26 | | |
| Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta. | | | |
| **Observação** | | | |
| **Administrador do Emissor** | | | |
| Marcelo José Ferreira e Silva | 018.752.214-68 | Subordinação | Controlada Direta |
| Vice-Presidente do Conselho de Administração | | | |
| **Pessoa Relacionada** | | | |
| Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento | 02.206.577/0001-80 | | |
| Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta | | | |
| **Observação** | | | |
| **Administrador do Emissor** | | | |
| Marcelo José Ferreira e Silva | 018.752.214-68 | Subordinação | Controlada Direta |
| Vice-Presidente do Conselho de Administração | | | |

## 12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|---|---|---|
| **Cargo/Função** | | | |
| **Pessoa Relacionada** | | | |
| Luizaseg Seguros S.A. | 07.746.953/0001-42 | | |
| Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta | | | |
| **Observação** | | | |

## 12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Em linha com a sua política de contratação de seguros, a Companhia contrata, anualmente, apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores ("**D&O**"), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros da Companhia o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes da reparação de eventuais danos causados pelo segurado a terceiros ou à própria Companhia, bem como o pagamento parcial de multas e penalidades cíveis e administrativas impostas aos administradores da Companhia enquanto no exercício de suas funções profissionais.

A apólice (30/06/2020 a 30/06/2021) foi contratada junto à Austral Seguradora S.A. ("**Austral**"). O valor total do prêmio do seguro contratado foi de R$85.904,00, com limite máximo de garantia, no valor de R$90milhões. O D&O conta com (i) Cobertura A: por meio da qual a Austral se obriga a pagar aos segurados as perdas indenizáveis resultantes de uma reclamação coberta, (ii) Cobertura B: por meio da qual a Austral se obriga a reembolsar à Companhia as perdas indenizáveis incorridas com reclamações cobertas proposta contra os segurados e (iii) Cobertura C: por meio da qual a Austral se obriga a pagar as perdas incorridas pela Companhia em decorrência de reclamação no âmbito do mercado de capitais decorrentes de atos da Companhia, no Brasil e no Exterior.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

## 12.12 - Outras informações relevantes

**Assembleias Gerais da Companhia**

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, (iii) realização de segunda convocação; e (iv) quórum de instalação:

| Evento | Principais Matérias | Data | 2ª Convocação | Quórum |
|---|---|---|---|---|
| Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária | AGO: i) apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, incluindo distribuição de dividendos; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no Estatuto Social; (iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (v) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018.<br><br>AGE: (i) ratificação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, reapresentadas em 30 de maio 2017; (ii) reconstituição de reserva de lucros de exercícios anteriores, em razão da reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (iii) alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para inclusão de novas regras de governança corporativa, bem como para adaptá-lo às regras do novo regulamento de listagem do segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado. | 13/04/2018 | Não | 80% |
| Assembleia Geral Ordinária | (i) apreciação do relatório de administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes | 12/04/2019 | Não | 83% |

## 12.12 - Outras informações relevantes

| Evento | Principais Matérias | Data | 2ª Convocação | Quórum |
|---|---|---|---|---|
| | referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, incluindo distribuição de dividendos; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia; (iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia; e (v) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019. | | | |
| Assembleia Geral Extraordinária | (i) ratificação, nos termos do artigo 256, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, da aquisição, pela Companhia, das empresas de tecnologia Softbox Sistemas de Informação Ltda., Certa Administração Ltda. e Kelex Tecnologia Ltda. ("**Operação**"); (ii) ratificação da nomeação e contratação da American Appraisal Serviços de Avaliação Ltda. ("**Duff & Phelps Brasil**"), empresa especializada contratada pela administração da Companhia para elaboração de laudo de avaliação previsto no artigo 256, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, em razão da Operação ("**Laudo de Avaliação**"); (iii) aprovação do Laudo de Avaliação; e (iv) retificação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 13 de abril de 2018. | 12/04/2019 | Não | 82% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Apreciar e deliberar sobre proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adequação ao processo de certificação do Sistema B-Corporation, bem como para alterar a | 05/07/2019 | Não | 73% |

## 12.12 - Outras informações relevantes

| Evento | Principais Matérias | Data | 2ª Convocação | Quórum |
|---|---|---|---|---|
| | composição da Diretoria da Companhia. | | | |
| Assembleia Geral Extraordinária | (i) proposta de desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 01 ação ordinária para 08 ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia; (ii) consequente alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para ajustar o valor do capital autorizado que será alterado em função do desdobramento de ações, caso aprovado; e (iii) autorizar à Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações mencionadas nos itens (i) e (ii) acima. | 31/07/2019 | Não | 73% |
| Assembleia Geral Extraordinária | (i) ratificação de aumento de capital; (ii) retificação da remuneração global dos administradores; e (iii) alteração e consolidação do Estatuto Social. | 22/07/2020 | Não | 72,58% |
| Assembleia Geral Ordinária | (i) apreciação do relatório de administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo distribuição de dividendos; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia; (iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia; e (v) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020. | 27/07/2020 | Não | 80,04% |
| Assembleia Geral Extraordinária | Aprovação do desdobramento de ações, na proporção de 01 (uma) ação ordinária para 04 (quatro) ações ordinárias. | 07/10/2020 | Não | 70,45% |

## 12.12 - Outras informações relevantes

**Governança Corporativa**

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("**IBGC**"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O accountability, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

A Companhia empenha esforços contínuos no processo de aperfeiçoamento de suas práticas de governança corporativa. Em linha com as disposições do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, emitido em novembro de 2016 pelo Grupo de Trabalho Interagentes, e outras recomendações do IBGC, a Companhia adota práticas tais como:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- não vinculação de exercício de direito de voto de administradores ou membros dos órgãos de fiscalização e controle;
- não adoção de cláusulas pétreas no Estatuto Social;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- conselho de administração composto por, no mínimo, um terço de membros independentes;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- processo anual de avaliação de desempenho do seu Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e da secretaria de governança de forma colegiada;
- processo anual de avaliação do diretor presidente, pelo Conselho de Administração, visa permitir a revisão e análise das contribuições, a fim de que sejam alcançados os objetivos estratégicos estabelecidos pelo conselho de administração. São indicados como critérios de avaliação aspectos financeiros e não-financeiros, tais como foco em resultados, relações com clientes, foco em pessoas, foco no processo de inovação e gestão, relação com Governança Corporativa e Autodesenvolvimento. O processo de avaliação do diretor presidente é realizado pelo Conselho de Administração, com assessoramento do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional, dentro dos períodos recomendados pelas melhores práticas de Governança Corporativa. Para o exercício de 2019, tendo em vista os efeitos decorridos da Pandemia, o processo de avaliação do diretor presidente foi postergado e será concluído nos próximos meses.

## 12.12 - Outras informações relevantes

- plano de integração de novos membros do Conselho de Administração;

- adoção de Política de Gestão de Riscos, Código de Ética e Conduta e Política de Divulgação de Ato ou fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários, Política de destinação de Resultados, Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária, Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra-Auditoria, Política para Transações com Partes Relacionadas;

- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;

- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e

- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos, impondo regras que visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Em setembro de 2017, o colegiado da Comissão de Valores Mobiliários aprovou a nova versão do Regulamento do Novo Mercado, visando ampliar o rol de informações divulgadas pelas Companhias listadas, e aprimorar obrigações de divulgação e diretrizes de governança corporativa. A Companhia procedeu às adequações requeridas para adoção imediata, e está trabalhando na adequação de outras práticas requeridas cujo prazo estabelecido é a Assembleia Geral Ordinária de deliberação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2021.

# 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

**(a) objetivos da política ou prática de remuneração**

As nossas diretrizes de remuneração para os membros do Conselho de Administração, de nossos diretores estatutários e diretores não estatutários (em conjunto, "**Diretores**") tem como objetivo garantir possibilidade de oportunidades de desenvolvimento, o equilíbrio entre as metas da organização, a estratégia de nossos negócios e as práticas do mercado. Essas diretrizes visam a retribuição do desempenho de nossos Administradores e lhes recompensar pelas metas alcançadas. Estabelecemos a nossa remuneração com base em pesquisas realizadas no mercado. A Companhia vem trabalhando na formalização das práticas remuneratórias já consolidadas internamente.

**(b) composição da remuneração**

***(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles***

A remuneração fixa e variável adotada, bem como as indicações de eventuais benefícios recebidos pelos nossos Administradores são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração.

**Conselho da Administração**

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado, para atuar na definição, desenvolvimento e acompanhamento das estratégias da Companhia. Os honorários são iguais para todos os membros, com exceção dos honorários do presidente e vice-presidente, que são diferenciados, bem como de um membro efetivo que não faz jus a remuneração por honorários fixos mensais.

Não obstante o acima, um dos nossos membros do Conselho de Administração faz jus à remuneração baseada em ações prevista no nosso plano de opção de compra.

**Diretoria**

A remuneração dos Diretores é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e remuneração variável, um prêmio pelo desempenho pessoal. Adicionalmente, a critério do nosso Conselho de Administração, poderá ser concedido a eles remuneração baseada em ações de nossa emissão. Além disso, nossos Diretores recebem benefícios conforme prática de mercado como, por exemplo, carro (somente Diretores estatutários), telefone, plano de saúde e vale refeição. Ademais, parte de nossos Diretores está sob regime celetista.

**Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal recebem o mínimo estabelecido pelo artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações

**Comitês**

Os membros independentes e os externos do Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance,* do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia e Inovação, que não são membros do nosso Conselho de Administração, recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado.

***(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total***

A proporção de cada elemento da remuneração total segue descrita abaixo:

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 – Valores Anuais |
|---|

## 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|---|---|---|---|
| **Remuneração fixa** | 83,33% | 9,92% | 83,33% |
| **Benefícios** | Não há | 0,32% | Não há |
| **Participação em comitês** | Não há | Não há | Não há |
| **Outros** | 16,67% | 7,25% | 16,67% |
| **Remuneração Variável** | Não há | 13,60% | Não há |
| **Remuneração Baseada em Ações** | Não há | 68,92% | Não há |
| **Total** | **100,00%** | **100,00%** | **100,00%** |

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 – Valores Anuais | | | |
|---|---|---|---|
| | **Conselho de Administração** | **Diretoria Estatutária** | **Conselho Fiscal** |
| **Remuneração fixa** | 81,66% | 8,71% | 82,55% |
| **Benefícios** | 0,00% | 0,21% | 0,00% |
| **Participação em comitês** | Não há | Não há | Não há |
| **Outros** | 16,33% | 6,91% | 17,45% |
| **Remuneração Variável** | Não há | 34,31% | Não há |
| **Remuneração Baseada em Ações** | 2,00% | 49,85% | Não há |
| **Total** | **100,00%** | **100,00%** | **100,00%** |

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 – Valores Anuais | | | |
|---|---|---|---|
| | **Conselho de Administração** | **Diretoria Estatutária** | **Conselho Fiscal** |
| **Remuneração fixa** | 81,34% | 19,40% | 82,87% |
| **Benefícios** | 0,00% | 0,46% | Não há |
| **Participação em comitês** | Não há | Não há | Não há |
| **Outros** | 16,27% | 6,87% | 17,13% |
| **Remuneração Variável** | Não há | 55,57% | Não há |
| **Remuneração Baseada em Ações** | 2,39% | 17,70% | Não há |
| **Total** | **100,00%** | **100,00%** | **100,00%** |

***(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração***

Não há metodologia específica de cálculo da remuneração. O reajuste da remuneração dos nossos Administradores se dá após a sua comparação com o mercado, quando fazemos pesquisas para avaliar a necessidade de eventual reajuste.

***(iv) razões que justificam a composição da remuneração***

As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo para melhoria da nossa gestão e a retenção dos executivos, visando o ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazos.

## 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

***(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato***

Não aplicável.

**(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

A remuneração variável dos diretores estatutários é estabelecida anualmente e está atrelada a metas que são desdobradas das intenções estratégicas da Companhia. Estas metas consideram a avaliação comportamento e os resultados corporativos e individuais, que incluem projetos estratégicos, resultados operacionais e indicadores relacionados ao desempenho socioambiental.

**(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A parcela variável de remuneração está vinculada (i) às metas corporativas, (ii) às metas individuais e (iii) à avaliação comportamental.

**(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A remuneração descrita acima procura incentivar os nossos Administradores a buscar maior rentabilidade aos nossos investimentos em projeto diversos.

**(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há.

**(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Nos 12 (doze) meses imediatamente seguintes à alienação do controle da Companhia, caso qualquer dos Administradores seja destituído do seu cargo sem que tenha violado um de seus deveres ou atribuições, as opções detidas por tal administrador destituído, ainda que no curso do prazo de carência previsto no plano de opções, tornar-se-ão imediatamente exercíveis.

**(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria**

Para definir a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional analisam pesquisas de mercado e, se for o caso, contratam empresas de consultoria especializadas no tema.

**(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam**

O Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional assessora o Conselho de Administração na avaliação e definição da remuneração dos administradores, emitindo seu parecer e fazendo as recomendações para a tomada de decisão do Conselho de Administração.

**(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual**

O Conselho de Administração e o Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional analisam pesquisas de mercado e, se for o caso, contratam empresas de consultoria especializadas no tema, bem como avaliam as práticas de remuneração não só do segmento de varejo, mas também de outros setores que impactam nossos negócios.

## 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

**(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração**

A avaliação é feita anualmente, e leva em consideração as práticas de remuneração do setor de varejo e de outros setores que impactam nossos negócios.

**13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**

**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Nº total de membros | 7,67 | 6,00 | 3,00 | 16,67 |
| Nº de membros remunerados | 7,67 | 6,00 | 3,00 | 16,67 |
| **Remuneração fixa anual** | | | | |
| Salário ou pró-labore | 4.616.000,00 | 7.477.200,00 | 384.000,00 | 12.477.200,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 242.091,00 | 0,00 | 242.091,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| **Remuneração variável** | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 10.000.000,00 | 0,00 | 10.000.000,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| **Pós-emprego** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Cessação do cargo** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Baseada em ações (incluindo opções)** | 19.668.189,00 | 42.789.754,00 | 0,00 | 62.457.943,00 |
| **Observação** | O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021 | O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021 | | |
| Total da remuneração | 24.284.189,00 | 60.509.045,00 | 384.000,00 | 85.177.234,00 |

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Nº total de membros | 7,00 | 6,00 | 3,00 | 16,00 |
| Nº de membros remunerados | 7,00 | 6,00 | 3,00 | 16,00 |
| **Remuneração fixa anual** | | | | |
| Salário ou pró-labore | 3.549.000,00 | 6.427.991,00 | 301.327,00 | 10.278.318,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 204.188,00 | 0,00 | 204.188,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 709.800,00 | 12.855.067,00 | 60.265,00 | 13.625.132,00 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Descrição de outras remunerações fixas | O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal. | Do montante total de R$ 12.855.067 informado no campo "Outros", R$ 9.989.557 corresponde ao INSS patronal e R$ 2.865.510 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT. | O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal. | |
| **Remuneração variável** | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 8.807.348,00 | 0,00 | 8.807.348,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| **Pós-emprego** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Cessação do cargo** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Baseada em ações (incluindo opções)** | 0,00 | 44.646.835,00 | 0,00 | 44.646.835,00 |
| **Observação** | O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021 | O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021 | O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021 | |
| Total da remuneração | 4.258.800,00 | 72.941.429,00 | 361.592,00 | 77.561.821,00 |

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Nº total de membros | 7,00 | 5,00 | 3,00 | 15,00 |
| Nº de membros remunerados | 7,00 | 5,00 | 3,00 | 15,00 |
| **Remuneração fixa anual** | | | | |
| Salário ou pró-labore | 3.822.000,00 | 6.470.754,00 | 300.536,00 | 10.593.290,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 157.224,00 | 0,00 | 157.224,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 764.400,00 | 5.130.016,00 | 63.529,00 | 5.957.945,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal. | Do montante total de R$ 5.130.016 informado no campo "Outros", R$ 4.050.532 corresponde ao INSS patronal e R$ 1.079,484 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT. | O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal. | |
| **Remuneração variável** | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 25.484.101,00 | 0,00 | 25.484.101,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 03/2019 | |
| **Pós-emprego** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Cessação do cargo** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Baseada em ações (incluindo opções)** | 93.835,00 | 37.025.467,00 | 0,00 | 37.119.302,00 |
| **Observação** | O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 03/2019 | O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 03/2019 | | |
| Nº total de membros | 7,00 | 5,00 | 3,00 | 15,00 |
| Nº de membros remunerados | 7,00 | 5,00 | 3,00 | 15,00 |
| **Remuneração fixa anual** | | | | |
| Salário ou pró-labore | 3.822.000,00 | 6.470.754,00 | 300.536,00 | 10.593.290,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 157.224,00 | 0,00 | 157.224,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 764.400,00 | 5.130.016,00 | 63.529,00 | 5.957.945,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal. | Do montante total de R$ 5.130.016 informado no campo "Outros", R$ 4.050.532 corresponde ao INSS patronal e R$ 1.079,484 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT. | O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal. | |
| **Remuneração variável** | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 25.484.101,00 | 0,00 | 25.484.101,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| **Pós-emprego** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Cessação do cargo** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Baseada em ações (incluindo opções)** | 93.835,00 | 37.025.467,00 | 0,00 | 37.119.302,00 |
| **Observação** | O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021 | O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021 | O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021 | |
| Total da remuneração | 4.680.235,00 | 74.267.562,00 | 364.064,00 | 79.311.862,00 |

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| Nº total de membros | 7,00 | 4,00 | 3,00 | 14,00 |
| Nº de membros remunerados | 7,00 | 4,00 | 3,00 | 14,00 |
| **Remuneração fixa anual** | | | | |
| Salário ou pró-labore | 3.194.000,00 | 5.387.602,00 | 300.536,00 | 8.882.138,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 126.667,00 | 0,00 | 126.667,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 638.800,00 | 1.908.086,00 | 62.106,00 | 2.608.992,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal. | Do montante total de R$ 1.908.086 informado no campo "Outros", R$ 1.520.758 corresponde ao INSS patronal e R$ 387.328 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT. | O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal. | |
| **Remuneração variável** | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 15.430.220,00 | 0,00 | 15.430.220,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| **Pós-emprego** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Cessação do cargo** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Baseada em ações (incluindo opções)** | 93.835,00 | 4.913.353,00 | 0,00 | 5.007.188,00 |
| **Observação** | O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019 | O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019 | O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019 | |
| Total da remuneração | 3.926.635,00 | 27.765.928,00 | 362.642,00 | 32.055.205,00 |

## 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

| Prevista para 31/12/2021 (estimado) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Nº total de membros** | 7,67 | 6,00 | 3,00 | 16,67 |
| **Nº de membros remunerados** | 0,00 | 6,00 | 0,00 | 6,00 |
| **Bônus** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | Não há | Não há | Não há |
| **Participação nos resultados** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 0,00 | Não há | R$ 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 10.000.000,00 | Não há | R$ 10.000.000,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | R$ 10.000.000,00 | Não há | R$ 10.000.000,00 |

| 31/12/2020 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Nº total de membros** | 7,00 | 6,00 | 3,00 | 16,00 |
| **Nº de membros remunerados** | 0,00 | 6,00 | 0,00 | 6,00 |
| **Bônus** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | Não há | Não há | Não há | Não há |
| **Participação nos resultados** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 0,00 | Não há | R$ 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 8.807.348,09 | Não há | R$ 8.807.348,09 |

## 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | R$ 8.807.348,09 | Não há | R$ 8.807.348,09 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | R$0,00 | R$ 8.807.348,09 | R$0,00 | R$ 8.807.348,09 |

| 31/12/2019 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Nº total de membros** | 7,00 | 5,00 | 3,00 | **15,00** |
| **Nº de membros remunerados** | 0,00 | 5,00 | 0,00 | **5,00** |
| **Bônus** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | Não há | Não há | Não há |
| **Participação nos resultados** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 0,00 | Não há | R$ 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 30.580.921,43 | Não há | R$ 30.580.921,43 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | R$ 25.484.101,19 | Não há | R$ 25.484.101,19 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | Não há | R$ 25.484.101,19 | Não há | R$ 25.484.101,19 |

## 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

| 31/12/2018 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Nº total de membros** | 7,00 | 4,00 | 3,00 | **14,00** |
| **Nº de membros remunerados** | 0,00 | 4,00 | 0,00 | **4,00** |
| **Bônus** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | R$ 0,00 | Não há | R$ 0,00 |
| Valor efetivamente reconhecido | Não há | R$ 0,00 | Não há | R$ 0,00 |
| **Participação nos resultados** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 0,00 | Não há | R$ 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 18.516.264,00 | Não há | R$ 18.516.264,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | R$ 15.430.220,00 | Não há | R$ 15.430.220,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado | Não há | R$ 15.430.220,00 | Não há | R$ 15.430.220,00 |

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

**(a) termos e condições gerais**

Plano 2011

O nosso plano de opção de ações ordinárias de nossa emissão ("**Plano 2011**") foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2011 e extinto em 20 de abril de 2017. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações de nossa emissão ("**Opções**"), nos termos do Plano 2011, os administradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas ("**Pessoas Elegíveis**").

O Plano 2011 é administrado pelo nosso Conselho de Administração, o qual poderá, observadas as disposições legais pertinentes, constituir um comitê ("**Comitê**"). O Conselho de Administração e o Comitê, conforme o caso e na medida em que for permitido por lei e pelo nosso Estatuto Social, terão amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2011, incluindo(a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do Plano 2011, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano 2011; (b) o estabelecimento de metas relacionadas o desempenho das Pessoas Elegíveis, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; e (d) emissão de novas ações de nossa emissão dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações de nossa emissão em tesouraria, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano 2011. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano 2011, podendo tratar de maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob controle da Companhia que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia e analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. As deliberações do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano 2011.

Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano 2011, fixando o preço de exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

A outorga de Opções, nos termos do Plano 2011, é realizada mediante a celebração de Contratos de Opção entre a Companhia e os Beneficiários ("**Contrato de Opção**"), os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o Preço de Exercício e condições de pagamento.

Cada Opção dará direito ao Beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Contrato de Opção.

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas. As Opções outorgadas, nos termos do Plano 2011, bem como o seu exercício pelos

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Plano 2017

O nosso plano de incentivo atrelado às ações de emissão da Companhia ("**Plano 2017**") foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017. De acordo com suas disposições, o Plano 2017 tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração ("**Programa**"), sendo elegíveis a participar do Plano 2017 e dos Programas os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades coligadas e controladas ("**Beneficiários**").

O Plano 2017 será administrado pelo nosso Conselho de Administração e na medida em que for permitido por lei e pelo nosso Estatuto Social, terão amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2017, incluindo (a) eleger, a seu exclusivo critério, os Beneficiários que farão jus aos incentivos concedidos pelos Programas que serão instituídos no âmbito do Plano 2017; (b) tomar as medidas necessárias para a administração do Plano 2017 e dos Programas, inclusive quanto à interpretação e aplicação de suas disposições; (c) decidir quanto às datas de concessão dos incentivos atrelados a ações no âmbito dos Programas; (d) determinar as consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos acerca dos incentivos afetando os respectivos Beneficiários nos casos de desligamento, falecimento, invalidez permanente, aposentadoria e/ou dissolução e/ou liquidação da Companhia; (e) decidir quanto aos direitos dos Beneficiários em razão de cada um dos Programas; (f) deliberar e decidir acerca dos termos e condições dos Programas e aprovar os Programas, bem como seus respectivos regulamentos e contratos de adesão; (g) aprovar a emissão de novas ações no limite do capital autorizado da Companhia ou autorizar a utilização de ações em tesouraria para cumprimento dos termos deste Plano 2017 e dos Programas; (h) aditar os regulamentos dos Programas e respectivos Contratos de Adesão (abaixo definido); e (i) alterar ou extinguir os Programas. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano 2017, podendo tratar de maneira diferenciada os administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades coligadas e/ou controladas da Companhia que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia e analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano 2017.

A outorga dos incentivos a cada Beneficiário, nos termos do Plano 2017, é realizada mediante a celebração de contratos de adesão entre a Companhia e o respectivo Beneficiário, os quais deverão fixar todos os termos e condições de cada incentivo, conforme previsto no respectivo Programa ("**Contratos de Adesão**").

1º Programa de *Matching* de Ações

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 28 de junho de 2017, o nosso 1º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – *Matching* de Ações ("**1º Programa de *Matching* de Ações**") instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos diretores elegíveis ao Programa ("**Beneficiários do 1º Programa de *Matching* de Ações**").

O 1º Programa de *Matching* de Ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe tomar as decisões relativas ao Programa e sanar eventuais dúvidas dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas pelo Plano 2017.

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

2º Programa de *Matching* de Ações

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 28 de março de 2018, o nosso 2º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – *Matching* de Ações ("**2º Programa de *Matching* de Ações**") instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos diretores elegíveis ao Programa ("**Beneficiários do 2º Programa de *Matching* de Ações**").

O 2º Programa de *Matching* de Ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe tomar as decisões relativas ao Programa e sanar eventuais dúvidas dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas pelo Plano 2017.

1º Programa de *Performance Shares*

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 20 de abril de 2019, o 1º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – *Performance Shares* ("**1º Programa de *Performance Shares***") instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos seus beneficiários ("**Beneficiários do 1º Programa de *Performance Shares***").

O 1º Programa de *Performance Shares* é um mecanismo de incentivo de longo prazo para os Beneficiários do 1º Programa de *Performance Shares* administrado pelo Conselho de Administração da Companhia que visa (i) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos *administradores e empregados em geral*, alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia; e (iii) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de suas metas empresariais e a consecução dos seus objetivos sociais, alinhado aos interesses de seus acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos Beneficiários do 1º Programa de *Performance Shares*.

4º Programa de Ações Restritas

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 30 de julho de 2019, o nosso 4º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – Ações Restritas ("**4º Programa de Ações Restritas**") instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos beneficiários elegíveis ao Programa ("**Beneficiários do 4º Programa de Ações Restritas**").

O 4º Programa de Ações Restritas é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe tomar as decisões relativas ao Programa e sanar eventuais dúvidas dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas pelo Plano 2017.

**(b) principais objetivos do plano**

Plano 2011

Os objetivos principais do nosso Plano 2011 são os seguintes: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano 2011; e (c) possibilita-nos e a outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter vinculados aos Beneficiários.

Plano 2017

Os objetivos principais do nosso Plano 2017 são os seguintes: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano 2017; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos Beneficiários.

**(c) forma como o plano contribui para esses objetivos**

Plano 2011

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento das Opções ainda estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano 2011.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

Plano 2017

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento dos incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano 2017.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados e prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

**(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

Plano 2011

O Plano 2011 insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para nós e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano 2011, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Plano 2017

O Plano 2017 insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para nós e a

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

recompensa para os nossos executivos. Porém, os Programas não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

**(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

Plano 2011

As outorgas realizadas com base no Plano 2011 trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

Plano 2017

Os incentivos realizados com base no Plano 2017 trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

**(f) número máximo de ações abrangidas**

Plano 2011

As ações obtidas mediante o exercício das Opções outorgadas no âmbito do plano não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano 2011, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

Plano 2017

As ações a serem concedidas no âmbito do Plano 2017 e dos Programas não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano 2017, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

**(g) número máximo de opções a serem outorgadas**

Plano 2011

Conforme o item (f) acima, o total de Opções outorgadas no âmbito do Plano 2011 não pode ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano 2011, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

Plano 2017

Conforme o item (f) acima, o total de ações a serem concedidas no âmbito do Plano 2017 e dos Programas não poderão ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano 2017, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

**(h) condições de aquisição de ações**

Plano 2011

O Conselho de Administração tem competência para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano 2011, fixando o

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas atais Opções.

Plano 2017

O nosso Conselho de Administração tem competência para implementar os Programas em seu favor, estabelecendo todas as condições dos Programas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a implementação dos Programas, elegendo os Beneficiários que farão jus aos incentivos concedidos pelos Programas, fixando o preço de exercício das opções de compra de ações de nossa emissão, as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício e impondo quaisquer outras condições relativas aos Programas.

**(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

Plano 2011

Conforme o Plano 2011, o preço de exercício das opções outorgadas será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, quando da outorga das Opções e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos por ele determinados.

Para o exercício de 2012, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado pelo preço da ação na abertura de capital (IPO), com o desconto de 15%, que é o mesmo desconto para aquisição das ações concedido aos funcionários. Para o exercício de 2013, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado mediante cálculo da média da cotação das ações de nossa emissão dos últimos 6 (seis) meses imediatamente anteriores a data de outorga.

Nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 não houve outorga de opções de ações.

Plano 2017

Conforme o Plano 2017, o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano 2017 será fixado pelo Conselho de Administração, quando da implementação dos Programas e outorga das opções de compra de ações de nossa emissão e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos por ele determinados.

1º Programa de *Matching* de Ações

Conforme o 1º Programa de *Matching* de Ações, os Beneficiários poderão adquirir ações ordinárias da Companhia listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo valor de R$184,46, valor este correspondente à média ponderada das ações nos 30 pregões ocorridos no período entre 01/03/2017 e 11/04/2017.

Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários 1º Programa de *Matching* de Ações, a Companhia outorgará aos Beneficiários do 1º Programa de *Matching* de Ações o direito de receber, gratuitamente, 3 (três) ações ordinárias da Companhia. Neste sentido, o preço de exercício no âmbito do 1º Programa de *Matching* de Ações não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

2º Programa de *Matching* de Ações

Conforme o 2º Programa de *Matching* de Ações, os Beneficiários poderão adquirir ações ordinárias da Companhia listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo valor de R$ 71,73, valor este correspondente a 80% da média ponderada das ações nos 30 pregões ocorridos no período entre 14/02/2018 e 27/03/2018.

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários 2º Programa de *Matching* de Ações, a Companhia outorgará aos Beneficiários do 2º Programa de *Matching* de Ações o direito de receber, gratuitamente, 3 (três) ações ordinárias da Companhia. Neste sentido, o preço de exercício no âmbito do 2º Programa de *Matching* de Ações não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

1º Programa de *Performance Shares*

Conforme o 1º Programa de *Performance Shares*, os Beneficiários do 1º Programa de *Performance Shares* poderão receber ações ordinárias da Companhia nos respectivos períodos de carência.

O preço de exercício no âmbito do 1º Programa de *Performance Shares* não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

4º Programa de Ações Restritas

Conforme o 4º Programa de Ações Restritas, a Companhia outorgará aos Beneficiários nas datas dos períodos de carência uma determinada quantidade de ações, de forma gratuita. Neste sentido, o preço de exercício no âmbito do 4º Programa de Ações Restritas não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

**(j) critérios para fixação do prazo de exercício**

Plano 2011

Conforme o Plano 2011, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

Dessa forma, foi definido que as Opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que o Beneficiário permaneça ininterruptamente vinculado, como administrador ou colaborador da Companhia entre a data da outorga e as datas especificadas a seguir: (a) no caso de exercício do Programa 1 da 1ª Outorga, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas no ato da outorga e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) das Opções, a partir de 1º de março de 2012, poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia; (b) para o Programa 2 da 1ª Outorga, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas a partir de 1º de março de 2012 e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia; e (c) para todos os contratos da 2ª Outorga, 25% (vinte e cinco por cento) das Opções podem ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2014 e, a partir desta data, adicionais 25% (vinte e cinco por cento) poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia. Tais Opções, quando exercidas, serão liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia.

Plano 2017

O nosso Conselho de Administração tem competência para administrar o Plano 2017 e os Programas a serem instituídos e aprovar todas as decisões relativas ao Plano 2017 e aos Programas. O Conselho de Administração estabelecerá os termos e condições dos Programas a serem instituídos, incluindo os critérios para fixação do prazo de exercício das opções de compra de ações de nossa emissão a serem outorgadas.

**(k) forma de liquidação**

Plano 2011

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Nos termos da cláusula 6.2 do Plano 2011, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

Plano 2017

Nos termos da cláusula 5.5(g) do Plano 2017, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

**(l) restrições à transferência das ações**

Plano 2011

Nos termos do nosso Plano 2011, caberá ao nosso Conselho de Administração ou Comitê impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para nós opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

Plano 2017

Nos termos do nosso Plano 2017, caberá ao nosso Conselho de Administração impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções outorgadas.

**(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Plano 2011

O Plano 2011 foi extinto em 1º abril de 2017. O término de vigência do Plano 2011 não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas anteriormente com base no referido Plano.

Contudo, deve-se ressaltar que o Plano 2011 extinguir-se-á automaticamente, sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano 2011 ou em Contrato de Opção, cessando-se todos os seus direitos e efeitos, nos seguintes casos: a) mediante o seu exercício integral; b) após o decurso do prazo de vigência da Opção; c) mediante o distrato do Contrato de Opção; d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou e) nas hipóteses previstas no item n), abaixo.

Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras negociações.

Porém, caso necessário, para dar fiel execução à eventual Opção firmada, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado no Estatuto Social, ou alienar ações mantidas em tesouraria.

Ainda, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

Plano 2017

O Plano 2017 entrou em vigor na data de sua aprovação pela nossa Assembleia Geral e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da nossa Assembleia Geral. O término de vigência do Plano 2017 não afetará a eficácia dos incentivos ainda em vigor nos termos dos respectivos regulamentos de cada Programa.

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Nos termos do nosso Plano 2017, o nosso Conselho de Administração terá total autonomia na administração e estruturação dos Programas, dispondo dos poderes necessários para alterá-los ou extingui-los.

**(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Plano 2011

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano 2011 poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo, se o beneficiário (a)desligar-se de nossos quadros por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, sendo que, se o desligamento ocorrer dentro do prazo de 12(doze) meses após uma mudança no nosso controle acionário, tais direitos tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 30 (trinta)dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se de nossos quadros por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e(e) desligar-se de nossos quadros por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii)os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme ocaso, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário.

Plano 2017

O nosso Conselho de Administração determinará as consequências e procedimentos relativos a perda de direitos acerca dos incentivos afetando os respectivos Beneficiários nos casos de desligamento, por qualquer motivo, falecimento, invalidez permanente, aposentadoria e dissolução ou liquidação da Companhia.

## 13.5 - Remuneração Baseada em Ações

| | Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2021) | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | | |
| **Nº total de membros** | 7,67 | 6,00 | 6,00 | 6,00 |
| **Nº de membros remunerados** | 1,00 | 6,00 | 6,00 | 6,00 |
| Preço médio ponderado de exercício: | 4ª Outorga "Restritas" | 1ª Outorga "Matching" | 2ª Outorga "Matching" | 1ª Outorga "Performance" |
| (a) das opções em aberto no início do exercício social | - | - | - | - |
| (b) das opções perdidas durante o exercício social | - | - | - | - |
| (c) das opções exercidas durante o exercício social | - | - | - | - |
| (d) das opções expiradas durante o exercício social | - | - | - | - |
| **Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas** | 0,02% | 0,13% | 0,07% | 0,66% |

| | Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | | |
| **Nº total de membros** | 7,00 | 6,00 | 6,00 | 6,00 |
| **Nº de membros remunerados** | 0 | 6,00 | 6,00 | 6,00 |
| Preço médio ponderado de exercício: | - | 1ª Outorga "Matching" | 2ª Outorga "Matching" | 1ª Outorga "Performance" |
| (a) das opções em aberto no início do exercício social | - | - | - | - |
| (b) das opções perdidas durante o exercício social | - | - | - | - |
| (c) das opções exercidas durante o exercício social | - | - | - | - |
| (d) das opções expiradas durante o exercício social | - | - | - | - |

## 13.5 - Remuneração Baseada em Ações

| | Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | | |
| **Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas** | - | 0,13% | 0,07% | 0,66% |

| | Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | | | |
| **Nº total de membros** | 7,00 | 5,00 | 5,00 | 5,00 | 5,00 |
| **Nº de membros remunerados** | 1,00 | 4,00 | 5,00 | 5,00 | 5,00 |
| Preço médio ponderado de exercício: | 1ª Outorga "SOP" | 1ª Outorga "SOP" | 1ª Outorga "Matching" | 2ª Outorga "Matching" | 1ª Outorga "Performance" |
| (a) das opções em aberto no início do exercício social | R$ 1,70 | R$ 1,36 | - | - | - |
| (b) das opções perdidas durante o exercício social | - | - | - | - | - |
| (c) das opções exercidas durante o exercício social | - | R$ 2,34 | - | - | - |
| (d) das opções expiradas durante o exercício social | - | - | - | - | - |
| **Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas** | 0,11% | 0,24% | 0,13% | 0,07% | 0,62% |

## 13.5 - Remuneração Baseada em Ações

| | Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | | |
| **Nº total de membros** | 7,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 |
| **Nº de membros remunerados** | 1,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 |
| **Outorga de opções de compras de ações** | 1ª Outorga<br>“SOP” | 1ª Outorga<br>“SOP” | 1ª Outorga<br>"Matching" | 2ª Outorga<br>"Matching" |
| Data de outorga | 04/01/2012 | 04/01/2012 | 29/06/2017 | 05/04/2018 |
| Quantidade de opções outorgadas | 116.563 | 484.902 | 200.640 | 115.476 |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis | 01/03/2012<br>01/03/2013<br>01/03/2014<br>01/03/2015<br>01/03/2016 | 01/03/2012<br>01/03/2013<br>01/03/2014<br>01/03/2015<br>01/03/2016 | 20% 30/04/2019<br>20% 30/04/2020<br>30% 30/04/2021<br>30% 30/04/2022 | 20% 06/04/2020<br>20% 06/04/2021<br>30% 06/04/2022<br>30% 06/04/2023 |
| Prazo máximo para exercício das opções | 04/01/2020 | 04/01/2020 | N/A | N/A |
| Prazo de restrição à transferência das ações | N/A | N/A | N/A | N/A |
| **Preço médio ponderado de exercício:** | | | | |
| (a) das opções em aberto no início do exercício social | R$ 20,27 | R$ 20,27 | - | - |
| (b) das opções perdidas durante o exercício social | - | - | - | - |
| (c) das opções exercidas durante o exercício social | R$ 21,09 | R$ 21,09 | - | - |
| (d) das opções expiradas durante o exercício social | - | - | - | - |
| **Valor justo das opções na data de cada outorga** | R$ 6,44 | R$ 6,44 | R$ 31,06 (preço de fechamento) | R$ 98,42 (preço de fechamento) |
| **Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas** | 0,06% | 0,25% | 0,11% | 0,06% |

## 13.6 - Opções em Aberto

| | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020 | |
|---|---|---|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
| **Nº total de membros** | 7,00 | 6,00 |
| **Nº de membros remunerados** | 1,00 | 6,00 |
| **Opções ainda não exercíveis** | - | - |
| Quantidade | - | - |
| Data em que se tomarão exercíveis | - | - |
| Prazo máximo para exercício das opções | 29/10/2025 | 29/10/2025 |
| Prazo de restrição à transferência das ações | N/A | N/A |
| Preço médio ponderado de exercício | R$ 0,30 | R$ 0,30 |
| **Valor justo das opções no último dia do exercício social** | R$ 0,19 | R$ 0,19 |
| **Opções exercíveis** | | |
| Quantidade | 284.928 | - |
| Prazo máximo para exercício das opções | 29/10/2025 | 29/10/2025 |
| Prazo de restrição à transferência das ações | N/A | N/A |
| Preço médio ponderado de exercício | R$ 0,30 | R$ 0,30 |
| **Valor justo das opções no último dia do exercício social** | R$ 0,19 | R$ 0,19 |
| **Valor justo do total das opções no último dia do exercício** | R$ 53.958,24 | R$ 0,00 |

# 13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

| 31/12/2020 | | |
|---|---|---|
| | **Conselho de Administração** | **Diretoria Estatutária** |
| **N° total de membros** | 7,00 | 6,00 |
| **N° de membros remunerados** | 1,00 | 4,00 |
| **Opções exercidas** | | |
| Número de ações | 280.000 | 4.772.352 |
| Preço médio ponderado de exercício | 10,56 | 9,57 |
| Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas | 10,14 | 9,15 |
| **Ações entregues** | | |
| Número de ações entregues | 0 | 2.654.784 |
| Preço médio ponderado de aquisição | 0 | 0,00 |
| Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas | 0 | 12,61 |

| 31/12/2019 | | |
|---|---|---|
| | **Conselho de Administração** | **Diretoria Estatutária** |
| **N° total de membros** | 7,00 | 6,00 |
| **N° de membros remunerados** | - | 4,00 |
| **Opções exercidas** | | |
| Número de ações | 0 | 1.308,544 |
| Preço médio ponderado de exercício | 0,00 | 2,34 |
| Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas | 0,00 | 22,68 |
| **Ações entregues** | | |
| Número de ações entregues | 0 | 565.568 |
| Preço médio ponderado de aquisição | 0 | 0,00 |
| Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas | 0 | 23,39 |

| 31/12/2018 | | |
|---|---|---|
| | **Conselho de Administração** | **Diretoria Estatutária** |
| **N° total de membros** | 7,00 | 4,00 |
| **N° de membros remunerados** | 1,00 | 4,00 |
| **Opções exercidas** | | |
| Número de ações | 84.488 | 143.972 |
| Preço médio ponderado de exercício | 13,59 | 19,07 |
| Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas | 85,82 | 74,63 |
| **Ações entregues** | | |
| Número de ações entregues | 0 | 0 |
| Preço médio ponderado de aquisição | 0 | 0 |
| Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas | 0 | 0 |

## 13.8 - Precificação Das Ações/opções

**(a) modelo de precificação**

Plano 2011

Nos últimos três exercícios sociais, precificamos as opções com o modelo de precificação da Black & Scholes. Quando relevante, a expectativa de vida de nossas opções foi ajustada com base na melhor estimativa da nossa administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício e aspectos comportamentais.

Plano 2017

Por ser um plano baseado em ações, o valor justo das ações de "*matching*" é o valor de fechamento da data de outorga.

**(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

Plano 2011

São utilizadas as seguintes premissas em nosso modelo de precificação da Black & Scholes:

| Premissa | 1ª Outorga | 2ª Outorga |
|---|---|---|
| Expectativa de vida média das opções(1) | 5,5 anos | 5,5 anos |
| Volatilidade média atualizada | 43,5% | 37,98% |
| Taxa de juros livre de risco | 10% | 5,92% |
| Valor justo das opções concedidas | R$ 6,44 | R$ 6,06 |
| Preço do exercício | R$13,60 | R$9,45 |
| Prazo de vida das opções | 08 anos | 12 anos |

(1) Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o *turnover* médio dos beneficiários do plano.

Plano 2017

1º Programa de *Matching* de Ações

Foram outorgadas em 28 de junho de 2017, 17.646.336 ações (após desdobramentos em 2017, 2019 e 2020) em forma de *matching* aos beneficiários do programa, sendo que 20% das ações outorgadas serão transferidas aos beneficiários após 30 de abril de 2019; 20% das ações serão transferidas após 30 de abril de 2020; 30% das ações serão transferidas após 30 de abril de 2021 e 30% serão transferidas após 30 de abril de 2022.

2º Programa de *Matching* de Ações

Foram outorgadas em 28 de março de 2018, 9.353.376 ações (após desdobramento em 2019 e 2020) em forma de *matching* aos beneficiários do programa, sendo que 20% das ações outorgadas serão transferidas aos beneficiários após 05 de abril de 2020; 20% das ações serão transferidas após 05 de abril de 2021; 30% das ações serão transferidas após 05 de abril de 2022 e 30% serão transferidas após 05 de abril de 2023.

1º Programa de *Performance Shares*

Serão utilizadas até 43.020.608 ações (após desdobramento em 2019 e 2020) para atender o 1º Programa de *Performance Shares*, que representam 0,71% do capital social da Companhia.

## 13.8 - Precificação Das Ações/opções

As metas serão apuradas anualmente, conforme a seguir ("**Período de Apuração**"), sendo que cada Período de Apuração corresponderá a 20% do total da premiação definida para cada Beneficiário do 1º Programa de *Performance Shares*: (i) Período 1: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019; (ii) Período 2: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2020; (iii) Período 3: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2021; (iv) Período 4: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2022; e (v) Período 5: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2023.

Para cada Período de Apuração, o lote de ações correspondente a cada Beneficiário será definido pelo percentual de alcance das metas, respeitando os limites mínimos e máximos estabelecidos na tabela abaixo:

| Média Ponderada da Meta | % da Premiação Alvo |
|---|---|
| Até 80% | Zero |
| Entre 80,1 e 100% | Proporcional ao alcance da Média Ponderada da Meta (ex: 90% da meta = 90% da Premiação Alvo) |
| Acima de 100% | Limitado a 100% da Premiação Alvo |

4º Programa de Ações Restritas

Foram outorgadas em 30 de julho de 2019, 5.657.728 ações (após desdobramentos em 2017, 2019 e 2020) aos beneficiários do programa, sendo que 30% das ações outorgadas serão transferidas aos beneficiários após 30 de abril de 2022; 30% das ações serão transferidas após 30 de abril de 2023 e 40% serão transferidas após 30 de abril de 2024.

**(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Não aplicável, dado que o modelo não permite exercício antecipado sem autorização de nossos órgãos societários competente, e este é responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados do eventual exercício antecipado.

**(d) forma de determinação da volatilidade esperada**

Plano 2011

Por ser uma entidade recém listada à época de Outorga dos Programas, a volatilidade histórica também não expressa suficiente informação sobre a volatilidade das ações, tendo em vista, inclusive, os prazos contratuais de exercício das opções. Dessa forma, a Companhia utilizou como estimativa a média do histórico anual das empresas do mesmo setor da Companhia.

Plano 2017

Não aplicável.

**(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável, todas as características já estão descritas neste item 13.8.

## 13.9 - Participações Detidas Por Órgão

| Companhia | | |
|---|---|---|
| **Órgão** | **Ações ou Cotas** | **Participação (%)** |
| **Conselho de Administração** | 715.884 | 0,01% |
| **Diretoria Estatutária** | 11.738.108 | 0,18% |
| **Conselho Fiscal** | 512 | 0,00% |

| Luiza Participações S.A. | | |
|---|---|---|
| **Órgão** | **Ações ou Cotas** | **Participação (%)** |
| **Conselho de Administração** | 64.840.816 | 50,00% |
| **Diretoria Estatutária** | - | - |
| **Conselho Fiscal** | - | - |

| Wagner Garcia Participações S/A | | |
|---|---|---|
| **Órgão** | **Ações ou Cotas** | **Participação (%)** |
| **Conselho de Administração** | - | - |
| **Diretoria Estatutária** | 29.778.635 | 33,33% |
| **Conselho Fiscal** | - | - |

| Magalu Pagamentos Ltda. | | |
|---|---|---|
| **Órgão** | **Ações ou Cotas** | **Participação (%)** |
| **Conselho de Administração** | - | - |
| **Diretoria Estatutária** | 1 | 1,00% |
| **Conselho Fiscal** | - | - |

| Donatelo Desenvolvimento De Software E Marketing Digital Ltda. – ME | | |
|---|---|---|
| **Órgão** | **Ações ou Cotas** | **Participação (%)** |
| **Conselho de Administração** | - | - |
| **Diretoria Estatutária** | 1 | 0,01% |
| **Conselho Fiscal** | - | - |

| Magalu Log Serviços Logísticos Ltda. | | |
|---|---|---|
| **Órgão** | **Ações ou Cotas** | **Participação (%)** |
| **Conselho de Administração** | - | - |
| **Diretoria Estatutária** | 1 | 0,01% |
| **Conselho Fiscal** | - | - |

## 13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

## 13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

**Valores anuais**

| | Diretoria Estatutária | | | Conselho de Administração | | | Conselho Fiscal | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Nº de membros | 6,00 | 5,00 | 4,00 | 7,00 | 7,00 | 7,00 | 3,00 | 3,00 | 3,00 |
| Nº de membros remunerados | 6,00 | 5,00 | 4,00 | 7,00 | 7,00 | 7,00 | 3,00 | 3,00 | 3,00 |
| Valor da maior remuneração(Reais) | 30.347.473,58 | 36.263.283,21 | 18.455.919,96 | 1.738.800,00 | 1.886.400,00 | 1.584.000,00 | 120.530,67 | 121.355,00 | 120.880,67 |
| Valor da menor remuneração(Reais) | 6.775.480,05 | 3.633.155,67 | 2.905.153,76 | 352.800,00 | 374.400,00 | 316.800,00 | 120.530,67 | 121.355,00 | 120.880,67 |
| Valor médio da remuneração(Reais) | 12.156.904,83 | 14.853.512,40 | 6.941.482,00 | 608.400,00 | 668.605,00 | 560.947,86 | 120.530,67 | 121.355,00 | 120.880,67 |

**Observação**

| Diretoria Estatutária | |
|---|---|
| 31/12/2020 | O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. |
| 31/12/2019 | O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. |
| 31/12/2018 | O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. |

| Conselho de Administração | |
|---|---|
| 31/12/2020 | O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. |
| 31/12/2019 | O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. |
| 31/12/2018 | O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. |

| Conselho Fiscal | |
|---|---|
| **31/12/2020** | O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. |
| **31/12/2019** | O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. |
| **31/12/2018** | O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. |

## 13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

## 13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

| Prevista para 31/12/2021 (estimado) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Nº total de membros** | 7,67 | 6,00 | 3,00 | 16,67 |
| **Nº de membros remunerados** | 0,00 | 6,00 | 0,00 | 6,00 |
| **Bônus** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | Não há | Não há | Não há |
| **Participação nos resultados** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 0,00 | Não há | R$ 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 10.000.000,00 | Não há | R$ 10.000.000,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | R$ 10.000.000,00 | Não há | R$ 10.000.000,00 |

| 31/12/2020 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Nº total de membros** | 7,00 | 6,00 | 3,00 | 16,00 |
| **Nº de membros remunerados** | 0,00 | 6,00 | 0,00 | 6,00 |
| **Bônus** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | Não há | Não há | Não há | Não há |
| **Participação nos resultados** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 0,00 | Não há | R$ 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 8.807.348,09 | Não há | R$ 8.807.348,09 |

## 13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | R$ 8.807.348,09 | Não há | R$ 8.807.348,09 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | R$0,00 | R$ 8.807.348,09 | R$0,00 | R$ 8.807.348,09 |

| 31/12/2019 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Nº total de membros** | 7,00 | 5,00 | 3,00 | **15,00** |
| **Nº de membros remunerados** | 0,00 | 5,00 | 0,00 | **5,00** |
| **Bônus** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | Não há | Não há | Não há |
| **Participação nos resultados** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 0,00 | Não há | R$ 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 30.580.921,43 | Não há | R$ 30.580.921,43 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | R$ 25.484.101,19 | Não há | R$ 25.484.101,19 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | Não há | R$ 25.484.101,19 | Não há | R$ 25.484.101,19 |

## 13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

| 31/12/2018 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Nº total de membros** | 7,00 | 4,00 | 3,00 | **14,00** |
| **Nº de membros remunerados** | 0,00 | 4,00 | 0,00 | **4,00** |
| **Bônus** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | Não há | Não há | Não há |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | R$ 0,00 | Não há | R$ 0,00 |
| Valor efetivamente reconhecido | Não há | R$ 0,00 | Não há | R$ 0,00 |
| **Participação nos resultados** | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 0,00 | Não há | R$ 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | Não há | R$ 18.516.264,00 | Não há | R$ 18.516.264,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | Não há | R$ 15.430.220,00 | Não há | R$ 15.430.220,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado | Não há | R$ 15.430.220,00 | Não há | R$ 15.430.220,00 |

## 13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

## 13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

| Exercício social 2020 - Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total |
| **Controladores diretos e indiretos** | R$ 1.550.222,12 | R$ 0,00 | R$ 1.239.940,37 | R$ 2.790.162,49 |
| **Controladas** | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| **Sociedades sob controle comum** | R$ 1.150.744,12 | R$ 0,00 | R$ 1.602.067,74 | R$ 2.752.811,86 |

| Exercício social 2019 - Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total |
| **Controladores diretos e indiretos** | R$ 367.345,93 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 367.345,93 |
| **Controladas** | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| **Sociedades sob controle comum** | R$ 2.029.029,42 | R$ 0,00 | R$ 942.975,05 | R$ 2.972.004,53 |

| Exercício social 2018 - Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total |
| **Controladores diretos e indiretos** | R$ 5.349.853,27 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 5.349.853,27 |
| **Controladas** | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| **Sociedades sob controle comum** | R$ 1.932.409,03 | R$ 0,00 | R$ 898.071,47 | R$ 2.830.480,51 |

Não houve pagamento de remuneração para administradores e membros do conselho fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas em função do exercício do cargo na Companhia nos três últimos exercícios sociais.

## 13.16 - Outras Informações Relevantes

**Comitês**

Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*: 02 (dois) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro independente recebe remuneração mensal.

Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor: os membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro independente recebe remuneração mensal.

Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional: 03 (três) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro externo recebe remuneração mensal.

Comitê de Estratégia e Inovação: 03 (três) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i).

**Desdobramento de ações**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de outubro de 2020, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 4 (quatro) ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia, nos termos do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2020. Dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 6.498.926.848 (seis bilhões, quatrocentos e noventa e oito milhões, novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e quarenta e oito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em razão disso, o número de opções outorgadas e ainda não exercidas, para todos os planos, será desdobrado na mesma proporção, com reflexos no preço de exercício.

**Encargos sociais da remuneração dos Administradores**

Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, os valores de remuneração em relação ao previsto para o exercício 2021 estão líquidos de encargos sociais. O quadro abaixo apresenta a previsão dos encargos para o Conselho de Administração, para a Diretoria Estatutária e para o Conselho Fiscal.

| Encargos Sociais | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|---|---|---|---|
| **INSS** | R$ 923.200,00 | R$ 3.668.489,88 | R$ 76.800,00 |
| **FGTS** | - | R$ 1.028.444,74 | - |
| **Total** | R$ 923.200,00 | R$ 4.696.934,62 | R$ 76.800,00 |

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

**(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Segue abaixo tabela com o número de empregados da Companhia, sem considerar suas controladas, no encerramento dos exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020.

| Em 31 de dezembro de 2018 | | |
|---|---|---|
| **Localização Geográfica** | **Atividade Desempenhada** | **Quantidade de Empregados** |
| Alagoas | Loja | 519 |
| Alagoas | Depósito | 28 |
| Bahia | Loja | 1453 |
| Bahia | Depósito | 222 |
| Ceará | Loja | 920 |
| Ceará | Depósito | 99 |
| Goiás | Loja | 627 |
| Goiás | Depósito | 85 |
| Maranhão | Loja | 611 |
| Minas Gerais | Loja | 2656 |
| Minas Gerais | Depósito | 296 |
| Mato Grosso do Sul | Loja | 504 |
| Mato Grosso do Sul | Depósito | 5 |
| Paraíba | Loja | 647 |
| Paraíba | Administrativo | 104 |
| Paraíba | Depósito | 378 |
| Pernambuco | Loja | 1064 |
| Pernambuco | Depósito | 0 |
| Piauí | Loja | 154 |
| Piauí | Depósito | 113 |
| Paraná | Loja | 1739 |
| Paraná | Depósito | 190 |
| Rio Grande do Norte | Loja | 465 |
| Rio Grande do Sul | Loja | 1624 |
| Rio Grande do Sul | Depósito | 186 |
| Santa Catarina | Loja | 1127 |
| Santa Catarina | Depósito | 114 |
| Sergipe | Loja | 261 |
| São Paulo | Loja | 7139 |

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| Em 31 de dezembro de 2018 | | |
|---|---|---|
| **Localização Geográfica** | **Atividade Desempenhada** | **Quantidade de Empregados** |
| São Paulo | Depósito | 1679 |
| São Paulo | Administrativo | 2567 |
| **Total** | | **27.576** |

| Em 31 de dezembro de 2019 | | |
|---|---|---|
| **Localização Geográfica** | **Atividade Desempenhada** | **Quantidade de Empregados** |
| Alagoas | Loja | 552 |
| Alagoas | Depósito | 33 |
| Bahia | Loja | 1547 |
| Bahia | Depósito | 246 |
| Ceará | Loja | 957 |
| Ceará | Depósito | 118 |
| Goiás | Loja | 778 |
| Goiás | Depósito | 132 |
| Maranhão | Loja | 686 |
| Minas Gerais | Loja | 2935 |
| Minas Gerais | Depósito | 300 |
| Mato Grosso | Depósito | 78 |
| Mato Grosso | Loja | 458 |
| Mato Grosso do Sul | Loja | 521 |
| Mato Grosso do Sul | Depósito | 6 |
| Pará | Loja | 1335 |
| Pará | Depósito | 243 |
| Paraíba | Loja | 753 |
| Paraíba | Administrativo | 117 |
| Paraíba | Depósito | 436 |
| Pernambuco | Loja | 1286 |
| Piauí | Loja | 172 |
| Piauí | Depósito | 117 |
| Paraná | Loja | 1843 |
| Paraná | Depósito | 239 |
| Rio de Janeiro | Depósito | 14 |
| Rio Grande do Norte | Loja | 526 |

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| Em 31 de dezembro de 2019 | | |
|---|---|---|
| **Localização Geográfica** | **Atividade Desempenhada** | **Quantidade de Empregados** |
| Rio Grande do Sul | Loja | 2100 |
| Rio Grande do Sul | Depósito | 234 |
| Santa Catarina | Loja | 1287 |
| Santa Catarina | Depósito | 112 |
| Sergipe | Loja | 314 |
| São Paulo | Loja | 7979 |
| São Paulo | Depósito | 1583 |
| São Paulo | Administrativo | 3068 |
| **Total** | | **33.105** |

| Em 31 de dezembro de 2020 | | |
|---|---|---|
| **Localização Geográfica** | **Atividade Desempenhada** | **Quantidade de Empregados** |
| Alagoas | Loja | 539 |
| Alagoas | Depósito | 33 |
| Bahia | Loja | 1659 |
| Bahia | Depósito | 90 |
| Ceará | Loja | 1068 |
| Ceará | Depósito | 141 |
| Distrito Federal | Loja | 326 |
| Distrito Federal | Depósito | 22 |
| Espirito Santo | Loja | 5 |
| Goiás | Loja | 786 |
| Goiás | Depósito | 206 |
| Maranhão | Loja | 691 |
| Mato Grosso | Loja | 427 |
| Mato Grosso | Depósito | 80 |
| Mato Grosso do Sul | Loja | 590 |
| Mato Grosso do Sul | Depósito | 6 |
| Minas Gerais | Loja | 3026 |
| Minas Gerais | Depósito | 588 |
| Pará | Loja | 1327 |
| Pará | Depósito | 228 |
| Paraíba | Loja | 795 |
| Paraíba | Administrativo | 123 |

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| Em 31 de dezembro de 2020 | | |
|---|---|---|
| **Localização Geográfica** | **Atividade Desempenhada** | **Quantidade de Empregados** |
| Paraíba | Depósito | 676 |
| Pernambuco | Loja | 1390 |
| Piauí | Loja | 224 |
| Piauí | Depósito | 353 |
| Paraná | Loja | 1934 |
| Paraná | Depósito | 272 |
| Rio de Janeiro | Loja | 79 |
| Rio de Janeiro | Depósito | 282 |
| Rio Grande do Norte | Loja | 607 |
| Rio Grande do Sul | Loja | 2178 |
| Rio Grande do Sul | Depósito | 286 |
| Santa Catarina | Loja | 1314 |
| Santa Catarina | Depósito | 155 |
| Sergipe | Loja | 314 |
| São Paulo | Loja | 8305 |
| São Paulo | Depósito | 2325 |
| São Paulo | Administrativo | 5077 |
| **Total** | | **38.527** |

**(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Segue abaixo tabela com o número de terceirizados, referentes aos contratos de empresas especializadas, baseados em níveis de serviço de limpeza e segurança, no encerramento dos exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020.

| Em 31 de dezembro de 2018 | | |
|---|---|---|
| **Localização Geográfica** | **Atividade Desempenhada** | **Quantidade de Empregados** |
| Alagoas | Segurança | 5 |
| Bahia | Segurança | 26 |
| Ceará | Segurança | 5 |
| Goiás | Segurança | 22 |
| Maranhão | Segurança | 4 |
| Mato Grosso do Sul | Segurança | 0 |
| Minas Gerais | Segurança | 72 |
| Paraíba | Segurança | 20 |

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| Em 31 de dezembro de 2018 | | |
|---|---|---|
| **Localização Geográfica** | **Atividade Desempenhada** | **Quantidade de Empregados** |
| Paraná | Segurança | 23 |
| Pernambuco | Segurança | 0 |
| R. Grande do Norte | Segurança | 0 |
| Rio Grande do Sul | Segurança | 29 |
| Santa Catarina | Segurança | 25 |
| São Paulo | Segurança | 279 |
| Sergipe | Segurança | 1 |
| Alagoas | Limpeza | 1 |
| Bahia | Limpeza | 1 |
| Ceará | Limpeza | 1 |
| Goiás | Limpeza | 27 |
| Minas Gerais | Limpeza | 105 |
| Mato Grosso do Sul | Limpeza | 2 |
| Paraíba | Limpeza | 3 |
| Paraná | Limpeza | 91 |
| Rio Grande do Sul | Limpeza | 66 |
| Santa Catarina | Limpeza | 62 |
| São Paulo | Limpeza | 253 |
| **Total** | | **1.124** |

| Em 31 de dezembro de 2019 | | |
|---|---|---|
| **Localização Geográfica** | **Atividade Desempenhada** | **Quantidade de Empregados** |
| Alagoas | Segurança | 5 |
| Bahia | Segurança | 6 |
| Ceará | Segurança | 20 |
| Goiás | Segurança | 40 |
| Maranhão | Segurança | 4 |
| Mato Grosso do Sul | Segurança | 0 |
| Minas Gerais | Segurança | 84 |
| Pará | Segurança | 66 |
| Paraíba | Segurança | 22 |
| Paraná | Segurança | 29 |
| Pernambuco | Segurança | 0 |

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| Em 31 de dezembro de 2019 | | |
|---|---|---|
| **Localização Geográfica** | **Atividade Desempenhada** | **Quantidade de Empregados** |
| Piaui | Segurança | 16 |
| R. Grande do Norte | Segurança | 0 |
| Rio Grande do Sul | Segurança | 50 |
| Santa Catarina | Segurança | 12 |
| São Paulo | Segurança | 294 |
| Sergipe | Segurança | 0 |
| Alagoas | Limpeza | 0 |
| Bahia | Limpeza | 0 |
| Ceará | Limpeza | 0 |
| Goiás | Limpeza | 20 |
| Minas Gerais | Limpeza | 104 |
| Mato Grosso do Sul | Limpeza | 0 |
| Paraíba | Limpeza | 0 |
| Paraná | Limpeza | 93 |
| Rio Grande do Sul | Limpeza | 67 |
| Santa Catarina | Limpeza | 62 |
| São Paulo | Limpeza | 240 |
| **Total** | | 1.237 |

| Em 31 de dezembro de 2020 | | |
|---|---|---|
| **Localização Geográfica** | **Atividade Desempenhada** | **Quantidade de Empregados** |
| Alagoas | Segurança | 6 |
| Bahia | Segurança | 23 |
| Ceará | Segurança | 12 |
| Distrito Federal | Segurança | 24 |
| Goiás | Segurança | 56 |
| Maranhão | Segurança | 30 |
| Mato Grosso | Segurança | 20 |
| Minas Gerais | Segurança | 92 |
| Pará | Segurança | 108 |
| Paraíba | Segurança | 54 |
| Paraná | Segurança | 23 |
| Rio de Janeiro | Segurança | 28 |
| Rio Grande do Sul | Segurança | 54 |

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| Em 31 de dezembro de 2020 | | |
|---|---|---|
| **Localização Geográfica** | **Atividade Desempenhada** | **Quantidade de Empregados** |
| Santa Catarina | Segurança | 28 |
| São Paulo | Segurança | 368 |
| Sergipe | Segurança | 4 |
| Goiás | Limpeza | 23 |
| Minas Gerais | Limpeza | 101 |
| Paraná | Limpeza | 93 |
| Rio Grande do Sul | Limpeza | 66 |
| Santa Catarina | Limpeza | 62 |
| São Paulo | Limpeza | 240 |
| **Total** | | 1531 |

**(c) índice de rotatividade**

Para o cálculo do índice de rotatividade (turnover) anual, consideramos a média entre (i) os colaboradores admitidos no ano e (ii) os colaboradores demitidos no ano, divididos em relação ao quadro médio total de colaboradores do ano.

Consideramos no cálculo somente os colaboradores demitidos por iniciativa da empresa e, para o número de quadro total, são considerados os colaboradores em atividade normal e férias.

| Índice de rotatividade | | |
|---|---|---|
| **31/12/2020** | **31/12/2019** | **31/12/2018** |
| 25% | 31% | 30% |

## 14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

## 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

**(a) política de salários e remuneração variável**

Temos por prática e política de remuneração, salários e remuneração variável alinhados às melhores práticas do mercado de varejo. Para assegurar isso, anualmente participamos de pesquisas comparativa com as maiores empresas de varejo do país, conduzidas por consultorias independentes.

Os salários dos nossos empregados são corrigidos anualmente nos termos das Convenções Coletivas de Trabalho celebradas em cada região onde possuímos colaboradores. Além disso, concedemos reajustes salariais aos colaboradores de acordo com seu desempenho, potencial e comprometimento e levando em consideração os resultados do painel de metas e avaliação comportamental.

Com relação à remuneração de curto prazo (ICP – Incentivo de Curto Prazo) possuímos um Modelo de Gestão com metas cruzadas e alinhadas entre as diversas áreas de negócio que são oriundas das metas estratégicas da empresa. Cada colaborador possui um Painel de Metas, individual ou espelho do líder, no qual cada bloco é composto por metas e pesos específicos. Todos os painéis estão distribuídos em Metas Corporativas, Metas Estratégicas/de Área e Avaliação Comportamental e dão origem à uma nota individual, que dá origem à uma distribuição anual, com regras claras e meritocráticas. O Modelo de Gestão é revisitado anualmente e tem por objetivo alinhar todos os colaboradores aos desafios, objetivos estratégicos e aos valores da empresa.

**(b) política de benefícios**

Nossos colaboradores são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo e de acordo com as convenções coletivas ou por liberalidade da empresa. Oferecemos a nossos empregados os seguintes benefícios: (i) seguro de vida; (ii) assistência médica; (iii) assistência odontológica; (iv) vale alimentação/refeição; (v) previdência privada; (vi) empréstimo consignado; (vii) vale transporte; (viii) cooperativa de crédito; (ix) auxilio creche; (x) licença maternidade de 180 dias e (xi) licença paternidade de 20 dias.

Os benefícios são oferecidos de acordo com a localidade e o nível hierárquico de nossos colaboradores, sendo que nem todos fazem jus a todos os benefícios.

Além dos programas de formação e do ensino à distância temos ainda o benefício da bolsa de estudos oferecida para colaboradores com mais de um ano de empresa. Qualificam-se para fins da bolsa de estudo, cursos nos níveis de graduação, técnicos, idiomas e pré-vestibular independente da área de atuação do colaborador, dessa forma oferecemos oportunidade aos nossos colaboradores, investimos na concretização de um futuro melhor para todos

**(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores (grupos de beneficiários, condições para o exercício, preços de exercício, prazos de exercício, quantidade de ações comprometidas pelo plano)**

São elegíveis ao Plano 2017, os administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas. Os termos e condições do Plano 2017 serão estipulados pelo Conselho de Administração por meio de programas a serem implementados. As características do Plano 2017 encontram-se descritas no item 13.4 deste Formulário de Referência.

## 14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A maioria de nossos colaboradores é representada pelos sindicatos dos empregados do comércio nos municípios em que atuamos, os demais são representados pelo sindicato dos condutores de veículos rodoviários e sindicato dos movimentadores de mercadorias. Acreditamos possuir boas relações com nossos colaboradores e com os sindicatos que os representam, não havendo histórico de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho nos últimos três exercícios sociais.

Segue lista refletindo os principais sindicatos com os quais a Companhia se relaciona:

| Sindicato | Base Territorial | Data Base | Categoria |
|---|---|---|---|
| Sind. Com. Sao Paulo | Sao Paulo | Setembro | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Caxias do Sul | Caxias do Sul | Julho | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Caxias do Sul | Flores da Cunha | Julho | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao | Curitiba | Maio | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao | Sao Jose dos Pinhais | Maio | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao | Fazenda Rio Grande | Maio | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao | Colombo | Maio | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao | Araucária | Maio | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao | Campina Grande do Sul | Maio | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao | Rio Branco do Sul | Maio | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao | Mandirituba | Maio | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao | Almirante Tamandaré | Maio | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao | Campo Largo | Maio | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao | Pinhais | Maio | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao | Piraquara | Maio | Comércio |
| Sind. Emp. Com. de Fortaleza | Fortaleza | Janeiro | Comércio |
| Sind. Emp. Com. de Salvador | Salvador | Março | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Franca | Franca | Setembro | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Franca | Pedregulho | Setembro | Comércio |
| Sind. Emp. Com. João Pessoa - Capital | João Pessoa | Julho | Comércio |
| Sind. Emp. Com. João Pessoa - Capital | Cabedelo | Julho | Comércio |
| Sind. Emp. Com. João Pessoa - Capital | Santa Rita | Julho | Comércio |
| Sind. Emp. Com. João Pessoa - Capital | Bayeux | Julho | Comércio |
| Sind. Emp. Com. João Pessoa - Capital | Sao Paulo | Julho | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Jundiaí e Região | Louveira | Setembro | Comércio |
| Sind. Emp. Com. Jundiaí e Região | Jundiaí | Setembro | Comércio |
| Sind. Trab. Com. Var. Araxá e Tapira | Araxá | Janeiro | Comércio |
| Sind. Trab. Mov. de Merc. e Logística de Jundiaí e Região | Louveira | Fevereiro | Movimentadores |

## 14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há quaisquer outras informações julgadas relevantes para os fins deste item 14.

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| Acionista | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **CPF/CNPJ acionista** | **Nacionalidade-UF** | **Participa de acordo de acionistas** | **Acionista controlador** | **Última alteração** | |
| **Acionista Residente no Exterior** | **Nome do Representante Legal ou Mandatório** | | **Tipo pessoa** | **CPF/CNPJ** | |
| **Qtde. ações ordinárias (Unidades)** | **Ações ordinárias %** | **Qtde. ações preferenciais (Unidades)** | **Ações preferenciais %** | **Qtde. total de ações (Unidades)** | **Total ações %** |
| **Detalhamento por classes de ações (Unidades)** | | | | | |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| **Wagner Garcia Participações S.A.** | | | | | |
| 01.878.512/0001-18 | Brasileira-SP | Não | Sim | 07/10/2020 | |
| Não | | | | | |
| 208.224.180 | 3,204% | 0 | 0,000% | 208.224.180 | 3,204% |
| **Administradores (Conselho de Administração e Diretoria)** | | | | | |
| | Brasileira-SP | Não | Não | 07/10/2020 | |
| Não | | | | | |
| 12.179.336 | 0,187% | 0 | 0,000% | 12.179.336 | 0,187% |
| **Franco Bittar Garcia** | | | | | |
| 219.466.798-95 | Brasileiro-SP | Não | Sim | 07/10/2020 | |
| Não | | | | | |
| 3.466.608 | 0,053% | 0 | 0,000% | 3.466.608 | 0,053% |
| **LTD Administração e Participações S.A.** | | | | | |
| 66.117.474/0001-26 | Brasileira-SP | Não | Sim | 07/10/2020 | |
| Não | | | | | |
| 3.468.947.168 | 53,377% | 0 | 0,000% | 3.468.947.168 | 53,377% |
| **Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues** | | | | | |
| 052.571.868-02 | Brasiliera-SP | Não | Sim | 07/10/2020 | |
| Não | | | | | |
| 59.788.496 | 0,920% | 0 | 0,000% | 59.788.496 | 0,920% |

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| Acionista | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **CPF/CNPJ acionista** | **Nacionalidade-UF** | **Participa de acordo de acionistas** | **Acionista controlador** | **Última alteração** |
| **Acionista Residente no Exterior** | **Nome do Representante Legal ou Mandatório** | | **Tipo pessoa** | **CPF/CNPJ** |

| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
|---|---|---|---|---|---|
| **Detalhamento por classes de ações (Unidades)** | | | | | |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| **Fernando Henrique Borges Trajano** | | | | | |
| 077.884.598-28 | Brasileiro-SP | Não | Sim | 07/10/2020 | |
| Não | | | | | |
| 21.854.560 | 0,336% | 0 | 0,000% | 21.854.560 | 0,336% |
| **Conselho Fiscal** | | | | | |
| | Brasileira-SP | Não | Não | 07/10/2020 | |
| Não | | | | | |
| 512 | 0,001% | 0 | 0,000% | 512 | 0,001% |
| **Ismael Borges Trajano** | | | | | |
| 042.416.678-05 | Brasileiro-SP | Não | Sim | 07/10/2020 | |
| Não | | | | | |
| 21.258.032 | 0,327% | 0 | 0,000% | 21.258.032 | 0,327% |
| **Flávia Bittar Garcia Faleiros** | | | | | |
| 219.580.708-31 | Brasiliera-SP | Não | Sim | 07/10/2020 | |
| Não | | | | | |
| 4.158.784 | 0,064% | 0 | 0,000% | 4.158.784 | 0,064% |
| **Fabrício Bittar Garcia** | | | | | |
| 212.460.718-94 | Brasiliera-SP | Não | Sim | 07/10/2020 | |
| Não | | | | | |
| 6.000.000 | 0,092% | 0 | 0,000% | 6.000.000 | 0,092% |

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| Acionista | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **CPF/CNPJ acionista** | **Nacionalidade-UF** | **Participa de acordo de acionistas** | **Acionista controlador** | **Última alteração** |
| **Acionista Residente no Exterior** | **Nome do Representante Legal ou Mandatório** | | **Tipo pessoa** | **CPF/CNPJ** |

| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
|---|---|---|---|---|---|
| **Detalhamento por classes de ações (Unidades)** | | | | | |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| **OUTROS** | | | | | |
| 2.658.433.123 | 40,906% | 0 | 0,000% | 2.658.433.123 | 40,906% |
| **AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 26/02/2021** | | | | | |
| 34.616.049 | 0,533% | 0 | 0,000% | 34.616.049 | 0,533% |
| **TOTAL** | | | | | |
| 6.498.926.848 | 100,000% | 0 | 0,000% | 6.498.926.848 | 100,000% |

# 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | | |
| **ACIONISTA** | | | | | |
| **CPF/CNPJ acionista** | **Nacionalidade-UF** | **Participa de acordo de acionistas** | **Acionista controlador** | **Última alteração** | |
| **Acionista Residente no Exterior** | **Nome do Representante Legal ou Mandatório** | | **Tipo pessoa** | **CPF/CNPJ** | |
| **Detalhamento de ações (Unidades)** | | | | | |
| **Qtde. ações ordinárias (Unidades)** | **Ações ordinárias %** | **Qtde. ações preferenciais (Unidades)** | **Ações preferenciais %** | **Qtde. total de ações (Unidades)** | **Total ações %** |
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | **CPF/CNPJ acionista** | **Composição capital social** |
| **LTD Administração e Participações S.A.** | | | | **66.117.474/0001-26** | |
| **Luiza Participações S.A.** | | | | | |
| 00.835.086/0001-72 | Brasileira-SP | Sim | Sim | 26/01/2011 | |
| Não | | | | | |
| 38.649.261 | 60,616 | 0 | 0,000 | 38.649.261 | 60,616 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **OUTROS** | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| **TOTAL** | | | | | |
| 63.760.815 | 100,000 | 0 | 0,000 | 63.760.815 | 100,000 |
| **Wagner Garcia Participações S.A.** | | | | | |
| 01.878.512/0001-18 | Brasileira-SP | Sim | Sim | 26/01/2011 | |
| Não | | | | | |
| 25.111.554 | 39,384 | 0 | 0,000 | 25.111.554 | 39,384 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |

# 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **ACIONISTA** | | | | | |
| **CPF/CNPJ acionista** | **Nacionalidade-UF** | **Participa de acordo de acionistas** | **Acionista controlador** | **Última alteração** | |
| **Acionista Residente no Exterior** | **Nome do Representante Legal ou Mandatório** | | **Tipo pessoa** | **CPF/CNPJ** | |
| **Detalhamento de ações (Unidades)** | | | | | |
| **Qtde. ações ordinárias (Unidades)** | **Ações ordinárias %** | **Qtde. ações preferenciais (Unidades)** | **Ações preferenciais %** | **Qtde. total de ações (Unidades)** | **Total ações %** |
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | **CPF/CNPJ acionista** | **Composição capital social** |
| **Wagner Garcia Participações S.A.** | | | | **01.878.512/0001-18** | |
| **Fabrício Bittar Garcia** | | | | | |
| 212.460.718-94 | Brasiliera-SP | Sim | Sim | 30/04/2014 | |
| Não | | | | | |
| 34.454.865 | 33,333 | 0 | 0,000 | 34.454.865 | 33,333 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **Flávia Bittar Garcia Faleiros** | | | | | |
| 219.580.708-31 | Brasiliera-SP | Sim | Sim | 30/04/2014 | |
| Não | | | | | |
| 34.454.865 | 33,333 | 0 | 0,000 | 34.454.865 | 33,333 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **Franco Bittar Garcia** | | | | | |
| 219.466.798-95 | Brasileiro-SP | Sim | Sim | 30/04/2014 | |
| Não | | | | | |
| 34.454.865 | 33,333 | 0 | 0,000 | 34.454.865 | 33,333 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **OUTROS** | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |

# 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | | |
| **ACIONISTA** | | | | | |
| **CPF/CNPJ acionista** | **Nacionalidade-UF** | **Participa de acordo de acionistas** | **Acionista controlador** | **Última alteração** | |
| **Acionista Residente no Exterior** | **Nome do Representante Legal ou Mandatório** | | **Tipo pessoa** | **CPF/CNPJ** | |
| **Detalhamento de ações (Unidades)** | | | | | |
| **Qtde. ações ordinárias (Unidades)** | **Ações ordinárias %** | **Qtde. ações preferenciais (Unidades)** | **Ações preferenciais %** | **Qtde. total de ações (Unidades)** | **Total ações %** |
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | **CPF/CNPJ acionista** | **Composição capital social** |
| **Wagner Garcia Participações S.A.** | | | | **01.878.512/0001-18** | |
| **TOTAL** | | | | | |
| 103.364.595 | 100,000 | 0 | 0,000 | 103.364.595 | 100,000 |

# 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **ACIONISTA** | | | | | |
| **CPF/CNPJ acionista** | **Nacionalidade-UF** | **Participa de acordo de acionistas** | **Acionista controlador** | **Última alteração** | |
| **Acionista Residente no Exterior** | **Nome do Representante Legal ou Mandatório** | | **Tipo pessoa** | **CPF/CNPJ** | |
| **Detalhamento de ações (Unidades)** | | | | | |
| **Qtde. ações ordinárias (Unidades)** | **Ações ordinárias %** | **Qtde. ações preferenciais (Unidades)** | **Ações preferenciais %** | **Qtde. total de ações (Unidades)** | **Total ações %** |
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | **CPF/CNPJ acionista** | **Composição capital social** |
| **Luiza Participações S.A.** | | | | **00.835.086/0001-72** | |
| **Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues** | | | | | |
| 052.571.868-02 | Brasiliera-SP | Sim | Sim | 26/01/2011 | |
| Não | | | | | |
| 66.730.124 | 52,632 | 0 | 0,000 | 66.730.124 | 50,000 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **Onofre de Paula Trajano** | | | | | |
| 026.538.268-87 | Brasileira-SP | Sim | Sim | 28/04/2017 | |
| Não | | | | | |
| 1.889.329 | 1,490 | 0 | 0,000 | 1.889.329 | 1,416 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **Onofre P. Trajano Participações Ltda.** | | | | | |
| 28.446.667/0001-31 | Brasileiro-SP | Não | Sim | 28/04/2017 | |
| Não | | | | | |
| 58.167.783 | 45,878 | 6.673.012 | 100,000 | 64.840.795 | 48,584 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |
| **OUTROS** | | | | | |
| | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |

# 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | | |
| **ACIONISTA** | | | | | |
| **CPF/CNPJ acionista** | **Nacionalidade-UF** | **Participa de acordo de acionistas** | **Acionista controlador** | **Última alteração** | |
| **Acionista Residente no Exterior** | **Nome do Representante Legal ou Mandatório** | | **Tipo pessoa** | **CPF/CNPJ** | |
| **Detalhamento de ações (Unidades)** | | | | | |
| **Qtde. ações ordinárias (Unidades)** | **Ações ordinárias %** | **Qtde. ações preferenciais (Unidades)** | **Ações preferenciais %** | **Qtde. total de ações (Unidades)** | **Total ações %** |
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | **CPF/CNPJ acionista** | **Composição capital social** |
| **Luiza Participações S.A.** | | | | **00.835.086/0001-72** | |
| **TOTAL** | | | | | |
| 126.787.236 | 100,000 | 6.673.012 | 100,000 | 133.460.248 | 100,000 |

# 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **ACIONISTA** | | | | | |
| **CPF/CNPJ acionista** | **Nacionalidade-UF** | **Participa de acordo de acionistas** | **Acionista controlador** | **Última alteração** | |
| **Acionista Residente no Exterior** | **Nome do Representante Legal ou Mandatório** | | **Tipo pessoa** | **CPF/CNPJ** | |
| **Detalhamento de ações (Unidades)** | | | | | |
| **Qtde. ações ordinárias (Unidades)** | **Ações ordinárias %** | **Qtde. ações preferenciais (Unidades)** | **Ações preferenciais %** | **Qtde. total de ações (Unidades)** | **Total ações %** |
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | **CPF/CNPJ acionista** | **Composição capital social** |
| **Wagner Garcia Participações S.A.** | | | | **01.878.512/0001-18** | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Fabrício Bittar Garcia** | | | | | |
| 212.460.718-94 | Brasiliera-SP | Sim | Sim | 30/04/2014 | |
| Não | | | | | |
| 34.454.865 | 33,333 | 0 | 0,000 | 34.454.865 | 33,333 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **Flávia Bittar Garcia Faleiros** | | | | | |
| 219.580.708-31 | Brasiliera-SP | Sim | Sim | 30/04/2014 | |
| Não | | | | | |
| 34.454.865 | 33,333 | 0 | 0,000 | 34.454.865 | 33,333 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **Franco Bittar Garcia** | | | | | |
| 219.466.798-95 | Brasileiro-SP | Sim | Sim | 30/04/2014 | |
| Não | | | | | |
| 34.454.865 | 33,333 | 0 | 0,000 | 34.454.865 | 33,333 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **OUTROS** | | | | | |
| | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |

# 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | | |
| **ACIONISTA** | | | | | |
| **CPF/CNPJ acionista** | **Nacionalidade-UF** | **Participa de acordo de acionistas** | **Acionista controlador** | **Última alteração** | |
| **Acionista Residente no Exterior** | **Nome do Representante Legal ou Mandatório** | | **Tipo pessoa** | **CPF/CNPJ** | |
| **Detalhamento de ações (Unidades)** | | | | | |
| **Qtde. ações ordinárias (Unidades)** | **Ações ordinárias %** | **Qtde. ações preferenciais (Unidades)** | **Ações preferenciais %** | **Qtde. total de ações (Unidades)** | **Total ações %** |
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | **CPF/CNPJ acionista** | **Composição capital social** |
| **Wagner Garcia Participações S.A.** | | | | **01.878.512/0001-18** | |
| **TOTAL** | | | | | |
| 103.364.595 | 100,000 | 0 | 0,000 | 103.364.595 | 100,000 |

# 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **ACIONISTA** | | | | | |
| **CPF/CNPJ acionista** | **Nacionalidade-UF** | **Participa de acordo de acionistas** | **Acionista controlador** | **Última alteração** | |
| **Acionista Residente no Exterior** | **Nome do Representante Legal ou Mandatório** | | **Tipo pessoa** | **CPF/CNPJ** | |
| **Detalhamento de ações (Unidades)** | | | | | |
| **Qtde. ações ordinárias (Unidades)** | **Ações ordinárias %** | **Qtde. ações preferenciais (Unidades)** | **Ações preferenciais %** | **Qtde. total de ações (Unidades)** | **Total ações %** |
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | **CPF/CNPJ acionista** | **Composição capital social** |
| **Onofre P. Trajano Participações Ltda.** | | | | **28.446.667/0001-31** | |
| **Fernando Henrique Borges Trajano** | | | | | |
| 077.884.598-28 | Brasileiro-SP | Sim | Sim | 28/04/2017 | |
| Não | | | | | |
| 55.405.427 | 33,334 | 0 | 0,000 | 55.405.427 | 33,334 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **Franco Bittar Garcia** | | | | | |
| 219.466.798-95 | Brasileiro-SP | Sim | Sim | 28/04/2017 | |
| Não | | | | | |
| 55.405.426 | 33,333 | 0 | 0,000 | 55.405.426 | 33,333 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **Gisele Trajano** | | | | | |
| 159.841.838-62 | Brasileira-SP | Sim | Sim | 28/04/2017 | |
| Não | | | | | |
| 55.405.426 | 33,333 | 0 | 0,000 | 55.405.426 | 33,333 |
| **Classe ação** | **Qtde. de ações (Unidades)** | **Ações %** | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| **OUTROS** | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |

# 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | | |
| **ACIONISTA** | | | | | |
| **CPF/CNPJ acionista** | **Nacionalidade-UF** | **Participa de acordo de acionistas** | **Acionista controlador** | **Última alteração** | |
| **Acionista Residente no Exterior** | **Nome do Representante Legal ou Mandatório** | | **Tipo pessoa** | **CPF/CNPJ** | |
| **Detalhamento de ações (Unidades)** | | | | | |
| **Qtde. ações ordinárias (Unidades)** | **Ações ordinárias %** | **Qtde. ações preferenciais (Unidades)** | **Ações preferenciais %** | **Qtde. total de ações (Unidades)** | **Total ações %** |
| **CONTROLADORA / INVESTIDORA** | | | | **CPF/CNPJ acionista** | **Composição capital social** |
| **Onofre P. Trajano Participações Ltda.** | | | | **28.446.667/0001-31** | |
| **TOTAL** | | | | | |
| 166.216.279 | 100,000 | 0 | 0,000 | 166.216.279 | 100,000 |

## 15.3 - Distribuição de Capital

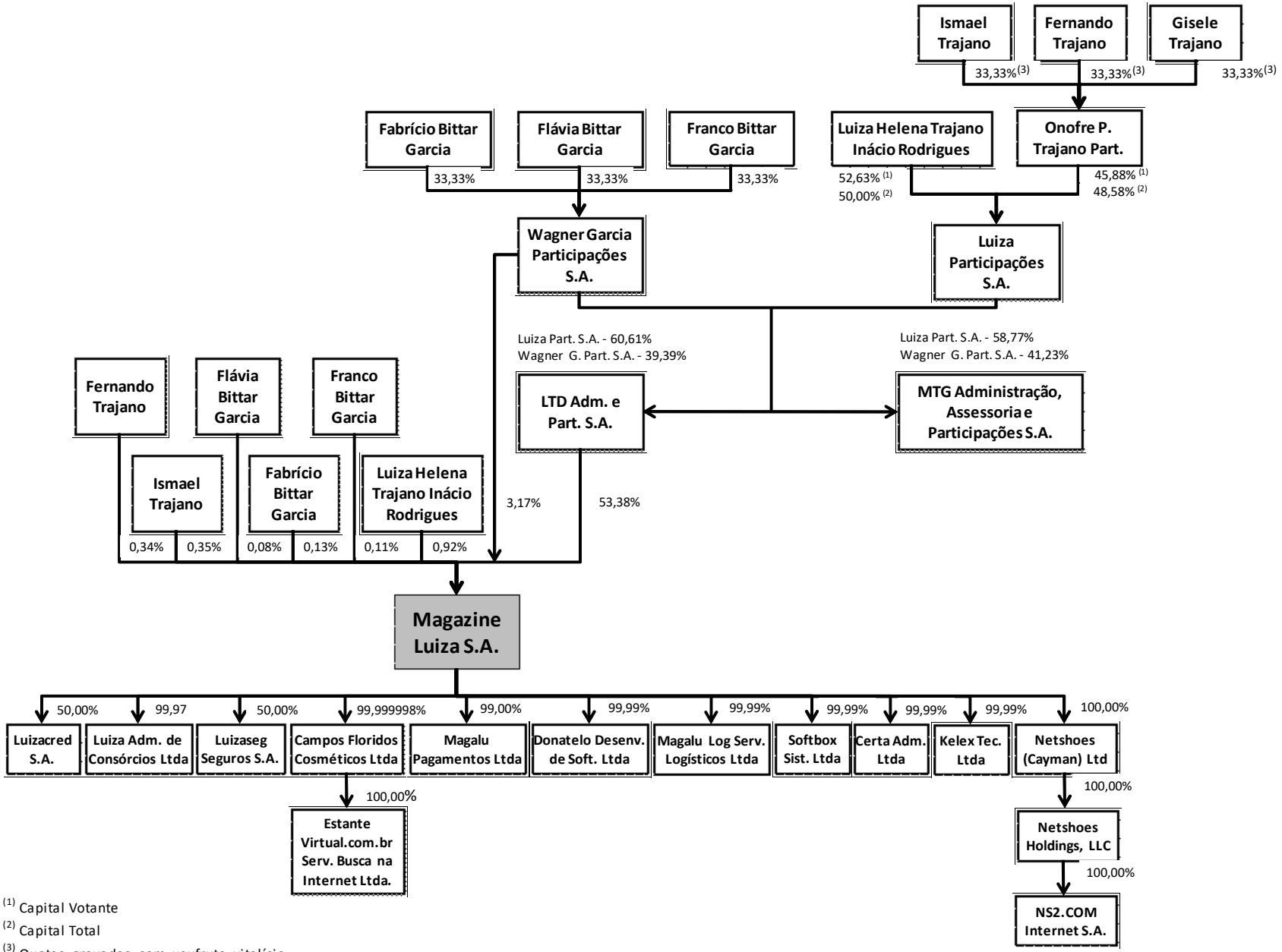
| | |
|---|---|
| **Data da última assembleia / Data da última alteração** | 26/02/2021 |
| **Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)** | 501.568 |
| **Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)** | 2.016 |
| **Quantidade investidores institucionais (Unidades)** | 941 |

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

| | | |
|---|---|---|
| **Quantidade ordinárias (Unidades)** | 2.658.433.123 | 40,906% |
| **Quantidade preferenciais (Unidades)** | 0 | 0,000% |
| **Total** | 2.658.433.123 | 40,906% |

## 15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico




(1) Capital Votante

(2) Capital Total

(3) Quotas gravadas com usufruto vitalício (direitos econômicos e políticos) em favor de Onofre de Paula Trajano.

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

**(a) partes**

Wagner Garcia Participações S.A., Luiza Participações S.A., Pelegrino José Donato, Luiza Trajano Donato, Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Onofre de Paula Trajano, Fabrício Bittar Garcia, Flávia Bittar Garcia Faleiros e Franco Bittar Garcia.

**(b) data de celebração**

O acordo de acionistas foi celebrado pelas partes em 01 de abril de 2011.

**(c) prazo de vigência**

O acordo de acionistas vigorará pelo prazo de vinte anos, facultada a prorrogação por decisão unânime dos signatários.

**(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle**

Todas as disposições sobre direito de voto no acordo de acionistas indicam que as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos membros do conselho de administração da Companhia ou da assembleia geral da LTD Participações S.A.

**(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais**

O acordo de acionistas contém disposição sobre a profissionalização da administração das empresas pertencentes ao Grupo Luiza (incluindo-se a Companhia), nos seguintes termos:

(i) os administradores serão obrigatoriamente eleitos pela controladora LTD Participações S.A.;

(ii) a escolha dos administradores recairá, como regra geral, em profissionais não pertencentes e nem ligados às famílias integrantes do Grupo Luiza;

(iii) como exceção, poderão ser admitidos como administradores os profissionais das famílias integrantes do Grupo Luiza, herdeiros dos acionistas controladores, desde que: (a) apresentem folhas de serviços prestados a empresas integrantes do Grupo Luiza ou outras empresas; e (b) a decisão favorável à contratação seja tomada pela maioria dos membros do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral da LTD Participações S.A.

**(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las**

O acordo de acionistas prevê regras para a venda de ações das empresas pertencentes ao Grupo Luiza (incluindo-se a Companhia), nos seguintes termos:

(i) como regra geral, serão realizadas entre os próprios signatários, seus herdeiros e empresas por eles controladas, observado que: (a) serão realizadas proporcionalmente às respectivas participações no capital social; e (b) serão antecedidas de notificação escrita feita pelo acionista que deseja vender suas ações para que os demais acionistas se manifestem no prazo de 90 dias sobre eventual interesse na aquisição das ações;

## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(ii) excepcionalmente será admitida a venda de ações a terceiros após esgotadas, comprovadamente, as negociações entre os próprios signatários e desde que aprovado pela maioria dos signatários; e

(iii) comprovada a impossibilidade de negociação das ações entre os signatários, por respostas às notificações regularmente feitas ou pelo silêncio diante de tais notificações, o acionista que deseja alienar suas ações notificará os demais signatários de que colocará suas ações à venda, cientificando-os quanto às condições da negociação, tais como quantidade a ser negociada, preços, condições de pagamento e outras inerentes ao negócio, que somente será concretizado com a aprovação pela maioria dos Acionistas.

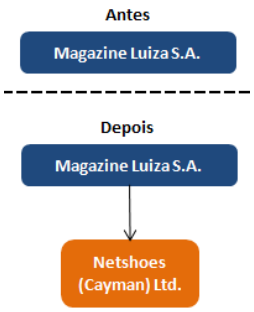
**(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle**

Não há cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle da Companhia.

## 15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Item não aplicável, considerando que não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

| | |
|---|---|
| **a. evento** | Aquisição (por incorporação) da Netshoes (Cayman) Ltd. (“**Netshoes**”) |
| **b. principais condições do negócio** | Em 29 de abril de 2019, a Companhia celebrou o “Agreement and Plan of Merger”, que disciplina a aquisição (por incorporação), pela Companhia, da totalidade das ações representativas do capital social da Netshoes por um preço por ação de USD2,00, perfazendo um preço total estimado de aproximadamente USD62 milhões (“Operação”). A conclusão da Operação foi condicionada à satisfação de determinadas condições precedentes estabelecidas no “Agreement and Plan of Merger”, incluindo, entre outras, sua aprovação pelos acionistas da Netshoes em assembleia geral (“Assembleia Netshoes”), de acordo com as leis das Ilhas Cayman, e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.<br>Posteriormente, foi celebrado com a Netshoes um aditivo ao “Agreement and Plan of Merger” que regula a Operação, através do qual o preço por ação ofertado foi elevado para USD3,70, totalizando aproximadamente USD115 milhões.<br>Adicionalmente, a Companhia celebrou com acionistas detentores de aproximadamente 47,9% do capital social da Netshoes o “Voting and Support Agreement”, por meio do qual os acionistas signatários se comprometeram a votar de forma favorável à Operação na Assembleia Netshoes. A Operação foi realizada através da fusão da Netshoes e de uma subsidiária da Companhia, constituída nas Ilhas Cayman e, dessa forma, não esteve sujeita ao disposto no artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações. |
| **c. sociedades envolvidas** | Magazine Luiza S.A. e Netshoes (Cayman) Ltd. |
| **d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia** | Com a implementação da Operação, a Netshoes se tornará uma subsidiária da Companhia e os seus atuais acionistas receberão o valor de suas ações exclusivamente em dinheiro. |
| **e. quadro societário antes e depois da operação** |  <br>Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 15.4 deste Formulário de Referência. |
| **f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas** | Não aplicável, tendo em vista que os acionistas da Companhia não foram diluídos em decorrência da aquisição. |

## 15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 15.

## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia adota uma Política para Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras e consolidar procedimentos e controles consonantes com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, com o Regulamento do Novo Mercado da B3 e com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, a fim de assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, de forma a assegurar a comutatividade das transações, com plena independência e absoluta transparência. Ela se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas.

De acordo com a nossa Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia, as operações celebradas entre a Companhia e qualquer parte relacionada devem obedecer às mesmas normas, critérios e termos equivalentes de contratação que utiliza para selecionar prestadores de serviços e fornecedores que não sejam partes relacionadas. É condição precedente também, que as operações sejam contratadas em bases comutativas, ou seja, em condições que prevaleçam no mercado ao tempo de sua aprovação, sempre pautado pelo respeito às normas legais e éticas.

São consideradas condições de mercado aquelas para as quais foram observados, durante a negociação, os princípios: (i) da competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (ii) da conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); e (iii) da transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações contábeis da Companhia).

Cabe ao Conselho de Administração aprovar a celebração de quaisquer contratos entre a Companhia e partes relacionadas de acionistas controladores, de diretores estatutários, bem como de membros do próprio Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, considerando-se a exclusão de eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes. Cabe ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e/ou ao Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, no escopo de suas atribuições, dar o devido suporte ao Conselho de Administração conforme previsto no item 2 da Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia. As avaliações das transações com partes relacionadas são suportadas pelos trabalhos da área de Compliance, Integridade e PLD, juntamente com a área de Auditoria Corporativa que auxilia nas diretrizes de adequação quanto à celebração das transações, e periodicamente aplica procedimentos de auditoria para verificação de aderência à Política e à regulamentação e melhores práticas vigentes.

A Política ainda prevê que sejam seguidas determinadas premissas: i) vedações às concessões de empréstimos ou adiantamentos em favor dos acionistas controladores, bem como dos Administradores; ii) asseguração de tratamento equitativo para todos os acionistas em reestruturações societárias envolvendo partes relacionadas; iii) o Conselho de Administração deve solicitar à Diretoria Executiva, alternativas de mercado a transações com partes relacionadas de controladores, ajustadas pelos fatores de risco envolvidos, e pelas demais condições de mercado aplicáveis; iv) as transações com partes relacionadas de acionistas controladores devem ser embasadas por laudos de avaliação independentes (ou outra forma de análise independente disponível mais adequada à transação em pauta), sem a participação de partes envolvidas na operação (banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros).

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e

## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

(iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-490, Franca/SP; e (ii) internet: website da Companhia (ri.magazineluiza.com.br), website da CVM (www.cvm.gov.br) e website da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/).

## 16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

As informações relativas ao item 16.2 foram prestadas na seção 16.4 deste Formulário de Referência.

## 16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

**(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Para tratar conflitos de interesse, adotamos práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, e do Regulamento do Novo Mercado da B3. De acordo com a Política para Transações com Partes Relacionadas, bem como com o Estatuto Social e Regimento Interno do Conselho de Administração, havendo conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, nos termos da legislação em vigor, o respectivo membro deve imediatamente manifestar seu conflito de interesses, adicionalmente deve ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Executivo, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

A Companhia ainda possui uma Política para Neutralização de Conflitos de Interesse (“Política de Conflitos”) que unifica diretrizes relacionadas a conflitos de interesse e reforçam aspectos relacionados a responsabilização e consequências, sendo aplicável irrestritamente, a todos os administradores, colaboradores, acionistas e parceiros do Magazine Luiza.

De acordo com a Política de Conflitos, os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses. Adicionalmente, devem ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar.

Caso solicitado pelo Conselho de Administração, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria. A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Executivo, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertença, que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo. Neste caso, a não manifestação voluntária do Administrador é considerada uma violação da política de conflitos de interesse da Companhia, sendo levada ao Conselho de Administração para avaliação da aplicação de eventual ação corretiva.

Os acionistas da Companhia também devem manifestar-se imediatamente sempre que identificarem situações de potencial conflito de interesse, devendo ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar.

São vedadas as formas de remuneração de assessores, consultores, ou intermediários da Companhia que gerem conflito de interesses próprio e/ou de seus Administradores, acionistas ou classe de acionistas.

**(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Sempre observamos as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial. As transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento

**16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

compensatório adequado, sendo que a Companhia utiliza as práticas abaixo para garantir tal tratamento:

Sempre observamos as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial. As transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado, sendo que a Companhia utiliza as práticas abaixo para garantir tal tratamento:

(i) As contratações de aluguéis de imóveis comerciais entre a Companhia e suas partes relacionadas são suportadas por laudos de avaliação elaborados por empresa terceira independente reconhecida no mercado, e sem ressalvas de escopo. Por se tratarem de transações celebradas com partes relacionadas de acionistas controladores da Companhia, as aprovações são realizadas pelo Conselho de Administração, e a neutralização de conflitos de interesse se dá com a abstenção de voto das partes conflitadas;

(ii) A transação de contratação de serviços de publicidade e propaganda (veiculação de mídia e comissão de agenciamento) é suportada por avaliação interna envolvendo informações de práticas de mercado obtidas através de estudo realizado por empresa especializada no segmento. Por se tratar de transação celebrada com parte relacionada de acionista controlador da Companhia, a aprovação é realizada pelo Conselho de Administração, e a neutralização de conflitos de interesse se dá com a abstenção de voto das partes conflitadas; e

(iii) As transações contratadas junto às controladas e joint-ventures (referentes a serviços de correspondente bancário, desconto de recebíveis, convênio de rateio de custos comuns, distribuição e oferta de garantias estendidas, e representação e oferta de cotas de consórcio, serviços de fretes, serviços de geolocalização, serviços de venda via plataforma de marketplace) são praticadas de acordo com as diretrizes previstas em acordos estratégicos que orientam as operações, sendo complementares e estritamente vinculados aos negócios da Companhia. Conforme diretrizes da Política, tais transações são aprovadas pelos membros da Diretoria Executiva, que devem manifestar qualquer conflito de interesse existente, e, nesse caso, ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar.

## 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 01/06/1994 | 19.469.961 | 4.682.062 | 51.252 | 31/05/2029 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 01/06/1994 | 8.215.175 | 1.975.554 | 20.993 | 31/05/2029 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 01/06/1994 | 24.170.454 | 5.812.419 | 0 | 31/05/2029 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 01/06/1994 | 17.454.872 | 4.197.481 | 48.382 | 31/05/2029 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |

## 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 01/06/1994 | 7.803.004 | 1.876.437 | 21.398 | 31/05/2029 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 16/02/2011 | 12.743.718 | 5.621.344 | 78.060 | 15/10/2028 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 01/10/1998 | 17.965.900 | 4.930.858 | 53.416 | 31/05/2029 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 16/02/2011 | 8.447.947 | 2.886.916 | 54.019 | 15/02/2026 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |

## 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 01/06/1994 | 9.588.470 | 2.305.799 | 25.989 | 31/05/2029 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 16/02/2011 | 4.444.948 | 1.518.972 | 28.777 | 15/02/2026 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 01/06/1994 | 16.418.725 | 1.869.910 | 45.453 | 31/05/2024 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 01/06/1994 | 14.565.650 | 3.502.692 | 41.396 | 31/05/2029 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |

## 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 01/06/1994 | 10.184.097 | 2.449.033 | 24.762 | 31/05/2029 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 01/06/1994 | 17.577.764 | 4.227.034 | 49.243 | 31/05/2029 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 16/02/2011 | 4.715.681 | 1.611.489 | 30.564 | 15/02/2026 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 16/02/2011 | 5.651.056 | 1.931.135 | 37.256 | 15/02/2026 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |

## 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 18/12/2010 | 3.852.224 | 0 | 31.924 | 17/12/2020 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 16/02/2011 | 2.569.084 | 877.933 | 18.887 | 15/02/2026 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 16/02/2011 | 4.279.165 | 1.462.319 | 28.742 | 15/02/2026 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 16/02/2011 | 3.767.122 | 1.287.338 | 22.293 | 15/02/2026 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |

## 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 01/02/2007 | 94.042.727 | 9.606.515 | 544.669 | 31/07/2022 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 01/06/1994 | 39.116.314 | 9.406.542 | 105.617 | 31/05/2029 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 01/06/1994 | 148.222 | 3.183 | 475 | 31/07/2021 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 18/12/2010 | 2.771.730 | 0 | 25.116 | 17/12/2020 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |

## 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 18/12/2010 | 1.272.912 | 0 | 10.738 | 17/12/2020 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 18/12/2010 | 362.765 | 0 | 22.168 | 17/12/2020 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| M.T.G. Administração, Assessoria e Participações | 18/08/2010 | 3.141.418 | 0 | 27.834 | 17/08/2020 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| P.J.D. – Agropastoril Ltda. | 01/11/1983 | 12.056.972 | 2.089.706 | 23.355 | 15/10/2028 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | Os Srs. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.J.D. – Agropastoril Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a P.J.D. – Agropastoril Ltda. a locadora e a Companhia, a locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |

## 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| P.J.D. – Agropastoril Ltda. | 01/04/2006 | 2.233.826 | 586.461 | 9.869 | 30/03/2026 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | Os Srs. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.J.D. – Agropastoril Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial, referente à loja 014, localizada na cidade de Uberlândia/MG, sendo a P.J.D. – Agropastoril Ltda. a locadora e a Companhia, a locatária. | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| P.J.D. – Agropastoril Ltda. | 01/12/2005 | 1.560.805 | 559.012 | 0 | 31/05/2029 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | Os Srs. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.J.D. – Agropastoril Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial, referente a anexo administrativo do escritório 500, localizado na cidade de Franca/SP, sendo a P.J.D. – Agropastoril Ltda. a locadora e a Companhia, a locatária. | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| P.J.D. – Agropastoril Ltda. | 01/01/2009 | 1.301.762 | 100.136 | 0 | 31/12/2021 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | Os Srs. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.J.D. – Agropastoril Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial, referente a outro anexo administrativo do escritório 500, localizado na cidade de Franca/SP, sendo a P.J.D. – Agropastoril Ltda. a locadora e a Companhia, a locatária. | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| LH Agropastoril, Administração e Participações Ltda. | 01/03/2010 | 231.960.000 | 0 | O montante envolvido no negócio refere-se ao valor incorrido no exercício encerrado | Prazo indeterminado | NÃO | NI |

## 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | em 31 de dezembro de 2020. | | | |
| **Relação com o emissor** | A sociedade LH Agropastoril, Administração e Participações Ltda., é controlada diretamente pela Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de prestação de serviços de publicidade e propaganda por sociedade em conta de participação, cujo sócio ostensivo é a Ogilvy & Mather Brasil Comunicação Ltda. (“Ogilvy”) e que tem a LH Agropastoril, Administração e Participações Ltda. (“LH”) como uma de suas sócias participantes. A LH, antiga controladora direta da ETCO – Empresa Técnica de Comunicação Ltda. (“ETCO”), passou a ser sócia participante da sociedade em conta de participação após a incorporação da ETCO pela Ogilvy (“Incorporação”). Na data da Incorporação, a LH não detinha mais qualquer participação societária na ETCO, em função da cisão parcial desproporcional da ETCO arquivada na Junta Comercial competente em 31 de janeiro de 2013. | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Não há | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato, a qualquer tempo, mediante notificação escrita com antecedência de 60 (sessenta) dias à outra parte. O contrato poderá ser rescindido de pleno direito por qualquer parte, a qualquer tempo, mediante notificação à outra parte, no caso de (i) descumprimento de qualquer disposição contratual; e (ii) falência, processo de recuperação judicial ou extrajudicial, estado de insolvência ou dissolução judicial ou extrajudicial de uma das partes. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| LH Agropastoril, Administração e Participações Ltda. | 01/07/2017 | 14.719.910 | 9.570.600 | 128.004 | 30/06/2027 | NÃO | NI |
| **Relação com o emissor** | A sociedade LH Agropastoril, Administração e Participações Ltda., é controlada diretamente pela Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a LH Agropastoril, Administração e Participações Ltda. a locadora e a Companhia, a locatária | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Garantia da locação: LTD como fiadora; Seguro do imóvel locado contra sinistro. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| Luizacred | 18/05/2010 | 190.783.000 | 3.545.000 | O montante envolvido no negócio refere-se ao valor incorrido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. | 31/12/2029 | Não | Não aplicável |
| **Relação com o emissor** | A Luizacred é instituição financeira controlada pelo Emissor em conjunto com o Banco Itaucard S/A. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário da Luizacred. | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Não há. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Qualquer das partes poderá solicitar a rescisão do Convênio, sem ônus, mediante aviso com 15 dias de antecedência. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |

## 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Posição contratual da companhia** | Credor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| Luizacred | 27/11/2009 | 115.358.000 | 2.249.014 | O montante envolvido no negócio refere-se ao valor incorrido no período findo em 31 de dezembro de 2020 | 31/12/2029 | Não | 105,0% a 108,0% do CDI |
| **Relação com o emissor** | A Luizacred é instituição financeira controlada pelo Emissor em conjunto com o Banco Itaucard S/A. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Operações para desconto de recebíveis oriundos das vendas nos cartões de crédito emitidos pela Luizacred. | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Não há. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer condição de rescisão ou extinção, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| Luizacred | 18/05/2010 | 90.308.000 | 3.983.000 | O montante envolvido no negócio refere-se ao valor incorrido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 | 31/12/2029 | Não | Não aplicável |
| **Relação com o emissor** | A Luizacred é instituição financeira controlada pelo Emissor em conjunto com o Banco Itaucard S/A. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Convênio de Rateio de Custos Comuns, através do qual a Luizacred reembolsa as despesas incorridas pelo Emissor nas operações de crédito celebradas pela Luizacred, tais como estrutura material e de pessoal. | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Não há. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Qualquer das partes poderá solicitar a rescisão do Convênio, sem ônus, mediante aviso com 30 dias de antecedência. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Credor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| Luizaseg | 13/12/2005 | 404.658.000 | 45.894.000 | O montante envolvido no negócio refere-se ao valor | 31/12/2025 | Não | Não aplicável |

## 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | incorrido no período findo em 31 de dezembro de 2020 | | | |
| **Relação com o emissor** | A Luizaseg é seguradora controlada pelo Emissor em conjunto com NCVP Participações Societárias S/A. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Acordo de Distribuição para oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes do Emissor, através do qual são pagas comissões pelos serviços prestados. | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Não há. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Credor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| Luiza Adm. Consórcio | 30/08/1993 | 10.840.000 | 2.586.000 | O montante envolvido no negócio refere-se ao valor incorrido no período findo em 31 de dezembro de 2019 | Prazo indeterminado | Não | Não aplicável |
| **Relação com o emissor** | A Luiza Adm. De Consórcios é empresa controlada pelo Emissor. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de representação comercial para ofertar cotas de consórcio aos clientes do Emissor, através do qual são pagas comissões pelos serviços prestados. | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Não há. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | - | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Credor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |
| P.J.D. – Agropastoril Ltda. | | 1.583.000 | Não aplicável | O montante envolvido no negócio refere-se ao valor incorrido no período findo em 31 de dezembro de 2019 | Prazo indeterminado | Não | Não aplicável |

## 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Relação com o emissor** | Os Srs. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.J.D. – Agropastoril Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda. | | | | | | |
| **Objeto contrato** | Contrato de arrendamento de veículos para transporte e entrega de mercadorias adquiridas nas lojas do Emissor | | | | | | |
| **Garantia e seguros** | Não há. | | | | | | |
| **Rescisão ou extinção** | A rescisão do contrato se realizará efetivamente com a devolução e entrega das chaves dos veículos à Arrendante. | | | | | | |
| **Natureza e razão para a operação** | Não. | | | | | | |
| **Posição contratual da companhia** | Devedor. | | | | | | |
| **Especificar** | | | | | | | |

## 17.1 - Informações Sobre O Capital Social

| Data da autorização ou aprovação | Valor do capital (Reais) | Prazo de integralização | Quantidade de ações ordinárias (Unidades) | Quantidade de ações preferenciais (Unidades) | Quantidade total de ações (Unidades) |
|---|---|---|---|---|---|
| **Tipo de capital** | **Capital Emitido** | | | | |
| 07/10/2020 | 6.070.911.472,00 | Totalmente integralizado | 6.498.926.848 | 0 | 6.498.926.848 |
| **Tipo de capital** | **Capital Subscrito** | | | | |
| 07/10/2020 | 6.070.911.472,00 | Totalmente integralizado | 6.498.926.848 | 0 | 6.498.926.848 |
| **Tipo de capital** | **Capital Integralizado** | | | | |
| 07/10/2020 | 6.070.911.472,00 | Totalmente integralizado | 6.498.926.848 | 0 | 6.498.926.848 |
| **Tipo de capital** | **Capital Autorizado** | | | | |
| 07/10/2020 | 0,00 | | 1.200.000.000 | 0 | 1.200.000.000 |

## 17.2 - Aumentos do Capital Social

| Data de deliberação | Orgão que deliberou o aumento | Data emissão | Valor total emissão (Reais) | Tipo de aumento | Ordinárias (Unidades) | Preferênciais (Unidades) | Total ações (Unidades) | Subscrição / Capital anterior | Preço emissão | Fator cotação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12/11/2019 | Conselho de Administração | 12/11/2019 | 4.300.000.000,00 | Subscrição pública | 100.000.000 | 0 | 100.000.000 | 2,42812815 | 43,00 | R$ por Unidade |

**Critério para determinação do preço de emissão** O preço por ação foi calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por ações coletadas junto a investidores profissionais, por meio do Procedimento de Bookuilding, considerando a cotação das ações de emissão da Companhia na B3, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações da Companhia com esforços restritos de colocação.

**Forma de integralização** Integralização em moeda corrente nacional, em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM.

## 17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

| Data aprovação | Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades) | | | Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade ações ordinárias | Quantidade ações preferenciais | Quantidade total ações | Quantidade ações ordinárias | Quantidade ações preferenciais | Quantidade total ações |
| **Desdobramento** | | | | | | |
| 31/07/2019 | 190.591.464 | 0 | 190.591.464 | 1.524.731.712 | 0 | 1.524.731.712 |
| **Desdobramento** | | | | | | |
| 07/10/2020 | 1.624.731.712 | 0 | 1.624.731.712 | 6.498.926.848 | 0 | 6.498.926.848 |

## 17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social nos últimos três exercícios sociais.

## 17.5 - Outras Informações Relevantes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de outubro de 2020, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 4 (quatro) ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia, nos termos do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2020. Dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 6.498.926.848 (seis bilhões, quatrocentos e noventa e oito milhões, novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e quarenta e oito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O desdobramento preservou todos os direitos e vantagens dos acionistas.

## 18.1 - Direitos Das Ações

| Espécie de ações ou CDA | Ordinária |
|---|---|
| **Tag along** | 100,000000 |
| **Direito a dividendos** | Direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 15,0% do saldo de lucro líquido, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. |
| **Direito a voto** | Pleno |
| **Conversibilidade** | Não |
| **Direito a reembolso de capital** | Sim |
| **Descrição das características do reembolso de capital** | No caso de liquidação da Companhia, após pagar todas as nossas obrigações, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações no capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se do quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136 na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso, nos termos do artigo 137, IV da Lei das Sociedades por Ações. |
| **Restrição a circulação** | Não |
| **Resgatável** | Não |
| **Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate** | |
| **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** | Pela Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleia Geral da Companhia podem privar seus acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista ne Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de votar nas assembleias gerais e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. |
| **Outras características relevantes** | N/A |

## 18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

O Estatuto Social da Companhia não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

- Aquisição direta ou indireta do controle da Companhia (inclusive por meio de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações), nos termos e condições previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Adicionalmente, o adquirente do controle da Companhia deverá ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos seis meses anteriores à data da alienação de controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data de aquisição do controle da Companhia, devidamente atualizado até o momento do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações de emissão da Companhia nos pregões em que o adquirente do controle realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;

- caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, o acionista controlador da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações, se a saída ocorrer (i) para negociação de seus valores mobiliários fora do Novo Mercado, ou (ii) por reorganização societária na qual os valores mobiliários da Companhia resultantes de tal reorganização não sejam admitidos para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a operação. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação nos termos do Estatuto Social da Companhia, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis

- na hipótese de não haver acionista controlador, caso a Assembleia Geral delibere (i) pela saída da Companhia do Novo Mercado, em razão de registro para negociação de seus valores mobiliários fora do referido segmento de listagem, ou (ii) pela reorganização societária da Companhia, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, no prazo de 120 dias contados da realização da Assembleia Geral que aprovou a referida operação; a saída do Novo Mercado estará condicionada à realização de oferta pública nas mesmas condições previstas acima. Nesse caso, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública prevista neste item, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Em relação à Assembleia Geral que deliberar pela reorganização societária, na ausência de definição do(s) responsável(is) pela realização da oferta pública, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta pública

- na hipótese de a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, caso o descumprimento decorra (i) de deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e (ii) de ato ou fato da administração, os administradores deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento

## 18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado. Na hipótese (ii) acima, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública ali indicada, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta; (v) na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, haverá obrigatoriedade de oferta pública, a ser lançada pelo acionista controlador ou pela Companhia, nos termos da legislação vigente e do estatuto social da Companhia; e

- é facultada a formulação de uma única oferta pública, visando a mais de uma das finalidades previstas nesta seção, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. Após uma operação de alienação de controle da Companhia e da subsequente realização de oferta pública, o adquirente do controle, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações de emissão da Companhia em circulação, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do poder de controle. Nos casos de oferta pública de saída do Novo Mercado e cancelamento de registro de companhia aberta, o preço da oferta pública deverá ser estabelecido em laudo, que deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente do poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo 8º. Nesses casos, a escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos das Ações em Circulação manifestados na Assembleia Geral que (i) se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação; ou (ii) se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes de ações em circulação.

## 18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

O Estatuto Social da Companhia prevê que pode ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 dias para seu exercício de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações nas emissões de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo estatuto social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação. O estatuto social da Companhia não prevê qualquer hipótese de restrição de exercício de direitos pelos acionistas.

# 18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

**Exercício social** **31/12/2020**

| Trimestre | Valor Mobiliário | Espécie | Classe | Mercado | Entidade administrativa | Volume financeiro negociado (Reais) | Valor maior cotação (Reais) | Valor menor cotação (Reais) | Fator cotação | Valor média cotação (Reais) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 31/03/2020 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 40.928.557.630 | 14,95 | 6,24 | R$ por Unidade | 12,16 |
| 30/06/2020 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 50.685.246.192 | 18,19 | 8,31 | R$ por Unidade | 14,04 |
| 30/09/2020 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 66.367.487.003 | 24,08 | 17,29 | R$ por Unidade | 20,81 |
| 31/12/2020 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 60.630.133.543 | 28,28 | 21,88 | R$ por Unidade | 24,20 |

**Exercício social** **31/12/2019**

| Trimestre | Valor Mobiliário | Espécie | Classe | Mercado | Entidade administrativa | Volume financeiro negociado (Reais) | Valor maior cotação (Reais) | Valor menor cotação (Reais) | Fator cotação | Valor média cotação (Reais) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 31/03/2019 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 10.728.720.381 | 5,77 | 4,91 | R$ por Unidade | 5,33 |
| 30/06/2019 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 12.708.609.912 | 6,72 | 4,93 | R$ por Unidade | 5,70 |
| 30/09/2019 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 22.984.915.487 | 9,62 | 6,50 | R$ por Unidade | 8,30 |
| 31/12/2019 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 32.385.548.342 | 12,43 | 8,97 | R$ por Unidade | 10,83 |

**Exercício social** **31/12/2018**

| Trimestre | Valor Mobiliário | Espécie | Classe | Mercado | Entidade administrativa | Volume financeiro negociado (Reais) | Valor maior cotação (Reais) | Valor menor cotação (Reais) | Fator cotação | Valor média cotação (Reais) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 31/12/2018 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 13.514.777.098 | 5,65 | 3,74 | R$ por Unidade | 4,98 |
| 30/09/2018 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 11.181.205.592 | 4,59 | 3,51 | R$ por Unidade | 3,98 |
| 30/06/2018 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 13.932.296.936 | 4,00 | 2,85 | R$ por Unidade | 3,26 |
| 31/03/2018 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 7.307.129.961 | 100,00 | 73,89 | R$ por Unidade | 84,91 |

## 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

| | |
|---|---|
| **Valor mobiliário** | **Nota Comercial** |
| **Identificação do valor mobiliário** | 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia, em série única |
| **Data de emissão** | 30/04/2021 |
| **Data de vencimento** | 29/04/2024 |
| **Quantidade (Unidades)** | 1.500 |
| **Valor total (Reais)** | 1.500.000.000,00 |
| **Saldo Devedor em Aberto** | 0,00 |
| **Restrição a circulação** | Sim |
| **Descrição da restrição** | As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definidos no artigo 9°-B da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539”), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidor profissional, conforme definidos no artigo 9°-A da Instrução CVM 539, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476. |
| **Conversibilidade** | Não |
| **Possibilidade resgate** | Sim |
| **Hipótese e cálculo do valor de resgate** | A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, resgatar antecipadamente as Notas Promissórias, sem necessidade de anuência prévia do titular da respectiva Nota Promissória, desde que a totalidade das Notas Promissória seja resgatada antecipadamente na mesma data, a partir do 366º dia contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 01 de Maio de 2021, inclusive (“Resgate Antecipado Facultativo”). O Resgate Antecipado Facultativo será operacionalizado de acordo com os procedimentos a serem estabelecidos na Cártula das Notas Promissórias. O valor a ser pago aos detentores da Notas Promissórias a título de Resgate Antecipado Facultativo, o qual será correspondente ao valor nominal unitário das Notas Promissórias acrescido da remuneração das notas, calculada desde a data de emissão das Notas Promissórias até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os titulares das Notas Promissórias farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão, conforme o caso, inclusive, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, e do prêmio de resgate, correspondente a uma taxa flat expressa na forma percentual, de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, após 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da Data de Emissão até a Data de Vencimento, incidente sobre o Valor Nominal Unitário. |
| **Características dos valores mobiliários de dívida** | Vencimento Antecipado: A emissão possui hipóteses de vencimento antecipado padrão para esse tipo de oferta, tais como: (i) inadimplemento de obrigação pecuniária; (ii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial; (iii) mudança do acionista controlador direto ou indireto; e (iv) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras que estejam sujeitas a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, no mercado local ou internacional, individual ou agregado, superior a R$ 50.000.000,00.<br>Juros: 100% DI + 1,25% a.a.<br>Garantia: As Notas Promissórias não contam com garantias, sendo, portanto, um crédito quirografário.<br>Restrições: De acordo com a cártula das Notas Promissórias, a Companhia não poderá distribuir dividendos, pagar juros sobre o capital próprio ou realizar qualquer outro pagamento a seus acionistas, caso esteja em mora com quaisquer das obrigações decorrentes das Notas Promissórias, ressalvado o pagamento do dividendo obrigatório. Adicionalmente, a Companhia deve manter a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada/EBITDA menor ou igual a 3,00x. |

## 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

| | |
|---|---|
| **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** | N/A |
| **Outras características relevantes** | Os pagamentos do principal e dos juros serão liquidados na data de vencimento das Notas Promissórias da série única (bullet). |

| | |
|---|---|
| **Valor mobiliário** | **Debêntures** |
| **Identificação do valor mobiliário** | 9ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária |
| **Data de emissão** | 15/01/2021 |
| **Data de vencimento** | 15/01/2024 |
| **Quantidade (Unidades)** | 800.000 |
| **Valor total (Reais)** | 800.000.000,00 |
| **Saldo Devedor em Aberto** | 0,00 |
| **Restrição a circulação** | Sim |
| **Descrição da restrição** | As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definidos no artigo 9°-B da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539”), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidor profissional, conforme definidos no artigo 9°-A da Instrução CVM 539 (“Investidores Profissionais”), nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, salvo, sem prejuízo do disposto na Deliberação da CVM n.º 849, de 31 de março de 2020, na hipótese de exercício da garantia firme pelos Coordenadores (ou por instituições por eles designadas, nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, sob o Regime de Garantia Firme de Distribuição, da 9ª (nona) Emissão do Magazine Luiza S.A.” (“Contrato de Distribuição”) no momento da subscrição, nos termos do inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, e desde que a Companhia esteja em dia com o cumprimento das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. |
| **Conversibilidade** | Não |
| **Possibilidade resgate** | Sim |

## 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

| | |
|---|---|
| **Hipótese e cálculo do valor de resgate** | A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a qualquer momento a partir da Data de Emissão das Debêntures, mediante deliberação em reunião do conselho de administração da Companhia, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade do Debenturista, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante aviso individual enviado à totalidade dos Debenturistas ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"), o qual também deverá ser enviado com cópia para o Agente Fiduciário e para a B3, com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total"). Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (i) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, que deverá ser um Dia Útil; (ii) a forma de cálculo do Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; (iii) o percentual do prêmio a ser aplicado; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, e do prêmio de resgate, correspondente a uma taxa flat expressa na forma percentual incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"). Para o período entre 15/01/2021 (inclusive) até 15/01/2022 (exclusive) o resgate facultativo incorrerá em prêmio equivalente a 0,48%, para o período entre 15/01/2022 (inclusive) até 15/01/2023 (exclusive) o resgate incorrerá em prêmio equivalente a 0,17% e para o período entre 15/01/2023 (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive) o resgate incorrerá em prêmio equivalente a 0,12%. |
| **Características dos valores mobiliários de dívida** | Juros: 100% CDI + 1,25% a.a.<br>Vencimento antecipado: A emissão possui hipóteses de vencimento antecipado padrão para esse tipo de oferta, tais como: (i) inadimplemento de obrigação pecuniária; (ii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial; (iii) mudança do acionista controlador direto ou indireto; e (iv) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras que estejam sujeitas a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, no mercado local ou internacional, individual ou agregado, superior a R$ 50.000.000,00.<br>Garantia: As debêntures não contam com garantia, sendo classificadas como crédito quirografário.<br>Restrições: De acordo com a escritura de emissão, a realização de distribuição de dividendos, adicionais ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das S.A. classifica-se como vencimento antecipado. Adicionalmente, a Companhia deve manter a relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,00x.<br>Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. |
| **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** | Deliberação em sede de Assembleia Geral de Debenturistas. |
| **Outras características relevantes** | A amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, ("Amortização") será realizada em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento ou na Data de Amortização Antecipada Facultativa, se for o caso. |

| | |
|---|---|
| **Valor mobiliário** | **Nota Comercial** |
| **Identificação do valor mobiliário** | 4ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia, em série única |
| **Data de emissão** | 18/06/2019 |
| **Data de vencimento** | 18/06/2021 |
| **Quantidade (Unidades)** | 160 |

## 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

| | |
|---|---|
| **Valor total (Reais)** | 800.000.000,00 |
| **Saldo Devedor em Aberto** | 848.602.312,00 |
| **Restrição a circulação** | Sim |
| **Descrição da restrição** | As Notas Promissórias Comerciais somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476. |
| **Conversibilidade** | Não |
| **Possibilidade resgate** | Sim |
| **Hipótese e cálculo do valor de resgate** | A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, resgatar antecipadamente esta Nota Comercial, sem necessidade de anuência prévia do titular da Nota Comercial, desde que a totalidade das Notas Comerciais seja resgatada antecipadamente na mesma data, a partir do 366º dia contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 19 de junho de 2020, inclusive (“Resgate Antecipado Facultativo”). O Resgate Antecipado será operacionalizado de acordo com os procedimentos a serem estabelecidos na Cártula da Notas Promissórias Comerciais. O valor a ser pago aos detentores da Notas a título de Resgate Antecipado, o qual será correspondente ao valor nominal unitário das Notas acrescido da remuneração das notas, calculada desde a data de emissão das Notas até a data do efetivo Resgate Antecipado. |
| **Características dos valores mobiliários de dívida** | Vencimento Antecipado: A emissão possui hipóteses de vencimento antecipado padrão para esse tipo de oferta, tais como: (i) inadimplemento de obrigação pecuniária; (ii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial; (iii) mudança do acionista controlador direto ou indireto; e (iv) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras que estejam sujeitas a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, no mercado local ou internacional, individual ou agregado, superior a R$ 50.000.000,00.<br>Juros: 104% DI.<br>Garantia: As Notas Promissórias não contam com garantias, sendo, portanto, um crédito quirografário.<br>Restrições: De acordo com a cártula das Notas Promissórias, a Companhia não poderá distribuir dividendos, pagar juros sobre o capital próprio ou realizar qualquer outro pagamento a seus acionistas, caso esteja em mora com quaisquer das obrigações decorrentes das Notas Promissórias, ressalvado o pagamento do dividendo obrigatório. Adicionalmente, a Companhia deve manter a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada/EBITDA menor ou igual a 3,00x. |
| **Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** | N/A |
| **Outras características relevantes** | Os pagamentos do principal e dos juros serão liquidados na data de vencimento das Notas Promissórias Comerciais da série única (bullet). |

## 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

| Valor Mobiliário | Pessoas Físicas | Pessoas Jurídicas | Investidores Institucionais |
|---|---|---|---|
| Debêntures | 0 | 0 | 0 |
| Nota Comercial | 2096 | 110 | 13 |

## 18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3 sob o código MGLU3.

As notas comerciais e as debêntures descritas no item 18.5 deste Formulário de Referência são admitidas à negociação no Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários também da B3.

## 18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## 18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

## 18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Abaixo apresentamos as emissões públicas realizadas pela Companhia no exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais.

**9ª Emissão de Debêntures**

O conselho de administração da Companhia, em 12 de janeiro de 2021, autorizou a nona emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R$800.000.000,00 e foram emitidas 800.000 debêntures com valor nominal unitário de R$1.000,00 cada.

**8ª Emissão de Debêntures**

O conselho de administração da Companhia, em 06 de abril de 2020, autorizou a oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R$800.000.000,00 e foram emitidas 800.000 debêntures com valor nominal unitário de R$1.000,00 cada. As debêntures foram quitadas em 12 de março de 2021.

**Quarta Emissão de Notas Promissórias Comerciais**

O conselho de administração da Companhia, em 14 de junho de 2019, autorizou a quarta emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R$ 800.000.000,00 e foram emitidas 160 Notas Promissórias Comerciais com valor nominal unitário de R$ 5.000.000,00 cada.

**Quinta Emissão de Notas Promissórias Comerciais**

O conselho de administração da Companhia, em 22 de abril de 2021, autorizou a quinta emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R$ 1.500.000.000,00 e foram emitidas 1.500 Notas Promissórias Comerciais com valor nominal unitário de R$ 1.000.000,00 cada.

**Oferta Pública com Esforços Restritos de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias**

Em novembro de 2019, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição primária e secundária de 110.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, compreendendo: (i) a distribuição primária de 100.000.000 novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) a distribuição secundária de 10.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade de determinados acionistas vendedores, realizada no Brasil com esforços de colocação no exterior, com a exclusão do direito de preferência dos então acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, ao preço de R$43,00 por ação, perfazendo o montante de R$4.730,00 milhões.

# 18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

**(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

**Debêntures e Notas promissórias**

Os recursos obtidos por meio das emissões de debêntures e das notas promissórias comerciais foram destinados ao alongamento do perfil de endividamento, otimização do fluxo de caixa e/ou gestão ordinária dos negócios da Companhia.

**Oferta Pública de Ações com Esforços Restritos (novembro de 2019)**

Os recursos obtidos no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia com esforços restritos de colocação foram destinados para fins de (i) investimentos em ativos de longo prazo, incluindo (a) a expansão da plataforma de marketplace, (b) investimentos em tecnologia, inovação, pesquisa e desenvolvimento, (c) automação dos centos de distribuição, (d) iniciativas em serviços digitais, (e) expansão de novas categorias, (f) abertura de novas lojas, (g) transformação das lojas existentes em mini-centros de distribuição ("shoppable distribution centers") e (h) aquisições estratégicas; e (ii) otimização da estrutura de capital da Companhia, incluindo reforço de capital de giro.

**(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme as propostas de aplicação.

**(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme as propostas de aplicação.

## 18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas às ações de emissão de terceiros.

## 18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Informações adicionais ao item 18.4

Os valores apresentados no quadro do item 18.4 foram ajustados pelos desdobramentos na ordem de 1:8, referente ao desdobramento ocorrido no dia 11 de julho de 2019, e na ordem de 1:4, referente ao desdobramento ocorrido no dia 14 de outubro de 2020, correspondendo assim ao valor da ação vigente no dia 31 de dezembro de 2020.

## 19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

| Data delib. | Período recomp. | Reservas e lucros disp. (Reais) | Espécie | Classe | Qtde. prevista (Unidades) | % rel. circ. | Qtde. adquirida aprovadas (Unidades) | PMP | Fator de cotação | % adquirido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Outras caracter.** | | | | | | | | | | |
| 26/08/2020 | 26/08/2020 à 25/02/2022 | 1.451.923.000,00 | Ordinária | | 40.000.000 | 1,494833 | 20.583.100 | 23,38 | R$ por Unidade | 51,457750 |
| Objetivo: o principal objetivo é maximizar a geração de valor para os acionistas, por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia poderá utilizar as ações para permanência em tesouraria, cancelamento e/ou para fazer frente às obrigações do plano de opções de ações e do plano de remuneração baseado em ações dirigidos a executivos e colaboradores da Companhia e/ou para entrega em pagamento pela aquisição de participação societária em outras sociedades realizadas ou a serem realizadas pela Companhia ou por suas controladas. Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: (i) Itaú Corretora de Valores S.A., com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (ii) BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (iii) Credit Suisse Brasil S/A CTVM, Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700, 12º andar, São Paulo/SP, CEP 04542-000; e (iv) Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Av. Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 14º Andar, São Paulo/SP, CEP 04.794-000. O montante de lucro acumulado para recompra refere-se a data base 31 de dezembro de 2020. | | | | | | | | | |
| 21/02/2019 | 21/02/2019 à 21/08/2020 | 546.850.000,00 | Ordinária | | 144.000.000 | 6,639710 | 27.070.000 | 8,68 | R$ por Unidade | 18,798610 |
| Objetivo: o principal objetivo é maximizar a geração de valor para os acionistas, por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia poderá utilizar as ações para permanência em tesouraria, cancelamento e/ou para fazer frente às obrigações do plano de opções de ações e do plano de remuneração baseado em ações dirigidos a executivos e colaboradores da Companhia. Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: (i) Itaú Corretora de Valores S.A., com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (ii) BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (iii) Credit Suisse Brasil S/A CTVM, Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700, 12º andar, São Paulo/SP, CEP 04542-000; e (iv) Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Av. Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 14º Andar, São Paulo/SP, CEP 04.794-000. O montante de lucro acumulado para recompra refere-se a data base 31 de dezembro de 2018. | | | | | | | | | |
| 22/02/2018 | 22/02/2018 à 22/02/2019 | 288.371.000,00 | Ordinária | | 96.000.000 | 4,414570 | 27.788.800 | 3,17 | R$ por Unidade | 28,946670 |
| Objetivo: o principal objetivo do Programa de Recompra é maximizar a geração de valor para os acionistas, por meio de uma a mini administração eficiente da estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia poderá utilizar as ações para permanência em tesouraria, cancelamento e/ou para fazer frente às obrigações do plano de opções de ações e do plano de remuneração baseado em ações dirigidos a executivos e colaboradores da Companhia. Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: (i) Itaú Corretora de Valores S.A., com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (ii) BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (iii) Credit Suisse Brasil S/A CTVM, Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700, 12º andar, São Paulo/SP, CEP 04542-000; e (iv) Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Av. Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 14º Andar, São Paulo/SP, CEP 04.794-000.<br>O montante de lucro acumulado para recompra refere-se a data base 31 de dezembro de 2017. | | | | | | | | | |

# 19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

## Exercício social 31/12/2020

### Ações

| Espécie de ação | Classe ação preferencial | Descrição dos valores mobiliários | Fator cotação |
|---|---|---|---|
| Ordinária | | | |

| Movimentação | Quantidade (Unidades) | Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais) |
|---|---|---|
| Quantidade Inicial | 16.516.624 | |
| Quantidade adquirida | 30.583.100 | 18,75 |
| Quantidade alienada | 11.560.036 | 0,42 |
| Quantidade cancelada | 0 | |
| Quantidade final | 35.539.688 | |
| Relação valores mobiliários em circulação | 1,331504% | |

## Exercício social 31/12/2019

### Ações

| Espécie de ação | Classe ação preferencial | Descrição dos valores mobiliários | Fator cotação |
|---|---|---|---|
| Ordinária | | | |

| Movimentação | Quantidade (Unidades) | Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais) |
|---|---|---|
| Quantidade Inicial | 52.072.736 | |
| Quantidade adquirida | 17.070.000 | 8,36 |
| Quantidade alienada | 52.626.112 | 5,78 |
| Quantidade cancelada | 0 | |
| Quantidade final | 16.516.624 | |
| Relação valores mobiliários em circulação | 0,624009% | |

## Exercício social 31/12/2018

### Ações

| Espécie de ação | Classe ação preferencial | Descrição dos valores mobiliários | Fator cotação |
|---|---|---|---|
| Ordinária | | | |

| Movimentação | Quantidade (Unidades) | Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais) |
|---|---|---|
| Quantidade Inicial | 43.521.920 | |
| Quantidade adquirida | 27.788.800 | 3,16 |
| Quantidade alienada | 19.237.984 | 0,49 |

## 19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

| | |
|---|---|
| **Quantidade cancelada** | 0 |
| **Quantidade final** | 52.072.736 |
| **Relação valores mobiliários em circulação** | 2,406549% |

## 19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Informações adicionais ao item 19.1 deste Formulário de Referência

**2020**

Contempla o Programa de Recompra aprovado em 26 de agosto de 2020, com a quantidade máxima de ações a serem adquiridas até o final do programa (40.000.000 ações, considerando o desdobramento das ações aprovado em 07 de outubro de 2020).

**2019**

Contempla o Programa de Recompra aprovado em 21 de fevereiro de 2019, com a quantidade de ações adquiridas até o final do programa (144.000.000 ações, considerando o desdobramento das ações aprovado em 31 de julho de 2019 e o desdobramento aprovado em 07 de outubro de 2020).

**2018**

Contempla o Programa de Recompra aprovado em 22 de fevereiro de 2018, com a quantidade de ações adquiridas até o final do programa (96.000.000 ações, considerando o desdobramento das ações aprovado em 31 de julho e o desdobramento aprovado em 07 de outubro de 2020).

# 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

| | |
|---|---|
| **Data aprovação** | **27/09/2018** |
| **Órgão responsável pela aprovação** | Conselho de Administração |
| **Cargo e/ou função** | A própria Companhia; clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas destes clubes e/ou fundos de investimento ou de suas respectivas gestoras pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados; qualquer pessoa que, nos termos da Instrução Normativa CVM n° 358/2002, mesmo não tendo aderido à política, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, em virtude de seu relacionamento, cargo, função, ou posição na Companhia (“Pessoas Vinculadas”).<br>Acionistas controladores diretos e indiretos; membros do Conselho de Administração e de seus Comitês de assessoramento, da Diretoria, do Conselho Fiscal ou outros órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia; Diretores Estatutários, Diretores Executivos, Diretores de Departamento, Gerente de Departamento e lideranças dos escritórios e dos centros de distribuição, bem como colaboradores empregados ou terceirizados qualificados pelo DRI como Pessoa Vinculada em razão das atividades que desenvolvem, incluindo os colaboradores que atuam no departamento financeiro e controladoria, entre outros; sociedades coligadas de forma direta ou indireta; procuradores de Pessoas Vinculadas; cônjuges de Pessoas Vinculadas dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto sobre a renda; |

**Principais características e locais de consulta**

Estabelecer critérios para que todas as Pessoas Vinculadas ao Magazine Luiza atuem de acordo com preceitos instituídos pela Instrução Normativa n° 358/2002 e alterações posteriores, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários, e, ainda, estabelecer as diretrizes a serem observadas pelo Diretor de Relações com Investidores para a adequada divulgação de informações relevantes para os negócios, bem como as regras que devem ser seguidas pelas Pessoas Vinculadas para negociação de valores mobiliários de emissão do Magazine Luiza ("Companhia").A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-490, Franca/SP; e (ii) internet: website da Companhia (ri.magazineluiza.com.br); website da CVM (www.cvm.gov.br) e website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br/pt_br/).

| | |
|---|---|
| **Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização** | Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM 358, assim, é vedada a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento, por nós ou pelas Pessoas Vinculadas, de Valores Mobiliários de nossa emissão, desde a data em que tomamos conhecimento de ato ou fato relevante, ou Ato ou Fato Relevante, até a sua divulgação ao mercado. Essa e demais vedações estão descritas no item 20.2 desta Seção 20. |

## 20.2 - Outras Informações Relevantes

**Períodos de vedação**

Em complemento às informações prestadas no item 20.1 deste Formulário, nos termos da Política de Negociação, as Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia ou prestar qualquer tipo de aconselhamento:

- A partir da data em que tomem conhecimento de ato ou fato relevante relativo à Companhia, conforme definido na Instrução Normativa CVM nº 358/2002 até a sua divulgação ao mercado;
- Durante o período de vedação à negociação anterior à divulgação das demonstrações financeiras da Companhia: período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, cabendo à diretoria de Relações com Investidores informar, com antecedência, as datas previstas para divulgação dessas informações;
- Entre a data da deliberação da Assembleia Geral ou Conselho de Administração, quando aplicável, de aumentar o capital social, distribuir dividendos, aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações, aprovar pagar juros sobre o capital próprio e bonificações em ações ou seus derivativos e desdobramentos, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios (ou a partir do momento em que as pessoas vinculadas tiverem acesso a informação relevante a respeito de tais assuntos);
- Em todos os períodos em que a Companhia, mesmo sem divulgação de justificativa, tenha determinado a proibição de negociação – que, neste caso, deverá ser tratada de forma sigilosa;
- Nas datas em que a Companhia negociar ações de sua emissão, com base em programa de recompra; e
- Sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

Ainda são vedadas as negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia nas seguintes situações:

- Alienação de valores mobiliários adquiridos nos últimos 30 dias por pessoas vinculadas, independentemente da quantidade ou valor negociado;
- Aluguel/empréstimo de ações ou qualquer outro valor mobiliário, ou a ele referenciado;
- Operações com opções de compra ou de venda de ações, quando aplicável, exceto situações específicas na seção 6.3 da Política;
- Sempre que a negociação puder ser considerada enganosa ou de manipulação, ou puder violar a lei ou regulamentação aplicável;
- Sempre que puder causar até mesmo a aparência de uma vantagem injusta ou inadequada ou levantar um potencial conflito de interesses.

As Pessoas Vinculadas, ao se afastarem da Companhia anteriormente à divulgação de Ato ou Fato Relevante originado durante seu período de atuação na Companhia, não poderão negociar Valores Mobiliários desde a data em que tenham tomado conhecimento de ato ou fato relevante até a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia ou, na ausência de divulgação, até 6 (seis) meses após o seu afastamento. Mesmo após a publicação de informação relevante, esta deve continuar

## 20.2 - Outras Informações Relevantes

a ser tratada como não tendo sido publicada até que tenha decorrido período de tempo mínimo para que os participantes do mercado tenham recebido e processado tal Ato ou Fato Relevante.

As vedações mencionadas acima não se aplicam às negociações realizadas por fundos de investimento dos quais as Pessoas Vinculadas sejam quotistas, desde que não sejam fundos de investimento exclusivos ou fundos de investimento cujas decisões de negociação do administrador ou gestor da carteira sejam determinadas ou influenciadas por Pessoas Vinculadas ao Magazine Luiza.

**Descrição dos procedimentos de fiscalização**

- O descumprimento da Política estará sujeito a sanções internas e aos procedimentos e penalidades previstos em lei, além da responsabilização por perdas e danos causados à Companhia e a terceiros.
- As Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição da Política obrigam-se a ressarcir a Companhia e outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento, independentemente e sem prejuízo das sanções aplicáveis pela CVM e por outras autoridades competentes.
- Quaisquer violações da Política verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores ou ao Canal de Denúncias www.disquedenunciamagazineluiza.com / 0800 792 1007.

## 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;

- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;

- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à B3 (Sistema IPE), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à B3 pelo Diretor de Relação com Investidores da companhia aberta;

- estabelecem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto, bem como qualquer outra pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas, agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, realize negócio ou conjunto de negócios por consequência do qual sua participação direta ou indireta ultrapasse, para cima ou para baixo, os patamares de 5%, 10%, 15%, e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da

## 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Companhia, referida pessoa deverá divulgar as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Adicionalmente, a Companhia adota uma política de divulgação de ato ou fato relevante e negociação de valores mobiliários, a qual está descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência.

## 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Em observância às normas da CVM e da B3, em 27 de setembro de 2018, a Companhia adotou a "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários" ("Política"), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358 ("Pessoas Vinculadas"). As Pessoas Vinculadas deverão assinar o Termo de Aceite à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários.

O Magazine Luiza preza pela transparência e divulgação, em conformidade com a legislação vigente e as boas práticas de mercado, de todas as informações relevantes e de interesse para sociedade e para seus investidores. A Companhia tem como princípio monitorar, coibir e punir a divulgação e/ou utilização indevida de suas informações acerca de ato ou fato relevante. Por intermédio do Diretor de Relações com Investidores, o Magazine Luiza divulga e comunica por escrito, à CVM e à Bolsa de Valores Mobiliários, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zela pela sua imediata e ampla disseminação de forma simultânea junto ao público investidor em geral.

A informação relevante deve ser divulgada ao público por meio de (i) anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia ou (ii) através de publicação em pelo menos um portal de notícias na internet, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade. Caso a divulgação seja feita na forma do item (i) acima, o anúncio poderá conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na rede mundial de computadores onde esteja disponível a descrição completa da informação relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, à Bolsa de Valores e a outras entidades, conforme aplicável.

Sempre que for veiculada informação relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a informação relevante deverá ser obrigatoriamente comunicada simultaneamente à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores e ao público investidor em geral.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar uma informação relevante deverá comunicá-los imediatamente, por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores.

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações relevantes em razão do cargo ou posição que ocupam, devem guardar sigilo absoluto acerca de informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, nos termos da política e da Instrução Normativa CVM 358/2002, até que tais informações sejam divulgadas ao mercado. Devem ainda zelar para que terceiros também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Não devem ser discutidas informações relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados às informações relevantes com aqueles que tenham necessidade de conhecê-las.

Com o intuito de orientar seus colaboradores acerca dos cuidados necessários com as informações do Magazine Luiza, foi publicada uma política específica sobre tratamento da informação, a qual estabelece a obrigatoriedade do aceite ao Termo de Compromisso e Confidencialidade para todos que tenham acesso a informações essenciais e relevantes.

Adicionalmente, informações relevantes poderão, excepcionalmente, deixar de ser divulgadas, se seus acionistas controladores ou administradores entenderem que a sua revelação colocará em

## 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

risco o interesse legítimo da Companhia. A Companhia poderá submeter tal decisão à apreciação da CVM.

Os acionistas controladores e os administradores da Companhia ficam obrigados a providenciar a imediata divulgação das informações relevantes referidas acima à CVM, à Bolsa de Valores e ao público em geral, nas seguintes situações: (i) as informações relevantes tenham se tornado de conhecimento de pessoas diversas das que tiveram originalmente conhecimento, ou daqueles que decidiram e/ou que possuam o compromisso de manter sigiloso sobre as mesmas; (ii) as informações relevantes tenham se tornado de conhecimento do mercado (público em geral), informalmente; e (iii) os valores mobiliários de emissão da Companhia sofram oscilações atípicas na cotação, preço ou quantidade negociada, desde que existam informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao mercado.

## 21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

## 21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 21.